

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

JOÃO LENON SIQUEIRA PEREIRA

SOMOS TODOS MINORIAS: MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS NAS
PÁGINAS DE *LAMPIÃO DA ESQUINA* (1978-1981)

FLORIANÓPOLIS

2020

JOÃO LENON SIQUEIRA PEREIRA

**SOMOS TODOS MINORIAS: MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS NAS PÁGINAS
DE *LAMPIÃO DA ESQUINA* (1978-1981)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Jaques Cubas

**FLORIANÓPOLIS
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Pereira, João Lenon Siqueira

Somos todos minorias : mulheres, negros e indígenas nas
páginas de Lâmpião da Esquina (1978-1981) / João Lenon Siqueira
Pereira. -- 2020.
235 p.

Orientadora: Caroline Jaques Cubas

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação , Florianópolis, 2020.

1. Lâmpião da Esquina. 2. Imprensa alternativa. 3. Minorias. 4.
Movimentos sociais. 5. História do Tempo Presente. I. Cubas,
Caroline Jaques. II. Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação . III. Título.

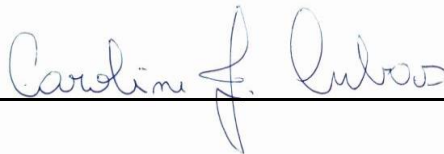
João Lenon Siqueira Pereira

“Somos todos minorias: mulheres, negros e indígenas nas páginas de *Lampião da Esquina* (1978-1981)”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientadora:



Doutora Caroline Jaques Cubas

Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

Doutora Joana Maria Pedro

Universidade Federal de Santa Catarina

Membro:

Doutora Luciana Rossato

Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 20 de agosto de 2020.

Dedico este trabalho a todos os homes e mulheres que imprimiram seus sonhos e pesadelos nas páginas de um jornal. Mesmo diante do autoritarismo e da discriminação ousaram dizer que suas vidas importam. Do passado eles inspiram nosso presente.

AGRADECIMENTOS

Dizem que a pesquisa acadêmica acaba se tornando um trabalho solitário, onde nos deparamos com nossas fragilidades e medos, e onde não deslumbramos espaços de fuga. Eu aposto em um outro entendimento, o de que o resultado final só é possível porque nos rodeamos de pessoas e momentos que são bons. A produtividade também depende disso. E a conclusão deste trabalho não aconteceria sem a presença de pessoas que, certamente, merecem meu mais sincero obrigado.

Sou fruto da escola pública e, na universidade, processo de políticas de ações afirmativas. À sensibilidade daqueles que, na busca de um mundo mais justo, compreenderam que para o combate às desigualdades é necessário que elas sejam reconhecidas nas oportunidades de acesso, obrigado.

Agradeço aos meus pais, Almerinda e Jorge, que mesmo não tendo acesso à educação formal e, muitas vezes, em condições de vulnerabilidade, não mediram esforços para que pudéssemos estudar e contemplar um futuro menos dolorido.

Ao meu irmão Jonatan, pela acolhida e pelo carinho durante todos esses anos.

Ao Marcelo, por estar e ser a pessoa mais doce e sensível que alguém pode conhecer.

À minha orientadora, professora Caroline, sempre tão solícita e cuidadosa na condução do trabalho. Desde a iniciação científica, tem sido uma referência intelectual e humana, daquelas que a gente sonha em ser um dia.

Às professoras Luciana e Marlene, estudiosas do assunto que são. Agradeço pelas atentas correções e sugestões durante à banca de qualificação.

A todos os meus professores e colegas que, por estarem presentes, tornaram o caminho mais leve e mais sábio.

Às queridas Alicy, Bárbara e Kelly. A troca de saberes e afetos faz de vocês amigas de verdade.

Agradeço ter podido conhecer a Luciana Mendes e todas as suas palavras doces.

À Karla e à Dora que tanto me ensinaram sobre o lado humano de um professor. Juro sonhar poder um dia ser como vocês. Obrigado por tudo e por tanto.

À Gláucia, minha querida e admirada amiga, que sempre me incentivou e está presente em todos os momentos.

À banca pelo aceite do convite e por todos os apontamentos construtivos que surgirem.

À UDESC e ao PPGH por todos os recursos humanos e materiais que disponibilizaram durante o processo.

À CAPES pelo financiamento concedido durante o último ano. Foi imprescindível à pesquisa e ao seu resultado.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que imprimiram no material estudado as vozes sufocadas pelo autoritarismo e pela discriminação. Foram gigantes.

“Havia a um canto da sala um álbum de fotografias
intoleráveis,
alto de muitos metros e velho de infinitos minutos,
em que todos se debruçavam
na alegria de zombar dos mortos de sobrecasaca.
Um verme principiou a roer as sobrecasacas
indiferentes
e roeu as páginas, as dedicatórias e mesmo a poeira
dos retratos.
Só não roeu o imortal soluço de vida que rebentava
que rebentava daquelas páginas.”

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central analisar quais foram as representações construídas sobre as mulheres, os negros e os indígenas no jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981). Durante o processo de redemocratização no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, inúmeros sujeitos surgiram na cena pública com reivindicações políticas oriundas, muitas vezes, a partir do reconhecimento de suas identidades e das discriminações as quais essas identidades estavam submetidas. Nesse sentido, um grupo de intelectuais homossexuais editou o impresso alternativo *Lampião da Esquina*, jornal que informava o público leitor sobre a realidade dos homossexuais no Brasil e no mundo, bem como os preconceitos arraigados não apenas entre o Estado ditatorial e suas políticas de perseguição, mas igualmente difundido entre as mentalidades de grande parte da população. Durante três anos, o jornal publicou 37 edições impressas e circulou por todas as regiões do país denunciando as desigualdades e afirmando que todas as manifestações da sexualidade humana deveriam ser vivenciadas e respeitadas. Apresentando-se como porta-voz das minorias, o jornal buscou estabelecer diálogos com diferentes grupos “injustamente discriminados” para que outros sujeitos, além dos homossexuais, também pudessem imprimir em suas páginas temáticas específicas. A partir dos textos que abordaram questões relacionadas às mulheres, aos negros e aos indígenas é possível identificar qual foi o espaço ocupado por estes grupos, assim como foram construídas as representações sobre eles. Para a investigação, utilizo os pressupostos teóricos e metodológicos que orientam o conceito de representação a partir dos estudos de Pierre Bourdieu (1989; 2004; 2008) e Roger Chartier (1990; 2011). Organizada em três capítulos, esta dissertação busca evidenciar, entre outras coisas, as reminiscências deste passado em nosso tempo presente e a importância política que adquire a luta dos grupos marginalizados em contextos de autoritarismos. O primeiro capítulo apresenta o jornal, o contexto histórico e político no qual está inserido, qual a compreensão construída através dos textos sobre o significado de minorias e a análise interseccional como uma leitura possível às publicações. Durante o segundo capítulo, as mulheres e suas relações com o jornal tornam-se objeto de investigação. No terceiro e último capítulo, a análise compreende as relações étnico-raciais no interior do jornal a partir da presença dos negros e dos indígenas. Neste capítulo, também, apresento os textos em que há a presença de marcadores sociais da diferença interseccionados como afirmação de desigualdades potencializadas.

Palavras-chave: *Lampião da Esquina*. Imprensa alternativa. Minorias. Movimentos sociais. História do Tempo Presente.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze the representations constructed about women, black and indigenous people in the newspaper *Lampião da Esquina* (1978-1981). During the redemocratization process in Brazil, in the 1970s and 1980s, many individuals emerged on the public scene with deriving political demands arising from the recognition of their identity and discrimination with these identities were submitted. In this sense, a group of homosexual intellectuals edited the alternative print *Lampião da Esquina*, a newspaper that informed the reading public about the reality of homosexuals in Brazil and in the world, as well as the prejudices rooted not only between the dictatorial state and its policies of persecution, but also widespread among the mentalities of most of the population. For three years, this newspaper published 37 print editions and circulated all over the country denouncing inequalities and stating that all manifestations of human sexuality should be experienced and respected. Introducing itself as a spokesman for minorities, the newspaper sought to establish dialogues with different "unfairly discriminated" groups, so that other subjects, in addition to homosexuals, could also print on their specific thematic pages. From the texts that approached issues related to women, blacks and indigenous people, it is possible to identify the space occupied by these groups, as well as the representations about them. For the investigation, I use the theoretical and methodological assumptions that guide the concept of representation from Pierre Bourdieu's (1989; 2004; 2008) and Roger Chartier's (1990; 2011) studies. Organized in three chapters, this dissertation seeks to highlight, among other things, the reminiscences of this past in our present time and the political importance acquired by the struggle of marginalized groups in authoritarianism contexts. The first Chapter presents the newspaper, the historical and political context in which it is inserted, what is the understanding constructed through the texts on the meaning of minorities and the intersectional analysis as a possible reading of the publications. During the second chapter, women and their relationship with the newspaper become the object of investigation. In the third and last chapter, the analysis comprises the ethnic-racial relations within the newspaper based on the presence of blacks and indigenous people. In this chapter I also present the texts in which there are the presence intersecting social difference markers as statement of potentialized inequalities.

Keywords: *Lampião da Esquina*. Alternative Press. Minorities. Social Movements. History of the Present Time.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Capa do Jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº zero.....	40
Figura 02 - Charge publicada no Jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº 03.....	43
Figura 03 - Capa do jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº. 26.....	48
Figura 04 - Capa do jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº 33.....	53
Figura 05 - Capa do Jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº 10.....	62
Figura 06 - Charge publicada no jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº 22.....	65
Figura 07 - Capa do jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº 03.....	81
Figura 08 - Imagem ilustrativa da Reportagem do jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº 13...	105
Figura 09 - Capa do Jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº 11.....	129
Figura 10 - Capa do Jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº 15.....	161
Figura 11 - Fotografia publicada em reportagem. <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº 15.....	162
Figura 12 - Charge publicada no jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº. 24.....	177
Figura 13 - Capa do jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº. 08.....	193
Figura 14 - Fotografia do chefe indígena Aritana. Jornal <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº 12..	198
Figura 15 - Imagem ilustrativa do feminismo. <i>Lampião da Esquina</i> , edição nº 11.....	206

LISTA DE QUADROS

Gráfico 1 - Quando as mulheres escrevem.....	89
Gráfico 2 - Quando os homens escrevem sobre as mulheres.....	122
Gráfico 3 - Quando os negros aparecem.....	153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i>: NA IMPRENSA ALTERNATIVA UMA NARRATIVA QUE DIVERGE	34
1.1 O QUE O JORNAL <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i> CONSIDEROU COMO SENDO “MINORIAS”	55
1.2 INTERSECCIONALIDADE: UMA ANÁLISE POSSÍVEL	66
2 MULHERES ESCRREVENDO E SENDO (D)ESCRITAS	74
2.1 ESCOLHA METODOLÓGICA	74
2.2. <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i> CHAMA AS MULHERES	77
2.3 AS MULHERES EM LUTA.....	82
2.4 QUANDO ELAS ESCRREVEM	88
2.4.1 A estreia.....	90
2.4.2 Feministas declaradas	95
2.4.3 Quando as mulheres denunciam a violência: Machismo? Aqui não!	104
2.4.4 Pelo livre direito ao corpo e à sexualidade	114
2.5. MAS E AÍ? O QUE PENSAM ELES SOBRE AS MULHERES?.....	121
2.5.1 Vamos juntos, companheiras. Essa luta é nossa!.....	122
2.5.2 É feminismo ou palanque das esquerdas?.....	128
2.5.3 O que é isso, companheiras?.....	139
3. <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i> E AS MINORIAS ÉTNICO-RACIAIS	147
3.1 NEGROS: UMA MINORIA MAIORITÁRIA	150
3.1.1 Um começo tímido não deixa de ser um começo	154
3.1.2 Abdias Nascimento: um acontecimento	159
3.1.3 A praça é dos negros	169
3.1.4 O Estado é racista.....	174
3.1.5 Cultura negra não é apenas folclore	180
3.2 INDÍGENAS: QUEM FALA POR ELES?.....	188
3.3 QUANDO <i>LAMPIÃO DA ESQUINA</i> INTERSECCIONOU OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
REFERÊNCIAS	215
ANEXOS	224

INTRODUÇÃO

O cenário político que se desenhava no Brasil de 2014 não era dos mais animadores. Ao passo que a presidenta da república concorria à reeleição em meio a discursos bastante dissidentes, erguiam-se vozes em embates declarados. De um lado, mais à esquerda, defensores de Dilma Rousseff apostavam em sua reeleição para a sequência das políticas públicas iniciadas pelo Partido dos Trabalhadores em 2003 quando tomou posse Luís Inácio Lula da Silva. Do outro lado, acirravam-se os apontamentos à direita de que era preciso renovar a política nacional, livrando o país da corrupção e da ideologia comunista que influenciava os rumos das políticas adotadas pelo PT. Em defesa desta ideia, diferentes grupos buscavam no passado da presidente justificativa para demonizá-la e enquadrá-la como um mal a ser combatido: a guerrilheira Dilma Rousseff dos anos de 1960 e 1970 personificava a ameaça que sempre assolou o imaginário desses sujeitos. Havia um passado que se fazia presente, e com muita força.

Quando assumiu a presidência da república em 2011, Dilma Rousseff revisitou um passado “inacabado” e buscou, através da instauração da Comissão Nacional da Verdade¹, trazer ao conhecimento público – e pelo poder público – as atrocidades cometidas durante o período ditatorial militar brasileiro (1964-1985). A violação de direitos humanos vinha à cena pública e denunciava os crimes cometidos com o aval do governo brasileiro. Para que fosse possível conhecer e lembrar deste passado, uma Comissão nomeada pela presidenta analisou e discutiu durante dois anos e sete meses diferentes fontes de informações factuais do período, muitas delas vindas do próprio Estado. Já reeleita, Dilma pôde ver concluído, em dezembro daquele ano, um Relatório com mais de 4.000 páginas, o qual recomendava as ações necessárias para “efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional.” (BRASIL, 2014, p. 15).

Revisitar este passado e denunciar através de um documento público as ações criminosas cometidas pelos agentes do Estado em um regime de exceção, entre outras atitudes políticas, fez com que saudosos da ditadura militar acusassem a presidente e seu partido de propagar mentiras e distorcer um passado que era, ainda, comemorado orgulhosamente por alguns como desdobramentos necessários da “Revolução de 1964”. As acusações foram ganhando cada vez

¹ A Comissão Nacional da Verdade não é uma ação exclusivamente do governo brasileiro. De acordo com Pinto (2010, p. 130) “mais de duas dezenas de comissões de verdade têm sido estabelecidas desde 1974 [...]. Apesar de diferentes em muitos aspectos, todas têm seguido o mesmo objetivo de não permitir que a amnésia política e social afete o futuro da democratização.” Para mais, ver: PINTO, Simone Rodrigues. Direito à Memória e à Verdade: Comissões de Verdade na América Latina. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 128-143, jan.-jun. 2010.

mais força e tomando espaços consideráveis. Aliadas a diferentes fatores como crises econômica e política, as manifestações contrárias à política adotada pela presidenta resultaram em seu impeachment durante o segundo ano do novo mandato, em 2016. Durante o processo de impeachment que tramitava nas duas casas legislativas, um deputado federal votou pela admissibilidade do mesmo e, durante seu voto, homenageou o torturador de Dilma Rousseff, em apologia saudosista à tortura e ao período onde ela era prática sistemática². Tal deputado, dois anos mais tarde, venceria a eleição para o cargo de maior poder no país, a presidência da República.

Lembro essa conjuntura para contextualizar e explicar o surgimento deste trabalho de pesquisa. Para que a Comissão Nacional da Verdade cumprisse seus objetivos iniciais e construísse o relatório final foi necessário a atuação de diferentes agentes que, com enfrentamentos a partir de pesquisas sólidas, contribuíram para tal. Em 2014, foi lançado pela editora EdUFSCar o livro *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* organizado pelo historiador brasileiro James Green e pelo advogado e cientista social Renan Quinalha. O volume reúne dez capítulos escritos por diferentes pesquisadores que trazem à tona, através de uma análise interdisciplinar, discussões a respeito da relação entre a ditadura militar e as homossexualidades, como sugere o título. A escrita cumpriu um papel duplo: um esforço coletivo para compreender as complexas relações entre os dois temas e um impulso originado no contexto das Comissões da Verdade em todo o país e sua busca por memória e justiça. (GREEN, QUINALHA, 2015). Assim, obedecendo a esses impulsos, as pesquisas presentes no livro contribuíram para a construção do texto 7 do volume 2 do relatório final intitulado “Ditadura e homossexualidades”, o qual retoma as práticas violentas do Estado em relação aos homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e sugere ações de reparação a estes grupos.

Estudante de graduação, tomei conhecimento do livro somente em 2016 através de uma postagem em rede social. Logo que pude, adquiri o mesmo e iniciei a leitura. Dos vários capítulos do volume, o título do capítulo 3 me chamou a atenção: *Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura*. A palavra “Lampião” referencia o jornal alternativo *Lampião da Esquina* (1978-1981). No texto, o autor Jorge Caê Rodrigues disserta sobre a ousadia deste tabloide ao abordar a temática da homossexualidade em plena ditadura militar, com todos os

² Pela austeridade e falta de decoro, o voto do, então deputado, Jair Bolsonaro repercutira na imprensa do Brasil e do mundo. Informações disponíveis em:
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb.
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763027-bolsonaro-fez-apologia-ao-crime-na-votacao-do-impeachment-diz-oab.shtml>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

riscos que isso poderia suscitar. Não lembro se, à época, li o termo “resistência” explicitamente no texto, porém, ao apresentar a fonte, o texto me remeteu a esta ação: em meio à turbulência social e política, sujeitos resistiram ao regime e criaram um meio de comunicação onde puderam escrever sobre aquilo que lhes era caro.

Sempre tive interesse pelos estudos a respeito da ditadura militar no Brasil. Recordo que na oitava série do ensino fundamental, hoje nono ano, tive uma professora de história que me fez despertar curiosidades sobre o tema. Ela levava músicas do período para a sala de aula e fazia com que nós analisássemos as letras e quais as mensagens explícitas e implícitas que o compositor quisera transmitir. Foi naquele momento que surgiu meu interesse pela história, em geral, e pelos estudos da ditadura militar, em particular. Sou fruto de escola pública e graças aos excelentes professores que tive, o conhecimento histórico acabou se tornando uma paixão. Ter consciência sobre os problemas sociais, em especial aqueles causados pela ordem da imposição política, sempre direcionou minhas leituras a respeito do mundo.

Durante a graduação, as disciplinas de história do Brasil se tornaram favoritas, comprovando meu gosto por aquilo que é tão próximo a nós e que, de vez em quando, ressoa em nosso presente. Tive a oportunidade de participar como bolsista de uma pesquisa que também explorava questões relacionadas a este momento histórico. Pude pesquisar sobre a literatura e seus intercruzamentos com a história e a atuação de resistência – com todos os significados que o conceito pode abarcar – de Madre Maurina Borges da Silveira, a freira presa, torturada e exilada do país pelo regime. No entanto, a ideia de poder pesquisar sobre um grupo ao qual eu me reconheço parte, o dos homossexuais, fez com que eu investigasse a existência de objetos que me possibilitassem uma pesquisa de mestrado.

No capítulo do livro referenciado acima, Rodrigues descreve a trajetória do jornal *Lampião da Esquina*, narra as lutas travadas pelo impresso em suas publicações sobre as manifestações sexuais fora da heterossexualidade e vai apresentando a nós, historiadores, mesmo que esse não seja o objetivo do artigo, inúmeras outras possibilidades de estudos. Foi a partir desta leitura que começou minha história com o jornal *Lampião*, objeto exclusivo de estudo nesta dissertação.

O primeiro passo para realizar este trabalho foi o encontro das fontes. Ao ler o livro e descobrir a existência do jornal, pesquisei sobre sua disponibilidade e meu espanto foi descobrir que todas as 37 edições do mesmo foram digitalizadas e disponibilizadas pelo Portal Grupo Dignidade³. Salvar as fontes é um imperativo para o historiador, por isso, acessei e

³ “O Grupo Dignidade é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Foi fundado em 1992 em Curitiba, sendo pioneiro no Paraná por ser o primeiro grupo organizado no estado a atuar na área da promoção da cidadania

armazenei todas as edições em diferentes suportes para não correr nenhum risco de perdê-las, visto a riqueza histórica que se apresentava à minha frente. A partir daí, iniciei a leitura do jornal, pensando nas possibilidades de investigação que o objeto permitiria, aquilo que Michel de Certeau denomina como o ato de “produzir tais documentos”. Em história, lembra o autor, “tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2000, p. 80). O que de novo aquele jornal possibilitaria para a história do tempo presente? Essa foi a questão que mobilizou o início deste trabalho.

O jornal *Lampião da Esquina* surgiu no Rio de Janeiro em abril de 1978 através da ação de jornalistas e intelectuais homossexuais e circulou por todo o país durante os três próximos anos⁴. O nascimento do impresso cumpria o objetivo de romper com a invisibilidade a que estavam sujeitos os homossexuais nos grandes veículos de comunicação da época ao mesmo tempo que apresentava um novo debate sobre as sexualidades. Acometidos pela censura imposta ou pela autocensura (AGUIAR, 2008), os jornais de grande circulação não arriscavam tratar de uma temática abertamente condenada pelo regime militar. Críticos da imprensa, do regime ditatorial e da moral conservadora que pairava sobre as mentes durante o período, o conselho editorial e os colaboradores do jornal trabalharam para a construção de diversos assuntos até maio de 1981; levou ao público leitor 37 extensas edições publicadas mensalmente pela *Lampião*, editora de livros e revistas criada junto com o impresso. Como fonte histórica, é impossível esgotar *Lampião da Esquina* em todas as suas potencialidades, pois a construção de discursos pelos quais procurou representar e unificar pautas distintas foi e ainda é objeto de inquietação em retóricas diversas e foi na revisão bibliográfica sobre os trabalhos já existentes que surgiu o projeto para esta pesquisa.

Muitos foram os trabalhos elaborados que tomaram o jornal como fonte de pesquisa até o início deste trabalho, em 2018. É o caso de Gimenez (2015), Mariusso (2015), Costa e Brito (2016), Alves (2017), Simões Júnior (2013), Souto Maior Júnior (2016), Pereira (2017), Canabarro (2015), Amaral (2013) e Silva (2016), entre tantos outros. Durante a busca foi possível perceber que o maior número de trabalhos acadêmicos sobre *Lampião da Esquina* foi realizado na última década. Isso pode ser explicado pelo fato de os estudos de gênero estarem em efervescência em muitas áreas de conhecimento na contemporaneidade, em especial na História, campo que abriga grande parte das produções sobre o jornal. A leitura de *Lampião*

de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais (LGBTI+).” Informação retirada do próprio portal. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/>>. Acesso em: 13/10/2019.

⁴ No capítulo 1 abordo alguns pontos sobre essa circulação e as explicações possíveis para o fim do jornal.

nos faz perceber por que ele desperta o interesse de diferentes pesquisadores, suas páginas estamparam o assunto tabu que era a homossexualidade e denunciaram a violência sofrida por segmentos da população invisíveis aos olhos da maioria. Desde o início, os editores e colaboradores expunham a necessidade de se falar abertamente sobre as questões sexuais, visto que mesmo a imprensa alternativa, conhecida pelos posicionamentos contraculturais e de oposição à ditadura, não encarava o debate. E quando o fazia, mostrava falta de conhecimento sobre o assunto ao reproduzir elementos que mais reforçavam o preconceito e a discriminação do que combatiam. Dos trabalhos encontrados, à época, na revisão bibliográfica e referenciados acima, com exceção de Silva (2016) que escreveu sobre os debates feministas presentes no impresso, ambos buscaram analisar o jornal, embora com abordagens metodológicas diversas, a partir da problemática das homossexualidades. Com esse enfoque, observaram o jornal pela ótica de seu ineditismo e militância, apontando, principalmente, como os homossexuais se fizeram ouvir através das páginas do jornal durante a redemocratização do Brasil.

Aqui é importante que se faça duas observações. Primeiro: o emprego da palavra homossexualidades, no plural, acontece porque, à época, transexualidade e travestilidade eram compreendidas como parte integrante da única contraposição à heterossexualidade: ou seja, a homossexualidade (GREEN; QUINALHA, 2015). Segundo: durante a escrita deste trabalho, a palavra “homossexualismo” aparecerá em alguns momentos devido à conotação que apresentava à época. Ao longo de sua história no Brasil, uma das conquistas do movimento LGBT no Brasil foi o respeito pela nomenclatura de designação e, conseqüentemente, o desuso do sufixo “ismo” devido ao entendimento de que o mesmo caracterizaria uma patologia, algo já superado nos debates na área da saúde⁵. No entanto, homossexualismo é o termo utilizado pelo jornal ao longo de suas publicações e, para evitar anacronismos e por compreender que o termo não era visto como nomenclatura pejorativa, ao menos pelos autores dos textos, retomo seu uso como algo comum ao período.

No início deste trabalho, ao observar algumas das tantas produções realizadas nos últimos anos acerca do jornal *Lampião* e as diferentes contribuições que elas nos dão, percebi a ausência de uma pesquisa que contemplasse o jornal para além das homossexualidades⁶. Havia outros sujeitos, classificados pelo próprio jornal como “minorias” que se faziam

⁵ Ver: Resolução CFP Nº 001/99 de 22 de março de 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf.

⁶ Em 2019, quando este trabalho já estava em andamento, João Lúcio Mariano Cruz defendeu sua dissertação de mestrado na área da Comunicação, cujo enfoque foi analisar os tensionamentos entre diferentes grupos no interior do jornal, revelando a complexidade na formação das identidades dos sujeitos envolvidos. Para ver: CRUZ, João Lúcio. Qual é a tua, oh Lampião? Tensionamentos em um jornal editado na e pela Esquina. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

presentes nas páginas do impresso. Foi com essa observação que busquei delimitar um novo problema de pesquisa, fixando o olhar para estes outros sujeitos que não aqueles pertencentes aos gêneros dissidentes⁷. Havia, entre as produções existentes, uma lacuna que evidenciava a necessidade de novas investigações. O objetivo principal aqui é analisar como as mulheres - e, consequentemente, o movimento feminista -, os negros e as populações indígenas foram representados no jornal nos anos em que ambos movimentos sociais se organizavam publicamente na luta por direitos.

Desde a primeira edição do jornal a palavra “minorias” esteve presente. Quando utilizado sem nenhuma classificação do que seriam esses sujeitos minoritários, subentende-se que o conceito se refere àqueles sujeitos que não possuem poder de pressão e decisão política, logo, encontram-se em situação de vulnerabilidade social e jurídica. Porém, ao nomeá-las em diferentes textos, o jornal realiza uma classificação de quem seriam esses sujeitos: homossexuais, mulheres, negros e índios. Percebe-se durante a leitura que essas minorias estão presentes em várias edições e ocupam um espaço significativo entre as publicações do tabloide. O que busco responder ao longo desta dissertação é como que estas minorias, que não os homossexuais, surgem nas páginas, quais são os tensionamentos que acontecem ao se formar uma representação sobre elas e quais as temáticas que protagonizaram as discussões a respeito desses grupos. Um jornal que pretendeu, desde seu início, “dar voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres” (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 02), tem muito a revelar sobre sua própria identidade e sobre as relações a partir dele construídas.

Este é um trabalho sobre o *Lampião da Esquina*. Por mais que outros veículos de comunicação sejam mencionados ao longo do texto, muito por exigência das próprias fontes consultadas, as análises aqui empreendidas são realizadas a partir deste impresso e de todos os textos que ele nos forneceu como documentação histórica. Os objetivos que balizam essa dissertação não poderiam ser alcançados se não tomássemos como referência as discussões a respeito da categoria gênero e suas implicações nos posicionamentos individuais e na organização social. Trata-se de um conselho editorial composto unicamente por homossexuais que buscou romper com um silenciamento histórico ao tratar, com prioridade, a questão das homossexualidades, revelando injustiças e discriminações. Para isso, é necessária a

⁷ A palavra dissidente, aqui, refere-se aos sujeitos que não contemplam às normas de gênero e sexualidade hegemônicas. Ver: OLIVEIRA, João Manuel de. **Desobediências de gênero**. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.

compreensão de Joan Scott (1995, p. 86), para quem o gênero “é uma forma primeira de significar relações de poder.” A violência e a subjugação contra determinados grupos sociais estão enraizadas em muitas sociedades. Portanto, falar sobre pessoas LGBTQs⁸ e sobre a violência sofrida por estes sujeitos durante a ditadura militar é falar de situações que não nasceram ali, mas que também não acabaram com o fim do regime. Embora os ataques à época fossem realizados com aval do Estado, no presente o Estado pouco faz para proteger este segmento da população que vive em situação de vulnerabilidade em muitos cenários da vida social. Foi a realidade deste presente que impulsionou meu olhar ao passado para compreender como aqueles sujeitos, em um contexto de grande turbulência política e social, se organizaram estrategicamente na disputa pela voz.

Os debates e questionamentos acerca da História do Tempo Presente emergem na atualidade a partir de proposições não concluídas que entram em disputa no campo da historiografia e não convergem a uma resposta pronta ou única. Discussões sobre marcadores temporais, presença dos testemunhos, judicialização da História e excesso de fontes são algumas das problemáticas suscitadas e resistências encontradas para a escrita dessa História. Não é objetivo deste trabalho problematizar as várias compreensões possíveis do que seria uma História do Tempo Presente nem dar conta de uma vasta produção historiográfica que surgiu nas últimas décadas a respeito da temática. No entanto, algumas considerações estão postas e são fundamentais para que conheçamos o campo, suas necessidades e os caminhos que possibilitam uma operação historiográfica que o contemple. Suas características justificam a escrita desta dissertação e sua inserção nesta área de concentração.

Primeiramente, tomamos como referência a ideia de que a história não responde a uma curiosidade do passado, ela nasce de uma preocupação do presente (ROUSSO, 2016). De acordo com o autor, a investigação do passado, bem como a escrita da história, se dá a partir da presença de determinado passado no presente, ou ainda, de “um passado que não passa.” Nesta mesma direção François Dosse (2012) ao historicizar a emergência deste campo historiográfico relembra os trabalhos de Marc Bloch, o historiador dos *Annales* que buscou compreender as crenças no poder de cura dos reis da França e da Inglaterra a partir de boatos ouvidos enquanto batalhava como capitão do exército francês durante a Primeira Guerra Mundial e, do mesmo

⁸ Sigla contemporânea que se contempla as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Há, entretanto, mais letras que se incorporam à sigla e que revelam a multiplicidade de sujeitos, suas orientações sexuais e identidades de gênero. Nos últimos tempos, observa-se, no mínimo, a presença das letras Q e I, referindo-se às pessoas Queer e Intersexuais, e o sinal + (LGBTQI+), indicando outras possíveis identidades. No jornal *Lampião da Esquina* as discussões aconteceram em torno das identidades gays, lésbicas e travestis. Como já mencionado, ambos os sujeitos eram relacionados à identidade homossexual, unicamente.

modo, ao observar campos cercados e pastagens comunais, pode compreender estruturas agrárias presentes na Europa medieval. De suas experiências e indagações em vida, o historiador pôde voltar-se aos estudos de séculos distantes. Ao citar exemplos como este, entre vários outros, Dosse defende como particularidade da História do Tempo Presente essa “contemporaneidade do não contemporâneo”, situações do passado ainda ressoam em nosso tempo e direcionam ao exercício historiográfico. A escrita da história está diretamente relacionada ao tempo em que acontece. Há, sempre, um presente que, perturbado pelas inquietações que o rodeiam, impulsiona o exercício de revelar o passado que de algum modo ainda assombra. Por isso, “a história como processo de conhecimento e de compreensão de mundo não é uma atividade gratuita, desinteressada e situada fora do tempo daquele que escreve.” (ROUSSO, 2016, p. 40). Ela existe porque o historiador sentiu, em algum momento, sua necessidade.

A segunda consideração importante a ser colocada está relacionada àquilo que os historiadores têm denominado de demanda social (FERREIRA, 2012). Determinados sujeitos ou grupos políticos reivindicam na atualidade o exercício de uma memória que necessita ser lembrada para que não encontre o esquecimento, em outras palavras, há uma demanda pedindo o reconhecimento do passado como um dever urgente. Se “uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada” (RICOEUR, 2007, p. 98), se faz necessária a elaboração de uma história enquanto conhecimento que reconheça a ação e o protagonismo de grupos e pessoas propositalmente silenciados. O silenciamento não acontece apenas nos estudos historiográficos, mas em um campo bem mais amplo que é a memória exercida sobre determinados períodos históricos onde, muitas vezes, apresentam consequências traumáticas.

É assim que a elaboração de leis que reconhecem a falta de determinadas ações tem se mostrado fundamentalmente necessária no Brasil, como é o caso da Lei 11.645 de março de 2008, pela qual se implementou a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino do país. A ação configura uma resposta a anseios vindos principalmente dos movimentos negro e indígena que exigiram atitude de tal tamanho como mecanismo de instrumentalização e sensibilização na luta contra o racismo e o preconceito perpetrados desde o início da colonização. Da teoria à prática há que considerar a existência de um hiato amplo, principalmente por tratarmos de um assunto tão complexo e que demanda muito tempo e árduo trabalho para de fato construirmos o ideal de respeito às diferenças. No entanto, e o que importa para essa discussão, é que ela atendeu a demandas de uma fração da sociedade que lutou para que suas histórias não seguissem repetidamente esquecidas ou negligenciadas. Há, portanto, uma demanda social atendida justamente porque

houve uma mobilização que emergiu no tempo presente para que se lembrasse outros conhecimentos a respeito do passado.

Estas duas considerações – “toda visita ao passado parte do presente” e “há demandas sociais que exigem o reconhecimento de uma história para que esta não seja esquecida” –, têm o propósito de justificar a escolha e a necessidade de falar sobre *Lampião da Esquina* nos dias atuais. Toda pesquisa está submetida a imposições (CERTEAU, 2000) e as imposições do presente pedem que sejam lembrados muitos dos que foram esquecidos.

Em 2017, o Grupo Gay da Bahia (GGB), principal grupo LGBT do país, registrou um aumento de 30% nos homicídios de LGBTs em relação ao ano anterior, contabilizando um total de 445 vítimas⁹. Em 2019, o mesmo grupo apresentou outro relatório referente ao ano de 2018 no qual se soma 420 mortes por homolebotransfobia (preconceito contra homossexuais, lésbicas e transgêneros), dados que fazem do Brasil líder no ranking mundial de assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. No Brasil de 2018, a cada 20 horas um LGBT era barbaramente assassinado ou se suicidava vítima do preconceito¹⁰. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT¹¹.

Ao atribuir ao Estado a falta de políticas públicas que afetem e interfiram na diminuição desses números, o movimento LGBT por meio da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) e do Partido Popular Socialista (PPS) levou à Suprema Corte do país o pedido de criminalização da homofobia e da transfobia como mecanismo para combater parte da discriminação de gênero que assola o país. Em fevereiro de 2019, o relator das ações, ministro Celso de Mello, decidiu pela criminalização realizando a leitura de um voto histórico que foi acompanhado pela maioria dos ministros da casa. Disse o relator:

a questão da homossexualidade, surgida em um momento no qual ainda não se debatia o tema pertinente à ‘ideologia de gênero’, tem assumido, em nosso País, ao longo de séculos de repressão, de intolerância e de preconceito, graves proporções que tanto afetam as pessoas em virtude de sua orientação sexual (ou, mesmo, de sua identidade de gênero), marginalizando-as, estigmatizando-as e privando-as de direitos básicos,

⁹ Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/2017-2/>. Acesso em 02/08/2019.

¹⁰ Em 2020, o Grupo Gay da Bahia divulgou novo relatório sobre a violência sofrida pela população LGBT no Brasil durante o ano de 2019. Embora as mortes tenham diminuído, o número continua assustador. Foram 329 mortes (297 homicídios e 32 suicídios). Segundo o relatório, “a cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais.” Dados disponíveis em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 27 de junho de 2020.

¹¹ Dados disponíveis em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em 08 de novembro de 2019.

em contexto social que lhes é claramente hostil e vulnerador do postulado da essencial dignidade do ser humano.

[...] Preconceito, discriminação, exclusão e até mesmo punições das mais atrozes: eis o extenso e cruel itinerário que tem sido historicamente percorrido ao longo dos séculos em nosso País pela comunidade LGBT, lamentavelmente exposta, mesmo hoje, a atos de violência configuradores de crimes de ódio, perpetrados por irracionais impulsos homofóbicos e transfóbicos. (MELLO, 2019).¹²

O fato de a criminalização da homofobia e da transfobia se dar no Supremo Tribunal Federal revela um congresso que se nega a legislar em defesa de grupos vulneráveis como são os múltiplos sujeitos abrigados pela sigla LGBT. Os representantes do povo, ao povo pouco devolvem e vozes que nas ruas clamam por igualdade e equidade são sufocadas no ambiente conservador e reacionário que tem adjetivado nossas casas legislativas. Pressionando o poder judiciário, atores e instituições buscam a legitimação de suas demandas sociais e, podem, também, pressionar os historiadores para que seus pontos de vista sejam referendados (FERREIRA, 2012). Por isso, nesta investigação histórica, o propósito é, também, defender a história e a memória daqueles que em situações de arbitrariedade ousaram denunciar que havia muito de errado.

Não há contraposição que diminua os efeitos de uma sociedade forjada pelo ódio e pela discriminação às diferenças. Porém, no tempo presente, é importante que se discuta a ocupação de determinados espaços, em especial, quando nesses espaços se realiza uma outra leitura do mundo. É perceptível as inúmeras possibilidades que a grande mídia criou na atualidade para que as discussões sobre gênero e as conexões entre essa categoria e a discriminação chegassem ao grande público. Novelas, filmes, programas artísticos, jornais, telejornais e uma gama de veículos de comunicação têm abordado machismo, LGBTfobia e, por vezes, a interseccionalidade¹³, os marcadores sociais e biológicos que podem potencializar a violência sofrida por determinados sujeitos. Apesar da presença, quando acompanhamos as discussões apresentadas pelas mídias a respeito dessas relações ainda presenciamos a resistência de determinados setores da sociedade. São pessoas que não reconhecem as desigualdades existentes – mantém a negação – ou não concordam com debates e políticas públicas de equidade que contribuam para o fim de violências históricas. Como consequência desse imaginário, além das estatísticas alarmantes de violência contra a população LGBT, tivemos,

¹² Relatório disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26votoMCM.pdf>. Acesso em: 08 de novembro de 2019

¹³ Sobre a interseccionalidade será realizada a discussão no capítulo 1 desta pesquisa, visto que de alguma forma ela acaba surgindo em certas análises do jornal *Lampião*. Seus estudos compreendem que marcadores como raça, classe, gênero, geração e orientação sexual podem atravessar um mesmo sujeito fornecendo um cruzamento de matrizes de opressão e privilégio e conduzindo a diferentes efeitos.

em 2018 a eleição presidencial do candidato mais conservador da disputa. A vitória de Jair Bolsonaro e seus discursos autoritários contra as minorias sexuais e raciais provam que a demanda social pelo reconhecimento das lutas históricas enfrentadas por essas minorias se faz cada vez mais urgente e necessária. Se há um dever de memória que é o dever de fazer justiça (RICOEUR, 2007), cabe a nós, historiadores, assumir a responsabilidade de escrever uma história a partir das vozes sufocadas pelos discursos que estimulam o ódio. São sujeitos históricos cujo protagonismo merece ser lembrado, não por questões ideológicas, mas por direito à verdade.

A instauração da Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Acesso a Informações Públicas – ambas de 2011 – podem ser consideradas um avanço para a historiografia brasileira, pois através delas é possível revisitar o passado e recontá-lo a partir de informações nunca apuradas antes (FERREIRA, 2012). A Comissão, dizem os relatores, “tem que aprender com esse passado e ser parte da transformação que ainda hoje se espera da democracia brasileira no sentido de prestigiar a diversidade e o respeito dos direitos humanos.” (BRASIL, 2014, p. 301). Estamos longe de fixar as agressões aos LGBTs unicamente no período da ditadura militar, elas permanecem como feridas abertas e a nossa posição enquanto sociedade deve ser de enfrentamento a tudo que está colocado e que legitima o preconceito. Entretanto, é importante compreender como naquele período, um grupo de pessoas se organizou técnica e politicamente para levar ao público o debate não apenas sobre os homossexuais e suas múltiplas relações, mas sobre outros grupos estigmatizados que, por serem alvo de discriminação, encontravam-se em situação de vulnerabilidade. Através de *Lampião* se denunciou as políticas de caça às bruxas que o regime implementou quando tratou de perto as homossexualidades como inimigo real da ordem, da moral e dos bons costumes. Foi através dele, também, que as mulheres, os negros e as populações indígenas tiveram suas pautas visibilizadas e puderam contar com um espaço que era de representação. Se esses grupos mantêm características que lhe são comuns, oprimidos e marginalizados a partir de marcadores sociais “cada realidade merece um tratamento particular para dar conta das especificidades da opressão, discriminação e violências que vivem, cada um à sua maneira, em uma sociedade que ainda é extremamente machista, racista e homofóbica” (*Idem*, p. 301).

A acessibilidade aos meios de comunicação de massa – como a internet, por exemplo – por grande parte da população possibilita, na atualidade, a presença de debates constantes em torno da luta por direitos protagonizada por diversos sujeitos. Se as lutas coletivas não nasceram com esse vantajoso acesso, o alcance que tomou devido aos meios pelos quais podem ser difundidas, organizadas ou confrontadas é imperativo para pensarmos a atuação dos grupos que

buscam suportes para que suas histórias e ambições políticas ocupem a visibilidade necessária. Ou seja, para o exercício de uma memória que se quer alcançar e preservar. Apesar de algumas conquistas, ainda se tem muito a preencher quando pensamos em lacunas historiográficas cujos estudos estão metodologicamente atravessados por categorias que sujeitam pessoas e suas posições no espaço social. No decorrer do trabalho, procuro falar um pouco sobre algumas categorias e marcadores, justificar seu uso e também lembrar a importância de escrevermos sobre eles. Minorias, gênero, sexo, sexualidade, raça, interseccionalidade e as realidades que, a partir desses termos, são construídas surgem no texto como método de contextualização. Com isso, pontuo de antemão que não é possível esgotar todas as possibilidades de estudos a respeito dessas temáticas no período nem analisar por inteiro tudo que o jornal produziu, prática impossível dentro da historiografia. A pretensão é trazer à luz da historiografia questões que ainda emergem latentes na atualidade, como preconceitos, violências, resistências, políticas de estado, conservadorismos, estratégias de inserção em estruturas consolidadas pela discriminação, lutas identitárias, marcadores sociais da diferença, entre outros.

O exercício historiográfico que utiliza periódicos como fonte requer cautela, principalmente por se compreender que nenhum impresso se pretende neutro, porque as percepções do social produzem estratégias e práticas capazes de justificar suas próprias escolhas e condutas (CHARTIER, 1990). Um periódico possui características e ambições que devem ser devidamente consideradas durante qualquer análise, visto a existência de múltiplos fatores e intensões que organizam sua produção e circulação. No caso de *Lampião* é preciso compreendê-lo como um veículo de comunicação com um objetivo ímpar: tornar o impresso um espaço para a representação de sujeitos marginalizados, estigmatizados, discriminados. A história, segundo Prost (1998, pp. 129-130) “toma o texto como sinal de alguma coisa que se passou e que permite descobrir e reconstituir. Ela interessa-se pelo que está no exterior do texto, independente dele, pela realidade extratextual que visa.” Assim, atribuir significado ao seu surgimento e às pautas que pretendeu representar construindo uma identidade própria, é escrever sobre o Brasil dos anos 1970 e 1980 e sobre os sujeitos ali inseridos historicamente.

1978, ano do surgimento de *Lampião da Esquina*, foi um ano de mudanças significativas no cenário político e cultural do país. A revogação do AI 5 e, conseqüentemente, de tudo que ele representava, inclusive para a imprensa, a promessa da abertura política depois de uma década sanguinolenta e a emergência de diferentes movimentos sociais em organização não podem passar despercebidos quando o impresso é tomado pelo historiador, posto que “o tempo revivido pelos textos impressos se relaciona sempre à estrutura social, mesmo quando aparentemente fala do indivíduo.” (BARBOSA, 2004, p. 06).

Luca (2006) afirma que nos periódicos existe um conjunto de crenças e valores que se pretende difundir pela palavra escrita através daquilo que se convém chamar de um “projeto coletivo”, organizado por diferentes indivíduos. Ao surgir *Lampião da Esquina* estava evidente este projeto. Havia, desde a primeira edição, por parte do conselho editorial, a vontade de trazer para as páginas discussões a respeito dos outros grupos minoritários. A primeira metodologia aplicada às fontes foi realizar um mapeamento das 37 edições para identificar através dos títulos das matérias quais eram as publicações em que estas outras minorias apareciam como enfoque do texto. A partir disso, pude perceber que mulheres, negros e indígenas estamparam as páginas do jornal através de diferentes abordagens e autorias. Não é possível contemplar tudo aquilo que foi publicado sobre estes grupos, pois de alguma forma a “luta das minorias”, como denominou o jornal, acaba se tornando o fio condutor de grande parte das publicações. No entanto, para delimitar o recorte a ser utilizado neste trabalho, separei para a análise os textos que versavam exclusivamente sobre esses sujeitos, ou seja, quando as mulheres, os negros e os indígenas foram as identidades que conduziram as discussões.

Se a principal identidade assumida pelo jornal foi construída através de suas abordagens sobre as sexualidades dissidentes, não significa que essas outras minorias não ocupassem um amplo espaço para que suas trajetórias, anseios e lutas fossem representados e alcançassem o público leitor. Desde o primeiro número existiu a preocupação do conselho editorial com a ausência de mulheres na redação do jornal, fato que resultou em uma nota de esclarecimento praticamente convocando as mulheres a ocuparem espaço no jornal. Dizia a nota que uma das ambições de *Lampião da Esquina* era discutir a violência do machismo assim como o protagonismo das mulheres no movimento feminista, em construção naquele período. Nas edições seguintes, o assunto emplacou e foi amplamente debatido em muitas oportunidades. O protagonismo das mulheres não aconteceu apenas através da temática abordada pelos textos, mas igualmente através da autoria. Muitas das publicações sobre elas também foram escritas por autoras mulheres.

Em relação aos negros e aos indígenas, identificados como minorias raciais pelo impresso, as lutas e reivindicações dessas populações em uma sociedade explicitamente racista surgem paulatinamente através do jornal. Entre os diálogos estabelecidos, há inclusive a presença de membros ligados ao Movimento Negro Unificado assinando textos e concedendo entrevista ao conselho. Se sobre os índios não há uma grande quantidade de material a ser consultado, é importante tentar compreender por quê. O significado das aparições e o espaço concedido a elas permitem identificar a alteridade exercida por um conselho editorial

homossexual frente a outras identidades marginalizadas e como acontece a representação sobre elas.

Na construção do texto, procuro dar sustentação teórica a partir das ideias de autores que apresentaram estudos importantes sobre o conceito de representação e suas implicações. De acordo com Silva (2000, p. 89), “para a teoria cultural contemporânea, a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação.” Ainda segundo o autor, há sobre o conceito de representação uma longa história que lhe confere uma multiplicidade de significados. No entanto, neste trabalho, os diálogos teóricos sobre o tema acontecem, principalmente, com as proposições elaboradas por Roger Chartier e Pierre Bourdieu. Conceitos devem ser utilizados como subsídio teórico para auxiliar no entendimento de problemáticas, jamais como “camisa de força” que engessa a pesquisa e não possibilita a abertura de outros horizontes (COELHO, 2014). O campo da História enquanto ciência capaz de legitimar o conhecimento tem se firmado através do movimento, do uso de diferentes métodos de análise e de diferentes objetos. Assim como não existem fontes que são melhores que outras, a escolha de um aporte teórico e metodológico não significa que ele seja “melhor” ou “mais eficiente”, nem exclui a capacidade que outras escolhas possam apresentar para dar conta de um mesmo tema, objeto ou discussão. A preferência pelo conceito de representação se dá devido a sua potencialidade para tratar de veículos impressos, em especial quando o impresso em questão surgiu com a pretensão de ser o “porta-voz” de determinados grupos, tornando-os presentes em suas páginas. Bourdieu (1989) identifica o “poder das representações” na construção da realidade social, o que fundamenta visões de mundo a partir dos interesses dos sujeitos e dos seus grupos. Assim, o uso do conceito possibilita compreender as intencionalidades da fonte ao apresentar este mundo socialmente construído. Em outras palavras, compreender como essa realidade cultural é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1990, p. 17).

As práticas que os grupos adquirem na tentativa de representar-se são diversas, a escrita jornalística claramente é uma delas. Ao criar um jornal alternativo com uma narrativa totalmente destoante da imprensa contemporânea, o conselho editorial de *Lampião da Esquina* gerou representações de uma realidade que pretendia escancarar. Seu interesse maior foi ver-se na imprensa, porque verificavam um silenciamento de suas causas em outros veículos. Para Chartier (1990, p. 17) “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” Portanto, os estudos sobre as representações contribuem para identificar a visão de mundo transmitida pelo

jornal aos leitores, como também auxiliam na compreensão dos tensionamentos que surgem entre os homossexuais do conselho e as outras minorias presentes nas páginas do impresso.

Outros autores são de suma importância e também se apresentam como suporte teórico e metodológico nesta pesquisa. Os estudos sobre identidade (WOODWARD, 2000), sobre a imprensa (LUCA, 2006; KUCINSKI, 2003), sobre ditadura militar (GREEN; QUINALHA; COWAN, 2015; NAPOLITANO, 2006), sobre o conceito de minoria (SODRÉ, 2005), sobre as mulheres e o feminismo (PEDRO, 2006, 2013; PERROT, 2017; PINTO, 2003; SARTI, 2004), sobre os negros no Brasil (GONZALEZ, 1982; NASCIMENTO, 1978), sobre movimento indígena (MUNDURUKU, 2012) e sobre a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), entre tantos outros temas e autores, acabam surgindo ao longo do texto. Através deste trabalho é possível perceber que diferentes caminhos foram anteriormente trilhados e que muitas contribuições foram dadas, de algum modo, para que esta pesquisa fosse feita.

A construção de uma memória que se pretende manter viva só é possível se estivermos dispostos a conhecer seus agentes e mantê-los presentes nas discussões da História. Observo *Lampião* como uma fonte fértil para os estudos do tempo presente. Penso que as lutas travadas naquele momento não apenas continuam urgentes e necessárias, mas fornecem uma gama de conhecimentos sobre os sujeitos que, pelas páginas de um impresso alternativo, se fizeram ouvir. Embora seja passível de críticas o status social que ocupavam os editores – o conselho era formado por homossexuais homens e economicamente abastados que gozavam de um certo prestígio social –, é preciso situar a emergência do jornal como um acontecimento de seu próprio tempo. Se apresentou falhas, é importante que se diga quais, mas sem esquecer que ele trouxe ao público assuntos invisíveis à grande parte da população e debates imprescindíveis para o entendimento da diferença e a necessidade de respeitá-la.

Também é importante constatar que a boa vontade dos historiadores não é, por si só, suficiente para reparar um passado doloroso, porém, trazer esse passado para o estudo do presente, fornecendo o conhecimento às gerações que não o vivenciaram, mas convivem com o seu peso através dos rastros, pode ser uma tarefa útil quando se deseja não repetir o desprezível. Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 55), propõe uma distinção entre os conceitos de comemoração e rememoração. Aproprio-me da ideia da autora, para quem na comemoração se corre o risco de deslizar perigosamente “para o religioso ou, então, para as celebrações de Estado, com paradas e bandeiras.” Já rememorar implica outras atitudes e finalidades. Tal rememoração, diz Gagnebin,

implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a essas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. (GAGNEBIN, 2006, p. 55).

Assim, não comemoramos *Lampião*, seus editores, colaboradores e colaboradoras. Rememoramos ele, porque oficializou uma coisa que se se vivia e não era exposta (MATOGROSSO, 2016) e o situamos em um período histórico específico, período este que dependeu da ousadia de alguns e custou a vida de tantos outros para que fosse possível florescer um novo tempo. Não é meu objetivo glorificar o jornal ou colocá-lo em um pedestal para que haja adorações, mas compreender a tarefa difícil de agrupar diferentes sujeitos em suas múltiplas identidades para enfrentar discriminações históricas.

Se as ditaduras latino-americanas foram visivelmente cruéis na violação dos direitos humanos, e se “quando despontaram as condições de transição, os discursos começaram a circular e demonstraram ser indispensáveis para a restauração de uma esfera pública de direitos” (SARLO, 2007, p. 47), é preciso compreender quais foram as vozes ouvidas e por que certos grupos ficaram à margem dos estudos historiográficos por tanto tempo. James Green e Renan Quinalha advertem sobre as relações estabelecidas entre a ditadura militar e as homossexualidades:

Quem trabalha para buscar a memória e a verdade sobre o regime militar tem que ampliar o campo de visão para entender todas as maneiras em que a ditadura influenciava e afetava a sociedade brasileira. As lésbicas, os gays e as travestis também foram e seguem sendo vítimas da repressão, do discurso moralizador e do conservadorismo na política. Gays e lésbicas também foram protagonistas da enorme mobilização que logrou enfraquecer e derrubar a ditadura para criar uma nova situação mais democrática que, apesar de suas limitações, permitisse conquistar direitos e novos espaços dentro da sociedade brasileira e por um país mais justo. (GREEN; QUINALHA, 2015, p. 25).

Escrever sobre o jornal *Lampião da Esquina* é, sobretudo, falar das relações de gênero e das discussões que as envolvem. Mas é também expandir o leque e lembrar que o conceito minoria é amplo e abriga distintos sujeitos e reivindicações. Por isso, essa dissertação divide-se em três diferentes capítulos, cada qual com objetivo próprio, mas todos entrelaçados pelas páginas do impresso.

Durante a elaboração do projeto, ao estabelecer a divisão dos capítulos, a preocupação era entender, basicamente, a relação entre o jornal e as mulheres e entre o jornal e as minorias

étnico-raciais (negros e indígenas). A estrutura definida foi um pouco “objetiva” demais, pois organizava isoladamente um capítulo para cada grupo. Durante a leitura, as próprias fontes acabaram suscitando um problema, a partir do qual foi preciso repensar a estrutura de todo o texto. Não existe uma mulher se relacionando com o jornal, mas mulheres. Da mesma forma que não se pode compreender o sujeito negro como um sujeito universal, representativo de todo o grupo. O que alguns dos textos analisados apresentaram durante a investigação foi a noção de um sujeito tecido por vários fios, o pluralismo das identidades (HALL, 2000). O texto onde essa percepção se torna explícita foi escrito pela teórica negra brasileira Lélia Gonzalez (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 12), onde ela narra o “retrato” da mulher negra. No texto, nos deparamos com a abordagem sobre um sujeito que é mulher e negro, ou seja, uma minoria sexual e racial. A análise desse texto, como de alguns outros, só seria possível a partir dos estudos daquilo que conhecemos hoje como “interseccionalidade”, a compreensão de que existem sujeitos onde os marcadores identitários se cruzam, potencializando opressões. Portanto, foi necessário pensar em outra organização para dissertar a relação entre *Lampião* e as minorias.

No primeiro capítulo, procuro situar a fonte no contexto político e cultural do Brasil dos anos de 1970, elencando as circunstâncias que propiciaram sua aparição, bem como a emergência de novos sujeitos na cena pública e os debates que o jornal propôs representar. Traço a apresentação do jornal *Lampião da Esquina* enquanto um material com singularidades dentro da imprensa alternativa e quais são seus elementos considerados mais importantes. Apresento as suas potencialidades enquanto objeto de pesquisa para a História, considerando as bandeiras que ergueu, a linguagem que utilizou e o espaço que alcançou. Em um subcapítulo específico procuro identificar qual seu entendimento sobre o termo “minorias”, recorrente em todas as edições, e quais sujeitos o termo comportou no interior de suas páginas. Ainda neste capítulo, apresento os pressupostos teóricos que sustentam a ideia de interseccionalidade, sua trajetória nos estudos sociais e como ela pode se tornar uma chave de leitura possível às publicações.

No segundo capítulo, disserto sobre a emergência do feminismo de segunda onda no Brasil (PEDRO, 2013) e, a partir de dados quantitativos elaborados em tabela e gráficos, apresento o caminho que percorreu as discussões sobre as mulheres e o feminismo através do jornal. Para isso, identifico os temas mais recorrentes através da autoria das próprias mulheres e aqueles que surgem pelos textos escritos por homens. Procuro interpretar quem eram as autoras e os autores, por que alguns temas são recorrentes e quais as linguagens utilizadas para a construção das representações, observando a intencionalidade de cada uma delas.

Por fim, no terceiro e último capítulo a análise ocorre em torno das representações negra e indígena presentes no periódico. Durante a década de 1970, tanto o movimento negro quanto o movimento indígena despontavam no cenário político e cultural. Como o jornal leu esses protagonismos e como estabeleceu contatos para que as pautas compusessem seus textos é o objetivo principal do capítulo. Nele, há uma contextualização dos movimentos e, novamente, através de tabela e gráfico quantitativos o apontamento de quais foram os temas que chegaram ao público pelas páginas de *Lampião*. É neste capítulo, também, que retomo a questão interseccional ao lembrar dos textos que trabalharam os sujeitos a partir do cruzamento de suas múltiplas identidades. Ao interseccionar os marcadores sociais da diferença, o jornal elaborou o entendimento de que sexo, sexualidade, raça e classe, por exemplo, em intersecção condicionam a situações onde se potencializam as desigualdades.

Por questão metodológica, a organização do capítulo 2 e do capítulo 3 – quando neste disserto sobre os negros nas páginas do jornal – há divisões por “temas aglutinadores”. Isso não significa, contudo, que nas discussões presentes em cada um dos subcapítulos não se perceba tantas outras costurando os textos e suscitando novas questões ao debate. A divisão foi construída a partir daquilo que o jornal apresenta como fio condutor em cada texto publicado, como bem mostram as tabelas (anexos A, B, C) e os gráficos (1, 2 e 3).

A elaboração dos três capítulos foi pensada com a finalidade de responder aos problemas levantados tanto no início quanto no decorrer da própria pesquisa. Embora a escrita não contemple tudo o que ainda pode ser dito a respeito deste impresso, ela elucida que as representações construídas sobre as minorias podem obedecer a uma outra lógica, mostrando que as lutas empreendidas por esses grupos são importantes demais para a construção da cidadania.

1 LAMPIÃO DA ESQUINA: NA IMPRENSA ALTERNATIVA UMA NARRATIVA QUE DIVERGE

Historicamente, os periódicos atuaram na construção de pensamentos e hábitos passíveis de serem compartilhados. No Brasil, especificamente, onde “a história do país e a história da imprensa caminham juntas” (LUCA; MARTINS, 2008, p. 08), os jornais impressos contribuíram e contribuem na atribuição de significados diversos a quem se dedica a lê-los, bem como representam estrategicamente determinados grupos e suas demandas, mantendo-se posicionados frente às mais diversas e importantes questões. A compreensão de Bourdieu (1989) de que os agentes sociais constroem uma visão de mundo através do trabalho das representações com o objetivo de imporem uma visão de mundo que é sua, de sua posição e de sua identidade social, adquire sentido ao passo que não é exagero afirmar que aquele que lê busca no texto uma auto identificação. Através da leitura, há um anseio pelo sentir-se representado, do contrário, o objetivo de atingir o leitor pela escrita torna-se ineficaz, mesmo que essa escrita muitas vezes fale mais daquele que escreve do que sobre a quem se direciona. Assim, foi na busca pelo “sentir-se representado” que surgiu o jornal mensário *Lampião da Esquina*.

Lampião da Esquina nasceu através da ação de jornalistas e intelectuais homossexuais descontentes com a representatividade homossexual que dispunham na imprensa brasileira. A ideia de criar um jornal “homossexual” partiu do jornalista João Antônio Mascarenhas que convidou outros jornalistas homossexuais para executar a tarefa (SILVA, 2016). Influenciados pela leitura do jornal estadunidense *Gay Sunshine Press* e após conhecerem o diretor do jornal Winston Leyland que estava em visita ao Brasil, o grupo decidiu criar uma publicação parecida onde as vozes homossexuais e seus múltiplos anseios fossem expostos ao público leitor do país (LAMPIÃO, 2016). Em abril de 1978, em edição experimental, chegou às bancas do Brasil o jornal que causaria alegria em alguns e desconforto em tantos outros nos três anos seguintes. Na edição publicada como número zero, o conselho editorial apresentava-se; era formado pelos jornalistas Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas, pelo crítico de cinema Jean Claude Bernardet, pelo cineasta e escritor João Silvério Trevisan, pelo artista plástico Darcy Penteado e pelo antropólogo inglês Peter Fry. Antes de apresentar os nomes que compunham o impresso que surgia, um enunciado explicava os motivos de sua criação:

A ideia de publicar um jornal que, dentro da imprensa alternativa, desse ênfase aos assuntos que esta considera “não prioritários”, surgiu em novembro do ano passado e provocou uma série de reuniões; na principal delas, realizada em São Paulo, onze

peessoas assumiram o que a mesma imprensa alternativa chamava de “compromisso histórico”: estava criado LAMPIÃO, e ficou decidido que os onze criadores formariam um Conselho, encarregado de traçar a linha editorial desta publicação (LAMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 2).

Para Pierre Bourdieu (1989), o porta voz é aquele capaz de representar o grupo, anunciando sua existência e com pleno poder de falar em nome dele. Certamente, a afirmação de que estariam assumindo um “compromisso histórico” possui um significado simbólico: a pretensão do conselho editorial através do jornal *Lampião* era justamente abarcar e representar em seus textos sujeitos excluídos dos demais veículos jornalísticos. Ao assumir tal compromisso, o jornal assumia, conseqüentemente, o título de porta-voz de um grupo específico: os homossexuais.

Seu primeiro número contemplou dezesseis páginas, aumentando para vinte com o passar dos meses. Próprio de seu tempo, foi um jornal inteiramente datilografado. Aguinaldo Silva (2016) fala sobre a dificuldade que era montar suas páginas, o trabalho físico era executado por ele e por Adão Costa. As capas, bem como todas as ilustrações que estampavam as páginas, eram elaboradas a partir de recortes de imagens coladas cuidadosamente para que o formato saísse preciso na impressão. De formato tabloide, consistia em um impresso altamente colorido e imagético, o que não deixava de fora a densidade dos textos que compunham as matérias. Era dividido em sete seções: “Opinião”; “Ensaio”; “Esquina” (com artigos variados); “Reportagem”; “Literatura” (geralmente publicados poemas e contos); “Tendência” (divulgava obras culturais como livros, peças e exposições); “Cartas na Mesa” (eram publicadas as cartas escritas pelos leitores). A partir da edição número cinco foi acrescentada a seção “Bixórdia” que contemplava diversas fofocas do mundo homossexual. Bixórdia também era o nome da festa elaborada pela editora Lampião da Esquina para comemorar os aniversários do jornal e onde diferentes artistas, famosos e anônimos, agraciavam com suas belas e divertidas apresentações. Além destas seções fixas, em diferentes edições, números grandes de páginas foram ocupados por entrevistas com personalidades conhecidas no ambiente social e intelectual brasileiro. Entre tantos outros nomes, concederam entrevistas ao jornal: o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio Lula da Silva; o estilista renomado Clodovil Hernandez; os cantores Leci Brandão e Ney Matogrosso; o jornalista e ex-militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Fernando Gabeira; o teórico e ativista do Movimento Negro no Brasil, Abdias Nascimento; os escritores Cassandra Rios e Paulo Coelho; a feminista e reconhecida sexóloga Marta Suplicy; e as atrizes Zezé Mota e Rogéria. Embora durante as entrevistas fossem abordadas diferentes questões

relacionadas a atuação profissional e militante dos entrevistados, geralmente eles eram orientados a falarem sobre a temática principal do impresso: as homossexualidades.

Seu primeiro número chegou às bancas apenas como *Lampião*. Ao lado do nome havia a imagem simbólica de Virgulino Ferreira, o cangaceiro Lampião que, segundo Aguinaldo Silva (2016), era o símbolo máximo do machismo no país. Essa combinação transmitia a ideia de que o jornal teria vindo para se posicionar através da sátira. No entanto, mais que uma brincadeira, a mensagem principal era de posicionamento frente a questões latentes na sociedade da época, visto que “*Lampião da Esquina* foi o primeiro, em âmbito nacional, a abordar a questão da sexualidade, e principalmente da homossexualidade, além de lutar contra a repressão e o preconceito.” (RODRIGUES, 2015, p. 90).

Embora 1978 fosse um ano emblemático na história do país, principalmente pelo anúncio de uma “abertura política” pelo governo do general Ernesto Geisel, a sociedade brasileira ainda sentia as políticas de Estado de uma ditadura que desde 1964 agia através da repressão. Frente à violência representada pelo Estado brasileiro, a oposição civil à ditadura militar foi organizada por diferentes setores da sociedade. Desde a luta armada no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 até a organização dos movimentos sociais na transição da década de 1970 para 1980, diferentes grupos se instrumentalizaram estrategicamente para divulgar suas reivindicações e estabelecer contato com a sociedade a fim de derrubar um regime visivelmente violento (NAPOLITANO, 2006). Movimentos diversos apresentavam descontentamento social e político e, em um contexto de crescente combate, tanto a grande imprensa como a imprensa alternativa mantiveram uma atuação importante na oposição política, na luta por direitos e na reconquista da democracia. De acordo com Aguiar (2008, p. 235) foi “graças à ditadura de 1964, que o conceito alternativo ficou associado a uma posição antigovernista generalizada” e, entre os veículos que embarcaram nessa missão oposicionista, estava o tabloide *Lampião da Esquina*.

Ao escrever a obra *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, o jornalista e cientista político Bernardo Kucinski tornou-se referência na temática e tem sido base fundamental para os estudos que versam sobre este modelo jornalístico. De acordo com Kucinski (2003, p. 16), “a imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham, e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade.” Se não foram poucos os jornais que se lançaram entre 1964 e 1980 em oposição à ditadura militar, igualmente não foram poucas as brigas compradas pela imprensa “nanica”,

nome dado pelo escritor João Antônio numa alusão ao episódio bíblico de Davi e Golias (AGUIAR, 2008).

Com o decreto do Ato Institucional de número 5, o AI-5, que conferiu ao presidente da república poderes para a imposição de censura prévia nos veículos de comunicação, muitos dos jornais de grande circulação tiveram que lidar com a proibição de suas publicações. Essa censura foi operada de diferentes formas: alguns jornais contavam com a presença de censores dentro das redações e outros, motivados pelo medo, optaram pela autocensura. Situação conhecida sobre o período, lembremos as receitas de bolo publicadas no jornal O Estado de São Paulo, indicativo de que naquele espaço do impresso uma reportagem havia sido censurada. Neste ambiente de guerra declarada, vários jornalistas começaram a integrar a imprensa alternativa, naquele momento vista como a única possibilidade de veicular seus textos. Questões como democracia, sistema econômico e respeito aos direitos humanos mostraram-se imprescindíveis a esses profissionais que buscavam, através das publicações destoantes, erguer bandeiras escondidas ou proibidas no jornalismo tradicional. Por mais que a maioria desses veículos não tivesse um período longo de existência, alguns tomaram fôlego com o tempo e se consolidaram como parte importante da história da imprensa brasileira. De todos os jornais alternativos do período, *O Pasquim* (1969-1991) é, talvez, o mais lembrado pela historiografia devido ao alcance que teve pelas abordagens ousadas e de enfrentamento ao regime. No entanto, apesar de menos conhecidos, outros veículos também se propuseram a questionar a ordem então vigente e expor feridas abertas que necessitavam de atenção, como o *Flor do Mal* (1971), o *Bondinho* (1971), o *Opinião* (1972), o *Ex* (1973), o *Versus* (1975), o *Movimento* (1975) e o próprio *Lampião da Esquina* em 1978 (RODRIGUES, 2015).

Influenciada pela contracultura norte-americana, considerável parte da imprensa alternativa abordava elementos ligados aos costumes e ao comportamento, o que não significa, por exemplo, que parte dela tenha assumido um cunho propriamente político. Barros (2003) escreve sobre a importância que tiveram os movimentos contraculturais estadunidenses na elaboração e consolidação das temáticas levantadas pelos jornais alternativos brasileiros. Para a autora, o movimento que deu o pontapé inicial “contrapunha-se aos padrões de objetividade do jornalismo tradicional americano e permitia o exercício da subjetividade e vivência das situações durante a própria reportagem.” (BARROS, 2003, p. 64). Assim, a imprensa nos trópicos reagiu a uma moral conservadora, representada tanto pelo governo como pela sociedade civil, que ditava normas e regras de vivências culturais e se lançou como uma contraposição aos discursos endossados, muitas vezes, também pela grande imprensa, desta fugindo em forma e conteúdo.

Característica do jornalismo, as bandeiras levantadas pelos impressos alternativos eram diversificadas a depender do seu conselho editorial, no entanto, quando as discussões apresentadas publicamente foram a respeito das minorias sociais, o jornal *Lampião da Esquina* é, talvez, o mais lembrado e o mais pesquisado devido ao volumoso debate que acumulou. Foi um jornal que floresceu como porta voz de identidades marginalizadas, as quais puderam encontrar nele “uma nova luz nos becos escuros do preconceito” (RODRIGUES, 2015, p. 90). Ao anunciar a causa homossexual como uma insígnia real, o impresso denunciava a ausência dessa discussão na imprensa de modo geral, fosse ela tradicional ou alternativa. Era importante que os próprios homossexuais construíssem um veículo de comunicação para que suas percepções de mundo e suas lutas, que também eram lutas políticas, fossem discutidas e apresentadas ao grande público, processo com potencial para criar o que Stuart Hall (2002) denomina de “identificação politizada” a depender da representação que se faz. A criação do jornal *Lampião da Esquina* era uma declaração de existência: “Com licença, esquerda e direita, aqui estamos” (TREVISAN, 2016).

Os editores do jornal creditam a falta de uma discussão elaborada sobre os homossexuais na grande imprensa ao crivo da censura que se direcionava principalmente aos jornais tradicionais. (LAMPIÃO, 2016). Entretanto, quando essa mesma imprensa noticiava alguma coisa a respeito, as abordagens que orientavam os textos eram expressões de falta de conhecimento e preconceito. Em muitas oportunidades, *Lampião da Esquina* teceu críticas ao jornalismo brasileiro pela discriminação dispensada às publicações. Glauco Mattoso, por exemplo, enfatizou essa presença no jornal *Notícias Populares*, em setembro de 1978:

Em oito dias, só no mês de julho, NOTÍCIAS POPULARES estampou manchetes de primeira página envolvendo homossexuais, das quais seis eram destaque principal da edição. São as seguintes: “Homossexuais sequestram dois irmãos em SP” (dia 11); “Mãe acha que travestis mataram um dos filhos” (dia 12); “Homossexual é suspeito de ocultar um crime” (dia 13); “Escapei do inferno dos homossexuais” (dia 18); “Polícia caça homossexual sequestrador” (dia 20); “Dois casamentos de homossexuais revoltam o povo” (dia 21); “Mistério: homens que se casaram sumiram” (dia 21); “Lésbica matou Dulcineia que lhe negou amor” (dia 31). O teor dos subtítulos e entretítulos é o mesmo, por exemplo: “Máfia do sexo age na Boca do Luxo da cidade”; “Corrupção e tóxicos na rota dos sequestradores”; “Drogado no cárcere privado”; “Ia ser vendido no Rio ou Bahia”; “200 quilos de maconha na rota dos mafiosos”; “Carlinhos teria sido vítima dos travestis”. etc...etc...

Se os fatos realmente se deram? Claro, algo serviu de ponto de partida. Ninguém vai negar que ocorram sequestros, tráfico de drogas, homicídios, casamentos. Afinal, todos somos, de alguma maneira, vítima dessas coisas. Mas a questão é que o repórter pode deturpar fatos verídicos, pode inventar fatos que não sucederam e, pior ainda, pode associar uma coisa com outra e tirar conclusões. [...]

Fatos verídicos ou não, o que importa é o tratamento tendencioso que lhes é dado no texto da reportagem. [...] Expressões capciosas como “segundo se sabe” abrem caminho a generalizações simplesmente injuriosas. [...]

Se a mentalidade popular é preconceituosa, a atitude de tais órgãos é muito pior, não só porque alimentam o preconceito, mas porque o exploram. Ou seja: faturam às custas dos “réus” e dos inocentes úteis que os lêem. E agora, quem é o criminoso? (LAMPÍÃO DA ESQUINA, setembro de 1978, n. 04, p. 05).

Ao longo da matéria que é acompanhada por uma foto da capa do jornal Notícias Populares e sua chamada sensacionalista, Matoso faz uma análise das reportagens incriminatórias que o jornal escreve sempre associando homossexuais à criminalidade. Com isso, o autor denuncia a existência de “toda uma ideologia popular cristalizada por trás daquelas manchetes garrafais, a qual elas alimentam e fomentam” (*Idem*, p. 05). *Lampião da Esquina* estreou justamente para se contrapor a publicações como esta que insistentemente apareciam nos mais diversos veículos de comunicação. Em cada denúncia, o jornal reafirmava a necessidade de se romper com uma linguagem jornalística que apenas reforça estereótipos e induz à discriminação.

Cada página de *Lampião da Esquina* desacreditava as imposições heteronormativas¹⁴ que sedimentavam o pensamento conservador do período e propunha como temática principal, através de uma escrita ousada que alternava seriedade e deboche, apresentar as diferentes manifestações da sexualidade humana como algo normal e prazeroso. Em sua apresentação primeira, sob o título “Saindo do gueto”, o jornal refletia a busca de uma posição representativa diante do público a que se destinava:

[...] Mas um jornal homossexual, para quê? [...] É preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes¹⁵ e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. (LAMPÍÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 02).

Controlar a sexualidade é controlar o próprio corpo e o desejo que dele emana, o que, de certa maneira, caracteriza relações autoritárias e limita o poder de ação daquele que é subjugado. Michel Foucault (2015, p. 112) escreve que “nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.” A partir desta identificação, o jornal construiu uma estratégia de reação ao poder

¹⁴ “A heteronormatividade pode ser definida como a norma que regula, justifica e legitima a heterossexualidade como uma forma de sexualidade mais natural, mais válida e mais normal em detrimento das outras, vistas como negativas e inferiores.” (OLIVEIRA, 2017, p. 27).

¹⁵ A palavra de origem espanhola pode ser traduzida para a língua portuguesa como “modos afetados”; “trejeitos”.

repressivo estabelecido e afirmou, pela identidade homossexual, sua própria existência e o manifesto de suas reivindicações. Com isso, estabeleceu que os homossexuais eram sujeitos de direito e capazes de falar por si próprios.

Sua primeira edição foi apresentada na banca da Cinelândia, no Rio de Janeiro. A notícia de que seria lançado um jornal homossexual se espalhou e a população acompanhava de longe, receosa de que a polícia chegasse para prender os editores. A prisão não aconteceu e, a partir daquele dia, o jornal começou a circular mensalmente por todo o país (LAMPPIÃO, 2016).

Para que o jornal chegasse às bancas, foi necessária toda uma logística para convencer os jornalheiros, porque, por se tratar de um tema perseguido pelo regime, os riscos da publicação eram visíveis: “Era um jornal de veado, eles não queriam levar aquilo!” (SILVA, 2016).

O número experimental do tabloide também foi entregue na casa de algumas pessoas escolhidas pelos próprios editores envolta em um papel pardo para não comprometer quem o recebesse. (RODRIGUES, 2015). A descrição com que o material saiu da impressão revelava o conteúdo estampado em suas páginas. Na capa, duas chamadas principais: “Homo eroticus: um ensaio de Darcy Penteado” e “Celso Curi processado. Mas qual é o crime desse rapaz?” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 01).

Figura 01: Capa do Jornal *Lampião da Esquina*, edição nº zero.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, abril de 1978.

O ensaio “Homo Eroticus” contempla a escrita de Penteado sobre o erotismo homossexual na arte. O autor traça um panorama do que já havia sido produzido no Brasil a respeito do assunto, e atribui a si próprio a criação de uma arte “erótico-homossexual”. Já a reportagem sobre o processo sofrido pelo jornalista Celso Curi apresenta-se como denúncia:

Colunista mais lido da Última Hora de São Paulo, responsável direto pelo aumento de vendagem do jornal, Celso Curi, o rapaz da “Coluna do Meio”, foi demitido em novembro de 1977 sob o pretexto de “contenção de despesas”. A demissão, na verdade, era apenas mais uma etapa da campanha contra o jornalista que ousou transformar em assunto diário do jornal um tema até então considerado tabu: o homossexualismo. Por causa disso ele também foi incurso no Art. 17 da Lei da Imprensa – “ofender a moral e os bons costumes” – e, processado, poderá ser condenado a um ano de prisão. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 06).

Em entrevista ao documentário *Lampião da Esquina* (2016), Celso Curi relembra as ameaças sofridas por conta das suas publicações: “Eu recebi uma carta escrita com sangue três dias depois que saiu a Coluna do Meio. Alguém falando que ia me matar, que eu era uma aberração. Eles queriam que eu desaparecesse. Logo depois eu já fui chamado para explicar por que eu estava escrevendo essa coluna.” (CURI, 2016). Solidários com o colega jornalista, o conselho editorial de *Lampião* aposta na denúncia de sua perseguição como uma ação necessária contra o silenciamento imposto a todos eles. O jornal evidencia os riscos que correm aqueles que se levantam contra um conjunto de prescrições, nas quais está subentendido que o homossexual não tem direito à voz.

O contexto da ditadura militar estava colocado em um cenário político bem mais amplo. A guerra fria protagonizada pelo comunismo soviético e pelo capitalismo norte americano ressoava em grande parte da América Latina, onde ditaduras eram implantadas em alianças com os Estados Unidos. Nesse cenário, diferentes medos alimentavam o pensamento estatal brasileiro e, pela propagação desses medos, buscava-se justificar a repressão a diferentes sujeitos. A homossexualidade era vista pelo regime como “parte de uma série de ameaças degenerativas à segurança nacional anticomunista” (COWAN, 2015, p. 29) e precisava ser combatida em diferentes frentes. Órgãos como o Serviço Nacional de Investigação (SNI), o Departamento de Polícia Federal (DPF), a Escola Superior de Guerra (ESP), o Centro de Informações do Exército (CIE), entre outros, agiram sistematicamente para conter o avanço de “pederastas”, pois, para esses órgãos, a normatização da homossexualidade representava uma degradação moral imposta pelo Movimento Comunista Internacional que buscava nos sujeitos homossexuais mecanismos para a infiltração revolucionária no país. (COWAN, 2015). Isso

escancara o tratamento dispensado aos homossexuais, e o processo sofrido por Celso Curi enquadra-se nessa política de sistemática perseguição.

Ainda na edição experimental, o jornal declarou que alguns outros grupos sociais se encontravam historicamente submetidos à lógica da discriminação e, por isso, mereceriam atenção nas abordagens do jornal. E nomeou quais eram os sujeitos que pretendia “representar”: “Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias.” (LAMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 02). Com essa pretensão ousada, o tabloide se fez enxergar não apenas entre a imprensa alternativa, mas no universo jornalístico como um todo. Até julho de 1981, quando foi publicada sua última edição, *Lampião da Esquina* construiu história como o maior jornal declaradamente homossexual da imprensa brasileira e a apropriação de determinados discursos tornou o impresso um mosaico de pautas políticas e culturais.

O jornal abriu fissuras naquilo que estava colocado como regra, penetrou em “regiões do discurso altamente proibidas” (FOUCAULT, 2014) e lutou não apenas contra um regime que silenciava de diversas formas os grupos marginalizados no debate público, mas enfrentou avidamente os discursos da medicina que estigmatizavam os homossexuais como pessoas doentes. Dos tratamentos dispensados às publicações, o mais emblemático é, talvez, a linguagem que adotou para compô-las. Seus textos expressavam uma visão positivada a respeito de indivíduos, situações e vivências retratados como imorais e condenáveis por outros veículos, pela política de estado e pela sociedade. Com isso, o jornal alcançou, não apenas pela técnica, mas igualmente pela inteligência da linguagem, um status de formador de opinião, levando em conta que “as maneiras de falar não são inocentes, e a língua que se fala estrutura as representações do grupo a que se pertence ao mesmo tempo que, por um processo circular, dele resulta” (PROST, 1998, p. 130). De acordo com os editores, o objetivo era, também, atingir a bicha do subúrbio e não apenas o gay intelectual. Para isso, a linguagem utilizada pelo conselho editorial e pelos colaboradores buscou conectar nomenclaturas conhecidas no universo homossexual underground. Bicha, boneca, veado, entendidos, “guei”, entre outras, eram palavras constantemente utilizadas pelo periódico ao fazer referência aos homossexuais. (LAMPIÃO, 2016). E isso é explicado pelo próprio jornal quando, na edição 03, Aguinaldo Silva elabora uma nota justificando a escolha dos termos: “As palavras: para quê teme-las?”

Muita gente se declarando indignada pelo fato de LAMPIÃO utilizar, com muita frequência, palavras tidas como pejorativas: bicha, boneca, etc, às quais o uso comum deu sempre um tom de ofensa, de epíteto humilhante. [...]

O uso de tais palavras em LAMPIÃO da Esquina, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para em seguida desmitificá-las. Vejam bem, até agora elas foram usadas como ofensa, serviram como o meio mais simples para mostrar a “separação” que existe entre o nosso mundo e o dos outros. [...]

A primeira coisa a fazer, portanto, é perder o medo das palavras. O caminho para isso é usá-las: bichas, bonecas, etc... (quanto a veado, ao vê-la escrita – ou ouvi-la – deve-se sempre lembrar o belíssimo animal que ela designa: esta palavra significa apenas isso). [...]

[...] Fazer ironia velada ou não em torno da homossexualidade velada das pessoas sempre foi uma prática de alguns representantes da imprensa machista que, para isso, contaram sempre com a cumplicidade do silêncio: os atingidos, com medo que a repercussão fosse ainda maior, preferiam, à resposta, ficar recolhidos à sua suposta insignificância. Nossa posição é oposta: se nos chamarem de bichas respondemos que somos mais que isso – somos trichas. (LAMPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1978, n. 03, p. 05).

Existe neste texto a explicação para algo que acompanhou toda a construção dos textos publicados em *Lampião da Esquina*. A ressignificação dos termos compreendidos como pejorativo na lógica da discriminação, que aqui tomam forma de ferramenta política, desestabilizando a ação daquele que oprime quando o termo não pode mais ser considerado ofensa. Logo abaixo do texto que menciona “veado” apenas como um belíssimo animal, uma charge apresenta um veado sendo salvo pelo caçador. Considerando que a imagem fornece uma representação particularmente instrutiva para aquele que a olha (PROST, 1998), com um caráter cômico a charge objetiva a desnaturalização da conotação muitas vezes violenta que o termo “veado” pode carregar. Porém, ao mesmo tempo, ela apresenta um animal sendo caçado, à espera da morte. Uma alusão sincera à realidade duramente vivenciada por muitos homossexuais, como bem noticiou o jornal ao longo das edições

Figura 02: Charge publicada no Jornal *Lampião da Esquina*, edição nº 03.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, Julho/Agosto de 1978, página 05.

A persistência das terminologias possui um propósito e pode ser compreendida como prática atuante na construção de identidades, uma vez que “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2000, p. 08). A separação entre o “nosso mundo” e o “mundo dos outros” é colocada no texto de forma explícita, demonstrando que há uma divisão evidente entre os homossexuais e os outros e, conseqüentemente, indica a quem a nota se direcionava. No entanto, a dedicação da escrita a um determinado grupo não pode ser consolidada como a única forma de apreensão do conteúdo exposto.

A relação escrita e leitura indica que, mesmo que haja uma apropriação própria do leitor àquilo que lê e que esta apropriação nem sempre está ligada à intenção do autor, “o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada.” (CHARTIER, 1990, p. 123). Se a proposta do jornal, desde sua primeira publicação, foi atingir um público carente de representação, a forma como essa representação era estampada contribuía para a curiosidade de leitura de diferentes públicos. *Lampião* não foi lido apenas por homossexuais ou por outros grupos minoritários, ele teve alcance direto em diferentes segmentos, inclusive na classe intelectual acadêmica. Aguinaldo Silva lembra ainda que o vendedor de uma das bancas onde o jornal estava exposto contou o fato de o reconhecido sociólogo Fernando Henrique Cardoso comprar o jornal e pedir para que o embrulhasse, estratégia para não ser descoberto. Este caso revela que, por mais que o direcionamento da escrita fosse a determinados grupos, o tabloide deu um passo a mais e percorreu caminhos diferenciados. Ainda segundo o jornalista, a partir da quarta tiragem, de norte a sul do Brasil, em todas as bancas estava *Lampião* e o reconhecimento do emplacamento do tabloide se mostrava nas milhares de assinaturas mensais. “Não era uma brincadeira de bichinha, era um jornal” (SILVA, 2016).

Embora não utilize esse material como suporte para análise neste trabalho, a leitura da seção *Cartas na Mesa* auxilia na compreensão do alcance que o jornal teve em diferentes regiões do país¹⁶. De norte a sul, leitores, homens e mulheres, escreviam suas impressões sobre o material lido e apresentavam as mais variadas sugestões. Na maioria das vezes, as cartas eram publicadas e, logo abaixo, respondidas por algum dos editores. Os leitores que se dirigiam ao

¹⁶ Sobre as relações estabelecidas entre o jornal e seu público leitor através da análise da seção *Cartas na Mesa*, ver: SOUTO MAIOR JR, Paulo Roberto. Escrever para inscrever-se: epistolografia homossexual nas páginas do *Lampião da Esquina* (1978-1981). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 254 - 282. set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308192016254>.

jornal, muitas vezes divergiam a respeito dos assuntos abordados. Mas quando as cartas recebidas eram publicadas, recebiam respostas à altura, como é o exemplo de duas cartas que na edição de número 01 receberam o título de “Passa fora, machão”:

Ilmos. Srs.: estou devolvendo a V. Sas. o número de seu jornal que me foi endereçado, e não gostaria de continuar recebendo, pelo simples fato de não ter interesse por esse gênero de leitura. Obrigado e atenciosamente. **(Carlos R. S. – Rio).**

Tendo recebido, sem ter pedido, o exemplar do seu jornal, manifesto que não quero receber outro. **(Bruno E. C. – Porto Alegre)**

R.: Há algo de errado com Carlos, o carioca, e o gaúcho Bruno. Lampião provocou uma enorme curiosidade entre os machões, todos ansiosos por receber, assinar, ler o jornal. Por que será que estes dois se mostraram tão indiferentes? (LAMPIÃO DA ESQUINA, maio de 1978, n. 01, p. 14).

Sobre as cartas recebidas, essas duas, especialmente, é importante ressaltar que a leitura que se faz de um texto não está, necessariamente, ligada ao propósito do seu autor, como explica Chartier (1990, p. 136) ao dizer que “as práticas que deles - dos textos - se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas.” As queixas apresentadas pelos leitores podem ser explicadas através daquilo que a leitura de um material com esse enfoque pode representar. A leitura do jornal *Lampião da Esquina* poderia ser interpretada como um indicativo, se não da homossexualidade, da concordância com o exercício da prática. Aliás, a confissão da homossexualidade foi uma temática insistente do jornal desde seu início, e isso pode ser percebido em um texto de autoria de João Antônio Mascarenhas para a edição de número 02:

Assumir-se, no caso, significa o processo de aceitar com naturalidade a condição de homossexual, sem alardeá-la, mas sem escondê-la. Isto não se consegue nem rápida nem facilmente, mas, em geral, a duras penas, depois de angústias e frustrações. Valerá o esforço? Creio que sim. Não pretendo enumerar todos os motivos, mas alguns deles:

1º - sentimo-nos desobrigados de fingir, livrando-nos do peso da mentira e da tensão provocada pelo terror de sermos descobertos.

2º - Dispensamo-nos da hipocrisia, de participar do jogo dos outros, do eu-faço-que-escondo-e-você-faz-que-não-vê, via de regra as pessoas simulam ignorar o homossexualismo dos que as rodeiam para que eles conheçam os seus lugares, não se manifestem, sigam as regras, curvem-se calados, gratos, até, pelo bom tratamento. [...]

8º - Sentir que estamos trabalhando para a construção de um mundo melhor, onde os direitos humanos e os das minorias, sejam respeitados, pois o assumir se constitui um ato essencialmente político, através do qual o indivíduo reconhece-se como integrante de um grupo oprimido, primeiro e indispensável passo para lutar contra a opressão. Evidentemente, quem teme defender-se, pelo receio de identificar-se, não se encontra preparado para fazer-se respeitar. [...] (LAMPIÃO DA ESQUINA, julho de 1978, n. 02, p. 02).

As tentativas de naturalizar a homossexualidade e, conseqüentemente, de incentivar sua confissão pode justificar o fato de diferentes leitores redigirem cartas como as de Carlos R. S. e Bruno E. C., pois se tratava de um tema tabu para grande parte da sociedade. No entanto, se para alguns o jornal causava desconforto, várias são as cartas enviadas como sinal de agradecimento pelas abordagens não “estigmatizadas” desta sexualidade vivida e estigmatizada como dissidente da norma. É o caso do leitor R. C., do Rio de Janeiro, que escreve à edição de número 06:

Meus irmãos, acabo de ler o n° 5 dessa maravilhosa publicação que, embora impressa em preto e branco, para nós, gays, é ilustrada em cores maravilhosas e cintilantes, como a vida parece ser. Pelas belezas e verdades que o LAMPIÃO nos mostra, mesmo aqueles que estão privados de visão poderão sentir tudo o que digo. Vibro de satisfação quando vou à banca de jornal para comprar as minhas verdades: para mim é como se fosse um novo dia mesmo que está nascendo. Sinto-me realmente feliz de poder ler algo que se refira à minha condição de vida neste planeta terra tão cagado pelos arcaicos e medieval preconceito que o homem espalhou no mundo. (LAMPIÃO DA ESQUINA, novembro de 1978, n. 06, p. 15).

Para Aguinaldo Silva (2016), “comunicar-se com o público que se dirigia fez o sucesso do jornal.” É absolutamente visível a satisfação pessoal do leitor frente à representação que o jornal faz da vivência homossexual. “Vou à banca de jornal para comprar minhas verdades” indica que a leitura que o mesmo faz do jornal está diretamente relacionada com aquilo que se pratica, que se é vivido através dessa leitura. O ato de ler conduz a uma maneira de compreensão de si próprio e do mundo, construindo sentidos para a sua existência (CHARTIER, 1990). R. C. vai às bancas já com a expectativa de quem iria encontrar o seu mundo nas páginas do jornal e, apesar de não ser um homossexual “assumido”, consegue ver ali um espaço de sociabilidade, pois para a redação do jornal ele tem a oportunidade de escrever sobre si e seus anseios. Na concepção de Bourdieu,

a capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objetivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objetiva e coletiva, permaneceria em estado de experiência individual ou serial, mal-estar, ansiedade, expectativa, inquietação, representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo. (BOURDIEU, 1989, p. 142).

É a esse poder social que podemos nos referir quando mencionada as escrituras de *Lampião*. Legitimou-se durante toda a história discursos médicos, científicos, jurídicos e filosóficos de patologização e demonização da prática homossexual. Logo, romper com um preconceito enraizado na sociedade não é uma tarefa simples, demanda luta e, mais, demanda

aceitação e reconhecimento. *Lampião da Esquina* empenhou-se em desconstruir os estereótipos que cobriam a temática e que a colocavam em guetos impenetráveis. Durante o tempo em que circulou pelo país, o impresso construiu um posicionamento de aceitação dos homossexuais enquanto sujeitos de direitos que se faziam enxergar através desse meio, o da representação de si mesmos.

Para a construção das representações sobre os grupos que buscava representar, os conteúdos expostos no jornal foram múltiplos. Apresentava-se e discutia-se as relações homoafetivas no Brasil e no mundo. Eram traduzidos textos extensos e que haviam sido publicados em veículos estrangeiros, particularmente os debates em torno da sexualidade de um modo geral que aconteciam nos Estados Unidos e na Europa. Nesta mesma direção, a arte ocupou importante espaço ao longo das discussões. A seção “Tendências”, por exemplo, presente em todas as edições¹⁷, anunciava o que de novo estava sendo produzido em diferentes manifestações artísticas no mundo todo. Embora os principais anúncios e convites se dessem sobre a temática homossexual, muitas outras enunciações estiveram presentes, como, por exemplo, a arte negra e a arte feminista. Geralmente a seção escrevia críticas sobre filmes, exposições artísticas, peças de teatro e livros. Havia um espaço dedicado à literatura, onde diversos poemas e contos foram publicados, como o poema “Distância” de Ulisses Tavares e sua crítica social: “O índio não pode caçar. O negro não pode falhar. O poeta não pode sonhar. O homossexual não pode amar. Das Minorias, nenhuma dessas (consolo e esperança) é aquela que decreta que a maioria não pode comer. (LÂMPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 08).

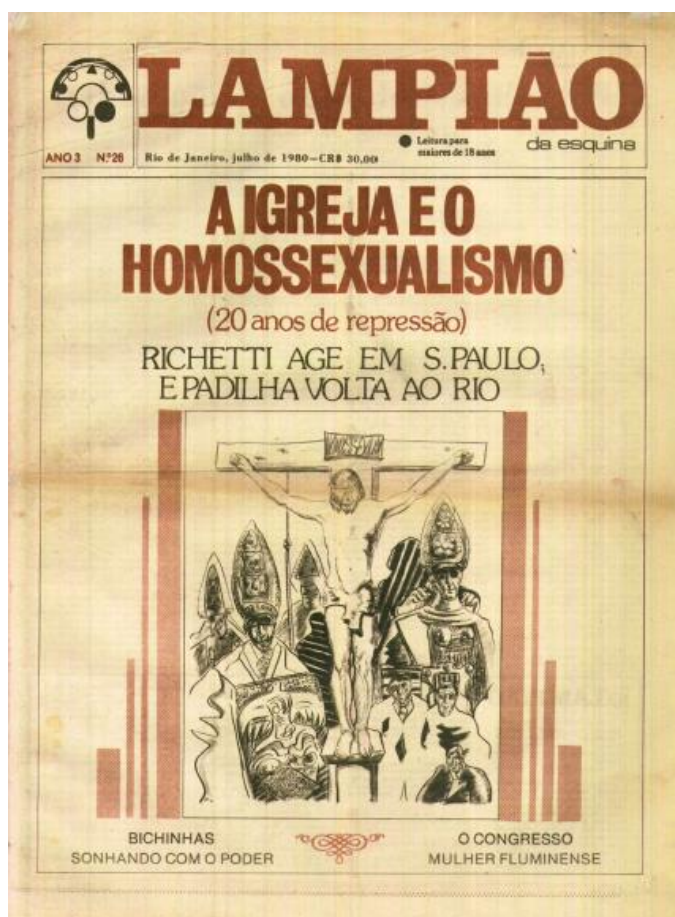
O poema transcrito diz muito sobre a identidade construída pelo jornal. Além do tratamento dispensado a um universo de sujeitos que, de alguma forma, sofriam com a estigmatização de uma sexualidade não condizente com a norma (homossexuais), o tabloide *Lampião* buscou cumprir sua promessa inicial e trouxe, em muitas frentes, temáticas relacionadas ao machismo e ao racismo, formas de discriminação igualmente condenáveis. Em suas páginas são perceptíveis as pautas do movimento feminista e do movimento negro que se organizavam enquanto movimentos sociais consolidados durante a década de 1970 e também a denúncia da violência histórica a que estavam submetidas as populações indígenas.

Lampião da Esquina percebeu os debates que se avolumavam durante a redemocratização do Brasil e, de algum modo, buscou contribuir com as discussões. As

¹⁷ A seção “Tendências”, em sua maioria, era apresentada por alguém do conselho editorial. No entanto, em alguns exemplares, a seção conta com a assinatura de colaboradores (homens e mulheres) e, em outros, não é indicado o responsável pela publicação.

questões relacionadas ao cuidado com o meio ambiente – incipientes naquele momento –, receberam importantes contribuições em três ensaios escritos pelo pioneiro ambientalista José Lutzenberger nas edições números 7, 8 e 9. E pelo exercício de uma vida avessa aos rótulos e às culpas, o jornal encarou, também, o debate sobre a igreja e os preconceitos perpetrados pela fé católica ao longo da história. Para isso fez com que a edição número 26, de julho de 1980, expusesse uma das capas mais emblemáticas do periódico. Diferente das demais, onde costumava apresentar o jornal a partir dos diferentes assuntos que o número contemplava, nesta, a relação “igreja e homossexualismo” ocupou quase todo o espaço da capa, como mostra a imagem que segue.

Figura 03: Capa do jornal *Lampião da Esquina*, edição nº. 26.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, julho de 1980.

A imagem de Jesus Cristo crucificado e a palavra homossexual escrita na cruz rodeada de líderes religiosos enfatiza a discriminação da igreja católica contra os homossexuais. O dossiê a respeito do tema foi uma tradução de textos originalmente publicados pela revista

canadense Le Berdache, em outubro de 1979, o qual *Lampião* obteve licença para traduzir e publicar.

Nesta mesma capa, em letras menores a manchete “Richetti age em São Paulo e Padilha volta ao Rio”. *Lampião* travou uma enorme batalha contra o delegado de polícia José Wilson Richetti, conhecido por coordenar operações de caça aos homossexuais, travestis e prostitutas em “uma guerra santa pela família e pela moral” (LAMPIÃO DA ESQUINA, julho de 1980, n. 26, p. 18). O número denunciava as agressões e as torturas realizadas nas operações comandadas pelo delegado e publicava os depoimentos das pessoas perseguidas e ameaçadas. A operação de “limpeza” acontecia através da expulsão violenta desses sujeitos dos locais públicos.

O primeiro escândalo ocorre quando a revista ISTOÉ publica a foto de um travesti sendo pisoteado durante uma rodada policial. Richetti justifica dizendo tratar-se de um homossexual que tentara matar uma pessoa. Logo depois os jornais noticiam que a prostituta Idália atirou-se do segundo andar da Seccional Centro, para matar-se ou escapar das violências sofridas. Outras mulheres vítimas da repressão referem-se aos banhos de água fria e às porradas que arrancam dentes, quebram pés e provocam abortos: denunciam extorsões mascaradas em fianças altíssimas para serem libertadas, e roubos sistemáticos de objetos de valor ou dinheiro, no ato da prisão. Richetti, muito eloquente, diz que é incapaz de bater numa mulher nem tolera que seus investigadores o façam. Mas segundo depoimento de uma vítima ao deputado Eduardo Suplicy, é o próprio Richetti quem esmurra as costas ou a cabeça das mulheres que deixam a prisão, exigindo que mantenham o bico calado sob pena de represália. E um travesti relata como Richetti abriu uma gaveta e fechou-a violentamente, prendendo seus seios. (LAMPIÃO DA ESQUINA, julho de 1980, n. 26, p. 18).

Na própria reportagem observa-se que essas denúncias de violência já apareciam em outros veículos de comunicação, tão absurdas que eram. No entanto, *Lampião* parece ter adotado a denúncia às ações policiais contra homossexuais e outros grupos marginalizados como uma causa urgente e imprescindível, considerando que noticiou com frequência estes atos que repetidamente aconteciam. Nas palavras de Trevisan (2016) “o delegado Richetti queria mostrar serviço prendendo veado.”

As denúncias de uma violência exercida com o aval do Estado não se resumiram unicamente ao Brasil. Na edição número 07, por exemplo, *Lampião* reportou a realidade dos homossexuais em outros países latino-americanos. A chamada de capa “Latinamérica: NA TERRA DOS HOMBRES PAULADA NAS BONECAS!” (LAMPIÃO DA ESQUINA, dezembro de 1978, n. 07, p. 01) anunciava o principal assunto da edição, o qual ocupou três páginas completas: a perseguição era visível na Argentina, no Chile e no México.

Costumes, arte, religião, ecologia e violência política foram algumas das muitas questões levantadas pelo impresso homossexual que buscava a cada publicação atuar como um

porta-voz de grupos e debates marginalizados ou ignorados pela comunidade jornalística. É importante identificar o sentido da presença desses debates em um jornal alternativo como *Lampião*. Para Woitowicz (2009, p. 13), “a comunicação alternativa sempre participou ativamente de diversas lutas e contribuiu para o fortalecimento dos espaços de resistência, em meio ao processo de construção da história”, entretanto, se esta comunicação é responsável pela construção de um espaço de resistência, é necessário que se faça ressalvas ao período ditatorial militar brasileiro. Através de *Lampião da Esquina*, percebe-se que a imprensa alternativa atuante durante a ditadura militar, até mesmo a mais consagrada delas – *O Pasquim* – não foi capaz de representar uma ordem tão ampla de sujeitos. Quando se abordava temáticas ligadas à questão das sexualidades, em especial a homossexualidade masculina, o semanário tratava do assunto de forma descomprometida e preconceituosa. As críticas ao *Pasquim* por reportagens que ridicularizavam a homossexualidade e a luta das minorias foram apontadas em diferentes matérias do jornal *Lampião*, porém, quando este semanário completou dez anos de existência, o jornalista e editor Francisco Bittencourt escreveu uma nota parabenizando-o, apesar de suas falhas:

Os homens do Lampião saúdam os héteros do Pasquim pelos seus dez anos de serviços prestados. [...] O Pasca, quando apareceu, lavou a alma de todo mundo. Ninguém acreditava que pudesse durar muito e, vejam vocês, ele continua aí, firme, resistiu a todas as psicoses, foi-se modificando com o tempo e entrou nessa nova era (calma, não estou falando da Abertura) em que as minorias saíram à luz e se colocaram no que parece ser um campo oposto ao dele. Mas será mesmo? É bem verdade que têm pintado lances de machismo muito fortes nas páginas do Pasquim, mas isso não quer dizer que o machismo seja a síntese, o editorial do jornal. O que o Pasquim faz gozando as feministas com suas mulheres peladas e as bichas com seus bofes desmunhecados é gozar a si mesmo.

[...] Nós, por exemplo, falamos porque estamos na luta e caímos na vida há muito tempo. [...] Não queremos ser os guardiões e defensores de nenhum sistema, utópico ou não. Estamos aí para dar e levar porrada. Por isso não podemos deixar de festejar a resistência do velho Pasca que, nestes dez anos, sempre se jogou de corpo inteiro na luta. Se pisou em falso algumas vezes e, se a seguir teve algumas recaídas, sua atuação nos momentos de combate foi muito mais importante. Afinal, ninguém é perfeito, nem nós. (LÂMPIÃO DA ESQUINA, julho de 1979, n. 14, p. 05)

O reconhecimento à atuação do jornal acontece em tom de solidariedade por todas as questões que o mesmo havia empreendido e que culminavam em um importante “combate” à ditadura militar, especialmente. Mesmo lembrando das lutas travadas pelo “velho Pasca”, *Lampião da Esquina* não perde a oportunidade de tocar em feridas que são absolutamente caras ao seu próprio conselho, a saber, o respeito pelas minorias. Embora sem a pretensão de ser o “guardião de um sistema”, *Lampião da Esquina* construiu e assumiu um posicionamento de combate a diferentes preconceitos, como bem elucidam suas 37 edições. Rodrigues (2015) coloca que, embora outras publicações com temáticas semelhantes tivessem circulado

contemporaneamente, como folhetins abordando a homossexualidade, o profissionalismo técnico com que se armou o *Lampião* o fez conquistar um espaço significativo na imprensa brasileira. Ao citar a “gozação às feministas”, por exemplo, o jornal sai em defesa dessas mulheres com as quais estabeleceu diálogo e contato em muitas de suas publicações, assunto abordado no capítulo 2 deste trabalho.

A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza dos conteúdos publicados não se dissociam do público que o jornal pretende atingir (LUCA, 2006) e, no momento em que as lutas por direitos individuais ganhavam força no país, os movimentos organizados, não apenas o incipiente movimento homossexual, puderam encontrar identificações neste jornal. Nas palavras do jornalista João Carlos Rodrigues (2016), “[...] os outros jornais alternativos não faziam. Raramente cobriam negro, alguns cobriam mulher. Falavam de índio, mas mais daquele jeito tradicional, meio Villa Boas. Eu acho que *Lampião* teve o leque mais aberto, mais moderno, digamos assim.” Esse leque mais aberto contemplou muitos embates internos entre o conselho editorial, sendo uma das motivações, inclusive, para o seu fim.

Ao trazer para a escrita representações sociais da diferença, *Lampião* se tornou um crítico da política institucional do período, não se eximindo de opinar contrariamente aos discursos e práticas adotados, até mesmo, pelas esquerdas. Aguinaldo Silva pontua que *Lampião* “era um jornal de esquerda na medida em que questionava o status quo e o status quo era a ditadura de direita.” (SILVA, 2016). Apesar dessa afirmação, ao analisar o jornal percebemos que o mesmo questionava insistentemente as práticas da esquerda tradicional no país, o que pode ser observado já na edição de número 02, de julho de 1978, onde o jornal narra o encontro do Movimento da Convergência Socialista. Com o ensaio “Estão querendo convergir. Para onde?”, João Silvério Trevisan solta o verbo:

De 24 a 30 de abril aconteceu a Semana do Movimento de Convergência Socialista, organizada pela Revista Versus, visando a elaboração da plataforma de um possível Partido Socialista Brasileiro. Discutiram-se problemas como Anistia, Constituinte, Liberdades Sindicais e a necessidade de um Comando Geral dos Trabalhadores. [...] Mas o que houve realmente de inesperado foi a inclusão, no temário, dos problemas relacionados com as chamadas “minorias” (denominação comumente empregada para caracterizar grupos cuja opressão não depende exclusiva ou diretamente da produção voltada para o lucro): mulheres, negros, índios e homossexuais. [...] A palavra homossexual só foi pronunciada uma única vez: o presidente sussurrou-a e quase engasgou como se dissesse um palavrão... Já nas reuniões preparatórias, a inclusão de um homossexual na mesa [...] provocou protestos, um determinado grupo, inclusive, ameaçou retirar-se caso isso se efetivasse. [...] A repressão sexual da esquerda patriarcal é um fato a ser denunciado. [...] Acho que os ventos ainda não foram suficientes para dissipar a desconfiança quanto às intenções meramente eleitoreiras do populismo (agora disfarçado?) que virou a esquerda brasileira. (LÂMPIÃO DA ESQUINA, julho de 1978, n. 02, p. 09).

Com críticas à direita e à esquerda¹⁸, a escrita jornalística de *Lampião* não se furtou ao enfrentamento na defesa dos grupos que pretendia representar. Nesta mesma reportagem e em várias outras publicações questionou a falta de representatividade de gays, mulheres, negros e indígenas em eventos considerados ou que pretendiam ser inclusivos. Falou sobre o preconceito em suas diferentes formas e atuações e apontava publicamente os culpados e, ao que parece, não importando-se em que lado do jogo político se encontravam. “O namoro dos gays com a esquerda não era correspondido” (SILVA, 2016). Mas não apenas os homossexuais não conseguiam “namorar” a esquerda brasileira, outras minorias também tinham suas falas invisibilizadas dentro das discussões políticas sob a alegação de que estariam causando divisionismo em uma “luta maior”. Isso acontecia, especialmente, quando acionados aos debates marcadores como sexo e raça, ou seja, organizações como o movimento feminista e o movimento negro dispunham de espaços reduzidos no seio das discussões, o que causava inúmeras tensões.¹⁹

Lampião da Esquina lembra ainda que a ausência de um espaço para as minorias sociais nos debates do campo progressista não era exclusividade dos brasileiros, através dele, os leitores puderam saber da situação dos homossexuais na Cuba comunista. Em uma reportagem com seis longas páginas detalhando a discriminação e a violência praticada pela esquerda cubana, o número 33 do jornal acusou a sua revolução de assassina e ridicularizou o líder Fidel Castro na própria capa.

¹⁸ No livro *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel*, James Green (2018) narra como a homossexualidade era condenada pelas esquerdas. A partir da biografia do revolucionário e exilado político brasileiro, o autor aponta como sua orientação sexual era “escondida” para que pudesse participar de organizações comunistas. Escreve que “em muitos aspectos, este foi o primeiro exílio de Herbert – não em outro país, mas num mundo interior no qual mantinha seus desejos sexuais escondidos das pessoas que o cercavam.” (GREEN, 2018, p. 40).

¹⁹ Nos capítulos 2 e 3, apresento os tensionamentos que ocorriam entre esses grupos e que foram, em muitas oportunidades, noticiados pelo jornal *Lampião* como prática de um autoritarismo empregado pelos campos ditos progressistas.

Figura 04: Capa do jornal *Lampião da Esquina*, edição nº 33.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, fevereiro de 1981.

Essa ousadia de culpar aquele que violenta, estivesse ele em qualquer dos espectros políticos, e de divulgar as relações homossexuais como práticas naturais e prazerosas não passou impune pelas políticas autoritárias do Estado, o que acabou rendendo um processo ao jornal. Foi acusado pelo regime de afrontamento à “moral e os bons costumes”. Durante as edições, em evidente sinal de que não se calaria diante das ameaças, *Lampião* foi informando seus leitores a respeito do caso em diferentes números. Em nota escrita na edição de número doze, por exemplo, o conselho retrata a intimação para prestar contas à Polícia:

No dia 2 de abril cinco editores de LAMPIÃO compareceram à sede do Departamento de Polícia Federal, na Praça Mauá, Rio (que, ironicamente, possui à porta este letrero: “Imprensa Nacional”) para serem identificados criminalmente. [...] foram fotografados de frente e de perfil (e não de costas, como se esperava), e tiveram suas impressões digitais tiradas dezenas de vezes, indiciados que estão no inquérito de nº. 25/78 daquela repartição policial, sob acusação de “ofensa à moral e ao pudor público” (decreto 1077, Lei de Imprensa).

[...] ao anexar aos seus vastos arquivos as fotos dos cinco editores do LAMPIÃO, o DPF não deve se dar ao luxo de imaginar que com isso eles estão completos. Apenas para dar um exemplo: lá não estão as fotos de Michel Albert Frank, o matador de Cláudia Lessin, nem dos que lhe forneciam aquele que era seu principal combustível – a cocaína. Lá também não estão os responsáveis pelo Grupo Lume, embora a denúncia por sonegação de impostos por um deles tenha sido aceita recentemente pelo

Supremo Tribunal Federal. [...] (LAMPPIÃO DA ESQUINA, maio de 1979, n. 12, p. 03)

Evidente nesta publicação, que através da sátira narra a notícia do fichamento de seus editores, não houve silenciamento, nem aparente medo frente ao processo sofrido. *Lampião da Esquina* seguiu no combate, publicando seus números mensalmente até que em novembro de 1979, na edição nº. 18, pôde anunciar o arquivamento do inquérito com o artigo intitulado “Somos todos inocentes”, onde reproduziu a decisão do Procurador da República Sérgio Ribeiro da Costa que proferiu: “No caso em exame, a publicação inquinada de ofensiva à moral pública pode ofender a moral de alguém, mas não de todos. Portanto é relativo e não absoluto o conceito de moral daquele que condena essas publicações.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, novembro de 1979, n. 18, p. 02).

Cowan (2015, p. 36) pontua que a “homossexualidade nunca chegou a ser a razão principal pela qual as pessoas foram presas, torturadas e sujeitas aos abusos dos direitos humanos e civis – mas formou parte de um conjunto de ansiedades sobre ameaça, vaga e supostamente difusa, da subversão.” Mesmo que o Estado lhe conferisse um rótulo de subversivo – fato que lhe rendeu um processo judicial -, entre sátiras e seriedade, *Lampião* presenteou os historiadores do tempo presente com um conjunto de fontes capaz de fornecer informações inéditas sobre a sociedade, a cultura e a política de um momento histórico de entendimentos complexos. “O *Lampião da Esquina* fez um trabalho quase de catequese, mostrando que os homossexuais não eram apenas os bobos da corte, mas pessoas que também influenciam e ditam as normas na corte” (RODRIGUES, 2015, p. 121).

Kucinski (2001, p. 73) considera que “*Lampião de Esquina* começou elegante e terminou pornográfico.” A constatação do autor faz referência ao modo pouco cerimonioso com que tratou a sexualidade e o sexo com o decorrer do tempo. Nos últimos números, *Lampião* trouxe na capa e em páginas internas o nu frontal masculino, comprovando sua narrativa ousada que foi paulatinamente inserindo a política do corpo como forma de enfrentamento. As imagens de corpos hiper sexualizados podem ter despertado o desinteresse de seus leitores, o que suscita a ideia de que a partir dali seu fim estaria anunciado. A nudez publicada pelo jornal só funcionava dentro da máfia da prostituição e o *Lampião* não tinha esse contato, nem queria ter (RODRIGUES, 2016). O ativismo cada vez mais frequente acabava apelando à minoria de uma minoria (MACRAE, 2018) e as chamadas sensacionalistas (TREVISAN, 2016) certamente contribuíram para que os seus leitores do início já não fossem os mesmos do fim.

Depois de várias cisões internas, falta de anúncios e, conseqüentemente, verba insuficiente, entre outras razões, o jornal não foi mais editado (LAMPPIÃO, 2016). Aginaldo

Silva lembra das brigas entre os editores e da acusação de que ele teria traído a classe por ter começado a escrever novelas para a Rede Globo. Em justificativa, ele explica o que, para ele, fez com que o *Lampião* chegasse ao fim:

Eu atribuo o fim do jornal ao meu cansaço. Veja bem, quando eu saí do jornal eu disse assim: A partir de hoje, eu não edito mais. Vocês escolham um editor. Isso numa reunião onde estavam todos os remanescentes do conselho original e mais os que tinham entrado depois. E daí ninguém se apresentou. O jornal acabou por isso, porque ninguém se apresentou para editar. (SILVA, 2016).

Obviamente, essa não pode ser a única explicação para o fechamento de um jornal que tinha impactado o universo jornalístico brasileiro e que esteve presente nas bancas durante três anos. Já era década de 1980 e o fim da ditadura militar mostrava-se consolidado em um horizonte próximo. Por isso, o país vivenciava um momento de virada política e muitos dos temas típicos do jornal já emergiam na grande imprensa. A presença de movimentos sociais organizados no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – movimento feminista, movimento negro e movimento indígena, por exemplo – obrigou diferentes veículos da imprensa a olharem para essa sociedade que se projetava através da base (NAPOLITANO, 2006). As causas defendidas por *Lampião* já não eram mais exclusividade desse jornal. Contudo, *Lampião* cumpriu sua função e inaugurou, na ordem das representações, a presença de sujeitos invisibilizados tanto na política institucional como nos espaços simbólicos de atuação e luta, como é o caso da imprensa. Caminhou junto e teve fundamental importância na criação de um movimento homossexual articulado como o Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais em 1978 que adotaria o nome “Somos”, em 1979, grupo pioneiro na articulação do movimento LGBT brasileiro, hoje o maior e mais dinâmico do mundo (GREEN, 2015)²⁰. Depois de 37 meses narrando as vidas estrategicamente caladas, seu último número foi às bancas em julho de 1981 sem nenhuma indicação de que não seria mais produzido.

1.1 O QUE O JORNAL *LAMPIÃO DA ESQUINA* CONSIDEROU COMO SENDO “MINORIAS”

²⁰ Para mais informações a respeito do Grupo Somos e sua organização, ver: GREEN, James N. O Grupo Somos, a Esquerda e a Resistência à Ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (Org.) **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015; e

MACRAE, EDWARD. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018. 377 p.

Canto das minorias:

Sinto uma distância imensa entre nós
 Mesmo quando
 Cavalgas em meu dorso suado
 Distância cada vez maior
 Até mesmo quando
 Como um potro arisco
 Persegues minhas ancas cansadas
 Nessas horas
 Teu galope
 É como o bater de meu coração
 (LAMPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15,
 p. 08).

O poema transcrito, de Fernando Wide, e cujo título revela sobre quem se fala, nos dá um indicativo de como as representações a respeito do termo minoria e a construção de seu significado foram trabalhadas pelo jornal *Lampião*. O verso “distância cada vez maior” vai ao encontro da definição encontrada no dicionário Aurélio em seu verbete número 4 que descreve o significado do termo para a antropologia sociológica:

Subgrupo que, dentro de uma sociedade, considera-se e/ou é considerado diferente do grupo maior e dominante, em razão de características étnicas, religiosas, ou de língua, costumes, nacionalidade, etc., e que em razão dessas diferenças não participa integralmente, em igualdade de condições, da vida social. (DICIONÁRIO AURÉLIO).

A partir desta definição é possível afirmar que minoria constitui um grupo de sujeitos que, quando comparado a outro, apresenta desvantagens em relação ao acesso à igualdade devido suas condições físicas e/ou culturais. Sendo assim, existem condições que orientam as classificações que são feitas sobre quem pode ser considerado uma minoria no tecido social e é isso que busco identificar aqui observando o termo e suas atribuições dentro do próprio jornal. Não significa que aquilo que foi construído por *Lampião* ao longo das edições sobre o conceito de minorias, ou de sujeitos minoritários, possa ser tomado como inteiramente fechado e livre de contradições. Trata-se de um debate amplo no campo das ciências sociais e posto às mais variadas contribuições de sentidos. Entretanto, saber como o jornal discutiu o tema é, também, saber sobre os próprios sujeitos considerados por ele e que, de alguma forma, participaram da construção de suas narrativas.

Muniz Sodré (2005) escreveu um artigo buscando contribuir para uma definição do conceito de minoria no qual apontou algumas situações que podem caracterizá-la: 1) Vulnerabilidade jurídico-social: um grupo que não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico, ou seja, vulnerável diante da legitimidade institucional e das políticas públicas; 2) Identidade *in statu nascendi*: apresenta-se na condição de uma entidade em

formação que se alimenta da força e do ânimo dos estados nascentes e, mesmo que já existente há tempo, a minoria vive de um eterno recomeço; 3) Luta contra-hegemônica: uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, sem objetivo de tomada de poder pelas armas; 4) Estratégias discursivas: as lutas das minorias são construídas através de estratégias de discurso e de ações demonstrativas, como passeatas, gestos simbólicos, jornais etc. O autor ainda acrescenta que “qualitativamente, democracia é um regime de minorias, porque só no processo democrático a minoria pode se fazer ouvir. Minoria é [...] uma voz qualitativa.” (SODRÉ, 2005, p. 11). Temos, através do autor, alguns pontos que podem ser levados em consideração quando se fala em minorias, minorias sociais ou em grupos minoritários, faces de um mesmo sujeito que, como define o Dicionário Aurélio, não participa em igualdade de condições na vida em sociedade.

No dia 05 de abril de 1981 o jornal *Folha de São Paulo* trouxe na seção *Folhetim* - “*Brasil: caminhos da transição*”, um longo artigo com o título “As minorias”²¹. Uma das primeiras colocações expostas no texto explicitava o sentido que a palavra adquire em sua própria etimologia: minoria diz respeito à menor quantidade, logo, pensar minorias, mesmo que no plural, significa pensar em um grupo de coisas/objetos/pessoas que, em termos quantitativos, é menor que um outro. Observado isto, o artigo adverte que a palavra “minorias”, para além dessa definição, pode assumir uma conotação política, fazendo com que a proporção numérica acabe cedendo lugar a uma outra interpretação: “o peso específico nos centros de decisão” (Folha de São Paulo, 05 abr. 1981, p. 1).

O texto buscou enfatizar que determinados grupos de sujeitos não conseguiram durante a história da humanidade encontrar ou ocupar espaços de poder nas decisões políticas e, por isso, se constituem enquanto minorias que “representam e devem representar um capítulo importante na própria luta de libertação política do povo.” (Folha de São Paulo, 05 abr. 1981, p. 1). Para o jornal *Folha de São Paulo*, são eles: as mulheres, os negros, os índios e os homossexuais. São esses sujeitos que configuram segmentos sociais discriminados e, embora em maior número quando se trata de mulheres e negros, por exemplo, constituem uma força política “minoritária” carente de direitos e de espaços de representação. A análise que esse jornal trouxe foi construída por diferentes estudiosos do tema e pretendeu apresentar e discutir as raízes históricas das desigualdades que colocam estes grupos em contraste com a “voz que é ouvida” nos centros de decisões e, também, identificar quais eram as pautas que representavam essas populações naquele momento histórico e político. No texto, o antropólogo inglês Peter

²¹ Folha de São Paulo - Folhetim, São Paulo, nº 220, 05 abr. 1981.

Fry define o conceito a partir de seu entendimento: “eu cheguei à conclusão de que minoria nada mais é do que um eufemismo para menor” (*Idem*, p. 04).

Se uma matéria com esse enfoque fosse publicada no tempo presente, por mais necessária e urgente que se faça, ela não causaria uma quebra nas publicações midiáticas, pois temas semelhantes têm se configurado cada vez mais latentes e ocupam um espaço significativo na imprensa brasileira em seus diferentes suportes. Porém, à época, quando o engajamento da grande mídia se dava em torno da “questão democrática” como uma “luta maior”, ou seja, em contraposição à luta “menor” representada pela presença das minorias²², é possível pontuar um engajamento incipiente em torno da discussão. Esse engajamento é lembrado por Trevisan (2016) quando cita que parte da grande imprensa cooptou temas típicos do *Lampião* e que já não havia mais sentido a execução do tabloide alternativo.

A introdução deste debate nos veículos de comunicação pode ser explicada quando observamos que a “linguagem dos direitos” (NAPOLITANO, 2006) não se encontrava dissociada da “questão democrática”, considerando as ações do regime contra os direitos individuais – a tortura como instrumento máximo de violação dos direitos humanos. E, mesmo que grande parte da imprensa de circulação ampla tenha se colocado à disposição do golpe em 1964 por diferentes razões, a estrutura ditatorial criou um terreno fértil para que seus apoiadores aderissem à oposição com o passar do tempo (NAPOLITANO, 2006; BARBOSA, 2014). Durante a redemocratização do país, embora ainda tímida no final da década de 1970, abria-se outras inúmeras possibilidades. Para além da censura imposta pelo AI 5, em dezembro de 1968, que oficializou o terrorismo de Estado, o assassinato do jornalista Wladimir Herzog, em 1975, abalou setores da imprensa e fez desencadear uma conjuntura jornalística oposicionista que não se limitou unicamente ao tema da “abertura política” ou da “questão democrática” (NAPOLITANO, 2006). Neste sentido, a luta por direitos coletivos se mostrou altamente mais importante e eficaz quando aliada à luta pelos direitos individuais, embora inúmeras vezes houvesse conflitos visíveis entre os grupos.

Se a reportagem publicada em 1980 pelo jornal *Folha de São Paulo* estava discutindo minorias e seus direitos – ou a falta deles –, *Lampião da Esquina* acionava mecanismos em defesa desses sujeitos desde seu primeiro exemplar. Lembro a reportagem escrita pela FSP com o objetivo de situar os debates no universo impresso em torno do conceito e para citar quais são

²² Através da leitura do jornal *Lampião da Esquina* é possível perceber os embates ocorridos durante o período em relação ao que seria uma luta maior em contraposição às lutas consideradas menores. Isso está bem marcado, por exemplo, nas publicações do jornal sobre a luta das mulheres dentro do movimento feminista, tema discutido no capítulo 2 deste trabalho.

os sujeitos que ele abarca. Entretanto, é pretensão aqui compreender o termo dentro do próprio *Lampião da Esquina*.

Perceptível desde o número experimental – número zero –, os jornalistas responsáveis pela criação do jornal tinham como objetivo primeiro fazer-se “representar” enquanto homossexuais. Contudo, como já dito, apesar desta ser a luta maior travada pelo conselho editorial e pelos colaboradores, o espaço aberto a discussões relacionadas a outros grupos foi se acentuando nas edições posteriores. Esses grupos, cujas lutas e reivindicações tomaram fôlego nos textos do jornal, receberam dele a definição de “minorias”.

Ao passo que diferentes movimentos se organizavam publicamente na luta por direitos durante a abertura política do país aglutinando diferentes projetos de mudança social (GOHN, 2001), suas aparições foram sendo acompanhadas pelo tabloide, o que de certa forma cumpria com o senso de dever apresentado pelo mesmo logo na aparição.

O editorial “Saindo do Gueto”, primeiro texto publicado, aborda a questão e suas relações com o conceito. Os editores afirmam que *Lampião*

[...] apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz.
[...] o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. (LAMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 02).

Da exposição do que seria o desejo do jornal, podemos situar duas considerações a respeito do termo minoria. A primeira delas é que os homossexuais se constituem enquanto minoria e que, por serem oprimidos, merecem o direito à voz. Em outras palavras, existe um grupo que sofre violência, seja ela explícita ou simbólica, e esse grupo, subentende-se, constitui-se enquanto minoria devido a uma opressão que é exercida pela maioria. A segunda observação possível é a partir da afirmação que identifica homossexuais como seres humanos com direito de lutar. Logo, é plausível perceber o entendimento de que minorias perdem a humanidade no tecido social, são sujeitos que precisam de enfrentamento para que possam se realizar enquanto seres humanos. Neste excerto, temos o primeiro sujeito classificado como integrante do conceito: o homossexual.

Ainda neste editorial, o termo aparece mais vezes e, ao falar quais as pretensões do recém-chegado impresso alternativo, o conselho anuncia que pretende ir além da homossexualidade, “dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros,

índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão.” (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 02). Apesar de não nominar diretamente, fica implícito que os sujeitos negro, mulher e índio somam-se aos homossexuais na definição do que seria uma minoria²³.

Neste mesmo exemplar foi elaborada uma reportagem sobre a Declaração Universal dos Direitos do Animal proclamada pela Unesco, intitulada “Lontras, piranhas, ratos, veados e gorilas, atenção: vocês também têm direitos (A ONU decidiu)” (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 11). O título e a charge que o acompanha, por si só, renderiam uma longa e divertida discussão, mas o que interessa nessa reportagem é a essência de seu conteúdo. O texto versa sobre a conquista, descrevendo seus artigos que muito se assemelham aos definidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. No interior do texto, o conceito de minoria:

[...] a simples Declaração dos Direitos do Animal já é um ponto de partida. Graças à ela, eles se tornam a mais exótica de todas as minorias (e LAMPÃO reafirma aqui o seu conceito de minoria: é um grupo sobre o qual a sociedade repressiva mantém suas tacções, mesmo que ele não seja minoritário, como as mulheres, por exemplo) a ver levantada a bandeira da luta por seus direitos. (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 11).

Explicitamente o jornal declara qual seu entendimento de minoria: alguém que, pertencendo a um determinado grupo, mesmo em maior número, sofre repressão da sociedade.

A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza dos conteúdos não se dissociam do público que um jornal pretende atingir (LUCA, 2006), todos esses elementos obedecem a uma vontade daquele que produz com a ambição de chegar até aquele que lê. Na edição número 01, por exemplo, de maio de 1978, a seção *Opinião* com o título “Nossas Gaiolas comuns” trouxe um artigo justamente referindo-se à luta que compete a diferentes grupos e que deve ser exercida na coletividade, inclusive dentro das páginas deste mesmo jornal. Ao abrir a edição, o texto anuncia tudo aquilo que o jornal pretende e pode levar ao público leitor. Com assinatura de “Mariza”, diz o artigo:

As lutas das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros – categorias historicamente silenciosas – têm nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala, mas também que os sujeitos variam ao longo deste processo. Estas lutas têm ainda nos ensinado que o conhecimento pode ser sinônimo do poder e que a fala torna visíveis questões concretas, mas não reconhecidas, não registradas, portanto, sem existência histórica. [...] A posição idealista e individualista de liberação deve ser superada: ou tentamos, todos juntos, abrir a porta da gaiola, ou permaneceremos lá dentro, cada um com a ilusão de que está numa gaiola particular. (LAMPÃO DA ESQUINA, maio de 1978, n. 01, p. 02).

²³ Mesmo que lembrado no texto, o povo curdo não obteve espaço no jornal em nenhuma das edições.

A autora nomeia categorias que foram silenciadas ao longo da história e que buscavam naquele momento afirmarem-se como sujeitos de direitos. Sua conclusão é a de que essa luta só é possível através da coletividade, através do ponto que une esses grupos – a repressão e o silenciamento –, ou melhor, através das gaiolas que lhes são comuns, como sugere o título. Há aqui, um apelo do jornal ao reconhecimento de que outros sujeitos, além dos homossexuais, encontram-se em situação de vulnerabilidade e que esses mesmos sujeitos devem abraçar essa luta que compete a todos, o espaço do jornal é para isso. Para Bourdieu (1989) a probabilidade de mobilização em movimentos organizados, dotados de um aparelho e de um porta-voz depende da proximidade em que se encontram no espaço social. As minorias são sujeitos que se encontram presos a um sistema que pratica sistemática violência através de posições consolidadas histórica e socialmente e que invisibiliza sua atuação em espaços de representação, como a própria escrita da história. Daí a importância que o jornal adquire ao mapeá-los e ao escrever sobre suas demandas, pois com isso adquire o “poder de tornar manifestos os manifestantes porque ele é, de certa forma, o grupo que ele manifesta.” (BOURDIEU, 2004, p. 192).

Minorias, para *Lampião*, são os sujeitos estigmatizados e marginalizados no debate político. As publicações que, de algum modo, circunscrevem o termo têm o cuidado de nomear esses sujeitos enquanto grupos e, de certa maneira, esta nomeação contribui para que o jornal mostre, de fato, quais grupos são preocupações que lhe atingem como um espaço capaz de construir representações sobre. São estratégias, segundo Chartier (1990), que atribuem a estes grupos um “ser apreendido” que é constitutivo de sua identidade.

Em alguns números, o conceito minoria, seus representantes e as condições que dele surgem, são enfatizados pelo jornal nos próprios títulos das matérias publicadas. Em março de 1979, por exemplo, *Lampião da Esquina* trouxe em sua capa “minorias exigem em São Paulo: FELICIDADE DEVE SER AMPLA E IRRESTRITA”, fazendo uma analogia à lei da anistia que se anunciava com as mesmas características. O debate ocupou um espaço importante dentro do jornal apresentando-se com o primeiro título a ser lido na capa.

Figura 05: Capa do Jornal *Lampião da Esquina*, edição nº 10.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, março de 1979.

A reportagem em três páginas inteiras do impresso – um número alto para uma edição de dezesseis páginas – recebeu o título “Negros, mulheres, homossexuais e índios nos debates da USP: Felicidade também deve ser ampla e irrestrita.” A extensa discussão é aberta com um parágrafo enfático:

O pessoal da Universidade de São Paulo foi quem quis, organizaram uma semana de minorias e tiveram que suportar, em seu auditório, uma multidão de negros, mulheres e homossexuais a apregoar que a felicidade também deve ser ampla e irrestrita (os índios, infelizmente ausentes, foram representados pelos seus procuradores habituais – os antropólogos da boa escola). LAMPIÃO esteve lá todos os dias, conferiu e atesta: as “minorias” não estão mais afim de continuar sendo o último vagão desse enorme comboio denominado “luta maior”. (LAMPIÃO DA ESQUINA, março de 1979, n. 10, p. 09).

Novamente, nesta edição, os sujeitos minoria são nomeados e classificados como componentes de quatro diferentes grupos identitários: mulheres, homossexuais, negros e indígenas. O jornal se refere ao caráter dos Movimentos de Emancipação que começam a

ganhar o debate público e descreve, a partir da cobertura que fez, o que aconteceu no evento que levou mais de 300 pessoas à USP indagando-se: “Quem tem medo das minorias?” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, março de 1979, n. 10, p. 10).

A questão identitária tem sido objeto central nas discussões dos estudos culturais. As observações feitas dão conta de que as identidades podem ser, também, construídas a partir da representação que se faz sobre elas. Woodward (2000, p. 17) nos lembra que “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.” Uma das problemáticas enfrentadas pelo grupo que dirigia as publicações do jornal era justamente sobre sua capacidade de conseguir dar conta de uma pluralidade de sujeitos que o conceito minoria poderia contemplar e sobre as possibilidades de diálogo com estes grupos. (LAMPPIÃO, 2016). Porém, apesar de nomear várias vezes quem eram esses sujeitos e por que eles contemplavam o conceito, o jornal também cedeu abertura para que houvesse questionamentos sobre o significado do próprio termo.

Na edição número 25, *Lampião da Esquina* publicou na íntegra um texto retirado do “ESCRITOS sobre o feminismo” (nº. 0), publicação feita por um grupo de mulheres chamado “COSTELA DE ADÃO”, de Porto Alegre. Transcrevo o texto a seguir:

Minorias de quê?

“Frequentemente a questão da mulher é apresentada ao lado de outras, como a do negro, do homossexual, do índio, etc., sobre a classificação geral de “questão das minorias”. Mesmo nos meios ditos esclarecidos da sociedade (intelectuais, pesquisadores, sociólogos, antropólogos, etc.) o uso desse termo aparece muitas vezes como tácito, legítimo, ou melhor, não tem sua legitimidade questionada, pois as pessoas nem sequer se dão conta de que se trata de uma dominação, em si mesma, discriminatória.

Vendo a questão sob o ponto de vista das próprias “minorias”, e não pelo lado dos que assim as denominam, observa-se que esses grupos podem não ser maioria em termos estritamente quantitativos, mas qualitativamente, em termos de conteúdo, sua importância é considerável. São eles que, ao se manifestarem, reivindicando um espaço social onde possam atuar, exigem da sociedade abrangente o reconhecimento de sua legitimidade, fazendo com que esta se mostre, em sua essência, contraditória e repressiva.

A denominação de “minorias” aplicada a esses grupos é, portanto, bastante significativa, e parece esconder o seguinte jogo: ao enfatizar a variável quantitativa (são minorias apenas, não representam o povo brasileiro, o que interessa é aquilo que a maioria pensa), deixa-se de lado a questão essencial, que é o conteúdo da reivindicação desses grupos, que é capaz de fazer ver às “maiorias” (silenciosas e manipuláveis) questões nunca d’antes suscitadas. Questões que, por sua natureza, ameaçam o comportamento de avestruz típico dessa maioria – e é esse precisamente o perigo.

Melhor e mais seguro seria manter esses grupos minoritários no seu devido lugar, isto é, à margem, sem contaminação. Afinal, o negro conhece seu lugar como ninguém; os homossexuais só aparecem à noite e em locais perfeitamente delimitados; os índios, graças a Deus, estão longe e bem ignorantes, como convém ao verdadeiro silvícola. O caso das mulheres parece ser o mais complicado, pois além de estarem em todo o lugar, a qualquer hora do dia e da noite, são muitas. Estão infiltradas entre nós, penetrando nos nossos, impregnando a cabeça de nossas filhas de ideologias exóticas

e pregando a reviravolta no mundo. Valha-me Deus! Sorte que são minorias.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, junho de 1980, n. 25, pp. 14-15).

A crítica apresentada pelo coletivo e escolhida para publicação se dá justamente ao ato de nomear. A palavra minoria, segundo a análise, em seu significado epistemológico corresponde àquilo que existe em menor número e, portanto, não possui força para ser reconhecido como legítimo. Renega seu uso para não compartilhar com a ideia imposta através dessa denominação, aquilo que para Bourdieu (2008) mostra o poder que a palavra possui na construção das coisas sociais. O que é significativo nesta carta é que o jornal a publica mesmo tendo, até aquele momento, denominado os sujeitos citados pela mesma carta enquanto tal. Leila Miccolis, responsável pela publicação, comenta a carta afirmando que *Lampião* “quando percebeu ser um truque do poder, mudou para grupos oprimidos, o que é muito mais preciso.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, junho de 1980, n. 25, p. 15). Apesar desta “retratação” e reconhecimento de um possível erro, mesmo que involuntário, a palavra minorias ainda permanece em algumas das publicações seguintes.

Pierre Bourdieu (2004, p. 189) dita a relação dominação e representação a partir da compreensão de que “os dominantes existem sempre, ao passo que os dominados só existem quando se mobilizam ou se munem de instrumentos de representação.” *Lampião da Esquina* trabalhou para que eles - os dominados, as minorias ou os “grupos oprimidos” - encontrassem no tabloide um sistema de representação onde era possível discutir suas pautas políticas e identitárias diante do público leitor, “costurando”, segundo Hall (2002), “o sujeito à estrutura”. Neste sentido, o jornal descreveu o significado de minoria naquele momento histórico muito, também, pelo que se entendia a respeito do termo e estabeleceu conexões com alguns grupos estigmatizados historicamente para que pudesse cumprir sua promessa de estreia: ser porta voz de todas elas.

Lampião da Esquina fornece um amplo e diversificado material para estudos sobre a representação social através da imprensa sobre o que significa e o que deve significar minorias durante o período de redemocratização, visto que as lutas identitárias constituíam-se com um campo de força atuante no combate não apenas à ditadura, mas ao pensamento opressor que mantém a sociedade. Miguel (2002, p. 163) afirma que “as vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, [...] mas os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia.” Se o jornal destoou dos demais veículos de comunicação do período, inclusive das publicações alternativas, é importante compreender qual foi o entendimento do conselho e daqueles que escrevem a respeito desses grupos.

Houve, é certo, muitas tentativas para a consolidação de um espaço de diálogo entre esses grupos. As mulheres e os negros foram os grupos que mais surgiram nas páginas depois dos homossexuais, como será demonstrado nos próximos capítulos. Mas houve, também, o reconhecimento de que, mesmo entre as minorias, existiam discriminações notáveis que precisavam ser combatidas. O convite à união e participação desses grupos não escamoteou aquilo que o próprio jornal enxergava como empecilho para o avanço das lutas contra inimigos maiores como o machismo e o racismo, por exemplo. Além disso, o protagonismo dividido com os partidos representantes da esquerda tradicional, fazia com que os impasses entre luta maior e luta menor ocupassem espaço significativo no interior das matérias. Uma charge publicada na edição número 22 revela a visão do jornal sobre essas disputas.

Figura 06: Charge publicada no jornal *Lampião da Esquina*, edição nº 22.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, março de 1980, p. 11.

O jornal se incomodava com os conflitos existentes entre aqueles que deveriam caminhar de mãos dadas, visto que eram sujeitos que se encontravam presos a “gaiolas comuns”. Sodré (2005, p. 12) aponta que “lugar minoritário é um *topos* polarizador de turbulências, conflitos, fermentação social. [...] Implica uma tomada de posição grupal no

interior de uma dinâmica conflitual”. E é a partir dessas turbulências sociais, protagonizadas em diferentes momentos e por diferentes atores sociais que *Lampião da Esquina* tratou a temática das minorias. Ele mapeou os sujeitos que o conceito é capaz de abarcar, assim como fez a Folha de São Paulo na reportagem citada no início desse texto. Entretanto, não poupou críticas quando considerou necessário e se posicionou contra atitudes tomadas no interior destes mesmos grupos que defendia, inclusive entre os próprios homossexuais.

Mesmo que em determinadas publicações a palavra minoria fizesse referência a outros sujeitos, como a edição número 16 que escreveu sobre uma “minorias canhota”, quatro grupos – homossexuais, mulheres, negros e indígenas – são repetidamente apresentados como tal. A classificação obedece àquilo que classifica estes grupos enquanto pertencentes a esse círculo social, ou seja, a certas feições estruturais básicas nas inter-relações maioria-minoria onde é possível verificar uma superioridade da “maioria” frente a uma minoria que é inferior quanto ao poder. (CHAVES, 1971). É percebendo essa determinação realizada pelo jornal que construo os capítulos 2 e 3 deste trabalho, onde o objetivo é interpretar como aconteceu a representação sobre esses grupos que não os homossexuais.

Mulheres, negros e indígenas estiveram presentes em importantes debates dentro do jornal. Na luta contra a discriminação, *Lampião da Esquina* condenou, a seu modo, dois dos preconceitos estruturais da sociedade brasileira, o machismo e o racismo, unindo-se a essas minorias em um espaço de representação para juntos saírem dos guetos que prendiam essas identidades à subalternidade. O jornal abordou o histórico de desigualdades construídas a partir do entendimento de que raça e sexo são marcadores que definem os sujeitos junto a posição ocupada na sociedade. Ao passo que esses sujeitos se organizavam coletivamente no Brasil da abertura, suas pautas atravessavam as páginas do jornal. Entre avanços e recuos, entre solidariedade e embates, eles estavam lá, conversando com os homossexuais do *Lampião* e tendo visibilidade às suas bandeiras.

1.2 INTERSECCIONALIDADE: UMA ANÁLISE POSSÍVEL

Conforme apresentado na introdução deste texto, quando observados os materiais que serviram de suporte documental para a análise que compõe os capítulos 2 e 3 desta dissertação, uma nova problemática acabou surgindo. Há em *Lampião da Esquina* publicações que não poderiam ser trabalhadas unicamente pela lógica da presença de uma identidade, apenas, mesmo que o sujeito ao qual se refira esteja enquadrado como minoria. Há, em certas construções textuais, uma intersecção dos marcadores identitários que atravessam os sujeitos e

que, em combinação, são capazes de produzir desigualdades potencializadas. Por isso, a decisão de traçar algumas considerações sobre aquilo que permite algumas das fontes.

A emergência de novos sujeitos políticos na cena pública a partir da década de 1970, especialmente, trouxe como grande contribuição política e cultural a afirmação da diferença; a busca por equidades sociais a partir dos posicionamentos identitários assumidos. Como sinalizou Woodward (2000, p. 34), “a política de identidade era o que definia esses movimentos sociais [...] concentrando-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado.” Nesse sentido, especialmente os movimentos negros e feministas em organização coletiva durante o período, permitiram enorme avanço nos debates a respeito das diferenças construídas socialmente e que, muitas vezes, operam através da violência explícita ou simbólica.

De acordo com Stuart Hall, durante a modernidade tardia ou a “pós modernidade”, como ele próprio denomina, ocorreu uma mudança de paradigma em relação aos sujeitos e suas identidades. Para ele,

as pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas. (HALL, 2002, pp. 20-21)

O entendimento do autor explica outras compreensões para além do pensamento marxista. Novas correntes teóricas surgem afirmando que não encontram na categoria “classe” a possibilidade de salvaguardar totalmente as diferenças que acompanham as identidades presentes no mundo social. Os atores desse mundo são sujeitos cujas construções identitárias acontecem a partir de muitos marcadores que sinalizam as diferenças existentes entre eles ao mesmo tempo que prescrevem assimetrias nas relações sociais e nos modos de ser e estar neste mesmo mundo. São, portanto, denominados de “marcadores sociais da diferença”. De acordo com o Numas, Núcleo de Estudo sobre Marcadores Sociais da Diferença da USP, esses marcadores se constituem como “categorias classificatórias compreendidas como construções sociais, locais, históricas e culturais, que tanto pertencem à ordem das representações sociais, [...] quanto exercem uma influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais” (NUMAS *apud* SCHWARCZ, 2019, p. 175).

Essas hierarquias sociais podem ser percebidas, por exemplo, nas abordagens realizadas pelo próprio *Lampião da Esquina*, que, ao falar dos homossexuais, das mulheres, dos negros e dos índios evidenciava que as diferenças identitárias construídas pelo gênero, pela raça e pela

sexualidade, por exemplo, são também produtoras de desigualdades e injustiças. São esses marcadores identitários, em suas diversas consequências práticas, que condicionam os sujeitos a ocupar determinadas posições no mundo social, muitas delas a partir da lógica da discriminação. Como poderá ser observado nos capítulos seguintes deste trabalho, a identidade mulher e a identidade negra mobilizavam-se em muitas frentes pelo fim do machismo e do racismo, respectivamente. Os próprios homossexuais, ao construírem um jornal representativo de suas causas, lutavam pelo fim de um preconceito tão antigo quanto à prática, do mesmo modo que a identidade indígena surgia no jornal denunciando, entre outras coisas, a violência da colonização. A partir da atuação desses sujeitos e, acompanhando o pensamento de Hall (2002) sobre a “pluralização” das identidades, percebemos que “as identidades baseadas na ‘raça’, no gênero, na sexualidade [...], por exemplo, atravessam o pertencimento de classe” (WOODWARD, 2000, p. 36).

Não existe um sujeito universal capaz de responder por todas as identidades. Os sujeitos são atravessados pelos marcadores sociais que os diferenciam entre si e, a depender de quais são os marcadores que se inter cruzam em um mesmo sujeito, a identidade está subordinada a níveis visíveis e variados de opressão. Por exemplo, se sabemos que gênero, raça e classe são categorias que devem ser consideradas na análise social porque desenvolvem desigualdades entre os sujeitos (DAVIS, 2016), podemos afirmar que uma mulher negra e pobre, a título de comparação, sofre as violências do machismo, do racismo e da pobreza de um modo que um homem branco e rico jamais experimentaria. Se um homossexual sofre preconceito pelo fato de sua sexualidade ser exercida fora dos padrões normativos, quando este mesmo homossexual é morador da periferia, por exemplo, a discriminação aumenta. É uma junção de dois elementos – sexualidade e classe social – que faz com que a discriminação sofrida seja potencializada no tecido social a partir das construções hierárquicas a respeito da influência desses marcadores. É por isso que a intersecção entre eles é um ponto que deve ser explorado.

Biroli e Miguel (2015) escrevem que foi o movimento feminista que, durante as últimas décadas, especificamente, aprofundou as discussões a respeito da convergência dos marcadores de gênero, raça e classe, especialmente. As reflexões sobre os eixos de dominação aconteceram a partir de três frentes, lembram os autores: a primeira pelo feminismo marxista, socialista, a segunda pelo feminismo negro e a terceira em torno da noção de interseccionalidade.

De maneira sintética, é possível dizer que enquanto o feminismo marxista e socialista privilegia o par gênero-classe (embora isso não signifique que suspenda a raça como problema), o feminismo negro e os estudos das interseccionalidades privilegiam o par gênero-raça (embora isso não signifique que suspendam a classe como problema). (BIROLI; MIGUEL, 2015, pp. 30-31).

É a partir dessas percepções que se lança mão às discussões sobre a inexistência de um sujeito universal, ou ainda, de uma identidade única do ser mulher. Existem contradições que surgem quando direcionada a lente de análise a determinadas identidades que se constroem a partir de hierarquias estabelecidas política, social e culturalmente. São elementos diferenciais que, nas palavras de Crenshaw (2002, p. 173) “podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres.”

Nos estudos históricos e sociais da atualidade muito se fala em interseccionalidade, termo que pode ser compreendido como “um conceito, uma ferramenta heurística ou uma teoria” (RODRIGUES, 2013, p. 08), a depender de quem e como se usa. Assim, ao referenciar a terminologia, menciona-se a intersecção de referenciais identitários nos sujeitos e, a partir das matrizes de opressão que cada marcador imprime, elabora-se teorias que buscam contribuir para romper com iniquidades e realizar a tão sonhada justiça social. Essa notoriedade que o termo ganhou tem um percurso histórico traçado através da atuação das feministas negras, principalmente, muitas vezes invisíveis nos debates tanto do feminismo branco quanto do movimento antirracista alicerçado em pressupostos machistas. No entanto, apesar do protagonismo dessas mulheres, elas nem sempre são lembradas quando a interseccionalidade é acionada (AKOTIRENE, 2019).

O conceito de interseccionalidade que, para Akotirene (2019, p. 37), “permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” tem sua inauguração datada. Foi cunhado em 1989 pela teórica negra estadunidense Kimberlé Crenshaw. Para esta autora, a interseccionalidade

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Apesar de datar de 1989 a “inauguração” deste termo, é possível dizer que sua “essência” já havia sido pensada anteriormente. No início da década de 1980, teóricas estadunidenses como Ângela Davis e bell hooks já haviam fornecido essa “matriz interseccional” (AKOTIRENE, 2019, p. 34) ao publicarem as obras *Mulheres, raça e classe* e

Ain't I a Woman, respectivamente. Para Carla Akotirene (*Idem*, pp. 34-35), obras como estas revelam que a interseccionalidade pode ser entendida como “teoria, metodologia e instrumento prático”, o que “revela o ciclo lunar da militância encabeçada pelas intelectuais negras, numa diversidade de marés na história do feminismo” e “rejeita a brancura das ondas feministas”.

A marcação da raça como uma variável a ser considerada na identificação das injustiças e relações de poder construídas em uma sociedade que passou pela experiência da escravidão, caso dos Estados Unidos e também do Brasil, traz para a discussão do gênero, também, a questão da classe: três marcadores que penetram, conjuntamente, esses sujeitos. Em *Mulheres, raça e classe*, Ângela Davis lembra da diferenciação que pode ser estabelecida entre as mulheres negras e brancas observando-se o histórico escravocrata, logo, os marcadores de gênero, raça e classe em intersecção.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 17).

O trabalho de Davis teve importante reconhecimento para os estudos do feminismo ao questionar as lacunas historiográficas visíveis até aquele momento em relação à história das mulheres negras e o protagonismo delas nas diferentes relações durante o processo de escravidão. Em suas palavras, se fazia necessário um estudo para acabar “com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas.” E acrescenta: “não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação” (DAVIS, 2016, p. 17). Quando sinaliza tal importância, seu olhar aos vestígios do passado mostra uma outra dimensão da atuação dessas mulheres, bem como das opressões cruzadas entre os marcadores identitários. Ou seja, a metodologia utilizada pela filósofa comunista pode ser compreendida a partir da interseccionalidade, mesmo que a terminologia ainda não fosse mencionada. Temos em Davis uma abordagem interseccional que “possibilita a produção de novas formas de conhecimento sobre o mundo social” (ALVES, 2018, p. 115), assim como temos em bell hooks, no texto citado, traduzido como *Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo*. Neste livro, a autora estadunidense menciona o lugar da mulher negra nos movimentos por direitos civis:

Quando o povo negro é falado o sexismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras; quando as mulheres são faladas o racismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras. Quando o povo negro é falado a tendência é focada nos *homens* negros; e quando as mulheres são faladas a tendência recai sobre as mulheres *brancas* (HOOKS, 2014, p. 08).

Se no contexto norte-americano, escritoras negras como Ângela Davis, bell hooks e outras como Patrícia Hill Collins, Audre Lorde, Alice Walker e Kimberlé Crenshaw são sempre lembradas pelos trabalhos que consagraram os estudos sobre o lugar da mulher negra procurando romper com as limitações que o feminismo branco apresentava (AKOTIRENE, 2019; RODRIGUES, 2013), tais estudos demoraram a chegar no Brasil. Somente em meados da década de 1990 é que começaram as primeiras traduções das produções referentes norte-americanas de Davis e bell hooks, por exemplo. No entanto, levantamentos bibliográficos demonstram que desde a década anterior, nomes como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck, entre outras, já se apresentavam como uma atuação feminista e negra e traziam grandes contribuições nos debates “sobre a importância de se pensar gênero articulado ao pertencimento racial” (RODRIGUES, 2013, p. 03). A antropóloga Lélia Gonzalez, por exemplo, em 1984 escreveu o texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, o qual, a partir de uma leitura da psicanálise, denunciava como a raça e o gênero em intersecção agiam para o silenciamento e a opressão das mulheres negras. Ao citar as atribuições que eram destinadas à mucama escravizada, Lélia Gonzales lembra os dois espaços ocupados pela mulher negra na sociedade brasileira: a “mulata” em exaltação durante os desfiles de carnaval e a empregada doméstica, “atribuições de um mesmo sujeito” (GONZALEZ, 1984, p. 228). É um sujeito “infans”, argumenta a teórica, o sujeito que “não tem fala própria”, que é falado por outro e que naquele trabalho assumia a “própria fala” através da autora (*Idem*, p. 225).

Trabalhos como o de Lélia Gonzalez, assim como o de outras autoras brasileiras e norte-americanas, detalham que “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 24). Ele surgiu como uma “sensibilidade analítica” que permite enxergar “a interação simultânea das avenidas identitárias”, além de identificar o racismo dentro do movimento feminista branco e o machismo no movimento negro, este atento aos problemas do homem negro, unicamente (*Idem*, p. 19).

Apesar de haver consenso de que a interseccionalidade enquanto conceito e/ou instrumento de análise nasceu com as mulheres negras a partir de suas experiências identitárias com a soma de opressões, há, também, algumas críticas à utilização do mesmo, como descreve

detalhadamente Carla Akotirene (2019)²⁴. Muitas dessas críticas se apresentam nas discussões a respeito de que marcadores privilegiar em uma análise interseccional, observado que o conceito “descarta análises aritméticas ou competitivas sobre quem sofreu primeiro”, e que “o projeto feminista negro adota coalizão e solidariedade políticas em prol dos oprimidos por classe, sexualidades ou território, dentre diferentes marcações” (AKOTIRENE, 2019, p. 97). Apesar da identificação das inúmeras possíveis variáveis que podem ser consideradas quando a interseccionalidade é acionada – gênero, raça, classe, geração, sexualidade, localidade etc –, segundo a autora,

O termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras.
[...] Sensibilidade analítica – a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequências e tipos de discriminações interseccionais (*Idem*, p. 59).

É a partir desta compreensão que, em seu livro *Interseccionalidade*, a escritora aposta no termo como uma chave para pensar as mulheres negras, ou seja, para pensar as práticas discriminatórias que se inter cruzam através das estruturas coloniais do machismo e do racismo. Para ela, há na interseccionalidade a função de instrumentalizar “os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras”, mostrando “como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (*Idem*, pp. 62-63).

Quando compreendidas todas as características e possibilidades que a interseccionalidade possui e permite, ela acaba se tornando uma chave de leitura para as publicações feitas pelo jornal *Lampião*. Em muitas abordagens a questão surge entre os textos a partir das análises por eles apreendidas. Mesmo que não seja a matriz principal para entender as representações construídas sobre as minorias, ela acaba, de certo modo, se mostrando visível, o que pode significar um avanço do jornal frente às leituras sociais. Isso informa que ele

²⁴ No livro *Interseccionalidade*, a filósofa brasileira dedica um capítulo, intitulado “Atlântico e diferenças entre irmãs: críticas ao conceito de interseccionalidade”, às divergências que rodeiam o conceito e sua aplicação na contemporaneidade. Para ela, por mais que se critique o peso que ganha a categoria raça quando se lança mão da interseccionalidade – considerando, nas palavras da autora, que o conceito é, antes de tudo, uma metodologia capaz de pensar as mulheres negras –, a “interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas” (AKOTIRENE, 2019, p. 97).

conseguiu perceber e expor que, atravessados em um mesmo sujeito, raça, classe, gênero e sexualidade, por exemplo, expõem ao máximo as desigualdades.

É nesse sentido que, em determinados momentos, metodologicamente, não é possível fechar os olhos para a questão interseccional. Ela salta do interior dos documentos como uma outra leitura capaz não só de produzir críticas a eles, mas de encontrar naqueles textos a lente da interseccionalidade utilizada pelos próprios autores e autoras. De algum modo, as análises que acompanham a essência dos próximos capítulos encontram nos estudos da interseccionalidade apontamentos necessários para compreender que sexo e raça não dão respostas através de exclusivismos. Existe uma pluralização nas identidades, como lembrou Stuart Hall, que denuncia quando as opressões são mais visíveis e, ao mesmo tempo, mais difíceis de serem combatidas. No entanto, dedico um subcapítulo às evidências que notoriamente evidenciam uma abordagem interseccional elaborada pelo próprio jornal. O texto, que pode ser considerado a essência da presença da interseccionalidade nas páginas do mesmo, será encontrado no final do capítulo 3.

2 MULHERES ESCRREVENDO E SENDO (D)ESCRITAS

Se desde seu primeiro número, *Lampião da Esquina* se identificou como um “jornal homossexual”, foi também em seu início a colocação de que pretendia ir além do tema das homossexualidades - ou homossexualismo, termo utilizado no período – e trazer para o centro das discussões questões ligadas ao que o jornal classificou como minorias ou “grupos injustamente discriminados” (LAMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 02). Como já exposto na introdução deste trabalho, nesse capítulo a análise busca compreender como foram construídas as representações sobre as mulheres e suas demandas enquanto sujeitos minoritários no interior do impresso alternativo. Antes de adentrar propriamente nas considerações sobre esta presença, é necessário que sejam pontuados os caminhos metodológicos utilizados para a investigação.

2.1 ESCOLHA METODOLÓGICA

A criação e circulação de um jornal como *Lampião*, por si só, constitui-se enquanto uma farta documentação histórica à espera do olhar atento dos pesquisadores. No entanto, em toda pesquisa historiográfica que se dedique ao estudo de veículos de comunicação e, ao estudo da imprensa, em especial, é conveniente que se destine à fonte seus recortes necessários, para o alcance dos objetivos propostos. A problemática do recorte feito ao objeto de uma investigação histórica é sempre um processo que demanda atenção para escolhas objetivas, a fim de atender ao propósito que a motivaram. Ao realizar a leitura deste impresso, ficou bastante evidente que o mesmo abrigou diferentes discussões com referências às mulheres e às lutas empreendidas para romper com as várias formas de violência a que estão sujeitas. Identificada esta presença, a primeira tentativa foi a de direcionar um recorte temporal ao jornal, mapeando, através de um período de tempo específico, aquilo que foi noticiado sobre as mulheres, em específico. Apesar de parecer um caminho possível, esse recorte se mostrou insuficiente por dois motivos: primeiro, pelo fato de o jornal ter todas as suas edições inseridas no período da grande efervescência política e cultural que foi a redemocratização no país e, qualquer seleção temporal entre 1978 e 1981, deixaria de fora acontecimentos importantes que certamente influenciaram tanto a escrita dos textos como a própria presença deles naquele espaço; segundo, porque é muito difícil chegar a uma conclusão de qual foi o espaço dedicado a essas discussões se não olharmos para o jornal em sua totalidade, visto que seus objetivos fundadores se mantêm, de certa forma, até o último número. Levamos em conta as possíveis deficiências que este recorte

metodológico poderia apresentar e concluirmos, minha orientadora e eu, que tal metodologia era incapaz para responder à problemática inicial. Por isso, a escolha foi coletar os dados dispostos durante os três anos de circulação para, então, analisá-los.

Sabemos que os meios de comunicação, em especial os impressos, independentes do período em que são publicados, agrupam em seu conjunto uma série de informações capazes de atender diferentes questionamentos e, de igual modo, acabam suscitando outros tantos. Porém, uma análise que contemple possíveis respostas para uma indagação como a aventada nessa pesquisa, é muito mais difícil e demanda muito mais tempo se a investigação se debruçar sobre tudo o que o veículo publicou. Se a preocupação principal neste trabalho é compreender o lugar ocupado e as representações construídas a respeito de outros grupos discriminados que não os homossexuais, a escolha metodológica que se mostrou mais coerente e capaz de responder às perguntas suscitadas foi selecionar as seções em que as discussões ocorreram de forma mais densa e com maior espaço visual no conjunto do tabloide.

As questões sobre as homossexualidades (no jornal protagonizadas por gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) foram o cerne de todas as edições, logo, a luta das mulheres lésbicas enquadram-se dentro desta perspectiva, a do “lesbianismo”, termo utilizado pelo próprio jornal ao referir-se à homossexualidade feminina. Por já existirem muitos trabalhos que analisaram o jornal a partir desse recorte – a questão homossexual –, não mapeei durante a pesquisa aquilo que se noticiou sobre as mulheres lésbicas, especificamente. O que apresento neste capítulo se dá a partir de uma análise das publicações com referências às mulheres, em geral, às suas lutas dentro do movimento feminista e às questões que essas lutas envolviam no espaço social, independente da orientação sexual vivenciada pelas protagonistas das matérias.

Sobre a análise historiográfica a partir do uso de periódicos, Tânia Regina de Luca (2006, p. 132) pontua que é preciso compreender as motivações que levaram à publicidade de alguma coisa e, também, “atentar para o destaque dado ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação.” Quando conhecemos as seções do jornal *Lampião da Esquina*, bem como os assuntos correntemente abordados nelas, é possível observar que as discussões mais profícuas e capazes de oferecer um material mais amplo para estudos sobre as representações construídas a respeito desses sujeitos estão presentes em quatro seções: *Opinião*, *Esquina*, *Ensaio e Reportagem*. Nelas, os textos versam sobre a situação dos grupos aos quais o(s) autor(es) se referem enquanto sujeitos de direitos e protagonistas de suas próprias lutas, ao mesmo tempo em que evidencia a violência a que estes mesmos sujeitos estão submetidos em uma sociedade forjada na linguagem do preconceito e da discriminação. Certamente, uma

análise a partir destas seções não invisibiliza a presença das mulheres em outras, como as seções *Literatura, Tendências e Cartas na Mesa*, por exemplo, onde algumas vezes era possível identifica-la. E, mesmo nas quatro seções escolhidas, a temática não se esgota, visto que em muitas entrevistas publicadas na seção *Reportagem* os entrevistados eram questionados sobre o feminismo e a luta das mulheres.

A pesquisa se debruça sobre os textos que tiveram como mote principal a questão da mulher, identificação possível de ser feita através do título escolhido para apresentá-los. Para isso, foi feito um mapeamento identificando, nos três anos de circulação do impresso, quantos textos se dedicaram ao assunto e quais os principais tópicos de discussão que os atravessam. Situações cotidianas vivenciadas pelas mulheres, como violência, machismo, atuação feminista, aborto e sexualidade são alguns dos pontos centrais que integram as matérias elaboradas. Ao catalogar tais “categorias” que surgem frequentemente nas publicações, não significa que elas sejam o único fio condutor de todo o texto. Muitas dessas publicações são construídas a partir de diferentes temáticas que se inter cruzam e dialogam entre si. A definição do que se configura como principal abordagem acontece a partir da mensagem transmitida pelo texto em sua totalidade, o que, de fato, pode nos trazer inúmeras percepções a respeito de quem está escrevendo e do porquê se falar sobre aquilo naquele período específico.

Se a expressão popular “o livro é vendido pela capa” adquire sentido quando se fala sobre o real poder que a apresentação do material possui, com jornais e revistas não é diferente. As capas dos impressos são construídas pelo(s) editor(es) com o objetivo de vender a escrita que elas envolvem. E, ao organizá-las a partir de um agrupamento de mensagens, a intenção é que tais mensagens convidem através do apelo visual, ao folhear das demais páginas. As apresentações construídas nas capas do jornal *Lampião da Esquina* em suas 37 edições são diversas e interessantíssimas. Em consonância ao formato tabloide, *Lampião* manteve suas capas altamente ilustrativas, ocupando com imagens quase que a totalidade deste espaço. Se determinado assunto é anunciado na capa, entende-se que o mesmo foi classificado como um dos principais tópicos daquela tiragem, o que confere a hierarquia estabelecida pela edição ao classificar as publicações ali contidas. Nesse sentido, as capas que apresentam algum conteúdo escrito sobre as mulheres em determinada edição compõem os números apresentados na tabela nº 1, anexo A, e estão presentes nas análises seguintes.

Um ponto importante de assinalar é que duas das seções estudadas não são apresentadas a partir de um único texto. As seções *Reportagem* e *Esquina* apresentam, no mesmo número, mais de um excerto que nem sempre estão ligados a um mesmo assunto. Muitas vezes, na seção *Esquina*, por exemplo, são apresentados diferentes artigos de opinião, todos curtos e com

autoria e conteúdos diversos. Portanto, ao referenciar essas seções como constituídas pela temática das mulheres em uma edição específica não significa que a seção como um todo traga a mesma discussão.

Para melhor organizar a escrita deste capítulo, recorri à divisão das autorias dos textos. Elaborei as discussões a respeito das representações das mulheres e do feminismo, em especial, a partir de duas frentes: as publicações escritas pelas próprias mulheres e as publicações escritas pelos homens. Nesse sentido, ficam nítidas algumas diferenças de abordagens como será possível observar.

Levando em consideração que a “eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito” (Bourdieu, 2008, p. 95), as publicações relacionadas às mulheres no jornal fornecem um mosaico de informações a respeito daquilo que se fala e através de quem se fala, ou seja, da autoria do texto. O lugar de onde se fala opera de modo significativo na compreensão sobre o que é dito, por isso é importante que identifiquemos a diferenciação entre as publicações escritas por autores homens e autoras mulheres. Seguramente, ao se falar de grupos minoritários e suas demandas enquanto sujeitos que sofrem opressão, é necessário que se ouça suas próprias vozes e este é o caso das mulheres e suas relações com o jornal. Isso não significa que os homens não pudessem escrever sobre o tema, desde que o lugar de onde se projetava esse pensamento fosse reconhecido por aquele que assinava os textos, seja como estudioso ou observador dos assuntos concernentes ao sexo oposto. Essa divisão entre o que elas escrevem e o que eles escrevem, entretanto, não determina que as representações construídas através de práticas discursivas sejam antagônicas entre si. Apenas viabiliza que a investigação se concentre naquilo que é mais caro aos dois grupos, cujas falas são influenciadas por diferentes experiências.

2.2. *LAMPIÃO DA ESQUINA* CHAMA AS MULHERES

Já no primeiro exemplar, os editores do *Lampião da Esquina* justificaram, em nota, a ausência de mulheres no impresso. É compreensível e, até mesmo, desejável que houvesse uma retratação escrita após o mesmo jornal anunciar que daria voz²⁵ às demais minorias e seu

²⁵ A expressão “dar voz” é bastante problematizada nos estudos das ciências humanas e sociais, visto que a intenção de “ceder” é um indicativo de que alguém vai receber algo que não possui. É essencial compreendermos que os sujeitos minoritários sempre tiveram voz, inclusive os homossexuais responsáveis pela criação do jornal, porém, há vozes que são ouvidas e há vozes que não são. Essa construção sobre o direito de falar se dá em uma teia de relações sociais onde aqueles que não exercem um determinado poder de pressão construído historicamente, cultural e economicamente acabam tendo suas vozes sufocadas. No entanto, por se tratar de um jornal que buscava falar em nome dos grupos “injustamente discriminados”, a expressão é passível de entendimento se considerarmos a época e o veículo como um espaço onde diferentes vozes ganhavam publicidade.

conselho ser formado unicamente por homens, assim como o conjunto de colaboradores da edição número zero. Embora a nota tenha sido publicada em um texto curto, sem que houvesse destaque na organização da página ou anunciação na capa, a explicação pretendeu justificar que a ausência não acontecia por vontade dos editores. Com o título “Mulheres do mundo inteiro...”, em uma analogia à conhecida frase de Karl Marx e Friedrich Engels ao conclamarem a união dos trabalhadores, Aguinaldo Silva escreve:

Tudo começou quando Winston Leyland, da Gay Sunshine Press, esteve no Brasil coletando material para uma antologia de autores homossexuais latino-americanos, a ser publicada este ano sob o patrocínio do Congresso dos Estados Unidos. As mulheres escritoras procuradas por ele reagiram de forma bastante estranha – não só deixaram bem claro que não estavam interessadas em participar da antologia, como algumas até se recusaram a falar com ele.

A ausência de mulheres em LAMPIÃO não é, fique bem explicado, por culpa do seu conselho editorial; convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição. Uma das questões que este jornal pretende levantar é a do feminismo e, pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem se furtar; no caso das mulheres, a discriminação é bem mais complexa, e independe de suas preferências sexuais. (LAMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1978, n. 0, p. 05).

Para adentrar na justificativa da ausência, o jornalista e coordenador de edição Aguinaldo Silva cita Leyland, editor do jornal Gay Sunshine sediado em São Francisco, nos Estados Unidos, indicando que as mulheres homossexuais, “fique bem explicado”, mostravam resistência em participar de tais publicações. Pelo tom da publicação, entende-se que as mulheres às quais Aguinaldo Silva se refere eram as mulheres lésbicas, mas ao mencionar o feminismo como uma das questões a serem trabalhadas pelo jornal, a leitura do texto abre margem para que mulheres feministas, independente da orientação sexual, sintam-se convidadas a escrever nas páginas de *Lampião*. Ao afirmar que a discriminação contra as mulheres é muito mais complexa e independe de suas sexualidades, o jornal declara que a luta não se condiciona exclusivamente às lésbicas, embora essas “não devam se furtar aos debates feministas”, mas a todas as mulheres que sofrem as consequências do machismo.

O fato desta nota ter sido publicada não nos dá a certeza de que este convite foi realmente feito e para quais mulheres ele foi feito. No entanto, apesar de não concluirmos a veracidade da afirmação, é possível constatar que há um cuidado do conselho editorial com o público que o jornal pretendia atingir. Apresentada logo no início das publicações, sem dar margem para que o leitor reclamasse ao notar essa ausência, a justificativa enfatiza a busca pelo diálogo com as mulheres e permite apontar que ele objetivava, também, chegar às leitoras através de uma possível representatividade encontrada no impresso. Essa representatividade, notoriamente,

seria alcançada quando as mulheres aceitassem participar das publicações, considerando que o convite já havia sido feito pelo próprio conselho. Com isso, o jornal retira de si a responsabilidade de ter em suas páginas apenas textos escritos por homens.

A partir dos pensamentos de Lênin e Gramsci sobre o conceito de hegemonia, definido como uma “dominação por consenso”, Sodré (2005, p. 14) nos diz que “a minoria aparece como conceito de um lugar onde se produz um fluxo de discursos e ações com o objetivo de transformar um determinado ordenamento fixado no nível de instituições e organizações.” Se considerarmos a possibilidade de ação através deste lugar, é plausível a tentativa de diálogo estabelecida entre homossexuais e mulheres a partir de *Lampião da Esquina*, algo que parece ter percorrido toda a construção do jornal. Essa percepção nos direciona à compreensão de como acontecia esses diálogos e como eles, muitas vezes, entravam em disputa no interior dos textos.

A edição de estreia, além da nota de justificativa, não trouxe nenhuma discussão sobre as mulheres ou sobre o feminismo e todos os textos deste número foram construídos tomando a homossexualidade como fio condutor. No entanto, o próximo lançamento trouxe, na seção *Opinião*, um artigo sobre as mulheres e escrito por uma. Recuperando aquilo que foi publicado como imperativo ao jornal na edição anterior, Mariza escreve o texto “Nossas Gaiolas Comuns” e discute o que é necessário para que as relações de união e cooperação sejam de fato concretizadas na luta contra a opressão:

Este jornal se queixa, no seu número zero, de não haver encontrado mulheres dispostas a colaborar com ele em sua luta comum de pessoas que não aceitam ser definidas como desiguais em relação a outras pessoas. Mesmo reconhecendo que o fortalecimento de posições específicas é importante numa luta mais ampla – cujo resultado deveria poder ser o reconhecimento das diferenças, sem que isso implique em desigualdade – é importante não perder de vista este objetivo comum e talvez seja saudável tentar verificar, de vez em quando, os avanços na abertura desta estrada que tem muitas trilhas. (LÂMPIÃO DA ESQUINA, maio de 1978, n. 01 p. 01)

O texto ocupou toda a primeira página do impresso e, em uma proposta pela reflexão das lutas comuns às mulheres e aos homossexuais, sem que se esqueça das especificidades que cada grupo oprimido carrega consigo, a autora acrescenta que

[...] em termos de definições sexuais, cada uma das categorias deveria ter bem claro como se autodefine e como este enunciado dos atributos essenciais e específicos que a tornam inconfundível, ao mesmo tempo a relaciona com outras categorias sociais. [...] Seria um erro pensar que essas análises e essas lutas pudessem ser feitas isoladamente, assim como pensar na definição de categorias sexuais como um fenômeno isolado. [...] ou tentamos, todos juntos, abrir a porta da gaiola, ou permaneceremos lá dentro, cada um com a ilusão de que está numa gaiola particular.

Isto não significa esquecer a singularidade da mulher, ou de outras situações, mas implica em ter plena consciência da gaiola blusa vestida por todos nós, cada um à sua maneira. (LAMPILÃO DA ESQUINA, maio de 1978, n. 01, p. 01).

O artigo escrito por Mariza é praticamente um apelo para que houvesse colaboração das mulheres com aquele jornal. Ser mulher ou ser homossexual, enquadra o sujeito dentro de um grupo cujas identidades se formam a partir da identificação de que existe uma hierarquia socialmente construída e por onde diferentes formas de opressão operam. Identificar essas opressões não é suficiente para que se rompa com elas. É preciso mais que isso, é preciso buscar naquilo que une os grupos, modos de agir e de lutar pela liberdade.

Ao escrever sobre a produção social da identidade e da diferença, Silva (2000, p. 91) coloca que é através da representação que a identidade e a diferença adquirem sentido e se ligam a sistemas de poder. Nas palavras dele, “quem tem o poder de representar, tem o poder de definir e determinar a identidade.” Considerando os efeitos que a representação pode ocasionar, a participação das mulheres no jornal *Lampião da Esquina* dá um outro sentido àquilo que está sendo representado sobre a questão da mulher. Ocupar um espaço que constrói representações acerca das identidades – como é o caso dos impressos - é uma ação importante e necessária, principalmente se identificarmos neste espaço sua capacidade de mobilizar discussões a respeito de grupos historicamente silenciados. Ler textos de mulheres sobre mulheres obedece à lógica da representatividade, importante passo na luta contra o silenciamento. No entanto, sobre este texto, em específico, é preciso que se faça alguns apontamentos.

A presença do artigo com a assinatura de uma mulher não nos permite afirmar nada além do desejo do jornal em mostrar ao público leitor a participação de uma outra minoria sexual – expressão utilizada pelo próprio jornal -, que não a homossexual, em suas páginas. Em nenhum momento é apresentada a identidade daquela que escreve, seu sobrenome ou sua formação. Na apresentação dos colaboradores do número, o jornal apenas anuncia “Mariza (Campinas)”, nomeação que aparecerá nas próximas edições mesmo sem nenhum texto com esta autoria. Não fica evidente, portanto, que há a participação real de uma mulher na publicação. A inexistência de uma exatidão passível de ser conferida através de uma pesquisa que intercuze dados – nome, formação, presença em outras publicações- mostra traços possíveis de que o texto pode ter sido redigido pelo próprio conselho editorial. Se essa assinatura foi realmente inventada, nos interessa saber o porquê de tal ação. Mesmo que o jornal tenha justificado a ausência de mulheres na edição experimental, essa justificativa não poderia se estender aos próximos números, o que facilita a compreensão de se ter um artigo com esta abordagem e assinatura na primeira página da edição seguinte. Assinatura esta que se aproxima

de todo um grupo a partir de um porta-voz autorizado, capaz de falar por ele (BOURDIEU, 2008).

Esta é apenas uma das conclusões possíveis a respeito da publicação. Uma análise mais otimista pode afirmar que realmente texto e autoria estão verdadeiramente relacionados. Mesmo que o artigo tenha sido escrito por uma mulher, a Mariza, a interpretação caminha na mesma direção: o jornal buscou mostrar aos seus leitores seus esforços em dialogar com as mulheres.

A participação efetiva de mulheres no jornal foi comemorada por seu conselho que anunciou a “conquista” na capa da edição número 03. Em agosto de 1978, *Lampião da Esquina* chegou às bancas estampando que já contava com mulheres na redação:

Figura 07: Capa do jornal *Lampião da Esquina*, edição nº 03.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, julho/Agosto de 1978.

As considerações de Pinto (2010, p. 22) são pontuais para se referir a essa estreia: “Dar a palavra para as mulheres [...] certamente não é uma ação suficiente, o ‘caminho das pedras’, porque não há tal caminho, mas certamente é essencial.” A presença das escritoras Lúcia Rito e Zsu Zsu Vieira consagrou a aparição de textos escritos pelas mulheres no interior do tabloide

e diferentes nomes começaram a surgir em diferentes publicações. A partir da edição 03, *Lampião*, de fato, começou sua jornada com a presença das mulheres em suas redações até as últimas tiragens. Não foi regra, mas quase a totalidade dos textos escritos pelas mulheres abordaram a situação da mulher em uma sociedade que oprime, viola direitos e hierarquiza, pela dominação, as relações entre os sexos.

2.3 AS MULHERES EM LUTA

O feminismo age graças a pessoas, personalidades, militantes, que, todas elas, mereceriam um retrato, ou ao menos figurar num dicionário (MICHELE PERROT, 2007, p. 157).

A organização de movimentos sociais se constitui, segundo Warren (2006) em torno de uma identidade ou identificação e de um projeto num contínuo processo de construção lutando pela garantia de direitos. Para a autora, a identificação de projetos e objetivos em comum e a definição dos adversários/opositores determinam os atores que compõem o movimento. Embora durante muito tempo a historiografia tenha silenciado a atuação política das mulheres – e o termo pode representar diferentes interpretações -, hoje é sabido que a presença desses sujeitos em diversos momentos da história foi significativa para mudar o rumo da mesma. Michele Perrot (2017, p. 224), ao escrever sobre os “excluídos da história”, lembra das mulheres e suas trajetórias na França oitocentista:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

Na mesma direção, a escritora Rosa Montero traçou em escrita biográfica trajetórias “incomuns” de diferentes mulheres ao longo dos séculos, para sentir a sensação “de abrir as águas paradas e extrair lá de baixo um monte de surpreendentes criaturas abissais [...] porque há uma história que não está na história e que só se pode resgatar apurando o ouvido e escutando os sussurros das mulheres” (MONTERO, 2008, pp. 29-30)

Chegamos ao final do século XX e início do século XXI apurando histórias antes não contadas ou contadas, mas logo esquecidas. Nas palavras de Pedro (2005, p. 83), “entrar para a história tem sido um valor disputado” observando que “a antiga forma de escrever a história,

costumeiramente chamada de ‘positivista’ ou, às vezes ‘empirista’ dava destaque a personagens, em geral masculinos.” Este esquecimento relegou aos bastidores incontáveis situações em que as mulheres foram protagonistas e que só vieram compor a análise historiográfica com a ascensão dos “estudos de gênero” na segunda metade do século XX. A partir da percepção do uso do gênero como uma categoria possível de análise no campo da historiografia (SCOTT, 1995) inúmeros trabalhos ganharam destaque e trouxeram para os estudos históricos contribuições imprescindíveis sobre o protagonismo das mulheres em diferentes tempos.

Ao longo dos séculos, muitas mulheres, em diversas sociedades, questionaram as normas discriminatórias impostas e se lançaram em luta contra o machismo em muitas frentes, mesmo que a utilização deste termo não seja tão antiga quanto as práticas que ele representa. Viver em uma realidade cuja formação social se dá através de práticas que reproduzem uma dominação masculina que opera como um princípio universal de visão e de divisão (BOURDIEU, 1995), já é altamente desafiador e, até mesmo, perigoso lutar por uma emancipação que coloque em xeque tal estado de coisas. Entretanto, quando esta mesma sociedade está cercada pelo autoritarismo político personificado nas ações do Estado, os desafios se tornam visivelmente maiores. Essa era a realidade da vida e da luta das mulheres no Brasil da década de 1970, quando a ditadura militar e suas políticas repressivas de violação dos direitos humanos ditavam as regras no país.

É neste contexto que chega ao Brasil o “feminismo de segunda onda”. Segundo Pedro (2005), o feminismo enquanto um movimento social visível tem se organizado em ondas. A primeira onda teria ocorrido no final do século XIX e início do XX, com as sufragistas lutando pelo direito de votar e serem votadas. Já o feminismo de segunda onda teria surgido após a Segunda Guerra Mundial com a luta das mulheres pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o poder patriarcal de dominação da mulher pelo homem (PEDRO, 2005). Diferentemente do que acontecia na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, onde se experimentava um caldo cultural em efervescência que propiciou uma revolução nos costumes e a emergência de novos movimentos sociais, no Brasil o clima era de repressão, exílio, tortura e morte. As características que compunham a essência desses movimentos nos dois hemisférios estavam intimamente ligadas ao momento político vivenciado por essas mulheres (PINTO, 2003).

O fato é que a movimentação que ocorria fortemente em outros lugares do mundo refletiu em solo brasileiro, mesmo que com características próprias e distintas. É muito difícil precisar qual seria o momento de estreia deste feminismo no país, compreendendo que as mobilizações pelos direitos das mulheres era vista em diferentes lugares, mas evitavam o rótulo

de feminista, por temer as atribuições que o termo pode suscitar: “o feminismo nem sempre goza de boa reputação” (PERROT, 2007, p. 153).

Em 1975, a ONU (Organização da Nações Unidas) declarou como sendo o Ano Internacional da Mulher e o início da década da mulher, realizando uma conferência sobre o tema no México. Iniciativa esta que “apenas repercutiu o que estava acontecendo desde os anos 60 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos — entre estes, o de livre disposição do corpo.” (PEDRO, 2006, p. 251).

A decisão da organização repercutiu no Brasil motivando inúmeras ações protagonizadas pelas mulheres brasileiras e fazendo com que estudiosos do assunto definissem o ano como o marco inicial do feminismo no Brasil. Para Pinto (2003, p. 56), a partir da decisão “a questão da mulher ganhava um novo *status*, tanto diante de governos autoritários e sociedades conservadoras como em relação a projetos ditos progressistas que costumeiramente viam com grande desconfiança a causa feminista.” A autora aposta nesta decisão como o impulso para o “ato inaugural” entre as brasileiras. Essa afirmação vai ao encontro da realizada por Joana Pedro (2006, p. 252) quando cita uma das narrativas fundadoras. A autora afirma que, após a decisão da ONU, no Brasil o movimento feminista

teria sido inaugurado com uma reunião, ocorrida em julho de 1975, na ABI — Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, e com a constituição do Centro da Mulher Brasileira, também naquela cidade. A partir de então, teria ocorrido o aparecimento de outros espaços de união e movimento feminista em outros lugares do Brasil.

Mulheres de diferentes vertentes de pensamento político começaram a ocupar a esfera pública na luta por direitos. Exemplo máximo das ações está presente na criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira após evento patrocinado pelo Centro de Informação da ONU no Rio de Janeiro: “o objetivo principal do centro será combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela possa exercer o seu papel insubstituível e até agora não assumido no processo de desenvolvimento.” (CDBM apud PINTO, 2003, p. 58).

Certamente a mobilização em torno do Ano Internacional da Mulher e da criação do CDBM foi um ato de grande importância para trazer a questão da mulher para o centro dos debates públicos, mas não foi o único. Joana Pedro (2013) lembra das mulheres que estiveram presentes e atuantes em diferentes ações nas décadas de 60, 70 e 80. Seus rostos eram estampados pela contribuição que exerciam em manifestações públicas diversas, tanto de direita (Marchas da Família com Deus pela Liberdade), como de esquerda (Passeata dos 100 Mil).

Essa aparição se dava, principalmente, devido ao processo de urbanização que tomou as cidades nas décadas anteriores e fez com que inúmeras mulheres ocupassem espaços antes não ocupados.

A atuação pública das mulheres era visível desde os anos de 1940 quando se via, por exemplo, um envolvimento direto nas manifestações contra a carestia. Este envolvimento se estendeu até a década de 1970 com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e diferentes mulheres dedicavam-se à luta por melhorias em creches, escolas, postos de saúde e serviços públicos, em geral (PINTO, 2003). Denominado Movimento de Mulheres, em seu início não tinha pretensões feministas, porque nele não se questionava a posição da mulher na sociedade. No entanto, com o passar dos anos, as discussões referentes ao papel ocupado socialmente pelas mulheres e a luta contra o poder opressor exercido pelos homens adquiriram espaço no interior do movimento de mulheres. Diálogos importantes, pois se tratava de discussões que caminhavam do centro até a periferia trilhando caminhos, muitas vezes, conflitantes (*Idem*).

Não é possível determinar quantos grupos feministas se organizaram durante as décadas de 1970 e 1980, visto que houve dispersões com o passar do tempo. Porém, o eixo Rio de Janeiro – São Paulo parece ter abrigado os principais em termos de visibilidade (PINTO, 2003). Isso não significa que em outras regiões do país não atuassem grupos declaradamente feministas e que foram importantes para reflexões, debates e divulgação de ideias libertárias. “Feminismo em Porto Alegre”, divulgou *Lampião da Esquina* em outubro de 1979, publicando uma carta enviada pelas feministas gaúchas:

Somos um grupo feminista de Porto Alegre, existente desde 1976, e que já passou por diversas fases, mas sempre tratando de assuntos de interesse específico da mulher, visando a sua conscientização cada vez maior de sua condição geral de opressão. Nosso objetivo é que a mulher alcance sua liberação como ser humano e também como sexo, que carrega nas costas uma longa história de sujeição e renúncia, sendo por isso ainda mais difícil encontrar o caminho para uma existência mais digna e mais feliz. (LAMPÃO DA ESQUINA, outubro de 1979, n. 17, p. 02)

Os grupos feministas que se formaram no Brasil na década de 1970 “eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado” (PINTO, 2003, p. 49), diferente do que acontecia no exterior. As exiladas pelo regime e os grupos feministas que se organizavam na experiência do exílio tiveram um papel considerável no desenvolvimento do feminismo à brasileira. Essas mulheres faziam com que as pautas discutidas fora do país, em especial em Paris pós 1968, chegassem até às mulheres brasileiras. Porém, havia diferenças pontuais entre lá e cá, entre as feministas que se

encontravam na Europa e as que tentavam se organizar a partir do Brasil. Enquanto as feministas no exílio liam, organizavam debates públicos, estabeleciam contatos com outros grupos e tentavam aumentar o número de participantes, as feministas aqui se encontravam nos limites da casa, em reuniões informais. Isso se dá, certamente, pela experiência vivida sobre as leis da repressão e da censura que atuavam fortemente neste período (PINTO, 2003).

Em plena ditadura militar, as lutas que se erguiam através das bandeiras de esquerda estavam calcadas no desejo da redemocratização do país e na queda do regime autoritário. Se os feminismos norte-americano e europeu se mobilizavam pela pauta dos costumes e pela emancipação da mulher, o feminismo brasileiro tinha como desafio, além de lutar pela liberdade das mulheres, lutar contra a política repressiva institucionalizada. Para isso, muitas vezes buscavam alianças com os grupos de esquerda e com a igreja católica, “todos navegando na corrente contra o regime autoritário” (SARTI, 2004, p.39). Acontece que, em inúmeros casos, o ideário feminista discutido e exposto a público nos “grupos de consciência” era visto pela esquerda tradicional como um desvio pequeno burguês e “como uma ameaça ao projeto político de muitos desses grupos, pois poderia significar a ‘dispersão’ daquilo que consideravam uma luta prioritária” (PEDRO, 2006, p. 250). Esse embate no seio das esquerdas mostra que o feminismo além de ser mal visto pela direita representada pela ditadura militar não possuía total apoio dentro dos setores ditos progressistas, situação que culminou em inúmeros conflitos que podem ser percebidos, inclusive, no próprio *Lampião da Esquina*.

É impossível pensar na construção de um movimento social sem levar em conta as divergências geradas na base de sua organização. Se o movimento feminista tomou alcance e visibilidade em plena ditadura militar, também houve inúmeras situações evidenciando as tensões existentes, tanto entre as feministas e os grupos tradicionais de esquerda, quanto entre elas mesmas. Questões como trabalho, sexualidade, aborto, anistia e redemocratização foram abordadas e discutidas em muitas oportunidades e *Lampião da Esquina* não se furtou a esse debate. Compreender os desafios do feminismo e do protagonismo das mulheres naquele período é possível através da investigação daquilo que foi publicizado nos veículos de comunicação, por exemplo, observando essas representações como constituídas de intenções e significados próprios daquele que escreve.

Cynthia Sarti (2004) argumenta que o feminismo militante que emergiu no Brasil na década de 1970, tornando visível a questão da mulher, é uma consequência da resistência das mulheres à ditadura militar que, após a derrota da luta armada, buscaram outras formas de se organizar pessoal e politicamente. Para que essa militância alcançasse espaço e adentrasse em localidades tradicionalmente distantes destes debates, como as camadas sociais mais

vulneráveis, alguns veículos de comunicação foram criados para a divulgação e circulação de ideias sobre as mulheres ou propriamente feministas. Jornais como o *Brasil Mulher* (1975), *Nós Mulheres* (1976) e *Mulherio* (1981) foram alguns dos periódicos que floresceram no período e estão dentro daquilo que se consagrou como “imprensa feminista”. Embora os conteúdos publicados fossem, em sua maioria, referentes à questão da mulher, a palavra feminista não era declaradamente assumida por algumas das mulheres que realizavam estas publicações, visto que, muitas vezes, “definir-se como feminista no Brasil era um grande risco”, porque o feminismo estava “associado à luta das mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens.” (PEDRO, 2013, pp. 239 - 240). Entretanto, mesmo sem utilizar o rótulo “feminista” ou “feminismo”, estes jornais exerceram a divulgação de ideias, embora conflitivas, dentro dos clubes de mães, por exemplo, geralmente empreendidos por mulheres pobres.

Observa-se que o feminismo enquanto movimento social libertário apresentou, no Brasil das décadas de 1970 e 1980, características diversas e que visivelmente entravam em disputa. A análise deste feminismo nascente “não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado” (SARTI, 2004, p. 44) e que interveio fortemente no seu modo de operar. A trajetória das mulheres que propunham e organizavam debates e reivindicações públicas a respeito do tema era extremamente diversa e plural, pluralidade essa percebida nas páginas do jornal *Lampião da Esquina* quando observado o teor de suas publicações. Tanto os textos escritos pelos editores e colaboradores homens como aqueles escritos pelas colaboradoras mulheres, dispõem de um farto material que ajuda a compreender essa pluralidade, as dissidências que emergiam e argumentos postos. Michele Perrot (2007, p. 162) lembra que “foi o feminismo que constituiu as mulheres como atrizes na cena pública, que deu forma a suas aspirações, voz a seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo, de democracia.” Se o feminismo, mesmo com todas suas problemáticas e contradições, trouxe para a opinião pública e para as pautas políticas a condição da mulher, o jornal *Lampião da Esquina* identificou nessa atuação diferentes conteúdos para compor suas páginas. As mulheres estão no jornal. Elas entram em conflito no interior dele. Terem sido publicadas revela, sobretudo, a intencionalidade deste jornal e sua capacidade (ou não) de “dar voz” às outras minorias. Nos resta compreender como essas publicações estão arranjadas em seu interior. Tarefa seguinte.

2.4 QUANDO ELAS ESCRIVEM

A ausência de mulheres colaboradoras foi um tema que preocupou os editores do *Lampião da Esquina*, levando em conta seu editorial de estreia com explicações e convites. A insistência em estabelecer um diálogo entre homossexuais e mulheres surtiu efeito a partir da edição de número 03, quando o jornal pôde, felizmente, anunciar a conquista da colaboração das mulheres na autoria dos textos. Embora na edição 01, o jornal traga um texto assinado por Mariza, foi a partir da quarta tiragem – visto que o jornal surgiu com o número zero em edição experimental – que as mulheres começaram, de fato, a integrar as composições textuais na condição de autoras. As jornalistas e escritoras Zsu Zsu Vieira e Lúcia Rito, que mais tarde ficaram conhecidas por seus trabalhos como conselheira sentimental e biógrafa, respectivamente, deram o pontapé inicial e abriram caminho para que outras mulheres publicassem seus textos nas colunas lampiônicas. A partir delas, inúmeras outras puderam contribuir e expor seus anseios sobre ser mulher em uma sociedade que condena sua existência e aplica a violência como regra, indo ao encontro da afirmação de Roger Chartier (1990, p. 17), para quem “as representações do mundo social assim construídas [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.”

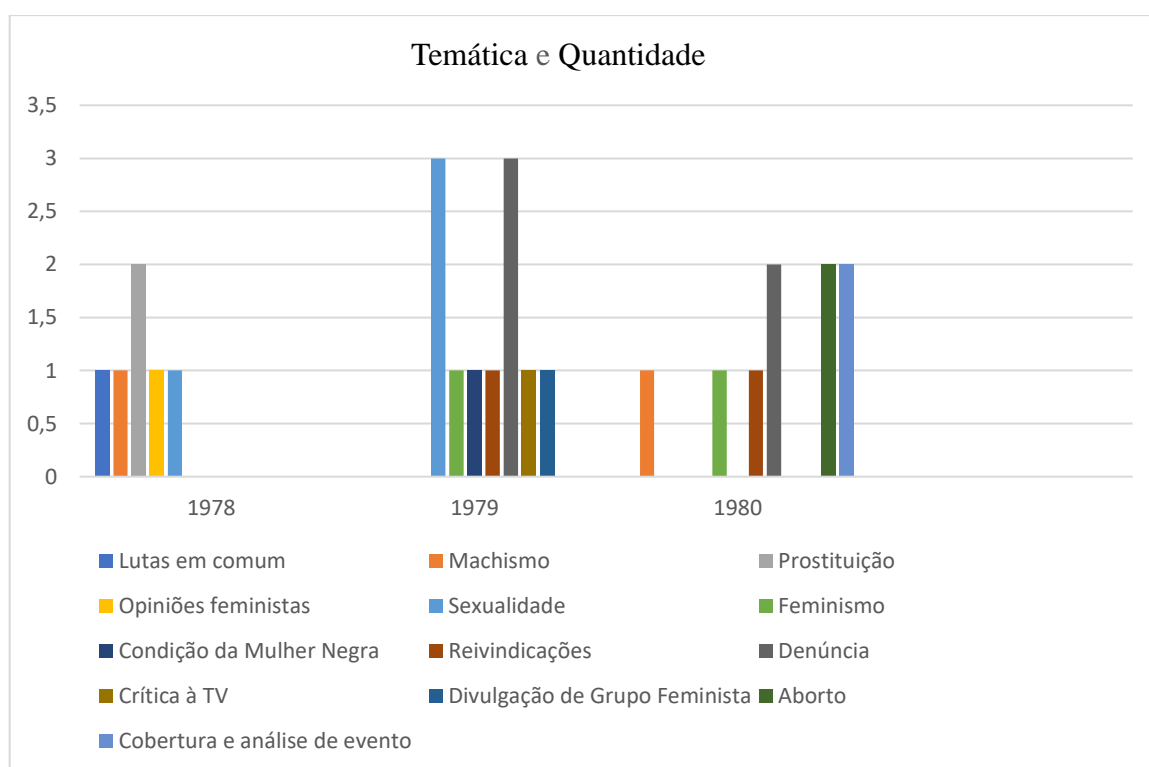
As temáticas expostas foram muitas, mas quase a totalidade das publicações escritas por mulheres traçaram argumentos de combate ao machismo e suas práticas opressoras. Após o levantamento dos textos que, de algum modo, trouxeram aos leitores a questão da mulher, foi possível identificar quais eram os elementos norteadores de cada texto. Se os efeitos do machismo foi o elemento central no conjunto deles, cada um deles dispôs de um referencial para conduzir a discussão. Foi a partir da identificação desses referenciais que construí o gráfico apresentado no quadro nº 1. Nele, pode-se notar quais foram as principais temáticas escritas pelas mulheres, o que era caro a elas e, também, ao jornal quando opta por dedicar o espaço à discussão.

Perceptível no gráfico, somados os três anos de circulação do jornal, há alguns assuntos que aparecem em maior quantidade pela autoria das mulheres, caso da “sexualidade” e da “denúncia”, por exemplo. As demais abordagens, embora importantes, surgiram uma ou duas vezes ao longo das edições. Isso permite identificar que dois elementos, além de serem prioridade entre as mulheres que publicavam no jornal, compunham, de certa forma, as pretensões da identidade construída pelo mesmo. Como jornal homossexual, *Lampião da*

Esquina estava atento às discussões sobre sexualidades e, também, a identificar a presença do machismo na sociedade, por isso as denúncias.

A partir dos dados organizados na tabela – anexo A – e no gráfico abaixo foi possível dividir a escrita dessas mulheres em composições mais amplas. As divisões que compõem essa parte do texto estão organizadas a partir dos seguintes eixos, respectivamente: primeira aparição, feminismo, machismo e sexualidade. Certamente, não é possível realizar uma análise que contemple a totalidade desses textos nem a ampla capacidade que cada um deles tem de contribuir para um trabalho como esse. Apesar dessa impossibilidade, tento trazê-los em suas potencialidades para referenciar as discussões que seguem.

Gráfico 1 – Quando as mulheres escrevem



Entre as escritoras que colaboraram, alguns nomes se sobressaíram. Quatro colaboradoras emplacaram mais de uma das publicações sobre as mulheres. São elas: A advogada e literata carioca **Leila Míccolis**, que tratou de diferentes assuntos em cinco das publicações analisadas; a também carioca **Janice Caiafa**, à época estudante de psicologia e hoje com uma vasta carreira acadêmica na área da antropologia, publicou três textos abordando machismo, aborto e realizando denúncia; **Cynthia Sarti**, cientista social, escreveu duas vezes

a respeito do feminismo; e a já mencionada **Lúcia Rito** com duas assinaturas em artigo e reportagem sobre a prostituição.²⁶ As demais autoras aparecem apenas em um dos textos.

2.4.1 A estreia

A estreia das mulheres ocupou a primeira página da edição conferindo importância e significado à seção *Opinião*, a mais expressiva do jornal porque corresponde ao seu editorial. Zsu Zsu Vieira escreve sobre “A doença infantil do machismo” e trouxe elementos de análise riquíssimos. Após já ter publicado com a assinatura de uma mulher as características presentes nas “gaiolas comuns” entre as mulheres e os homossexuais, *Lampião* opta por criticar o machismo, preconceito que ataca tanto um grupo quanto o outro. Apresentando o texto e a autora, o conselho a descreve de acordo com a própria definição de Zsu Zsu: “heterossexual militante, mulher por nascimento e vocação.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1978, n. 03, p. 02). As palavras escolhidas para a apresentação e que enfatizam a orientação sexual da autora aponta para aquilo que o jornal buscava desde o número zero: a união entre os grupos.

Em seu texto, Zsu Zsu ataca os padrões de masculinidade e procura desmitificar a figura do macho, cuja construção social se afirma, entre outras coisas, através da dominação do homem à mulher (BOURDIEU, 1995). Ele, o macho brasileiro, não é machão coisa nenhuma, diz ela, mas “um pobre coitado às voltas com problemas terríveis de virilidade, afirmação pessoal e sede do domínio.” “Frágil, débil, condicionado há milênios a ser antes de tudo um forte, o machão se realiza muito mal no amor e só consegue salvar as aparências porque a mulher brasileira é ainda pior do que ele” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1978, n. 03, p. 02). As considerações da autora rompem com o imaginário que se construiu em relação à figura masculina e que se mantém através da autoafirmação, cujo jogo de aparências se sobressai à realidade.

Os estudos contemporâneos têm contribuído muito para o entendimento de como se formam situações de discriminação e controle dos corpos a partir daquilo que se espera de um homem ou de uma mulher nas teias das relações sociais. Para Albuquerque Júnior (2015), a partir das características biológicas que os sujeitos já apresentam ao nascer, características que os definem enquanto macho ou fêmea, são construídas normas de comportamento desejados para sua existência enquanto ser social. Tanto ao sexo masculino como ao sexo feminino, destina-se todo um quadro de expectativas para que cumpram aquilo que se consolidou culturalmente, independente da sociedade, como papel estabelecido. No entanto, ainda segundo

²⁶ Informações profissionais retiradas da Plataforma Lattes.

o autor, o comportamento esperado está muito mais relacionado à estrutura e à preservação da ordem social, do que a uma natureza pronta, estabelecida através dos órgãos genitais. A partir de uma série de fatores que direcionam a esses comportamentos, cria-se um modo de ser masculino e um modo de ser feminino no mundo, ou seja, criam-se padrões de masculinidade e feminilidade ou, em outras palavras, códigos de gênero. A masculinidade, para Albuquerque Júnior, “é histórica; não é uma manifestação da natureza ou de uma essência psicológica interior, é um constructo social e simbólico [...] que parte da leitura dos corpos, continua na prática e nos significados das relações sexuais, entendidas [...] como relações de poder [...] de apropriação e posse.” (ALBUQUERQUE JR, 2015, p. 438). Zsu Zsu Vieira, em seu texto, toca naquilo que é caro às masculinidades ao afirmar que os homens se amedrontam com a possibilidade de as mulheres acionarem o real poder de liberdade do qual dispõem que é o próprio corpo: “os machões têm medo de que as mulheres descubram esse potencial e se transforme numa ‘leoa sexual’, deixando-os para trás.” (LAMPÍÃO DA ESQUINA, agosto de 1978, n. 03, p. 02). Para ela, a descoberta do ato sexual enquanto um ato de prazer, talvez seja uma das mais temidas preocupações masculinas, porque atinge um dos pilares desta masculinidade construída, que é a dominação pelo ato sexual do macho sobre a fêmea.

“As mulheres cuja sexualidade não tem freios são perigosas. Maléficas, assemelham-se a feiticeiras, dotadas de “vulvas insaciáveis”, lembra Michelle Perrot (2007, p. 66), e quando Zsu Zsu afirma que os homens se mantêm em posição de domínio porque as mulheres brasileiras são piores que eles, ela se refere ao ato sexual e ao poder que a descoberta do prazer pode apresentar nessas relações. Com essa afirmação, parece haver uma tentativa de “sacudir” as leitoras para a real necessidade de buscar a própria liberdade, que está relacionada à identificação do medo e da pouca confiança que os machões têm em si mesmos. Ao mesmo tempo que ela aponta que uma transformação nessas relações de opressão é uma tarefa difícil, “senão impossível”, porque as mulheres são condicionadas desde sempre à submissão, reconhece a movimentação que se erguia, à época, para romper tais construções:

Parece-me que as mulheres estão realmente conseguindo atemorizar os pobres machões, embora não seja esse o seu objetivo quando falam em emancipação feminina. [...] Forças machistas e repressoras acham que as feministas (no bom sentido) querem subverter a ordem, acabar com o homem, diminuí-lo, tirar-lhe a masculinidade. O que as mulheres não querem é serem oprimidas. [...] Apesar da mulher em geral, ainda ser tão alienada de seus direitos e de sua força, já há um movimento feminino produto de uma geração liberta, com grande abertura de cuca e visão mais nítida de que a liberdade, tanto serve ao homem como à mulher. Sem ser feministas, uma enorme gama de mulheres está cansada da machice, prepotência e despotismo. (LAMPÍÃO DA ESQUINA, agosto de 1978, n. 03, p. 02)

Pelo que já foi exposto neste trabalho, diferente daquele escrito por “Mariza”, o texto de Zsu Zsu Vieira foi a primeira publicação em que a autoria de uma mulher pode ser, de fato, comprovada. Foi anunciado como um artigo escrito especialmente para o jornal e traços da biografia da escritora compuseram sua apresentação. Hoje, mais de 40 anos após sua escrita, talvez por tudo que se consolidou nos movimentos feministas e com o movimentos feministas, uma rápida leitura do texto não deixa dúvidas de que se tratava de uma publicação com abordagens feministas, pois engajou-se na discussão de como se desvencilhar de condutas machistas forjadas nas relações sociais e como lutar pela libertação da mulher. No entanto, o que a autora faz é negar, mesmo que de modo implícito, a palavra feminismo.

Ao questionar as bases de dominação a que estavam sujeitas, as mulheres adentravam em um campo de intensos conflitos e, obviamente, eram logo adjetivadas pejorativamente. As sufragistas haviam passado pela mesma situação no início do século XX onde declarar-se sufragista era visto, muitas vezes, como um ato criminoso. Sarti (2004), que também escreve ao jornal *Lampião da Esquina*, lembra que, em seu início, o movimento feminista vivia num fogo cruzado. Criticado pela direita e pela esquerda, o feminismo encontrava em muitos homens e mulheres a ideia de uma conotação “antifeminina”. Estudos como o de Sarti (2004), Pedro (2013) e Pinto (2003) contribuem para compreendermos as terminologias “feminista no bom sentido” e “sem ser feministas” naquele momento histórico. Se, de maneira geral, o feminismo não era visto com bons olhos nem por alguns dos setores considerados progressistas, o uso das palavras pela autora pode ser interpretado como uma escolha proposital que foi conscientizar os leitores e leitoras sobre a necessidade de libertação da mulher das amarras do machismo, sem que essa tomada de consciência fosse associada ao feminismo ou às feministas. Com isso, Zsu Zsu Vieira aplicou o poder de fazer as coisas através das palavras. Se “quanto mais adequada for a teoria, mais poderoso será o seu efeito” (BOURDIEU, 2004, p. 166), a autora articulou os termos para que o assunto sobre a necessidade de emancipação feminina não fosse lido como algo pejorativo. Foi uma escolha que pode gerar interpretações divergentes, pois ao mesmo tempo que toma cuidado para não ser mal interpretada, ela acaba endossando o discurso da feminista no “mau sentido”. Entretanto, a mensagem transmitida foi a de que homens e mulheres precisam acabar “com certos e graves tabus e lutar contra o medo e contra a deturpação que nos foi sempre imposta. [...] Fonte de prazeres e de dores, o corpo é, na verdade, a única coisa que nos pertence verdadeiramente. Por isso devemos e podemos usá-lo para nossa própria satisfação” (LAMPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1978, n. 3, p. 02).

Na mesma edição, o jornal contou com outra colaboradora, Lúcia Rito, que dedicou seu espaço no jornal à prostituição, uma das poucas abordagens sobre o tema e a única, em dois

textos no mesmo número, escrita por uma mulher. Na seção *Reportagem*, a jornalista pôde escrever sobre a rotina diária das “senhoras do Manguê”, ameaçadas pelas obras de urbanização que chegavam à Cidade Nova, região carioca onde muitas mulheres trabalhavam como prostitutas.

Zsu Zsu Vieira havia mencionado as prostitutas como uma face antagônica às mulheres do lar. Em casa, os machões mantêm “aquela relação física contida, morna, mas na rua vão procurar as ‘leoas’ que os assustam de tal forma, que os deixam com o rabinho entre as pernas.” (LAMPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1978, n. 03, p. 02). A temática não era o foco principal da sua escrita, por isso não podemos reduzir o entendimento da autora sobre a prostituição a uma simples ação de sexo selvagem, representado na figura da leoa que amedronta o macho. Porém, se faltou uma análise menos reducionista na escrita de Zsu Zsu no primeiro texto, Lúcia Rito preencheu as lacunas ao tratar de questões caras a essas mulheres em uma rotina de trabalho, pobreza e preconceito. “Essa Zona vai acabar” é o título da reportagem. E iria, mesmo. A jornalista anunciou de antemão o pouco tempo que restava àquela área como espaço de trabalho sexual, visto as desapropriações e obras de reurbanização que chegaram ao local, reduzindo de 7000 para 1500 o número de prostitutas (LAMPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1978, n. 03, p. 07).

Luca (2006) traz orientações importantes sobre os cuidados que se deve ter ao historicizar um periódico como fonte. Entre os cuidados está a necessidade de se averiguar o que foi escolhido para publicação dentre tudo o que se dispunha. Lúcia Rito poderia ter tratado a “zona” a partir de diferentes perspectivas. Ouvir cientistas sociais, membros do poder público responsáveis pela transformação urbana, os proprietários que alugavam as casas transformadas em pequenos quartos, no entanto, foi ouvir as mulheres que naquele espaço “ganhavam a vida”.

Ao ser entrevistada, D. Leda, uma das gerentes da região do Manguê, desnuda os rótulos que assombravam a prostituição naquele ambiente nada agradável: “Aqui trabalham moças de Ipanema, Copacabana, Méier, Caxias, e ano passado mesmo várias se formaram em faculdades. Saiu uma doutora e uma advogada daqui. Tinha uma com filho engenheiro, gente muito boa.” (LAMPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1978, n. 03, p. 07). Mas nem tudo se resume a essa realidade. As histórias ouvidas pela jornalista combinam dor, pobreza e, na maioria das vezes, violência. Diz ela:

As histórias que contam para justificar a opção pela prostituta [sic] são sempre tristes e invariavelmente incluem uma família grande, com muitos filhos. São praticamente ‘obrigadas’ a se prostituir ‘porque é o caminho mais fácil para sair da miséria. Caso de Vera Lúcia, ex-empregada doméstica. Ela ganhava mil cruzeiros por mês e diz que era tratada como uma escrava. Morava num barraco com nove irmãos até se decidir a

ganhar a vida. Hoje, afirma que, graças ao Manguê, comprou um terreno e construiu uma casinha para a família num subúrbio carioca. (*Idem*, p. 07).

A fala de Vera Lúcia à jornalista reflete o quanto o marcador “geração” interfere na vida das mulheres, em especial, no trabalho com a prostituição. A consideração que a entrevistada faz a respeito da idade mostra o contraste existente entre a juventude e a velhice: “Tenho que aproveitar enquanto sou moça. Depois ninguém mais vai me querer.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1978, n. 03, p. 07). Esse, apesar de percorrer o imaginário das mulheres que ganham a vida se prostituindo, é apenas um dos fatores que inter cruzam suas vidas. Quando a autora traça os perfis que formam as trabalhadoras, lembra das que vieram de outras regiões do país e encontraram ali uma fonte segura de renda: “Chegam jurando que vão ficar por pouco tempo, mas são raras as que conseguem sair depois que entram. E se saem, acabam voltando, desiludidas com os homens.” (*Idem*, p. 07).

A tomada de consciência sobre a emancipação das mulheres que se afluou na década de 1970 também não passou despercebida da experiência das prostitutas do Manguê, embora as mesmas não se considerassem feministas ou citassem a palavra, ao menos nas entrevistas publicadas, fato que pode ser explicado pela fala de uma delas. A matéria sobre a prostituição no Manguê foi concluída com a transcrição das palavras de Débora, 45 anos de idade e 30 de profissão, que acusa a liberdade sexual como a responsável pela perda de clientes:

“Hoje os garotos se iniciam com as namoradas mesmo. Fomos passadas para trás por causa dessa tal liberdade sexual”. [...] “Minha filha, a zona só existe ainda por causa dos operários sem família que precisam de mulher. E também para atender os homens casados insatisfeitos. Pode escrever aí que eu assino. O Manguê pode acabar hoje, que amanhã a zona começa em outro lugar. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1978, n. 03, p. 07)

Na concepção de Perrot (2007, p. 77), é o princípio da liberdade que leva algumas feministas a defender a prostituição como um direito, no entanto, lembra ela, a prostituição é motivada “na maior parte do tempo, pela miséria, pela solidão, [...] acompanhada de uma exploração, ou mesmo de uma super exploração, do corpo e do sexo das mulheres.” Mais do que tratar a prostituição a partir da visão das prostitutas, a jornalista optou por descrever a difícil realidade dessas mulheres que sofriam com a sujeira do local, com a falta de segurança e, por vezes, com a conciliação entre a “zona” e o lar. Mães, muitas delas retornavam no final do dia às suas casas e, apesar de todo cansaço e humilhação sofridos durante o trabalho, davam conta das tarefas da casa e do cuidado dos filhos. Essa rotina construída entre um papel e outro não

passou despercebida da análise de Lúcia que escreveu sobre um conjunto de mulheres esquecidas, abandonadas, estigmatizadas.

As relações sociais construídas através da prostituição, em inúmeras situações, produzem violências diversas, seja por parte do cliente que mascara sua dominação alegando insatisfação com o serviço prestado, seja por parte das cafetinas que cobram valores impagáveis pelo aluguel dos quartos ou através dos comentários constrangedores que ouvem ao caminharem pelas ruas da cidade. Essas violências são parte central da reportagem elaborada por Lúcia Rito que, livre de qualquer julgamento, ficou atenta às vozes daquelas mulheres, reportando cada fala que ouvia naquele lugar nada convencional.

O início da participação das mulheres conseguiu, a partir das duas temáticas apresentadas, mostrar a importância das escolhas. Elas convergem a um ponto comum que é o próprio corpo como fonte de prazer. Uma aponta para a liberdade que pode ser conquistada através desta descoberta, a outra, embora não tenha uma conotação feminista ou de crítica ao machismo, relata a vida de uma parcela de mulheres que, de algum modo, carregam consigo o estigma que acompanha seus corpos desde os tempos mais remotos: fonte de prazer ao homem.

2.4.2 Feministas declaradas

Em março de 1979, a antropóloga Cynthia Sarti escrevia para o jornal sobre o movimento do qual fazia parte:

Mas o feminismo não se define, como pensam muitos, por ser uma luta pela igualdade (assim como a de nenhum outro grupo discriminado), trata-se de uma luta pela afirmação das diferenças, sem que elas sejam motivos para desigualdades sociais. Busca-se então não só a igualdade social entre o homem e a mulher, mas a identidade da mulher enquanto mulher, conforme é hoje oprimida. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, março de 1979, n. 10, p. 11).

Essa designação do feminismo enquanto compreensão da diferença que se estabelece entre os sexos e os modos de operar significados e relações de poder a cada um deles, deu suporte para algumas das análises presentes no jornal *Lampião* sobre o movimento a partir da visão das mulheres que escreveram sobre. Silva (2000) recorda que a marcação da diferença é parte fundamental da construção da identidade do sujeito. Assim, identificar a diferença que existe entre o homem e a mulher enquanto seres sociais, construídos através das várias representações que são a todo momento dirigidas a esses sujeitos, é uma das sustentações do ser feminista. É reconhecer que a luta pela conquista e garantia de direitos deve ser realizada a

partir do entendimento de que a mulher existe enquanto mulher – não é igual ao homem - e isso não deve ser um marcador para sustentar a opressão.

As palavras feminismo e feminista foram amplamente utilizadas no jornal. Se no início do movimento havia certo medo ou timidez em relação à terminologia, com o passar do tempo as organizações em prol dos direitos das mulheres foram adquirindo espaço e se tornando cada vez mais solidificadas, especialmente no final dos anos de 1970, quando se anunciou a tão esperada abertura política. Neste momento, de acordo com Sarti (2004, pp. 40-41), grande parte dos grupos que de alguma forma discutia a questão das mulheres, “declarou-se abertamente feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre o lugar social da mulher.” O jornal *Lampião*, no ensejo deste processo político que se mostrava cada vez mais confiante das possíveis conquistas na esfera dos direitos, percebeu as discussões que se colocavam a respeito deste movimento e dos diferentes grupos que o compunham e trouxe para suas páginas as reflexões que aconteciam na esfera social. Acompanhou inúmeros eventos que debatiam a temática e publicou vários textos escritos por mulheres assumidamente feministas e que traziam em suas observações as marcas dessa atuação militante.

O texto de Cynthia Sarti, citado acima, serviu de base para a exposição que a autora havia feito nos debates da USP a respeito das minorias, já mencionado neste trabalho. O que ela fez foi expor uma reflexão ampla do que seria o feminismo em um contexto de tensões e posições divergentes, onde se buscava conciliar uma luta geral - ou luta maior – às demandas dos chamados grupos minoritários. Ao introduzir os argumentos a respeito de seu posicionamento, lembra do jornal *Nós Mulheres* (1976-1978) e o quanto era difícil afirmar-se feminista em meio aos setores progressistas. Diz ela: “Ouvíamos muito: ‘Essa é uma questão secundária’; ‘é divisionista’; ‘o principal é lutar pelo socialismo’; além da acusação de que ‘feminismo é coisa de pequena burguesia’.” (LAMPILÃO DA ESQUINA, março de 1979, n. 10, p. 10). Essa falta de apoio e as acusações feitas ao justificar a falta de importância do movimento, trouxeram para os debates do jornal *Nós Mulheres* inúmeras apreensões e modos de agir da defensiva. Acrescenta ela:

Procurávamos nos explicar, nos justificar. Quase podíamos nos desculpar por sermos um movimento específico e não geral. Afirmávamos sempre a vinculação do movimento feminista com a luta social mais ampla, dizendo que o socialismo era condição necessária, mas não suficiente, para a emancipação da mulher. [...] Privilegiava-se então a mulher trabalhadora, na medida que sobre ela recaí uma dupla opressão, de classe e de sexo. A questão do trabalho tornou-se central no jornal, e era colocada através de entrevistas, depoimentos de trabalhadoras etc... (*Idem*, p. 10).

Declarando-se um jornal feminista desde o primeiro número, *Nós Mulheres* teve que arcar com o ônus desse rótulo e buscar dialogar com os setores da esquerda tradicional. Pedro (2013, p. 248) lembra que o jornal era composto, em sua maioria, por ex-exiladas e que inúmeras vezes “comprometeu-se com a luta pela democracia e discutiu a questão das classes sociais”. O fato de o corpo editorial estar de alguma forma situado no campo das esquerdas, fez com que as publicações estabelecessem estes contatos e emitissem opiniões unindo os dois marcadores: “classe e sexo”. Isso não impediu, porém, um novo entendimento e posicionamento sobre estas lutas com o passar do tempo.

O que Cynthia Sarti ponderou no texto escrito e publicado por *Lampião* é que “na prática privilegiou-se a questão econômica: subordinou-se a perspectiva sexual à perspectiva de classe.” (LAMPÃO DA ESQUINA, março de 1979, n. 10, p. 11). A classe é um fator determinante, argumentou a autora, mas não apenas ela. “Não ignoramos que cada mulher vivenciará sua especificidade de acordo com sua situação de classe; ao contrário, partimos disso. [...] o feminismo trata das questões que são o denominador comum entre nós: aquilo que é comum à mulher de classe média e à trabalhadora.” (*Idem*, p. 11). Sarti buscou se posicionar definindo um novo entendimento sobre o feminismo que é, antes de tudo, compreender a situação da mulher em uma sociedade forjada em bases machistas. Em seu texto, ela colocou-se contra os papéis e normas estabelecidas socialmente e que nada têm de natural, apesar das eternas justificativas que buscam a naturalização de um mundo que é de alto a baixo um constructo social, ou, nas palavras de Bourdieu (1995), uma “construção social biologizada.” Com isso, Sarti concluiu que não há nenhum problema em ser de classe média e feminista, porque “não há mulher que escape de ser ‘mãe-esposa-dona-de-casa’. Questões como a dupla moral sexual [...], os métodos anticoncepcionais, o aborto, o estupro, etc. são inegavelmente problemas comuns a todas as mulheres e sempre relacionados à sua opressão.” (LAMPÃO, março de 1979, n. 10, p. 11).

Para Pierre Bourdieu (2004) as representações que os agentes realizam estão relacionadas à sua posição no mundo social e aos interesses que se associam a essa posição ocupada. São construídas a partir de sua avaliação de mundo, conquistada através da experiência durável da posição no mundo social. Ser feminista, na compreensão de Cynthia Sarti, é lutar contra todas as formas de opressão que acometem as mulheres, e isso independe da condição social que ela ocupa. Obviamente, a autora estava realizando uma defesa da sua posição social que, por dispor de um meio de divulgação de ideias como o jornal *Nós Mulheres*, sofria cobranças para posicionar-se ao lado dos trabalhadores, ou melhor, ao lado das trabalhadoras. Acontece que, para ela, o socialismo, apesar de necessário, não romperia com

um padrão de comportamento arraigado culturalmente nas mentalidades: “a luta dos grupos discriminados veio trazer nova dimensão à militância de esquerda; ou seja, a luta pelo socialismo implica na luta contra toda e qualquer forma de autoritarismo.” (LAMPÃO DA ESQUINA, março de 1979, n. 10, p. 11). Seu entendimento sobre o feminismo enquanto movimento se modificou. Caminhou da defesa das mulheres trabalhadoras à defesa das mulheres, em geral. Isso pode ser identificado através das ideias expostas no jornal que, em muito, correspondem à sua própria defesa.

Em março de 1979, na comemoração ao Dia Internacional da Mulher, aconteceu no teatro Ruth Escobar, em São Paulo, o Primeiro Congresso da Mulher Paulista. O evento contou com cerca de 600 mulheres de diferentes classes sociais e profissões que, debatendo e estabelecendo laços, elegeram os objetivos da luta das mulheres. O jornal *Lampião da Esquina* noticiou o evento como parte de uma longa reportagem sobre a atuação das feministas naquele mês. Um dos textos que compuseram a reportagem foi escrito por Inês Castilho, jornalista que mais tarde consagrou sua carreira profissional no jornal feminista *Mulherio*. Inês analisou o documento final do Congresso e estampou algumas das aflições que direcionaram as discussões durante os três dias de evento - 3, 4 e 8 de março de 1979.

Se a publicação da edição anterior havia priorizado a análise sobre a condição das mulheres, em geral, a cobertura que Inês realizou e publicou na reportagem “Paulistas elegem os objetivos da luta” enfatizou a classe como um condicionante da opressão e escolheu para publicizar no *Lampião* questões referentes às mulheres trabalhadoras. Sua análise contemplou algumas das problemáticas suscitadas durante os debates no Congresso:

A vida da mulher enquanto trabalhadora foi analisada sob vários aspectos: a dificuldade de profissionalizar-se, a desvalorização das chamadas profissões femininas, garantia em período de gravidez e parto, a necessidade premente de creches. A economista Maria Moraes fez uma exposição sobre as quatro profissões onde se encontram o maior número de mulheres: empregada doméstica, “que vive num quarto apertado e é obrigada a utilizar o elevador de serviço”; a trabalhadora rural, cujo salário, na maioria das vezes, está incluído no do marido; a professora primária, “segunda mãe obrigada a aceitar um salário baixo pelo amor ao trabalho”, e a operária, “que trabalha em péssimas condições”. (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 13).

A desvalorização do ofício feminino tem sido regra na história da humanidade, como aponta Perrot (2007). A conciliação entre trabalhar fora e cuidar das atividades do lar é uma realidade que acompanha as mulheres há séculos e foi um dos norteadores das discussões nos movimentos feministas que emergiram na década de 1970. Ali se observava que a dupla jornada de trabalho recaía sobre as mulheres, “o eterno lavar, cozinhar e cuidar dos filhos.” (LAMPÃO

DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 13). Essa é uma realidade que estava colocada. No entanto, na esteira das diversas profissões que se executam para além do lar, existem aquelas que, por uma hierarquia, também construída socialmente sobre o mundo do trabalho, se apresentam entre as mais desvalorizadas, como aponta o documento noticiado pelo jornal.

Joana Maria Pedro (2005), ao “traduzir o debate” acerca do uso da categoria gênero nos estudos históricos, lembra que foi no movimento feminista de segunda onda que houve a percepção da categoria “mulheres”, elaborando discussões a respeito das inúmeras identidades que o ser mulher pode adquirir no seio das relações sociais. Foi neste contexto histórico, diz ela, que se discutia a existência das mais diversas mulheres e “aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras.” (PEDRO, 2005, p. 82). Compreender estas diferenças parece ser uma tarefa necessária ao hastear a bandeira do feminismo e é justamente a diferença a norteadora do pensamento exposto por Inês Castilho em sua escrita.

Apesar da autora ter pontuado as demandas outras suscitadas entre aquelas mulheres: autoritarismo político, sexualidade, o direito de decidir sobre a gravidez, métodos anticoncepcionais etc., o enfoque de sua escrita se deu sobre os debates realizados a respeito das mulheres trabalhadoras, abrindo espaço em sua cobertura para que as reivindicações das mulheres das camadas mais pobres também fossem lidas no jornal. Mais do que noticiar um evento importante como este, ela buscou selecionar trechos que enfatizassem as discussões a respeito das desigualdades que se acentuam quando considerado o marcador “classe”. Isso mostra uma representação construída a partir de outra abordagem, mas não menos necessária.

Um ano depois, em março de 1980, ocorreu o II Congresso da Mulher Paulista. Em longa reportagem o jornal *Lampião da Esquina* noticiou todas as polêmicas envolvidas no evento que discutia a situação da mulher a partir de diferentes óticas. Neste número, 23, o jornal contou novamente com uma análise de Cynthia Sarti. Se Inês Castilho havia ocupado o espaço na cobertura do Primeiro Congresso, Sarti escreveu sua percepção a respeito do Segundo e, novamente, sua escrita vai ao encontro da sua primeira publicação no jornal.

“Não sou mais aquela” é a expressão que intitula o texto escrito pela antropóloga. O título certamente está posto no sentido de lembrar seus posicionamentos anteriores, aqueles que direcionaram suas publicações no jornal *Nós Mulheres*, que era de priorizar a condição da classe social sempre que se tocava em temáticas feministas. Ao realizar uma leitura daquilo que foi levado ao debate – ou ao embate – durante o II Congresso, Sarti mostrou sua angústia diante das interferências constantes dos partidos de esquerda: “É quase impossível convencer os

“militantes desses grupos da imperiosa necessidade de autonomia do movimento de mulheres.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 23, p. 07).

Mais uma vez a autora reconhece seu lugar no mundo social e seus privilégios enquanto alguém que não pertence às camadas mais vulneráveis da sociedade brasileira. Porém, outra vez, pontua que tal condição não é empecilho para se furtrar à luta dentro do movimento feminista e eleger causas que, de algum modo, lhe são caras.

Se eu reconheço que a maioria das mulheres brasileiras vive muito pior que eu, se a miséria me desconcerta, me revolta, eu tampouco posso negar que tenho minhas inquietudes, seguramente diferentes da angústia de quem passa fome e é analfabeto. Nem por isso menos verdadeiras. No fundo, é o grande grilo de você viver no pólo mais moderno de um país miserável. Dá culpabilidade. O resultado é que a gente acaba deixando de falar do que nos interessa, em nome do que é mais premente para quem é mais oprimido. Isso é redenção. Um horror. Política vira religião, sacrifício. Não posso basear minha militância na redenção, nem fazer da militância minha redenção. Nada mais castrador. Dessa forma a militância não responde às minhas inquietudes, não me ensina como ter o gozo da vida e da morte. Ninguém tem que se redimir de coisa alguma. Eu não quero renunciar a nada, quero tudo. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 23 p. 08).

Mais uma vez ela parece ter encontrado em *Lampião* espaço para questionar as amarras que se colocavam ao feminismo, aos olhos dela, e para eximir-se da culpa que a atormentava no início da militância; culpa por ocupar um lugar de privilégio em meio a desigualdade presente entre as mulheres. O que as colocações da autora expõem é que, embora demonstre empatia e reconheça a importância dessas outras demandas, há uma preocupação muito maior com suas próprias causas, a saber, as causas de uma feminista que quer, segundo a mesma publicação, debater a descriminalização do aborto e a sexualidade das mulheres, assuntos descartados pelas cartilhas da maioria dos movimentos.

Essas discussões nas páginas do *Lampião da Esquina*, as de Cynthia Sarti e a de Inês Castilho, nos direcionam a uma constatação: apesar das duas estarem dentro do espectro das publicações com caráter propriamente feminista, as abordagens realizadas em cada uma das autoras são distintas. Isso mostra as múltiplas faces do feminismo e dos ideais que o movimento pode priorizar ou, simplesmente, descartar. Indica que, como todo movimento social, possui modos de ser representado que são distintos, mas que convergem em determinado ponto. Neste caso, o ponto de convergência é a conquista de direitos para as mulheres, seja ela uma trabalhadora do campo, da fábrica, empregada doméstica, professora ou uma intelectual da classe média.

Embora houvesse essas dissidências na concepção do feminismo durante as publicações a respeito no jornal, elas não foram as únicas narrativas que compuseram as discussões. O

feminismo, assim como todas as manifestações que se colocam na sociedade em luta contra determinada ordem, parte de um modo de ser e estar no mundo. Se existe uma opressão que recai sobre as mulheres, ela recai de diferentes formas e em diferentes contextos. A luta contra essa opressão deve ser elaborada a partir deste lugar, o que não significa fechar os olhos às demais lutas que acompanham o movimento. Talvez este seja o sentido da união.

“Nós mulheres e feministas, recusamos a caricatura de anistia concedida pelo governo e nos unimos a todos os movimentos que reivindicam a anistia ampla, geral e irrestrita.” (LAMPÃO DA ESQUINA, outubro de 1979, n. 17, p. 02). Assim começa o texto “Anistia para as mulheres”, publicado pelo jornal dois meses depois de o presidente João Baptista Figueiredo ter assinado a controversa Lei da Anistia²⁷.

A nota publicada na segunda página do jornal foi escrita pela Comissão Violência contra a mulher do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro. A comissão aproveitou as discussões em torno da lei e das limitações que se apresentavam na elaboração da mesma, para exigir uma “anistia para as mulheres”. Apontando muitas das ações sociais e jurídicas que se perpetuam ao longo do tempo com objetivos bastante claros de manter a subordinação feminina, o grupo exigia que atitudes e leis fossem postas em prática para acabar com todas as formas de opressão. No primeiro parágrafo escreve: “a liberdade de organização é essencial para que possamos construir um movimento feminista autônomo, nosso espaço de luta contra todas as formas de opressão que nos atingem.” (LAMPÃO DA ESQUINA, outubro de 1979, n. 17, p. 02).

A perseguição aos movimentos identitários, de modo geral, que se afirmavam durante a década de 1970, mesmo após a chamada “abertura política” era uma prática constante. Benjamin Cowan (2015, p. 47)) lembra o quanto o movimento feminista era mal visto por agentes do Estado. Para ele, o feminismo enquanto movimento organizado “chamou atenção particular dos contrainsurgentes, que o consideraram um corolário igualmente subversivo da homossexualidade e, mais amplamente das transgressões sexuais.” Na lógica dos órgãos de repressão, em especial do SNI, o “feminismo em si fazia parte de uma onda de ataques culturais contra a segurança do Brasil e do Atlântico Norte – ataques subversivos e frequentemente homossexuais e/ou pornográficos.” É contra esta vigia constante que o Coletivo escreve ao jornal exigindo a liberdade de organização. Mas essa não era a única aflição do grupo que,

²⁷ A criação da lei foi altamente criticada por diferentes setores, pois concedia um “perdão político” aos opositores do governo que haviam sido forçosamente exilados – muitos deles sem ter envolvimento com a luta armada ou com práticas de guerrilha – ao mesmo tempo que perdoava todas as atrocidades cometidas pelos militares desde 1964. Daí o nome “ampla, geral e irrestrita”.

também, acrescentou inúmeras questões postas na sociedade que necessitariam de uma “anistia”.

Exigimos o fim da legislação repressiva e de exceção posta em prática pela ditadura e também denunciemos o caráter repressivo da legislação sobre a mulher. Propomos a modificação do Código Civil que determina que é o homem o chefe da sociedade conjugal e que nos impede de exercer o “pátrio poder” mesmo quando temos a guarda de nossos filhos; reivindicamos o fim da punição do adultério (inclusive, na prática só é aplicada contra as mulheres); denunciemos o Código Penal que não configura a existência de estupro dentro do casamento, dando aos maridos o direito ao débito conjugal, independentemente da vontade da mulher. (LAMPIÃO DA ESQUINA, outubro de 1979, n. 17, p. 02).

Opõem-se aos códigos jurídicos aqueles e aquelas que observam neles orientações e práticas que de algum modo atingem diretamente o exercício da liberdade. As legislações não têm uma trajetória muito orgulhosa ao longo da história da humanidade e, embora a conquista de direitos venha paulatinamente se consolidando em muitas áreas, em especial nos últimos anos, as mulheres brasileiras da década de 1970 não tinham muito a comemorar. A própria conquista dolorosa do direito ao voto na década de 1930 fora restringida pela ditadura militar apenas três décadas após sua consolidação em lei. Mais do que isso, a legislação que determinava as relações pessoais entre homens e mulheres - o Código Civil – era escrita a partir de orientações bastante questionáveis. Rodrigues e Araújo (2016) lembram que o código Civil de 1916, que só foi revogado em 2002, mantinha uma estrutura arquitetada a partir de uma visão totalmente patriarcalizada do século XIX. As autoras apontam para um machismo escancarado nos artigos do mesmo, quando, por exemplo, afirmava o *pater-famílias* onde “o marido era o varão, o chefe da sociedade conjugal, competindo-lhe a representação legal da família; assim como a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher; o direito de fixar o domicílio da família; de autorizar a profissão da mulher e prover a manutenção do lar.” (RODRIGUES; ARAÚJO, 2016, p. 285). Segundo elas, apesar de o código prever que a fidelidade era uma obrigação do casal, na prática as normas e os controles destinavam-se apenas às mulheres.

O Coletivo ergueu a voz contra modelos institucionalizados. Uma anistia não poderia ser ampla, geral e irrestrita se, na prática, grande parte da população vivia sobre normas e condutas excessivamente discriminatórias. Por se tratar de uma comissão sobre a violência contra as mulheres, o texto enfatizou que essas violências são vivenciadas em todas as esferas da vida e não apenas nas relações conjugais:

Exigimos o desmantelamento do aparelho repressivo montado pelo regime a partir de 64 e repudiamos também todas as formas de violência que se abatem especificamente sobre a mulher: estupro, espancamento dentro de casa, agressões verbais e físicas na rua, uso do nosso corpo como objeto de consumo, uso indiscriminado de contraceptivos sem o devido cuidado médico, controle autoritário da natalidade. (LAMPÍÃO, outubro de 1979, n. 17, p. 02).

O grupo utilizou seu espaço no jornal para expor uma situação de denúncia e, ao mesmo tempo, para divulgar seu próprio posicionamento enquanto coletivo feminista diante da situação política vivenciada naquele momento. Para Woodward (2000, p. 55), “as posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades”, assim, a representação que as mulheres da Comissão fizeram de si mesmas e do Coletivo foi de um grupo que falava em nome das mulheres – “nós mulheres e feministas” -, lutava pela garantia de direitos e não se intimidava ao construir um posicionamento público de enfrentamento. Esse posicionamento referia-se tanto ao Estado e suas políticas quanto à sociedade que exercita desde sempre uma cultura arraigada de discriminação contra a mulher. As exposições feitas não priorizaram uma ou outra mulher, mas todas elas que, de alguma forma, presenciavam as violências dessa discriminação cotidianamente.

Tais publicações exemplificam que as declarações em nome do feminismo no jornal ganharam diferentes significados, porém travaram lutas, simbólicas, diria Bourdieu, para que seus pontos de vista a respeito do que é ser feminista fossem publicizados e chegassem aos leitores do *Lampião*.

As lutas simbólicas a propósito da percepção do mundo social podem adquirir duas formas diferentes. Do lado objetivo, pode-se agir através de ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valerem determinadas realidades: penso, por exemplo, nas manifestações que têm como objetivo tornar manifesto um grupo, seu número, sua força, sua coesão, fazê-lo existir visivelmente; e, ao nível individual, em todas as estratégias de apresentação de si [...] e destinadas a manipular a imagem de si e sobretudo [...] de sua posição no espaço social. Do lado subjetivo, pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo, ou seja, pelo exercício legítimo do efeito de teoria. (BORDIEU, 2004, pp. 161- 162)

De acordo com as proposições de Bourdieu, é possível afirmar que as lutas simbólicas declaradas pelas publicações aqui citadas estão situadas tanto no campo objetivo como no campo subjetivo. Pela escrita, se fez presente um grupo cuja notoriedade era adquirida através das ações de representação que faziam de si mesmas, manifestaram-se e afirmaram-se enquanto grupo existente, apresentando a si – no caso de Cynthia Sarti – e aos outros – as publicações de

Inês Castilho e da Comissão Violência contra a mulher do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro. Essa ação de se fazer presente, de (re)presentar, compõe a forma objetiva de atuar, visto que encontra na manifestação a oficialização do grupo “atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido, e afirmando sua pretensão à institucionalização.” (BOURDIEU, 2008, p. 112).

No campo subjetivo, as considerações de Sarti parecem ser as que melhor definem essas lutas. Atribuem um sentido ao ato de mudar suas percepções a respeito do que é ser feminista e do que é o movimento em si. Houve, por parte da autora, um esforço construído ao longo do tempo – “não sou mais aquela” – para que pudesse incorporar uma nova visão que lhe incluísse enquanto sujeito ativo dentro do feminismo, sem que isso se tornasse uma culpa a carregar. São as palavras, as quais Bourdieu cita, que mobilizaram a autora. Ela buscou a essência do conceito feminismo que, em sua visão, não poderia ficar sempre subordinado à categoria classe. Ao declarar-se uma militante feminista ela afirma: “meu grau de exigência é diferente da maioria das mulheres que participaram do congresso” (LAMPÍÃO, abril de 1980, n. 23, p. 08), mas nem por isso secundário. Há aqui uma “luta política” pela afirmação e aceitação de uma mulher intelectual com “conforto material” como parte integrante do movimento feminista, mesmo que essa afirmação pudesse incomodar tantas outras mulheres e homens que, para a autora, encontravam-se acostumados a rezar a cartilha das esquerdas dentro do movimento.

2.4.3 Quando as mulheres denunciam a violência: Machismo? Aqui não!

“O feminismo age através de manifestações públicas”, diz Michelle Perrot (2007, p. 156). Talvez essa seja apenas uma das formas de agir do movimento, mas a mais importante porque tornar público alguma coisa é dizer que ela existe. O ato público se constitui como o fim de um processo estabelecido em lutas anteriores. No caso do feminismo, ir às ruas ou tornar algo público através da escrita é dizer que houve antes do ato um pensar sobre e, consequentemente, uma elaboração por consenso a respeito de determinada situação. Exemplo disso foi a manifestação ocorrida em frente a uma agência de classificados do Jornal do Brasil, no centro do Rio de Janeiro, no dia 18 de maio de 1979, quando inúmeras mulheres foram às ruas, após uma convocação das feministas cariocas, protestar contra o caso de assédio, ocorrido duas semanas antes com uma recepcionista na sede do jornal. *Lampião da Esquina* publicou a cobertura da manifestação ocorrida e dos precedentes da mesma, elaborada pela jornalista Isa Cambará.

Figura 08: Imagem ilustrativa da Reportagem do jornal *Lampião da Esquina*, edição nº 13.



Fonte: Jornal *Lampião da esquina*, junho de 1979, p. 07

Segundo o jornal, tudo começou no dia 05 daquele mês quando, no edifício sede do Jornal do Brasil, o editor do caderno Internacional, Isaac Piltcher, resolveu assediar a recepcionista Elaine Ferreira, de 19 anos. “Assim, sem maiores escrúpulos, enfiou, sem a menor cerimônia, a mão no decote da moça, apertando-lhe o seio.” (LAMPIÃO DA ESQUINA, junho de 1979, n. 13, p. 07). Tudo estaria dentro da normalidade, diz o texto de Isa, se a moça tivesse permanecido em silêncio. Acontece que a mesma, após chorar – “reação bastante feminina” –, resolveu procurar seu chefe direto e relatar o ocorrido e, para sua surpresa, foi demitida. Considerando insuficiente a demissão de Elaine, mais sete recepcionistas tiveram a mesma punição por terem se posicionado em defesa da jovem.

A reportagem publicada enfatiza que, até então, nada além do esperado, visto que quem reclama é sempre mandado para a rua. “Só que dessa vez foi diferente. O caso chegou até os grupos feministas do Rio, que resolveram agir. Começaram a espalhar cartas abertas à população, contando a história e exigindo a readmissão das moças. [...] a alegação era sempre a mesma: elas tinham ferido a hierarquia.” (*Idem*, p. 07). Segundo o tabloide, o caso ganhou uma repercussão gigante pela cidade inteira, fazendo, inclusive, com que a deputada Heloneida Studart²⁸ levasse a discussão para a Assembleia Legislativa denunciando não só o editor, como

²⁸ Heloneida Studart (1932-2007) foi escritora, ensaísta, jornalista, política e líder feminista brasileira. Para Fáveri (2015), sua personagem se confunde com a história do feminismo brasileiro. Lembrada com respeito e admiração por onde passou, foi uma incansável defensora dos direitos das mulheres. “Recebeu diversos prêmios e concorreu ao prêmio Nobel da Paz, em reconhecimento à sua luta pelos direitos das mulheres, sendo citada como uma das pioneiras do Movimento Feminista no Brasil.” (FÁVERI, 2015, p. 114).

a empresa pela convivência com o machismo “por motivos que não só Freud explica” (LAMPÃO DA ESQUINA, junho de 1979, n. 13, p. 07). A importância deste registro no jornal *Lampião* vai além da denúncia do caso e da cobertura das manifestações ocorridas, ela se dá, igualmente, ao denunciar o silêncio da imprensa frente a tamanha repercussão. Diz o texto:

A não ser uma pequena nota na Folha de São Paulo, e uma crônica bem humorada do crítico Thelmo Martino no Jornal da Tarde (que, infelizmente, não deu nome aos bois), não se publicou nada sobre o caso. Atitude mais que compreensível, já que é comum, nos grandes jornais, a tentativa de “bolinação”, principalmente em cima de estagiárias, carentes de emprego.

Mas nem o silêncio da imprensa conseguiu evitar uma maior propagação da história. A cidade toda foi devidamente panfletada pelos grupos feministas, que organizaram uma manifestação pública [...] numa das esquinas mais movimentadas da cidade. (LAMPÃO, junho de 1979, n. 13, p. 07).

A capacidade geradora que os jornais possuem, que detém o poder de nomeação na sociedade, “são suportes por excelência de poder” (BARBOSA, 2004, p. 02), e, conseqüentemente, o silenciamento destinado a determinado assunto está envolto por esse poder que é exercido quando a opção é não dizer nada. Pela escrita de uma mulher, *Lampião* “deu nome aos bois” e deixou evidente que manifestações como a ocorrida eram dignas de conhecimento público, não só pela luta que travaram contra o machismo, mas por visibilizar o que acontece com inúmeras mulheres nas salas de redação dos grandes jornais.

Segundo *Lampião*, a repercussão do caso foi tão grande que o editor foi processado, correndo o risco de cumprir uma pena máxima de 8 anos de prisão e em seu depoimento afirmou “ter tentado, apenas, ‘ajeitar o colar’ do pescoço da recepcionista” (LAMPÃO, junho de 1979, n. 13, p. 07). A desculpa dada por Isaac aumentou ainda mais o teor das manifestações que se erguiam em cartazes diversos: “Diziam os cartazes: ‘O JB não teve peito para punir Isaac’; ‘Condessa – proprietária do jornal -, a senhora também é mulher’; ‘Abaixo a violência contra as mulheres’. Mas um deles foi considerado definitivo. Ele dizia: ‘Mulher não é maçaneta, tira a mão daí’.” (*Idem*, p. 07).

Se os veículos da grande imprensa preferiram não publicar nada a respeito do ocorrido, como atesta a reportagem de Isa Cambará, *Lampião* não titubeou ao escancarar o assédio e a atuação do movimento das mulheres. Citou, inclusive, o gerente de classificados da empresa que saiu em meio ao protesto, ouviu que poderia ser o próximo a ser denunciado e respondeu: “Faço isso há 22 anos e nunca me aconteceu nada”. Sobre essa resposta, *Lampião da Esquina* mandou o recado, não poupando nem a Revista Play Boy e sua colaboradora:

Só que agora pode acontecer. O “caso do JB” mostrou que os tempos são outros. É claro que mulheres/trabalhadoras continuarão sendo humilhadas através do sexo. Haja vista a reportagem publicada no último número da **Play Boy**: “Como conquistar uma colega de trabalho”. E o pior é que a tal matéria foi escrita por uma mulher. Mas, felizmente, um outro tipo de mulher, como Elaine, pensa diferente. E isso pode pôr um fim à carreira dos bolinadores (LAMPPIÃO, junho de 1979, n. 13, p. 07).

Na mesma reportagem, *Lampião da Esquina*, pela publicação de Janice Caiafa, da Comissão de Contra-Informação do Coletivo de Mulheres, denunciou, novamente, atitudes machistas. Dessa vez, os acusados não se utilizaram da “passada de mão” como o fez o editor do Jornal do Brasil, mas da própria voz. Relata a autora:

Aconteceu recentemente (dia 28 de abril), na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Urca, uma palestra dos humoristas Ziraldo, Carlos Eduardo Novais e Nani. Este artigo quer ser uma denúncia. Uma denúncia do que se engendrou ali em termos de: 1- Uma manipulação total dos discursos que surgiram [...] no sentido de ridicularizar sarcasticamente lutas políticas minoritárias (em especial a luta da mulher) e 2 – Um ataque repulsivo ao corpo da mulher através das palavras e dos desenhos do Ziraldo, risos e omissões da plateia. (LAMPPIÃO, junho de 1979, n. 13, p. 07).

Janice Caiafa lembrou dos tons sarcásticos travestidos de humor que os palestrantes direcionavam ao público quando questionados, em especial quando eram questionados por uma mulher, ela, no caso. Ao que autora chamou “a ironia de um certo humor”. Ela lembrou da pergunta que fez aos humoristas sobre o porquê não utilizar a prática criativa da escrita e do desenho humorístico para representar pautas além da luta contra a ditadura, servindo a uma série de lutas que as minorias empreendem, como “a luta dos homossexuais, da mulher, do negro. Enfim, porque o não falar sobre a ditadura é articular um discurso despolitizado.” (*Idem*, p. 07). Antes de responder à inquirição, Ziraldo fez com que ela, “o inimigo”, nas palavras de Caiafa, repetisse de pé ao meio de gargalhadas e piadas feitas pelo próprio Ziraldo. Da resposta dele, “o que ficou foi que ‘o inimigo’ ou ‘aquela menina’ estava reivindicando um humor despolitizado que falasse de coisas amenas, coisas ‘humanas’, em detrimento da Única e Verdadeira Política, a brava e valorosa luta contra a ditadura.” (*Idem*, p. 07).

Além do machismo presente no ato de constranger uma mulher com sarcasmos e piadas, a autora pontuou atitudes repugnantes do cartunista nas redações do jornal *Pasquim* quando contava alegremente, entre risos da plateia, a história da mulher nua posando para o jornal em meio a homens vestidos. O Ziraldo “só sabia que bunda de mulher vende. E vende muito. E para demonstrar a um só tempo sua inventividade, humor e indubitável masculinidade, desenhou no quadro, seios e bunda de mulher com traçado de bola de futebol (mais risos).” (*Idem*, p. 07). O que mais parece assustador aos olhos de Caiafa é a convivência de quem assistia

sem questionamento algum à “violação verbal do corpo da mulher”. As mulheres riam despreocupadas, lembra ela, sem se darem conta de que havia ali alguém “falando a língua velha e dominante de uma política estagnada” (LAMPÃO, junho de 1979, n. 13, p. 07).

Ao analisar as relações de poderes que se construíram histórica e socialmente e que configuraram na teia das relações sociais uma dominação do homem sobre a mulher, Pierre Bourdieu (1995) argumenta que tal dominação é exercida a partir de diferentes práticas, como, por exemplo, nas representações gráficas, argumentadas por Caiafa na reportagem ao se referir a Ziraldo. No entanto, diz Bourdieu, a dominação que exerce uma violência ocorre, também, através da coerção e da adesão.

A violência simbólica impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante na medida em que não dispõe, para o pensar e para se pensar, senão de instrumentos de conhecimento que tem em comum com ele e que não são senão a forma incorporada da relação de dominação (BOURDIEU, 1995, p. 142).

Essa consideração pode explicar o porquê da convivência das mulheres com as práticas visivelmente discriminatórias, convivência tanto das estudantes na plateia a prestigiar as colocações machistas dos palestrantes, quanto da responsável pela matéria na *Revista Play Boy*, citada por Isa Cambará. Ao realizar a análise a partir um outro ponto de vista, o de uma feminista que, por diferentes motivos, conseguiu reconhecer tais práticas, Caiafa propõe outros “instrumentos de conhecimento”, nesse caso, à margem da relação dominante-dominado.

Os discursos e as representações que se fazem das práticas, historicamente, estabeleceram uma hierarquia entre os sexos, um sexismo que, entre todos os essencialismo, é o mais difícil de se desenraizar (BOURDIEU, 1995). Ao serem atravessados por esses discursos e representações, os sujeitos acabam incorporando-os como integrante do modo de ser e estar no mundo. Romper com esses posicionamentos requer ter acesso a uma outra forma de se pensar e estabelecer essas relações sociais e, certamente, a proposta da autora foi convidar os leitores a pensar sobre a convivência que participa sem reação nenhuma das práticas machistas operantes em diversos contextos e espaços. Nesse caso, lembra ela, “isso aconteceu num espaço muito importante: uma Universidade. E isso tem acontecido muito” LAMPÃO, junho de 1979, n. 13, p. 07).

Nesta mesma direção, denunciando posturas e atitudes machistas ocorridas constantemente em espaços com exposições públicas, o *Lampião* de julho de 1979 trouxe na seção *Esquina* um artigo com a assinatura de Susan Besse. Ao que tudo indica, a autoria é da historiadora brasileira norte-americana, cuja tese de doutoramento foi realizada no Brasil

sobre orientação da professora Emília Viotti da Costa e se constitui como “um dos mais ricos estudos sobre a modernização das relações de gênero no Brasil, entre 1914 e 1940, sob o impacto da intensa industrialização e urbanização do período.” (RAGO, 1998, p. 419). A crítica foi direcionada ao programa matinal “Mulheres”, exibido diariamente pela Rede Tupi, cujas intenções são “excelentes”, de acordo com a autora. Acontece que, apesar de tratar de temáticas relacionadas às mulheres, ser realizado apenas por mulheres e buscar apresentá-las em suas vidas diárias como realmente são, deixa a desejar em muitos aspectos. Para Besse,

Convidam-nos a mudar da “Cláudia” para o vídeo para, no fim de tudo, descobrirmos como ser uma boa mulher. Procuramos fórmulas, tentamos apreender a fazer as coisas certinho para evitar conflitos, para assegurar amor e felicidade. A TV vem nos dizer que o lugar da mulher é TAMBÉM (e não apenas, é claro) na cozinha. Desvia-se, portanto, o enfoque, para ensinar às mulheres o preparo de refeições simples em apenas dez minutos (será mesmo?) E daí? Daí que isso ainda é da nossa responsabilidade: a cozinha, como vemos, é ainda tarefa feminina. (LAMPÃO DA ESQUINA, julho de 1979, n. 14, p. 05).

Pela apresentação feita pela autora, é notório que as intenções do programa podem ser consideradas promissoras, bem como várias de suas abordagens. O fato de ser comandado apenas por mulheres já é um ponto positivo, considerando o período e a mentalidade hegemônica da época. Nem por isso, ele deixa de receber as devidas críticas. Falar sobre alimentação não é e não deve ser uma atitude que ofenda as mulheres, no entanto, este é um assunto que historicamente foi destinado a elas. O que incomodou a autora, segundo sua publicação, foram os endossos de que determinadas ações são sempre esperadas das mulheres, como a tranquilidade e a capacidade de mediar conflitos para manter uma relação “feliz” e “harmoniosa”. Não se abordou, para sua maior indignação, que essas responsabilidades dentro de uma vida conjugal cabem ao homem, também.

“Ponto de referência na constituição de um sistema simbólico por meio do qual segmentos da sociedade percebem e elaboram cultura política” (WANDERLEY, 2006, p. 436), a TV representa um dos elementos mais consistentes no jogo das representações que estão colocadas a pensar a sociedade. Imaginar que ela exerce forte influência naquilo que nos habituamos a acreditar como o correto, como a norma, é também imaginar outros tipos possíveis de representações que assegurariam a quebra de determinados estereótipos. Foi o que a autora quis enfatizar ao afirmar que se sai de uma revista para adentrar em uma tela de televisão e, mesmo com a troca, o que nos concentra são os velhos paradigmas a serem seguidos, sem nenhum questionamento: como ser uma boa mulher? Ela percebeu que o espaço daquele programa poderia discutir tabus, desnudar discriminações e estabelecer um novo olhar para a vida das mulheres, sem repetir os conselhos perpetuados para transformá-las em importantes

servidoras do homem e do lar. “Dizem-nos para não ficar zangadas, amargas ou violentas. Quando as coisas ficam pretas, nós não devemos achar injusto: devemos é olhar para trás para vermos o que fizemos de errado. Se fôssemos melhores esposas, os casamentos não ruiriam...” (LAMPÃO DA ESQUINA, julho de 1979, n. 14, p. 05).

Susan Besse identificou naquilo que o programa de televisão apresentava elementos que perpetuavam o machismo através de ações cotidianas, como a de cozinhar e respeitar as vontades do esposo, por exemplo. O evidente, para ela, é que seria possível questionar todos esses mandamentos e subverter as ordens estabelecidas para uma possível igualdade entre os sexos, visto que se tratava de um programa de mulheres e sobre mulheres. Para isso, propõe uma nova abordagem a respeito de tais temáticas, que não reproduzam aquilo que sempre foi dito, mas que inovem e reclamem do que é imposto como fundamentos de uma relação saudável, colocando um basta naquilo que não considera seus pensamentos e vontades. Suas considerações se encerram bastante pessimistas, alertando que “é muito mais difícil inventar ou criar alguma coisa original do que continuar repetindo. No último caso, somos recompensados com sorrisos e aprovação social. [...] Infelizmente, a lógica comercial da TV adere ao sorriso e à aprovação da sociedade.” (*Idem*, p. 05).

Velho conhecido, o Jornal do Brasil foi mais uma vez alvo de crítica das mulheres que colaboraram com *Lampião da Esquina*. Dessa vez por sua matéria publicada em novembro de 1979 onde descrevia a rotina dos assaltos seguidos de estupros. A Comissão Violência Contra a Mulher quis esclarecer alguns pontos da reportagem que, na opinião delas, reforçaram estereótipos a respeito dos atos motivadores como, por exemplo, a beleza física da vítima, a classe social e a saúde mental do estuprador.

Em nenhum momento coloca-se a relação de poder que se exprime através desse tipo de violência. Não se menciona que o maior número de estupros ocorre dentro de casa, como exercício cotidiano da violência masculina, que se expressa nos estupros da esposa, que têm como um dos deveres “satisfazer” o marido. [...] Não negamos que existem psicopatas estupradores, nem que miséria provoque violência e nem que o estupro seja, às vezes, o reflexo de um indivíduo de baixa renda sobre um indivíduo de classe superior, porém, cabe refletir melhor sobre o assunto, não só sobre os estupros em si, como também a forma como foram abordados pela matéria. (LAMPÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, n. 20, p. 05).

A colocação expressa no artigo que compôs a seção *Violência* – seção especial – em janeiro de 1980 veio para contrapor os argumentos expostos pelo Jornal do Brasil. Para a Comissão, não há nada que amenize ou justifique o ato do estupro. Este ato tem um caminho traçado na história da humanidade e tentar, mesmo que implicitamente, culpabilizar a vítima é uma atitude irresponsável e absurda.

Na atualidade, os debates sobre estupro falam de uma cultura enraizada e amparada por diferentes frentes que possibilita estas ações. Para Lima (2017), o termo cultura do estupro foi cunhado pelas feministas no contexto norte-americano dos anos de 1970 e se caracteriza como “um ambiente cultural em que leis, normas, valores e práticas favorecem a violência sexual contra a mulher, com base nas desigualdades de gênero, que fazem com que homens considerem mulheres sua propriedade e objeto natural de uma sexualidade exacerbada e violenta.” (LIMA, 2017, p. 08). Portanto, justificar o estupro a partir de marcadores como classe ou (in)sanidade mental é bastante perigoso, pois mascara a realidade que está por trás deste jogo violento que opera a partir da articulação das representações sociais que naturalizam a violência sexual (LIMA, 2017). Para as autoras da matéria em questão, representantes da Comissão, qualquer tentativa que busque minimizar a violência do estupro ao indivíduo e às condições específicas de sua vida, é feita “no sentido de preservar, de manter intactas, de não questionar as relações de poder existentes, pois elas é que são o esteio dessa sociedade.” (LAMPPIÃO, janeiro de 1980, n. 20, p. 05). Matérias como esta, mostram que a denúncia da violência contra as mulheres estampou as páginas do jornal *Lampião da Esquina*.

Nos dias atuais, abrimos qualquer veículo de informação e nos deparamos com números bastante alarmantes de assassinatos de mulheres. A palavra feminicídio tem sido divulgada mais do que nunca, alertando que o assassinato – último ato no ciclo da violência contra a mulher – em decorrência do gênero recebe um nome próprio: a união dos termos “feminino” (a mulher) e “homicídio” (o ato de matar). Em outras palavras, o ato de matar mulheres por sua condição de sexo feminino. Graças à Lei 13.104/15, que alterou o artigo 121 do Código Penal Brasileiro, o ato passou a configurar como crime hediondo, podendo ter pena aumentada de acordo com alguns agravantes como a idade da vítima, se ela é portadora de deficiência, se está grávida ou no puerpério. A conquista da lei veio graças às lutas feministas que insistiam na ação de punir rigorosamente assassinos de mulheres como mecanismo para a diminuição dos crimes. O ato de nomear o crime é um elemento importante nas práticas de divulgação e conscientização, no entanto, mesmo com a lei aprovada e a palavra feminicídio ser amplamente divulgada, os números não são nada satisfatórios. O Atlas da Violência de 2019, mostra que de 2007 a 2017, houve um aumento de 4,5 % na taxa de assassinatos de mulheres não negras e um aumento de 29,9 % de assassinatos de mulheres negras, configurando, no ano de 2017, 13 vítimas por dia.²⁹

²⁹ Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 23/03/2020.

Elementar nas discussões do presente, o assassinato de mulheres é uma realidade perpetuada ao longo de toda a história da humanidade. Rosa Montero (2008) lembra o infanticídio por sexo que atravessou a história de norte a sul, de leste a oeste, por serem as mulheres uma carga indesejada. Para a autora, isso “dá uma ideia do escasso valor que se atribuía à mulher, que já vinha ao mundo com o desconsolo fundamental de não haver sido sequer desejada” (MONTERO, 2008, p. 12). Se a palavra feminicídio configura um nome atual, a prática à qual se refere nada tem de novo.

“Estão matando mulheres”, diz o jornal *Lampião da Esquina* em reportagem assinada por três nomes: Paula Tiné, Mané Peres e Jurema. Tal publicação explora os pontos que vão além das violências simbólicas e físicas, devidamente denunciadas e referidas acima. Ela trata da morte como algo que assombra o sexo feminino e assusta muito mais quando à memória da vítima não se dá a devida importância ou reconhecimento, como é o caso da denúncia realizada. Regina foi assassinada, mas, por ser uma prostituta, a história oficial é contada a partir das palavras do assassino. Na contramão do que era divulgado, para compor a reportagem, os autores da matéria foram ouvir pessoas próximas à Regina, as amigas prostitutas.

Tudo começou quando Regina não retornou à casa que dividia com a amiga Rosely em São Paulo. Certa de que havia acontecido alguma coisa, Rosely denunciou o sumiço à polícia que começou a investigar o caso, chegando ao autor do crime: “Dan Martin Blum, de 25 anos, estudante de veterinária, da USP, e proprietário de uma clínica veterinária em Campos do Jordão” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, outubro de 1979, n. 17, p. 08). Seu depoimento de que havia assassinado Regina após ela utilizar droga e ele ter sentido uma “vontade incontrolável” de matá-la não convenceu Rosely que chegou a receber uma oferta do pai do estudante para que ela e suas amigas não adiantassem nada sobre o caso à imprensa. Ao mencionar como se tornou difícil a rotina de Rosely com a morte da amiga – ligações, especulações, propostas, depoimentos –, a matéria pretendeu questionar a comoção que o caso não teve, levantando dúvidas sobre quais são as vidas que realmente importam ou, lembrando as palavras da filósofa Judith Butler, quais são as vidas passíveis de luto. A primeira acusação da reportagem, depois de nomear o assassino de Regina, é destinada aos veículos de comunicação e suas abordagens sobre o caso.

Enfim o caso ganha as manchetes dos jornais, mais pela sua violência e pela posição social do jovem assassino, do que pela própria vítima. Afinal, tratava-se de uma prostituta. A maioria dos jornais outra coisa não fez senão repetir a versão de Dan, tomando subrepticamente o seu partido, ao ressaltarem seus problemas psicológicos, traumas e disritmia cerebral. Há um esforço em retratá-lo como alguém irresponsável perante às leis. O comportamento da imprensa desta vez não pôde pautar-se pelos

princípios que a nortearam em casos semelhantes [...]. Afinal, a favor de Maria Regina Rezende, não se levantaram as vozes da tradicional família brasileira que, com o objetivo de preservar os seus valores, clamariam por justiça se outra fosse sua posição social. Ninguém se preocupou com Regina, falou de sua vida, de suas dificuldades. Ela se confina no rótulo de prostituta, e isto basta. (LAMPÃO DA ESQUINA, outubro de 1979, n. 17, p. 08).

As representações construídas a respeito dos sujeitos e suas relações sociais possuem, nas palavras de Chartier (2011, p. 23), “uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é.” É sabido que em torno da prostituição os debates e opiniões divergem a depender da cultura e da época. No entanto, em uma sociedade ocidental baseada em valores cristãos, diz Perrot (2007, p. 77), “a carne é a sede da infelicidade e a fornicção é o maior pecado.” No conjunto dos valores construídos está o sujeito ao qual se destina sentimentos de empatia ou não. As prostitutas não recebem o devido apoio nem das próprias feministas – discussão que será feita mais adiante -, por que receberia da tradicional família brasileira, como pedem os autores da matéria?

São válidas as colocações de que sobre um corpo assassinado, a exploração jornalística se dê sobre os transtornos mentais do assassino, visto sua posição social. Aqui a classe importa, ele é rico, ela é apenas “uma prostituta”. Mas mais do que noticiar ou reportar a tragédia, o jornal *Lampião* tomou um lado. O espaço concedido à matéria foi preenchido por vozes não ouvidas, cobriram uma vida aparentemente invisível aos demais veículos e, com isso, se mostraram capazes de cumprir a promessa inaugural: falar pelas minorias. Lembrou, neste texto, que alguns grupos são classificados como tal, porque não alcançam o espaço necessário para que suas vozes sejam ouvidas ou suas vidas sejam devidamente lembradas. *Lampião da Esquina* trouxe, através de mulheres, uma outra versão para o fato, a versão de quem estava do outro lado, do lado que, por estar excluído da sociedade, automaticamente se exclui dos meios de representação. Para o jornal, não apenas os setores tradicionais da sociedade discriminam a prostituição, ela “continua ainda a ser uma realidade não pensada pelos setores mais conscientes do país”, visto que “mesmo tendo pontos de identificação com outras minorias marginalizadas, no aspecto da repressão, a prostituição continua sendo a mais estigmatizada.” (LAMPÃO DA ESQUINA, outubro de 1979, n. 17, p. 08).

Essa é uma das poucas vezes que a profissão prostituta aparece como sendo parte do amplo espectro minorias no jornal *Lampião da Esquina*. Em diferentes oportunidades o jornal debateu o conceito, como já foi mostrado neste trabalho, no entanto, a palavra prostituição não alcançava os debates. Temos aqui o real posicionamento do jornal sobre o assunto: se havia/há imensas discussões a respeito da prostituição como exploração ou liberdade do corpo, visões

antagônicas, *Lamplão* concentrou o foco unicamente no fato de que essas vidas importam e que, por mais que outros veículos se calassem diante de tal atrocidade, mostrou que o abastado e influente Dan Martin Blum merecia ser lembrado pelo ato criminoso e não por seus “problemas psicológicos”. Lembrou, também, que foram as prostitutas as únicas a exigir justiça, organizando passeatas e cobrando das autoridades judiciais a condenação do assassino.

Dizia uma das manifestantes: “pessoal, pelo menos uma vez na vida vamos levar à frente uma coisa necessária, que é o propósito de vermos na cadeia um monstro que, de forma alguma, pode continuar vivendo entre pessoas normais. Se nunca fizemos algo de bom, certo, façamos agora. Esta é a oportunidade pra mostrarmos à sociedade que somos gente. (LAMPIÃO DA ESQUINA, outubro de 1979, n. 17, p. 08).

Se considerarmos as proposições de Woodward (2000, p. 18), para quem “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído”, o texto nos mostra que, mais uma vez, o jornal optou pela lembrança daqueles que a sociedade condena ao esquecimento. Trouxe ao público o significado de que não se tratava de uma prostituta, apenas, mas da vida de uma mulher morta pelas mãos de um homem que utilizava sua posição social e atestados psicológicos para justificar o crime cometido.

2.4.4 Pelo livre direito ao corpo e à sexualidade

Desde sempre e, em especial, na cultura ocidental cristã, a sexualidade feminina foi objeto de repressão. As mulheres foram ensinadas através de diferentes dispositivos de representação que seu sexo fora feito para satisfazer aos desejos conjugais do homem e para atuar na procriação da espécie. O prazer, embora questionado, não atendia seus corpos. Os traços anatômicos do “sexo” determinavam sua função social, como descreve Michelle Perrot: “a mulher é um ser em concavidade, esburacado, marcado para a possessão, para a passividade. Por sua anatomia. Mas também por sua biologia. [...] Inferior, a mulher o é, de início, por causa de seu sexo, de sua genitália.” (PERROT, 2007, p. 63). Hoje, sabidamente, a sexualidade feminina é, ainda, uma questão em debates. Por mais que os avanços científicos em diferentes áreas classifiquem o prazer sexual e o orgasmo como parte da fisiologia humana, as construções socioculturais reprimem a sexualidade feminina e, em muitas oportunidades, a representam, como inexistente e hábil unicamente à reprodução.

Como podemos observar no gráfico apresentado anteriormente³⁰, entre a autoria das mulheres, a questão da sexualidade é um dos temas que mais aparecem nos textos publicados no jornal. Os movimentos feministas que se organizaram no Brasil na década de 1970 apresentavam divergências quanto a estas discussões. Como lembra Pinto (2003, p. 65), embora muitas feministas tivessem tido contato com os grupos e debates do hemisfério norte, onde o corpo e a sexualidade feminina eram questões importantes na luta pelos direitos das mulheres, no Brasil havia “uma tradição marxista ortodoxa muito arraigada, que via esse tipo de luta como um desvio em relação à luta fundamental do proletariado contra a burguesia.” Com o tempo, tais discussões chegariam às organizações operárias e aos partidos políticos, mas não sem discordâncias, rompimentos e grandes embates, ressalta a autora. Contudo, percebe-se nas publicações que compuseram o tema sexualidade no jornal *Lampião da Esquina* densas discussões, não apenas sobre tais divergências, mas ligando o prazer e a sexualidade à luta pela libertação das mulheres.

A primeira publicação foi um ensaio da estadunidense Anne Koedt, traduzido pelo jornalista João Silvério Trevisan para a edição número 04: “Mulheres: o mito do prazer”. O texto ocupou uma página inteira do jornal onde a autora traçou um histórico sobre a repressão à sexualidade feminina, explicando como se dá o funcionamento desta repressão e, também, como acontece o prazer no corpo da mulher.

Como as mulheres sempre são sexualmente definidas em função daquilo que dá prazer aos homens, as distorções chegam até o ponto de se associar a liberação da mulher com sua capacidade de atingir o orgasmo vaginal – orgasmo que simplesmente não existe. Ora, nós mulheres devemos redefinir nossa sexualidade, desvencilhando-nos dos conceitos de sexo “normal” e criando novas diretrizes que exijam nosso quinhão no gozo sexual. Apesar de largamente aplaudida em manuais para noivos, a ideia da satisfação sexual mútua nunca chega às vias de fato. Somos vítimas de uma exploração sexual e precisamos mudar essas circunstâncias. (LAMPÃO DA ESQUINA, setembro de 1978, n. 04, p. 12)

O texto traz críticas às áreas médicas e, em especial, à psicanálise de Freud e sua proposição a respeito da “inveja do falo”. Ela descreve minuciosamente a anatomia dos órgãos genitais femininos, apontando para o “orgasmo clitoral” como a única forma de um prazer real, coisa que, segundo ela, os homens conhecem perfeitamente, mas preferem negar porque a descoberta deste prazer ameaça suas masculinidades. Eles continuam mantendo uma relação onde “as mulheres são invisíveis [...] e não se supõe que devam ter desejos próprios”. (LAMPÃO DA ESQUINA, setembro de 1978, n. 04, p. 12). Para a autora, o resultado mais

³⁰ Ver página nº 88.

daninho disso tudo é o fato de que “mulheres sexualmente sadias acabaram se convencendo de estarem enfermas: sentem-se culpadas de uma culpa que nunca existiu, vivem em estado de privação sexual ou enveredam pelo caminho da autodestruição e insegurança.” (*Idem*, p. 12).

O caminho é um só. Segundo Koedt, a mulher deve descobrir seu próprio prazer e romper com as ideias forjadas a partir de uma hegemonia da masculinidade onde ela é exclusivamente objeto de prazer do homem. E a resposta está no clitóris, órgão responsável por tal libertação. Citando a histórica cirurgia para remoção do clitóris – a clitoridectomia –, ela afirma que a remoção presume a diminuição do impulso sexual feminino, “pois enquanto propriedade do homem, não se permitirá que a mulher seja sexualmente livre. [...] os homens veem o clitóris como uma ameaça a sua própria masculinidade.” (*Idem*, p. 12).

Ao que indica a leitura do texto, a aposta do jornal com tal publicação foi conscientizar os leitores e as leitoras mulheres, em especial, sobre a necessidade de compreender o orgasmo como parte fundamental de uma relação sexual. Ao tratar do corpo e seu funcionamento fisiológico, o texto adquire credibilidade porque explica de maneira clara como é possível alcançar esse orgasmo. Aqui, a sexualidade feminina foi tratada como um dos elementos que necessitam romper com determinadas barreiras machistas e que o conhecimento sobre o próprio corpo é uma arma poderosa para esta ação. Acrescenta, ainda, que a descoberta do prazer através do clitóris ameaça “toda a instituição heterossexual”, visto que o homem heterossexual necessita da vagina para a obtenção do prazer, mas o mesmo não acontece em sinais trocados com as mulheres. Com tal descoberta, elas entenderiam não precisar unicamente do pênis e, assim, “a heterossexualidade deixa de ser um dado absoluto, para tornar-se apenas uma opção.” (*Idem*, p. 12).

“A mulher se confunde com seu sexo e se reduz a ele, que marca sua função na família e seu lugar na sociedade”, diz Perrot (2007, p. 64), porém, o sexo biológico, definido e estigmatizado ao longo da vida por construções sociais, muito se difere do ato que este corpo sexuado produz nas relações sexuais. Em janeiro de 1979, *Lampião da Esquina* trouxe uma nova seção, *Ensaio Populares*, onde se comprometeu a publicar textos de leitores “comuns”. A seção que durou apenas dois números, janeiro e fevereiro daquele ano, contou com a contribuição da leitora Rita Foster-Brother na segunda publicação da coluna. A leitora, aqui autora, se questiona sobre os tabus que envolvem a sexualidade das mulheres, ou melhor, seu ato sexual. “as mulheres sofrem terrivelmente por não terem ainda tentado entender seu próprio sexo. [...] quanto tempo levará para que elas se conscientizem de que já passa da hora de mergulharem em si mesmas.” (LAMPÃO DA ESQUINA, fevereiro de 1979, n. 09, p. 04). Ela pede que *Lampião* discuta o assunto mais vezes, “provoque brigas (no bom sentido)”, porque

“quanto mais livre é o ser na cama, mais livre é no convívio social.” (LAMPÃO DA ESQUINA, fevereiro de 1979, n. 09, p. 04).

O jornal parece ter atendido às solicitações da leitora e, nos números seguintes, as mulheres se ocuparam de discutir a sexualidade de modo significativo. Leila Miccolis cobriu o evento promovido em março de 1979 pelo Centro da Mulher Brasileira (CMB) e afirmou em reportagem ter sido ótimo presenciar “aquelas mulheres resistindo ao sol e à praia de um sábado convidativo para lá estarem atentas, de ouvidos e olhos abertos”, ressaltando que “conhecer a evolução sexual da mulher é conhecer a posição social que ela ocupa, pois sexo é tema estritamente político.” (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 10).

No mesmo número, de abril de 1979, a historiadora Maria Luíza Heilborn escreveu um artigo para o jornal pelo qual afirmava que

o feminismo enquanto um movimento que vise a emancipação e liberação das mulheres tem como uma de suas frentes de luta as questões ligadas à sexualidade. E por isso, frequentemente, tem sido acusado de maneira incriminatória e desvalorizante, principalmente por entender que a liberação do corpo é primordial, pois que ele é alvo de violentas repressões. (*Idem*, p. 11).

Compreende-se os ataques sofridos pelas feministas quando a sexualidade e o direito à liberdade do corpo eram levados à discussão no movimento. Guacira Lopes Louro (2008) afirma que a construção das sexualidades acontece “através de inúmeras aprendizagens e práticas” e que “família, escola, igreja instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo.” (LOURO, 2008, p. 18). São estes modos de ensinar como viver a sexualidade que a autora chama de “pedagogias culturais”. Pedagogias que ditam como cada sujeito deve se comportar diante da sociedade e que, em muitas ocasiões, reforçam um comportamento totalmente sexista e misógino, mostrando que a diferença não é natural, mas naturalizada, ensinada (LOURO, 2008).

Estes padrões de comportamento, muitas vezes, são incorporados, inclusive, pelos setores considerados progressistas. Se a liberdade sexual estava presente nos debates que se erguiam em outros lugares do mundo, no Brasil a guerra declarada entre a ditadura e as esquerdas fazia desta discussão um terreno movediço, ora discutido, ora posto de lado. No entanto, o jornal que buscava falar em nome das minorias, parece ter criado um consenso a respeito da temática e conduziu as discussões de maneira muito transparente. Crítico da direita situação e da esquerda oposição, ele se posicionou, através das colaboradoras, afirmando que a luta das mulheres era, também, a luta pela liberdade de seus corpos e a livre vivência de suas sexualidades.

Em uma longa reportagem sobre masturbação, o jornal contou mais uma vez com a contribuição da jornalista Leila Miccolis. “Para as mulheres, apenas mais um tabu” é o título que a autora dá à sua análise. Traçando um histórico de como os discursos médicos trataram de forma repressora o desejo sexual das mulheres e suas consequências, ela afirma esperar “o dia em que a mulher entenderá que a sexualidade é sua e serve para lhe dar prazer, que o corpo é seu e que usá-lo é um direito inalienável” (LAMPÃO DA ESQUINA, dezembro de 1980, n. 31, p. 07), e entrevista quatro mulheres de diferentes ocupações para comprovar que a masturbação feminina é realmente um tabu. Uma das entrevistadas, Amélia – nome fictício –, conta:

Não, eu nunca me masturbei. Acho que não tenho dessas vontades. A gente era de família muito pobre, morava no morro, só sei de uma de minhas irmãs que fazia isso. Um dia papai pegou, deu uma coça e ela ficou toda inchada e disse que matava se visse ela fazendo de novo, queria que suas filhas fossem direitas. Eu nunca tentei. Tinha curiosidade, sim, muita, às vezes chego até a sonhar besteiras, mas não sou como meu marido que sente necessidade. Acho que a mulher nasce mesmo diferente do homem, é coisa de destino. Por isso que eu digo, não sei se o prazer existe de verdade. (*Idem*, p. 07).

A transcrição das entrevistas, em especial da concedida por Amélia, demonstra que as mulheres brasileiras dispunham de informações castradoras sobre a sexualidade e o prazer. Rago (1985) pontua os discursos que balizaram os debates no Brasil da “modernização”, onde era preciso controlar os impulsos das mulheres, condicionando-as às tarefas do lar e aos cuidados dos filhos e do esposo. A sexualidade era um desses impulsos e precisaria de um direcionamento contundente, logo, a masturbação também foi alvo de uma política médica repressora. Lembra a autora que a masturbação era apresentada como uma doença que causava destruição ao organismo e ao espírito, portanto, era necessário que houvesse prevenção e cura: “deveria ser vigiada em todos os lugares por onde circulasse, assim como suas companhias, deitar exausta de cansaço e levantar bem cedo ‘de modo a combater a moleza’” (RAGO, 1985, p. 84). A entrevistada Amélia até sente “curiosidade” de se masturbar, mas compreende que não é uma necessidade como a do marido, por exemplo. Leila Miccolis ressalta que “se falamos tanto numa busca de identidade feminina, também temos que nos referir à busca da identidade do gozo feminino, sem aceitar o imposto pela sociedade patriarcal.” (LAMPÃO DA ESQUINA, dezembro de 1980, n. 31, p. 07). O que a reportagem atestou é que, para as mulheres, a masturbação ainda era uma prática contrária às suas experiências, mas um possível “caminho para a auto-conscientização.”

Complexo de debater e uma realidade vivenciada por diferentes culturas, o aborto também não passou despercebido das abordagens do jornal. Em duas publicações, mulheres puderam escrever sobre o tema no impresso. A primeira foi a transcrição de uma carta elaborada por Mary Garcia Castro do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro. Ao apresentar os trechos, o jornal pontuou que pretendia contribuir para o debate a nível nacional e “por isso é importante que as mulheres discutam e apresentem suas ideias em todas as oportunidades possíveis.” (LAMPÃO DA ESQUINA, junho de 1980, n. 25, p. 02).

O conteúdo da carta parece temer que alguma lei de controle de natalidade seja elaborada sem a devida discussão realizada com e pelas mulheres. O Coletivo acredita que só é possível implementar leis de tamanha magnitude se as experiências individuais das mulheres forem levadas em consideração.

O feminismo é contra o poder das instituições: do Estado, da Igreja, do saber constituído, isto é, da medicina, sobre o nosso corpo, nossa sexualidade. [...] ele tem uma série de reivindicações imediatas, como a legalização do aborto, que são constituintes do movimento e que não se esgotam aí. [...]

O Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro é a favor da legalização do aborto, mas considera a aprovação de uma lei num ponto de um processo de luta. [...] Para um projeto novo são necessárias novas formas de luta: pela reflexão coletiva das experiências individuais gera-se impulso e ação. A melhor lei sobre o direito à concepção, contracepção e aborto será aquela discutida, exigida e votada pelas mulheres. (LAMPÃO DA ESQUINA, junho de 1980, n. 25, p. 02).

Outra publicação argumenta o poder feminino real que se constitui no ato de abortar. É de Janice Caiafa o ensaio escrito para a edição número 29, de outubro de 1980, “Aborto: corpo livre”, onde é colocado que de tudo que envolve o corpo da mulher “o aborto é o mais antinatural, o mais imprevisto, o mais induzido e deliberado. Quando se interrompe a gravidez, não se exerce apenas uma ação negativa de cessação de um processo, mas deflagra-se um outro, que é o exercício pleno da vontade da mulher.” (LAMPÃO DA ESQUINA, outubro de 1980, n. 29, p. 10).

Passaram-se em média 40 anos desde que estas publicações, na esteira das discussões do que pretendia o movimento feminista, endossavam o discurso da legalização do aborto; e ainda temos uma legislação totalmente contrária à prática. Mobilizam-se, ainda hoje, mulheres de diferentes correntes políticas pela manutenção das leis que asseguram o aborto em casos particulares como o de feto acéfalo, gravidez oriunda de estupro e gestação com risco de morte para a mãe. Setores conservadores buscam criminalizar de todas as formas as decisões que competem às mulheres unicamente, como lembra os textos de *Lampião*. A Pesquisa Nacional do Aborto, realizada em 2010, concluiu que mais de uma a cada cinco mulheres já fez, ao

menos, um aborto na vida (DINIZ; MEDEIROS, 2010). A pesquisa ainda afirma que existem nos dados apresentados números subnotificados, visto que foram colhidos apenas entre mulheres na faixa etária de 18 a 29 anos do Brasil urbano.

A sociedade ocidental promoveu e promove uma romantização da maternidade, o mito do amor materno (RAGO, 1985). Como lembra Perrot (2007, p. 69) a maternidade é “aureolada de amor, o amor a mais”, fazendo dela “pilar da sociedade e da força dos Estados”. Nitidamente, tudo aquilo que foge a essa prescrição, deve ser castrado por diferentes mecanismos, em especial, por uma legislação punitiva. Acontece que, mesmo diante de duas forças políticas contrárias à legalização do aborto, a ditadura militar de direita e a oposição encampada pela esquerda tradicional, *Lampião da Esquina* conseguiu, ainda que em poucas publicações, levar a discussão aos leitores, posicionando-se, explicitamente a favor da liberdade de escolha das mulheres, mesmo que essa posição fosse tomada a partir dos textos escritos por elas. Importante salientar que todas as publicações que abordaram questões relacionadas à sexualidade feminina foram elaboradas, unicamente, pelas mulheres. Aos homens da edição, restou a tarefa de publicá-las.

Feminismo, machismo, violência, sexualidade, entre tantos outros assuntos, puderam compor as páginas do tabloide alternativo a partir da presença das mulheres como autoras. Se para as mulheres, o ato de escrever não foi uma tarefa fácil ao longo da história (PERROT, 2007), o jornal como meio de representação da luta das minorias, optou por ceder lugar às diferentes abordagens, discussões e posicionamentos vindos diretamente da autoria das mulheres. Louro (2008) pontua que os movimentos sociais organizados que surgiram a partir da década de 1960 conseguiram compreender que ter acesso aos espaços culturais e aos meios de representação era fundamental para que suas vozes fossem ouvidas, rompendo, assim, com as ideias excludentes construídas até então. Para a autora, “a luta no terreno cultural mostrava-se (e se mostra), fundamentalmente, como uma luta em torno da atribuição de significados produzidos em meio a relações de poder.” (LOURO, 2008, p. 21). Assim, o espaço ocupado pelas mulheres como colaboradoras é uma importante fonte de estudos para que possamos compreender a alteridade entre grupos sociais com pautas e lutas distintas, mas constitutivos de identidades discriminadas dentro de um contexto sócio-político próprio.

As considerações traçadas aqui foram possíveis a partir daquilo que permitiu o conjunto dos textos escritos pelas mulheres. Certamente, não há como dar conta de tudo aquilo que foi publicado e de todas as questões que emergem de cada texto. Porém, o que busquei foi compreender o pensamento das escritoras, elencando aquilo que era caro a elas nos assuntos aos quais se referiam. É possível afirmar que o espaço ocupado pelas mulheres no jornal foi

devidamente preenchido com discussões de altíssimo nível que, mesmo apresentando posicionamentos divergentes sobre diversos temas, realizaram uma leitura da sociedade a partir daquilo que suas próprias experiências enquanto mulheres permitia.

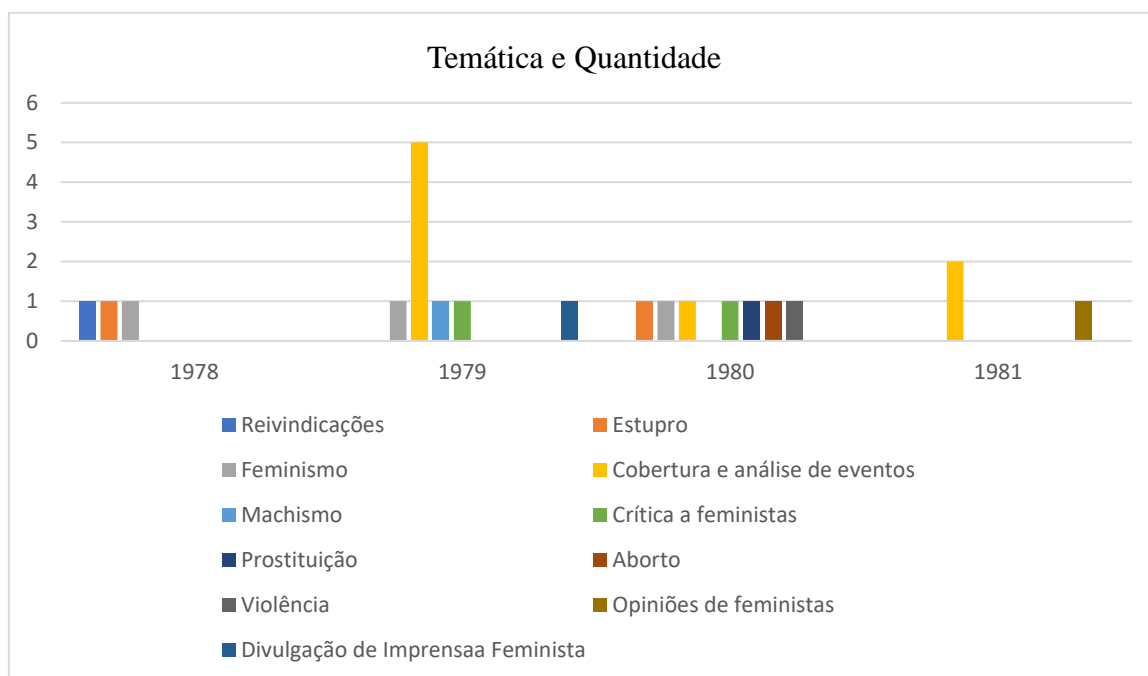
2.5. MAS E AÍ? O QUE PENSAM ELES SOBRE AS MULHERES?

Como perceptível naquilo que foi escrito até aqui, as mulheres compunham uma diversidade de sujeitos com diferentes pautas de luta e posicionamentos assumidos. Apesar de terem ocupado um espaço significativo ao publicarem no jornal, o conselho editorial de *Lampião da Esquina* também apresentou suas visões sobre elas em várias oportunidades. As publicações que versaram sobre o mundo das mulheres e o feminismo foram, em sua grande maioria, escritas por três dos conselheiros editoriais: João Silvério Trevisan – nove textos; Francisco Bittencourt – cinco textos; Aguinaldo Silva – quatro textos. Os demais textos com assinatura masculina reservaram-se a algumas das coberturas jornalísticas realizadas em eventos protagonizados por mulheres.

Por escolha metodológica, após a construção da tabela – anexo A - elaborei igualmente um gráfico - número 2 – apresentando os principais pontos levantados pelos autores homens. Diferentemente dos textos escritos pelas mulheres, cuja diversidade de temas pode ser observada sem que haja destaque absoluto a algum deles, quando os homens escreveram, uma parte significativa dos textos foi composta por cobertura de eventos, com 8 aparições. Isso mostra o quanto os jornalistas do *Lampião da Esquina* estavam interessados nos eventos organizados pelas mulheres, muitos deles com caráter visivelmente feminista. Mas o que estavam eles observando acerca desses encontros? Como buscaram contribuir à luta das mulheres? Assumiram e reconheceram suas posições enquanto homens? Concordavam ou discordavam das propostas elaboradas pelos diferentes movimentos de mulheres? Esses são alguns dos questionamentos que busco responder com essa análise.

Embora em menor número, as outras temáticas são de extrema importância para o estudo sobre as representações construídas a respeito das mulheres através do olhar dos homens. Foi a partir da observação do conjunto das temáticas que dividi a escrita a seguir, compreendendo que houveram publicações possíveis de serem apresentadas como parte de um mesmo objetivo mais amplo. Por isso, como realizado com os textos escritos pelas mulheres, a análise aqui se dá a partir de alguns eixos norteadores que dividem o texto. São eles: solidariedade entre os homossexuais e as mulheres; análise sobre os encontros de mulheres; crítica às feministas;

Gráfico 2 – Quando os homens escrevem sobre as mulheres



2.5.1 Vamos juntos, companheiras. Essa luta é nossa!

Lampião da Esquina foi, pouco a pouco, estabelecendo diálogos com as mulheres, especialmente com as mulheres autodeclaradas feministas e que possuíam algum prestígio social por já atuarem como escritoras. Neste processo, em vários números é perceptível a tentativa de formar e afirmar uma unidade entre estas minorias sexuais, entre as mulheres e os homossexuais. Para isso, seus editores publicavam textos referindo-se à luta das mulheres como algo imprescindível para a garantia de direitos coletivos e afirmavam, também, ser o feminismo uma inspiração para a luta dos homossexuais no país. Essas ações de reconhecimento podem ser vistas a partir de duas percepções. A primeira delas é que ao acompanhar e dar publicidade aos trajetos do movimento feminista, entre avanços e recuos, os editores, alguns integrantes de um Movimento Homossexual incipiente – Grupo Somos –, percebiam o que poderia ser direcionado à sua própria luta, considerando também que o jornal era o material impresso mais representativo do grupo que compunha este movimento (GREEN, 2000). A segunda pode ser vista dentro daquilo que Gohn (2001) chama de cidadania coletiva, ou seja, a busca por leis e direitos para categorias socialmente excluídas, reivindicando espaços sociopolíticos “sem que

para isto tenha de se homogeneizar e perder sua identidade cultural.” (GOHN, 2001, p. 196). Há identidades próprias construídas naquele contexto, tanto para as mulheres declaradas feministas quanto para os homossexuais, no entanto, as diferenças que pautam essas identidades, no seio da luta coletiva, acabam cedendo lugar à garantia de direitos que correspondam aos dois grupos. Alguns traços podem ser vistos nas publicações que prezam por uma unidade tanto na luta contra a ditadura militar, quanto na luta contra as raízes machistas que alimentam as esquerdas e impedem avanços para os grupos minoritários. Para o jornal, a união entre essas duas frentes é um combustível aos enfrentamentos necessários.

No final da década de 1970, uma das estratégias que as feministas adotaram foi apresentar suas pautas e reivindicações aos candidatos nas eleições parlamentares. Muitas mulheres, a maioria ligada a partidos políticos de esquerda, lançaram-se em campanhas de candidatos e candidatas que prometiam levantar a bandeira do feminismo como plataforma de atuação. Em relação às eleições de 1978, Cynthia Sarti pontua que “pela primeira vez, grupos de mulheres engajaram-se na campanha eleitoral de alguns candidatos com a propaganda específica.” (SARTI, 1988, p. 43).

Em outubro de 1978, João Silvério Trevisan, em artigo para a seção *Esquina*, parabenizou as feministas pela Carta dos Direitos da Mulher, elaborada através de diferentes grupos em São Paulo. Segundo Trevisan, a carta foi apresentada a candidatos e candidatas, pois assim “pretende-se que os problemas da mulher comecem a ser veiculados dentro dos (enferrujados) mecanismos eleitorais da vida política brasileira, como uma tentativa de pressão por dentro.” (LAMPÃO DA ESQUINA, outubro de 1978, n. 05, p. 06). Transcrevendo trechos que pontuavam as exigências feitas em nome da igualdade nas relações sociais, ele acrescenta:

A Carta me parece francamente admirável e corajosa. [...] Sempre achei que a luta das mulheres é importante também para a conquista dos plenos direitos dos homossexuais. Por isso a Carta me entusiasma como uma abertura de novos caminhos dentro da sociedade brasileira. [...] Nesse sentido, fico fascinado com o Programa Comum tirado pelas feministas. É verdade que os homossexuais têm um longo caminho a percorrer até lá. Primeiro, vão precisar tirar a cabeça de avestruz do chão, buscando autoidentificação enquanto grupo. (*Idem*, p. 06)

Ainda, segundo ele, a elaboração desta carta somando-se a outros movimentos em direção ao front na defesa dos direitos das minorias, como os negros através do Movimento Negro Unificado e dos índios representados na pessoa de Mário Juruna, mostram o poder que existe na solidariedade entre estes grupos:

Nestes momentos fica mais clara para mim a necessidade de solidarizar-se, aprender a trocar experiências com outros grupos discriminados: os amigos são bem aceitos, venham de onde vierem. Mesmo porque a opressão, que parece tão diversificada, tem raízes comuns num mesmo sistema patriarcal e autoritário. [...] francamente, tudo isso me anima a não abrir mão de mim mesmo. Porque mostra que não estou só. (*Idem*, p. 06).

Para o jornal, a violência que ataca um grupo pode atacar o outro e pode, também, estar presente no interior dos próprios grupos discriminados. Prova disso é o texto publicado na seção Violência em janeiro de 1980, cujo título recebeu o nome de “Nós estupradores”.

Também de autoria de João Silvério Trevisan, a reportagem cobre o caso de Marisinha, de 19 anos, vítima de um crime de estupro em São Paulo. A revolta de Trevisan possui duas causas: o ato do estupro e o modo como a polícia operou o caso, pois passando-se um mês após o ocorrido, a delegacia não representou o caso nem instaurou inquérito. “Muito pelo contrário, Marisa de repente está correndo o risco de passar do papel de vítima para o de acusada. [...] tratavam-na mais como suspeita do que como vítima.” (LAMPÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, n. 20, p. 04). Acusada de prostituta pelo delegado, Marisa corria, ainda, o risco de responder um processo por calúnia contra o homem que ela relata tê-la estuproado.

Os casos de estupros que chegam até às delegacias do Brasil não têm um histórico louvável de justiça quando observado os comportamentos direcionados à denunciante e ao denunciado. Lima (2018, pp. 14-15) argumenta que “desde o momento da denúncia na Delegacia de Polícia, começa a ser construída uma verdade, não apenas sobre o delito praticado, mas também sobre as partes envolvidas, e as representações sociais de gênero têm papel decisivo nessa construção.” O descrédito à palavra da vítima é suscitado por Trevisan como parte integrante do sistema jurídico brasileiro ao tratar de casos de estupro, mas sua análise sobre a situação relatada elabora um significado mais amplo para a palavra em questão. Descrevendo o perfil do acusado como um homem comum e “pacato”, o que rompe com o imaginário do estuprador monstro construído desde a infância, ele se questiona: “homens comuns e pacatos não aprendem desde pequenos a ordem do macho, o amor à disputa, o desejo do poder a qualquer custo – em resumo, o ofício de estuprador? E se passamos todos por esse mesmo aprendizado, não seremos sem exceção estupradores potenciais?” (LAMPÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, n. 20, p. 04). E argumenta:

Basta dar uma ligeira olhada ao nosso redor para comprovar que vivemos num país de estupradores. Porque estupro não é apenas violentar sexualmente a mulher ou a criança ou qualquer ser indefeso, sejam quais forem suas características biológicas e constitucionais. Existe também o estupro contra os que se desviam das normas, contra os que estão à margem, os mais frágeis, os que são tornados neuróticos, os menos

educados, os tortos, os loucos. [...] nosso meio é fundamentalmente estuprador, porque baseado na disputa do poder e na figura da autoridade que o detém. (*Idem*, p. 04).

Lutar contra o estupro, na percepção de Trevisan, é lutar contra um sistema que estabelece hierarquias entre as pessoas desde muito cedo e, conseqüentemente, exerce a violência. Da denúncia realizada por Marisinha, o autor faz uma análise densa de como se constroem autoridades naturalizadas na sociedade e direciona a questão aos grupos marginalizados, configurados sempre como receptores desta violência: “pode-se dizer que existe, dentro de cada um de nós, um estuprador que deve ser neutralizado, mas temos também um estuprado lá dentro de nós. E esse nosso lado dolorido é que nos torna solidários a todas as Marisinhas e pisoteados do mundo.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, n. 20, p. 04).

Se “os grupos só se identificam na diferença relativamente a outros grupos através e no interior dos conjuntos de representações”, como argumenta Prost (1998, p. 137), é possível considerar que a identificação com o ato do estupro não está exclusivamente no ato sexual sofrido pela mulher, mas na violência que ambos, por estarem em um campo onde as representações são construídas afirmando e reforçando suas identidades como sujeitos marginalizados, acabam compartilhando.

Outro momento em que é possível perceber uma solidariedade declarada pelo jornal às feministas foi após o II Congresso da Mulher Paulista, realizado em março de 1980. Intrigado com o “quebra pau” que gerenciou o plenário, *Lampião* enviou Trevisan para entrevistar quatro feministas extremamente descontentes com o não avanço de certas discussões. Ana Matilde Mota, da Associação das Mulheres, Teresa Caldeira, feminista independente, Cynthia Sarti e Maria Moraes, do Grupo Nós Mulheres, acusavam os partidos políticos e as organizações com tendências partidárias de se apossarem do espaço organizado para as discussões do feminismo enquanto um movimento com reivindicações próprias. Maria conta sua experiência: “Pois é; falou todo o mundo: a UNE, a PUC, a TUC, a LUC, menos nós. Aí eu falei, ‘pois é, só faltam os marcianos chegarem aqui, neste congresso de mulheres, e pedirem a palavra...’ Assim não dá!” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, maio de 1980, n. 24, p. 13). A reportagem “Feministas viram a mesa: mulheres não se envergonham de assumir sua luta ‘menor’” ocupou duas páginas do jornal e toda a entrevista foi direcionada para que elas pudessem explicar o que o feminismo perdia com as intervenções vindas de fora do movimento, como, por exemplo, as reivindicações proletárias. Ambas foram muito categóricas e afirmaram que o movimento deveria se reinventar fora destas pautas que em nada contribuem para o avanço de questões ligadas à mulher, visto

que pulverizam os debates e impedem discussões significativas ao feminismo, como a legalização do aborto, por exemplo.

A identificação entre um grupo e outro, homossexuais e feministas, acontece quando o próprio Trevisan afirma que todas as discussões realizadas pelas feministas são importantes para os homossexuais na elaboração de enfrentamentos políticos. Informando da particularidade brasileira, onde as mulheres lésbicas militam ao lado dos homens gays e não ao lado das feministas, ele afirma: “eu estou levantando isso, inclusive, para que vocês possam saber que as bichas estão interessadas em discutir a questão feminista.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, maio de 1980, n. 24, p. 13). Em outra pergunta, Trevisan novamente ressalta a importância da troca: “Eu me lembro de cara, por exemplo, da sede com que o pessoal do grupo homossexual quer saber de feminismo; isso porque sabem que se trata de um instrumento de análise disponível e de um trabalho de prática nova.” (*Idem*, p. 13).

As representações são construídas pelos grupos de acordo com a percepção que possuem do espaço social onde estão inseridos e, também, a partir do interesse que estes grupos acabam acionando ao realizá-las (COELHO, 2014). São nas falas, às vezes sutis, de João Silvério Trevisan durante a condução da entrevista que percebemos o desejo pelo diálogo, o desejo em demonstrar apoio à causa dessas mulheres. Apresenta-se ao longo das publicações um feminismo potencialmente forte que, mesmo com certos conflitos entre as integrantes, transparece atitudes revolucionárias e capazes de direcionar uma luta por direitos de forma concreta, servindo de exemplo, inclusive, para as outras minorias. A partir desta representação construída pelo jornal, se torna nítido o interesse pelo diálogo que este jornal, através de seus editores, busca demonstrar às mulheres. Essa aparente solidariedade não está unicamente exposta nas publicações onde a defesa do diálogo e a identificação de interesses em comum são mais visíveis, mas em outras tantas em que denunciou abertamente o machismo operando no cotidiano.

No dia 22 de agosto passado G.G, 40 anos, saiu de casa em Icaraí, Niterói, ao entardecer, para ir buscar a filha num colégio próximo, mas não chegou a lugar nenhum: seu corpo só seria encontrado uma semana depois, com uma marca de paulada na cabeça, um bolo de pano enfiado na garganta e marcas evidentes de torturas, inclusive pontapés nos órgãos genitais. [...]

No dia 29 de agosto, quando os jornais começaram a noticiar a morte de G., ela ainda era uma vítima. Casada, mãe de dois filhos, “excelente dona-de-casa”, vivendo somente para a família, segundo seus amigos – levando, portanto, uma vida estável e tranquila -, nada fizera, nesta primeira versão do caso apresentado aos leitores dos jornais, que justificasse uma morte tão brutal. Mas dois dias depois essa história inicial já começaria a mudar. Alguns indícios de que ela levava uma vida amorosa extraconjugal, e a posição de grande vítima em que se colocou seu marido, eram claros indicadores de que, no futuro processo em que se transformará o caso, R.C.G., o marido de G., merecerá o tratamento habitualmente reservado pela justiça aos maridos

ultrajados, caso venha a ser considerado suspeito de ligação com o crime, por motivo passional. (LAMPÃO DA ESQUINA, setembro de 1980, n. 28, p. 04).

Assim começa a reportagem de Aguinaldo Silva para o número 28 de *Lampião da Esquina*. A denúncia da vítima duas vezes: o assassino lhe tira a vida e as representações construídas sobre o ato se encarregam de lhe tirar a honra. Mais do que isso, se esforçam para culpabilizá-la pela própria morte. O caso de G. G. é apresentado pelo jornalista como apenas mais um, preenchendo um montante que em nada muda a prática jurídica brasileira, troca-se a vítima, mas não os argumentos. Para elaborar o texto, Aguinaldo Silva recorre a dados levantados pelo estudo de Marisa Corrêa (1975), antropóloga que pesquisou as representações jurídicas de papéis sexuais a partir da análise de diferentes processos por assassinato de mulheres, em Campinas. A argumentação dela, da qual Silva se apropria, é de que se compõe toda uma estrutura jurídica durante os julgamentos para que o assassino seja absolvido ou cumpra a pena mínima. No decorrer do processo, todos os indícios que podem ser levantados contra a vítima, servem de embasamento para que advogados defendam o criminoso apontando a vítima como a responsável pelo homicídio.

É por isso que, no caso de G. G., a simples suspeita de que ela poderia ter sido vítima de um crime passional, alterou toda a orientação até então dada às investigações; a morte em si deixou de ter importância, para que se chamasse a atenção sobre fatos como estes: ela era muito vaidosa; ela saía de casa com frequência; [...] ela recebia, em casa, na ausência do marido, um amigo da família. (LAMPÃO DA ESQUINA, setembro de 1980, n. 28, p. 04).

Ao se construírem as argumentações, o marido é lembrado como um homem “responsável, digno de respeito dos seus pares”, tudo que possa justificar o assassinato como ação em defesa de sua honra, lembra Aguinaldo Silva. Já existem inúmeros trabalhos que se debruçaram à investigação de como a legislação brasileira ratificou penalidades ou absolvições a partir de uma compreensão machista das relações conjugais. O próprio estudo citado por Aguinaldo Silva parece, por suas considerações, uma excelente referência. No entanto, importante aqui é atentar para a representação que o caso ganhou nas páginas do *Lampião da Esquina*. O que adquire destaque dentro da leitura é a preocupação aos trâmites que percorrem os processos de assassinato de mulheres, mostrando, por parte do jornal, total indignação aos comportamentos sexistas que se apresentam nas delegacias e nos tribunais do país. A cada novo caso, “os agentes jurídicos não questionam o desenho, apenas o reforçam e renovam.” Parece servir de emblema às suas maneiras de ordenar o mundo a seguinte metáfora: “continuam matando-se entre si que sempre saberemos julgá-los entre nós.” (LAMPÃO DA ESQUINA,

setembro de 1980, n. 28, p. 04). Por isso, a escolha assertiva do título que dá nome à reportagem: “Mulheres assassinadas: a história de sempre!”.

2.5.2 É feminismo ou palanque das esquerdas?

As linguagens construídas sempre ocupam determinado lugar no mundo social. Esse mundo, nas palavras de Bourdieu (2008), é também representação e vontade. A identidade daquele (a) que escreve direciona aquilo sobre o que se escreve, considerando que “existir socialmente é também ser percebido [...] como distinto.” (BOURDIEU, 2008, p. 112). Nesse sentido, a proposta aqui é compreender como que os homens de *Lampião* retrataram os eventos cujos objetivos eram discutir a questão da mulher e do feminismo. Como demonstra o gráfico número 2, muitas publicações se encarregaram de fazer as análises sobre tais encontros a partir da visão dos jornalistas lá presentes. No entanto, lançando mão de um recorte, selecionei três grandes coberturas realizadas pelo jornal, ambas ocorridas nos meses de março de 1979, 1980 e 1981, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A partir da linguagem adotada na construção das reportagens, percebemos importantes discussões sobre os rumos que tomaram esses encontros, bem como a percepção destes homens a respeito do feminismo enquanto movimento. Interessados nas discussões, enquanto grupo jornalístico e enquanto homossexuais, os jornalistas esmiuçaram ponto a ponto as assembleias. Se “os processos jornalísticos e as práticas dos atores sociais (os jornalistas, o público etc.) devem ser buscados e interpretados à luz de problemáticas específicas” (BARBOSA, 2018, p. 29), é preciso compreender que nenhuma prática discursiva se constitui neutra, e as intencionalidades contidas nessas fontes apresentam-se como chave de análise das representações nelas constituídas.

Devo dizer, como pesquisador, que a leitura de tais reportagens impressionou-me pela amplitude de conteúdos discutidos em todas elas. Em outra oportunidade, mereceriam sua transcrição por completo, visto que se constituem como uma farta documentação para compreender os impasses no interior do movimento feminista através do olhar de quem acompanhou e narrou isso tudo em reportagem. Aqui, trago alguns dos principais pontos levantados em texto pelos jornalistas que, mais do que simplesmente descrever as ações empreendidas naqueles espaços, nos convidam a sérias reflexões.

Em abril de 1979, o jornal *Lampião da Esquina* chegou às bancas com uma capa bastante entusiasta. Diferente das demais que compunham o jornal até aquele momento, a edição de número 11 trouxe, de fato, as mulheres como objeto central de sua abordagem. E isso

não se mostrou unicamente na apresentação do jornal, o assunto mulheres ocupou cinco páginas completas do tabloide dedicadas à reportagem.

Figura 09: Capa do Jornal *Lampião da Esquina*, edição nº 11.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, abril de 1979.

A reportagem contou com diferentes visões sobre os eventos ocorridos tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro. Inês Castilho e Leila Miccolis expuseram suas percepções em textos que já foram referenciados neste capítulo, por isso busco apresentar os pontos de vista masculinos. Dois dos editores do jornal, Francisco Bittencourt e João Silvério Trevisan, construíram argumentos sobre os encontros no Rio e em São Paulo, respectivamente. Começamos pelo Rio.

O Centro da Mulher Brasileira (CMB) iniciou no dia 8 de março daquele ano seu primeiro Encontro Nacional de Mulheres. Com 347 mulheres inscritas, o evento se estendeu por quatro longos dias de discussão (LÂMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 09). Já no início do texto, Bittencourt escancara sua percepção: houve ali uma reunião feminina e não feminista. “Em nenhum momento palavra machismo foi pronunciada no microfone por quem

quer que fosse. Ao contrário, os poucos ‘companheiros’ presentes foram homenageados em grande estilo por Heloneida Studart³¹, que pediu aplausos para os novos feministas, os homens.” (*Idem*, p. 09). Das temáticas que percorreram as falas das expositoras, a grande maioria estava inscrita no âmbito de uma luta geral contra a ditadura, deixando, nas palavras do jornalista, a questão da mulher e do feminismo totalmente deslocada.

A palavra menstruação, pronunciada uma única vez, revelou uma plateia pudica e nervosa. [...] Sobre prostituição não se fez uma única referência e em lesbianismo naturalmente não se tocou. Eram temas tacitamente proibidos. [...]

Insisti em saber onde estavam as prostitutas, as empregadas domésticas, as faveladas, as mais oprimidas, o lumpemproletariado enfim das mulheres. As respostas foram evasivas: as prostitutas não tinham sido contatadas, as empregadas domésticas não tinham querido vir e duas faveladas apareceram, mas logo foram embora. Mulheres negras vi apenas três. E as lésbicas? Segundo uma integrante do CMB havia quatro participando de grupos e da mesa, mas nenhuma falou de seu problema específico. (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 09)

A maior preocupação de Bittencourt é em relação à representatividade ausente nos grupos de discussões. Por integrar um jornal homossexual – logo a questão da sexualidade ditava o comando das principais discussões – cuja pretensão era ceder espaço aos grupos injustamente discriminados, é compreensível que a apuração que o jornalista fez do encontro enfatize justamente isso, a falta das minorias e dos debates em torno da sexualidade. Esse lugar de onde se fala é construído a partir dos discursos e sistemas de representações feitos sobre ele e é a partir daí que os sujeitos se posicionam (WOODWARD, 2000). Diante dessa ausência, que tanto o jornal criticou, a que conclusão chegar? “Que se tratou de uma reunião da alta classe média liberal aliada a algumas representantes da classe operária, ou seja, um microcosmo do pacto social brasileiro em evolução neste momento.” (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 09).

Bittencourt não encarou o rótulo de único crítico do evento. Buscou amparo em opiniões diversas que dessem sustentação às suas próprias conclusões e publicou no seu texto falas como a do ator e diretor João das Neves, para quem “o movimento feminista, como todos os outros, [...] não representa realmente todos os setores. [...] as lideranças pertencem claramente à classe média e falam por ela”; a declaração de uma estudante de engenharia da UFF, a qual afirmou que “o erro do movimento feminista é que não chega às classes mais pobres”; ou ainda a fala da reconhecida feminista Branca Moreira Alves alegando que sua maior crítica ao CMB “é a

³¹ À época, deputada estadual pelo MDB do Rio de Janeiro. A antipatia do jornalista Francisco Bittencourt pela deputada mostra-se visível em uma outra publicação sua que será descrita no próximo subcapítulo.

maneira hierarquizada com que ele está sendo dirigido, pois essa é uma forma de direção machista.” (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, pp. 9-10).

Se o feminismo brasileiro surgiu nas camadas médias e intelectualizadas (PINTO, 2006), são essas mulheres que compõe o cenário das discussões, de acordo com os números apresentados pelo próprio jornal. Esses números reforçam a posição de Bittencourt sobre a representatividade que se fez ausente no encontro: 73% delas tem nível de instrução superior. Este número revela uma curiosidade sobre o evento que é possível constatar nas reivindicações tiradas em pauta e prontamente descritas pelo jornal. Apesar dos dados mostrarem que a grande maioria encontrava-se em uma situação favorável economicamente e em nível de instrução, algumas das reivindicações parece ter sido orientada pela questão da classe: criação de creches em fábricas, bairros e comunidades e salário igual para as trabalhadoras mulheres que desempenham o mesmo trabalho que os homens. Apenas 12%, segundo a publicação, “pediram uma estratégia para o movimento feminista”. (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 10). Isso dialoga, novamente, com as proposições de Pinto (2003), quando a autora afirma que, apesar de pertencerem a um extrato social mais privilegiado, as feministas brasileiras foram, aos poucos, incorporando a luta das mulheres pobres e trabalhadoras. No entanto, para Francisco Bittencourt, a pergunta que prevalecia era a seguinte: neste encontro, onde elas estão? O jornalista também fez questão de publicar a moção de repúdio, aprovada por unanimidade, à grande imprensa que se recusou a cobrir o evento. Destacar isso em seu texto, mostra sua pretensão em apresentar o jornal *Lampião* como um espaço aberto às mulheres, mesmo que fosse para, também, criticá-las.

Na mesma edição, João Silvério Trevisan fez a cobertura do I Congresso da Mulher Paulista, também ocorrido no mês de março. O título “Quando o machismo fica no porão” induz o leitor a acreditar que no evento não teve espaço para tal comportamento. Entretanto, no decorrer da escrita, ele narra sua experiência pessoal durante o Congresso indicando o oposto, que o machismo esteve presente e com bastante força.

A medicina anda um pouco assustada com a crescente resistência das bactérias aos antibióticos [...]. Eu diria que existe um fenômeno de resistência semelhante, no setor das culturas – quando a absorção de certos conceitos “perigosos” funciona como forma sutil de não mudar nada. [...] É o caso do conceito de machismo. [...] O processo de resistência bacteriana cultural concretiza-se mais ou menos assim: “eu não sou machista, não sou racista nem reacionário, graças a Deus; racista é o outro, machista é meu vizinho, reacionários são aqueles lá; EU SOU ÓTIMO, até ajudo minha mulher a cuidar das crianças.” Essas pessoas criam defesas para continuarem racistas, machistas e reacionárias. (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 11).

A compreensão dos conceitos, adverte Woodward (2000, p. 46), depende da “capacidade de vê-los como fazendo parte de uma sequência” e acrescenta que aplicá-los à vida prática “envolve, muito frequentemente, um comportamento social repetido ou ritualizado, isto é, um conjunto de práticas simbólicas partilhadas.” Mas por que a referência ao conceito “machismo”, obedecendo a esta classificação, a de um comportamento que se repete, feita por Trevisan? Porque ele conseguiu perceber nitidamente o machismo dando as caras, durante o Congresso, através das falas dos homens “progressistas” lá presentes.

Confinados pelas organizadoras em uma sala separada, no porão, os homens reclamavam do “gesto discriminatório”. Ao que Trevisan lança sua compreensão: “nada mais natural, a meu ver: numa sociedade onde tudo foi feito para que a mulher se cale e o homem levante a voz, elas decidiram impor o seu espaço para discussão de seus problemas.” (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 11). Certamente essa não era a visão do grupo ali presente, pois estavam lá para “ajudar as mulheres a serem menos passivas, convencê-las da importância de ter uma participação política e mostrar-lhes que elas também são seres humanos”, o que Trevisan logo adverte ser uma “postura paternalista” (*Idem*, p. 11). Para ele, as atitudes dos homens ali presentes escancaravam que a esquerda brasileira não conseguia romper com o machismo enraizado em suas bases, afirmando, inclusive, que a frigidez feminina era “uma degenerescência igual ao homossexualismo”, ou ainda que existem “mulheres vagabundas que só querem ver televisão, dentro de casa.” (*Idem*, p. 11). Afirmavam, como um refrão, que o “importante eram as liberdades democráticas: a luta das mulheres era ótima porque vinha ajudar na derrubada da ditadura” e que “coitadinhos eram todos os operários.” (*Idem*, p. 11).

Tamanha era a afirmação deles como protetores de um território que não poderia ser ameaçado, que fez com que Trevisan dissesse aos companheiros de discussão: “Acabamos de ter aqui, quentinho e ao vivo, um exemplo de como o machismo existe e vai bem, obrigado.” (*Idem*, p. 11). Ao publicar as considerações levantadas, a conclusão que tira da reunião é a de que, naquela sala, o autoritarismo prevaleceu e, se teve uma coisa que não foi discutida, foi a questão da mulher, justamente o foco do grupo, apesar de “EVIDENTEMENTE, ninguém ali se julgava machista.” (*Idem*, p. 11)

No ano seguinte, em abril de 1980, o jornal se volta mais uma vez para um noticiário sobre as mulheres. Nos dias 8 e 9 de março havia acontecido nas dependências da PUC, em São Paulo, o II Congresso da Mulher Paulista, recebendo mais de três mil mulheres vindas, inclusive, de outros estados (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 23, p. 6). João Silvério Trevisan novamente é o jornalista encarregado de escrever sobre o encontro, mas dessa

vez em um tom de revolta um tanto maior, a começar pelo título bastante inusitado e contundente: “Congresso das Genis: Esquerda joga bosta nas feministas”, uma evidente alusão à composição de Chico Buarque “Geni e o Zepelim”. Diferentemente do ano anterior, o jornal anunciou em sua capa apenas parte da frase, sem nenhuma outra referência ao ocorrido, porém, em seu interior, a discussão foi ocupada por três páginas completas de cobertura e análise. Pelo título escolhido, imagina-se, de antemão, a impressão colhida do encontro: a preocupação real com o tratamento dispensado às mulheres pelas esquerdas brasileiras. Se “de maneira geral, quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados” (PERROT, 2007, p. 21), dessa vez não foi apenas o desconcerto que tomou conta do espaço, mas a violência.

Trevisan construiu suas abordagens a partir de alguns subtítulos referindo-se a episódios pontuais naqueles dois dias de Congresso. O primeiro deles: “Congresso de Mulheres ou Congresso da UNE?”. As interferências dos representantes da UNE deixaram essa percepção, os debates ocorriam em torno das plataformas levantadas pelos estudantes ligados ao PMDB e não pelas temáticas discutidas e encaminhadas previamente pelas feministas. “Certas mulheres premeditadamente tomavam a palavra e faziam inflamados discursos políticos, tomando tempo e esvaziando as discussões, numa manjadíssima tática de política estudantil. Eram os contingentes do PMDB atacando – acredite quem quiser!” (LAMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 23, p. 06). Essas intervenções, para Trevisan, escamotearam o próprio tema proposto para o Congresso, a saber “Violência contra a mulher”, “porque segundo os grupos de esquerda patriarcal não existe violência contra a mulher, o que há é a violência ditatorial contra homens e mulheres da classe operária.” (*Idem*, p. 06).

Essa mesma constatação havia sido projetada pelo jornalista no ano anterior quando se perguntava que rumos tomaria o movimento feminista tendo que ceder espaços para as bandeiras de um setor político que em nenhuma hipótese reconheceria a luta das mulheres como importante. Essa abertura de espaço fez com que o II Congresso “sofresse manipulação de grupos alheios e adversários da luta das mulheres” (*Idem*, p. 06). Dada a “frente ampla” que compunha o Congresso, as discussões sobre o aborto – tema caro às feministas – “foram ingratas e desgastantes, num embate entre católicos (apoiados pela esquerda patriarcal) e feministas: assassinato de inocentes x direito da mulher ao seu corpo.” (*Idem*, p. 06). Esse confronto entre os grupos feministas e a igreja católica marcou a trajetória do movimento no Brasil. Na luta contra a ditadura, a Igreja disputava com o feminismo a hegemonia entre os grupos populares (SARTI, 2004), ao passo que a esquerda tradicional se aliava a Igreja para, também, reunir forças. Logo, questões sobre sexualidade e aborto, eram tomadas como tabu por

essa frente política. Acompanhando os ditos do catolicismo, tal pensamento predominava em muitas oportunidades, inclusive em eventos como o II Congresso da Mulher Paulista.

Aliás, foi constrangedor ouvir uma dona de casa gritando ao microfone, diante do plenário: “Estão quereno [sic] matar nossos filhos antes de nascerem”. No que foi calorosamente aplaudida pela esquerda que sempre dava IBOPE altíssimo para qualquer pessoa que falasse português errado; é evidente que a plateia pequeno burguesa autodenominada “progressista” estava aplaudindo laivos bastante moralistas daquela “mulher do povo”. (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 23, p. 06).

Referindo-se, em outro subtítulo, à “Briga velha: esquerda maior contra esquerda menor”, Trevisan condena as agressões sofridas pela mesa coordenadora. “Setores da esquerda evoluíram para a manipulação organizada, chegando até mesmo à agressão física. Muitas feministas levaram porrada. [...] machões de ambos os sexos (os masculinos nem procuravam se esconder, porque afinal não se podia discriminar os homens).” (*Idem*, p. 06). Nas palavras dele, a esquerda, ali representada pelo PMDB, mostrou que jamais aceitaria divisões por lutas menores, o que importava era a questão democrática e a derrubada da ditadura. Logo, “repudiavam a própria existência do Congresso, porque não aceitam a legitimidade de um movimento de mulheres.” Trevisan autoriza tal colocação quando alerta sobre os possíveis caminhos a serem percorridos pela esquerda brasileira que podem copiar, inclusive, modelos utilizados em outros países:

Na União Soviética, por exemplo, após mais de 60 anos de revolução, as temerosas feministas têm sido mandadas para as prisões (por vadiagem) ou manicômios (recuperação ‘ideológica’).

E são as feministas brasileiras que, depois de toda dedicação em mobilizar as mulheres, precisam abrir mão de suas propostas mais caras, sob pretexto de que constituem minoria. A verdade é que elas são tornadas minorias exatamente por não terem espaço para discutir o feminismo de maneira aberta e profunda, com mulheres de outros setores. Lamentavelmente, as (poucas) feministas brasileiras sempre tiveram que baixar a cabeça e bater no peito, antes de pronunciarem esse palavão para as esquerdas: “somos feministas”. (*Idem*, p. 06)

Se os setores da esquerda presentes no Congresso mereceram ser escrachados pelo jornal como aqueles que lutam pelo poder a qualquer custo reproduzindo padrões autoritários e violentos, as feministas foram, de certa forma, também culpabilizadas pelo jornalista. Na concepção dele, com uma ampla aproximação visando evitar rupturas com setores tradicionalmente reacionários, “as mulheres feministas têm atuado contra si próprias e dificultado o avanço de um feminismo brasileiro.” (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 23, p. 07). Sua análise se dá, inclusive, na inexistência de um diálogo entre o próprio movimento e as classes populares, regimentada pelos grupos políticos ali notoriamente

presentes. E lembra das senhoras da periferia prometendo que não voltariam mais, porque ali “só tinha espaço para as metalúrgicas”, levando à conclusão de que “os oprimidos também oprimem – e tem sempre alguém, mais abaixo.” (*Idem*, p. 07).

Tal consideração dá conta de que existia, no Congresso, uma disputa de forças em jogo. As mulheres presentes lutaram ao máximo – agressão física, como exemplo – para que suas reivindicações políticas fossem impostas, indo na contramão do propósito do próprio evento. Trevisan chama atenção para as repetições de determinados padrões adotados historicamente nos caminhos autoritários percorridos pelas esquerdas. Ao se perguntar, em outro subtítulo, “e o machismo, senhoras, como vai?”, ele define essas mulheres como reprodutoras de tais práticas, afirmando que “os personagens tinham mudado de sexo, mas a maneira de atuar politicamente era a mesma de todos os machões esquerdistas.” (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 23, p. 07). Para tal afirmação, é válida a proposição de Pierre Bourdieu de que

os dominados aplicam a todas as coisas do mundo e, em particular, às relações de poder nas quais eles estão enredados, às pessoas através das quais estas relações se realizam, portanto também a si mesmos, esquemas de pensamento impensados, os quais – sendo o produto da incorporação dessas relações de poder [...] – constroem estas relações de poder do ponto de vista próprio daqueles que aí afirmam sua dominação. (BOURDIEU, 1995, p. 142)

Apesar de todas as considerações críticas às “liberdades democráticas, ou melhor, democracia às porradas” – seu último subtítulo –, Trevisan também pontuou que o espaço proporcionou uma tomada de consciência pelos fatos ali concretizados, significando pontos de avanço para a luta a partir daquele momento, um “marco importante para as mulheres”. Nas palavras dele, as feministas, negras, lésbicas e, até mesmo as “bichas”, puderam compreender que as lutas concernentes a estes grupos “são autônomas e serão empreendidas em paridade, sem abrir mão daquilo que NÓS achamos que é BOM PRA NÓS e sem subserviências a uma suposta luta maior, prioritária.” (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 23, p. 07).

O testemunho de Trevisan em reportagem procurou também “colher os louros” de sua participação no evento. Lembrando dos jornais que noticiavam serem as discussões apresentadas pelos homens as mais avançadas, ele argumenta que esqueceram de mencionar que isso se deveu “à presença de numerosas bichas feministas que viraram a mesa dos atônitos machões, discutiram com garra e coerência, rodaram a baiana várias vezes e demonstraram que não são assim tão inexperientes politicamente.” (*Idem*, p. 07). Essa frase pode ser interpretada como uma afirmação da força dos homossexuais frente ao machismo das esquerdas, aquilo que não teriam conseguido as feministas durante o Congresso. Porém, no conjunto do texto, soa

muito mais como um sinal de solidariedade aos enfrentamentos que ambos os grupos precisariam realizar conjuntamente do que um sinal da disputa de quem consegue primeiro. Talvez isso se confirme na edição seguinte, já citada aqui, quando o mesmo Trevisan entrevista feministas para compreender o que poderia ser realizado, a partir daquela triste experiência, em defesa não só do feminismo, mas das minorias.

Com o III Congresso da Mulher Paulista não poderia ser diferente. Em abril de 1981, dois meses antes de fechar, o jornal elaborou uma reportagem para narrar os fatos ocorridos no evento. Dessa vez, a cobertura ficou por conta dos colaboradores Zezé Melgar e Emanuel Freitas, constituindo a única assinatura de ambos para o jornal.

O título mais uma vez convida à leitura de um desastre: “A hora da porrada”. Novamente o jornal se posiciona atento aos acontecimentos, buscando a si o título da preocupação e da solidariedade. “Para nós do LAMPIÃO, que estamos preocupados com o crescimento de um real e autônomo Movimento de Mulheres, esse Congresso resultou bastante decepcionante por sua inexpressividade.” (LAMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1981, n. 35, p. 12). A palavra autônomo não está posta ao acaso, ela busca evidenciar a falta de autonomia das mulheres feministas para a elaboração dos encontros, visto que o grande protagonista naquele evento teria sido, segundo *Lampião*, o pessoal da Hora do Povo³². Citando o racha acontecido durante a preparação do Congresso entre a Coordenação (feministas) e o grupo de representantes do jornal HP, os autores lembram que a massa feminina tornou-se massa de manobra para as agremiações partidárias de esquerda, ali representadas pelo HP, podendo “dizer sem exagero que o 3º CMP resultou num rito de caça à mulher.” (*Idem*, p. 12).

Com o grupo organizador totalmente em posições opostas, o evento se desenrolou em duas frentes. De um lado, as feministas, “a duras penas”, lutavam para recrutar mulheres e consolidar o evento na Praça da Sé. Do outro, o pessoal do jornal HP espalhava “50 mil cartazes convocando a população para o Estádio do Pacaembu”, associando, segundo *Lampião da Esquina*, mulher com cozinha: “podia-se ler aí a chocante frase ‘Abaixo a carestia’ como palavra-de-ordem.” (*Idem*, p. 12). Com o confronto traçado, *Lampião* outra vez sai em defesa das feministas, em claro ataque ao grupo do jornal Hora do Povo. Esse ataque veio explicitado e justificado no ressentimento que os homossexuais compartilhavam ao jornal: “foram os militantes desse jornal que fizeram a significativa sugestão de que os homossexuais deviam ir

³² O jornal Hora do Povo começou a ser publicado em agosto de 1979, no Rio de Janeiro, transferindo sua redação para São Paulo no início de 1981. Afirmava em seus editoriais sua posição à esquerda, bastante ligada ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Explicitamente atuando em oposição ao regime militar, o jornal foi alvo de diferentes ataques, inclusive com bombas explodindo em sua sede. (VELASQUES, ?). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/hora-do-povo>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

para a Amazônia em regime de reeducação. Convenhamos que essa não é uma ideia muito original, já que em outros lugares as bichas vão cortar cana” (*Idem*, p. 12), aqui aludindo ao tratamento dispensado aos homossexuais durante a revolução cubana.

O apoio e solidariedade às feministas vai se esvaindo ao longo da reportagem e pelos mesmos motivos “justificáveis” dos anos anteriores, que era o de trazer para o movimento as bandeiras partidárias da velha e patriarcal esquerda. Lilia Schwarcz (2019), lembrando das raízes autoritárias do Brasil, enfatiza que quanto maior é a demonstração de independência e autonomia das mulheres, tanto maior são as demonstrações de misoginia. Uma misoginia que, para *Lampião*, parece não ser notada pelo próprio movimento feminista naquele momento que a empregava a si próprio sem grandes questionamentos. A indignação do jornal se pauta nessa “ingenuidade” que fez com que as palavras mais pronunciadas nos grupos de discussão fossem “companheiros, bandeiras de luta, carestia, Constituinte, PT, política salarial do governo” (LAMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 35, p. 12), indo na contramão do esperado para um evento feminista. Ainda, segundo o jornal, o machismo estava tão presente entre as mulheres regimentadas pela Coordenação (declaradamente feminista) que “todas as homenageadas no dia 07, tinham como principal atributo, o fato de serem esposas dos sindicalistas”, comprovação de que a “política está realmente calcada nos referenciais mais varonis.” (*Idem*, p. 12).

É uma característica própria do *Lampião* o uso do sarcasmo na composição de seus noticiários. Desde o início deixou muito transparente os “tons de brincadeira” que utilizaria para falar de coisas evidentemente sérias. Nas outras duas reportagens já citadas, esse tom foi perceptível em algumas passagens dos textos, no entanto, a análise se deu muito mais em considerações “não risíveis” do que no deboche. “A Hora da Porrada”, em uma distorção do significado da sigla HP (Hora do Povo), traz uma série de questões colocadas através do sarcasmo, como estas:

Depois que a chuva passou, pôde enfim, ser iniciado o concurso de faixas e palavras de ordem dos vários grupos presentes. Na categoria Originalidade, ficou a palavra-de-ordem: “O povo unido jamais será vencido.”

O primeiro lugar em Machismo foi para: “O povo unido pela terra é capaz de ir à guerra.” Na categoria Equívoco, o primeiro lugar ficou para: “Abaixo a ditadura que as mulheres estão na rua.” Na categoria Ecos do Pacaembu, ganhou disparado: “Abaixo a carestia que a panela está vazia.” Na categoria Oportunismo, venceu a faixa da convergência: “pela legalização do Aborto.”

A única palavra-de-ordem feminista acabou sendo desclassificada pelo soar dos gongos da Catedral: “Mulher não é propriedade, queremos liberdade.” Foi essa também a palavra-de-ordem menos praticada. (LAMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 35, p. 12).

Todas essas considerações foram referidas ao evento na Praça da Sé, regimentado pelas feministas coordenadoras. O jornal não detalhou os rumos que tomaram o outro lado, aquele do pessoal da HP. A impressão que fica é que a preferência por uma narrativa “engraçada” e, ao mesmo tempo, totalmente crítica à organização, foi escolhida depois de ver durante os três anos de cobertura que nada mudara. As esquerdas continuavam assombrando qualquer evento declarado feminista, impondo-lhe suas famosas e necessárias bandeiras de luta contra a ditadura e a favor da classe operária. Talvez por estar do lado de fora, e com a vantajosa visão de um todo, pudesse perceber essas nuances do poder patriarcal imposto em cada oportunidade que houvesse um espaço em aberto, ou melhor, um espaço não consolidado.

Ainda sobre o III Congresso foram publicadas mais duas matérias no mesmo número, uma entrevista com duas “lésbico-feministas” em que puderam pautar suas percepções sobre o Congresso, sobre o feminismo e sobre o Movimento das Mulheres Lésbicas; e uma carta escrita por João Silvério Trevisan destinada às feministas do “Nós Mulheres” parabenizando-as por não terem participado do Congresso cujo espaço foi disputado palmo a palmo com os integrantes do MR-8, evidenciando que “o terreno do feminismo e do MR-8 são os mesmos, o que parece um tanto assustador.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 35, p. 14).

Tudo o que o jornal *Lampião* noticiou sobre os eventos feministas foram, basicamente, alicerçados na crítica às esquerdas. Insatisfeitos com os rumos que tomava o movimento insistente por uma “frente ampla” e históricos condenadores do machismo exposto em parte das esquerdas brasileiras, os homossexuais do jornal posicionaram-se na contramão daquilo que presenciavam em tais encontros. Obviamente, houve uma preocupação com as causas essencialmente feministas, presentes nas discussões ou não, como pode ser notado no conjunto das publicações expostas aqui. Porém, a posição do jornal foi tentar, de alguma forma, mostrar ao público leitor o emaranhado de correntes que amordaçavam e distorciam as propostas do movimento.

Quando um meio de comunicação, seja ele jornal, televisão, meios eletrônicos etc., noticia algo, ele acaba formando imaginários e atribuindo significados àquilo que produz. Nesse sentido, é preciso compreender o contexto de análise, sem o qual não temos capacidade de interpretar esse mundo que está sendo noticiado, analisado (BARBOSA, 2018). Na incipiência de organização de um movimento homossexual, do qual muitos dos jornalistas presentes na elaboração do jornal participavam, as pretensões do jornal eram evidenciar que as esquerdas cooptavam as lutas dos grupos minoritários e as utilizavam como uma bandeira “que renderia voto”, lembrando dos partidos políticos que voltavam da clandestinidade para uma esfera pretensamente democrática. Acontece que na ação para agrupar tais lutas, as mesmas eram

tomadas como formas de ruptura a uma luta maior e, consequentemente, tidas como desnecessárias. É essa a posição que o jornal constrói ao longo das edições. Não foi apenas nas coberturas destes eventos que este posicionamento aparece de modo significativo, mas em tantos outros momentos, como, por exemplo, quando reportou as minorias em debate na USP, em março de 1979. Após os grupos minoritários -feministas, homossexuais, negros e indígenas – sofrerem ataques da esquerda ortodoxa por estarem ali representando um divisionismo, dizia “uma bicha ‘enragé’ de mãos nas cadeiras: Está bem, faz-se a revolução; e depois, quem vai lavar os pratos?” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, março de 1979, n. 10, p. 10).

2.5.3 O que é isso, companheiras?

Bourdieu (2004, p. 190) afirma que “o grupo existe a partir do momento em que se dotou de um órgão permanente de representação [...] capaz de substituir (falar por) o grupo serial feito de indivíduos separados e isolados, em constante renovação, que só podem agir e falar por si mesmos.” A partir deste entendimento, é possível afirmar que o feminismo a que o jornal *Lampião da Esquina* se refere em algumas de suas matérias estaria representando estes múltiplos indivíduos que são as mulheres? Seria o feminismo apresentado um movimento de reação a um poder plenamente constituído pela lógica da dominação? Não se pode negar o esforço do jornal em retratar o feminismo como um movimento de representatividade importantíssimo e capaz de romper com uma tradição sexista inculcada nas mentalidades e hábitos. Porém, também soube reconhecer as deficiências deste movimento e assinalou seu descontentamento em muitas oportunidades, como os textos referenciados acima. E, para além das críticas apontadas no interior das reportagens que versavam sobre o feminismo, o jornal elaborou publicações onde essas críticas eram a essência da discussão. A primeira delas veio na edição número 07, em dezembro de 1978.

Os estudos da socióloga estadunidense Shere Hite sobre a sexualidade feminina sacudiram os debates feministas no final da década de 1970. Em 1977, a autora publicou o “Relatório Hite”, trabalho resultado de uma longa investigação. Elaborado a partir das respostas de milhares de mulheres norte-americanas questionadas sobre relações sexuais e orgasmo, o livro chegou ao Brasil no ano seguinte. Matilde Silveira lembra da repercussão deste estudo em solo brasileiro:

A moça tornou-se uma celebridade quando seu livro foi publicado no Brasil, em 1978, e sua palestra no Copacabana Palace, em outubro, reuniu quase 500 pessoas no 1º Simpósio Internacional de Psicanálise. O livro, que colocou a masturbação e o

orgasmo na ordem do dia, provocou polêmica e chegou a ser proibido, mas sempre era possível conseguir um exemplar com alguém. (SILVEIRA, 2018, s/p.).

Logo após a palestra proferida por Hite, atento aos debates feministas *Lampião da Esquina* publicou em primeira página, na seção *Esquina*, suas impressões a respeito da escritora e sua passagem pelo país. O autor do artigo, Francisco Bittencourt, escolheu o título “Shere Hite: machismo às avessas” para discorrer suas considerações, onde o convidativo título já apresenta uma feminista com traços da violência que o jornal sempre criticou. Na justificativa de Bittencourt, isso se deu após Peter Fry, um dos editores de *Lampião*, ter ido ao evento e levantado questionamentos à Hite. Aos questionamentos ela teria ficado “furibunda” e dito às suas colegas que “Men should drop dead” (Os homens têm mais é que morrer), retirando-se antes do fim da explanação do orador.” (LAMPIÃO DA ESQUINA, dezembro de 1978, n. 07, p. 02). Mesmo atribuindo à escritora as características de violenta e rabugenta, Bittencourt tenta amenizar suas palavras afirmando que não criticava a posição adotada por Shere Hite, “guerra é guerra” e “meu relato pretende ser, antes de tudo, uma visão bem humorada do comportamento da socióloga nos seus aparecimentos públicos.” (*Idem*, p. 02).

No conjunto da leitura, este aviso não adquire tanta importância, porque o que se vê no texto são críticas bastante contundentes à posição adotada pela feminista. Bittencourt lembra que a imprensa e os interessados no evento passaram a falar mal de seu comportamento, mas explica que “a raiva dos jornalistas tinha uma razão: Ms Hite mandou avisar logo no início que, se queriam entrevistas, ‘mandem mulheres para falar comigo, e que tenham lido meu livro’” (*Idem*, p. 02). Isso teria causado grande alvoroço, visto que era difícil encontrar jornalistas mulheres – a maioria jovem – que dominassem o idioma e tivessem lido a “obra tão massuda e difícil de encontrar”. Ao escrever um pouco da trajetória da escritora dentro do feminismo, o jornalista recorda o infeliz trabalho de Hite como modelo para uma propaganda machista da máquina Olivetti, onde havia o slogan “com essa máquina, a secretária não precisa ser inteligente.” A ‘secretária’ teria percebido o uso de sua imagem e beleza para reafirmar uma tradição de opressão às mulheres, então “largou tudo e se juntou às hostes feministas.” (*Idem*, p. 02)

Francisco Bittencourt conta, também, que convenceu uma das moças que acompanharam Shere Hite nas discussões após o evento para que lhe fornecesse informações. A “interposta pessoa” teria afirmado a ele que Hite não tinha interesse nenhum no Brasil e gostaria de “ter mais contatos com pessoas familiarizadas” com seu trabalho. “A Shere [...] detesta qualquer ideia de filho. Ela simplesmente está cansada e com vontade de voltar pra casa.

Não pode?” (*Idem*, p. 02), teria dito a estudante de psicologia responsável por transmitir as informações a Bittencourt. Ao que ele estabelece um diálogo:

“Desculpe, mas por que esse ódio de criança? Vocês não vão querer matar todas as crianças do reino, como Herodes, vão?” A ironia, o tom superior, o sorriso nos lábios fechados, fizeram com que eu me encolhesse um pouco. “Quem sabe? (disse ela) Talvez o nosso problema seja exatamente igual ao de Herodes, matar todas as crianças do sexo masculino do reino.”
[...] Ela partiu, farejando o ar, no rastro de sua vaca sagrada. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, dezembro de 1978, n. 07, p. 02)

Ao anunciar que traria uma visão bem humorada sobre a atuação de Shere Hite nos espaços públicos, Bittencourt deixa uma fresta por onde é possível ver o texto como uma narrativa não factual. No último parágrafo, citado acima, em que descreve o diálogo entre ele e a informante, ela teria, mesmo, afirmado esse ódio todo ao sexo masculino, copiando sua referência norte-americana? É impossível constatar este fato a partir das informações disponíveis. Mas o que podemos perceber e analisar está inserido no jogo das representações construídas sobre Shere Hite. Se as representações que se fazem das práticas sempre têm razões e finalidades (CHARTIER, 2011), é quase evidente que o ataque, mesmo que despretenso, à feminista foi em defesa de seu colega Peter Fry. Em todas as edições, o jornal apostou no diálogo com as feministas e com outras minorias, e quando há a possibilidade de diálogo dos homossexuais com uma mulher – naquele momento angariando o status de referência no movimento –, o mesmo é podado com agressividade na justificativa de que gays também são homens. A imagem que Bittencourt constrói da norte-americana é de alguém avessa ao debate e à construção de pautas conjuntas, questões caras à identidade do jornal. Com a publicação, especialmente com o título, ele alerta que a violência imposta de baixo para cima não traz avanços à luta contra a opressão, ela apenas opera em sinais trocados.

Shere Hite não foi a única celebridade “vítima” das alfinetadas do jornalista Francisco Bittencourt. Em janeiro de 1980, edição 20 do jornal, a então deputada estadual Heloneida Studart foi quem teve que ouvir, ou melhor, ler seu nome no jornal *Lampião* em uma exposição nada agradável.

Celi Pinto argumenta que “a simples presença de mulheres como vitoriosas, sejam elas feministas ou não, em um quadro maduro de concorrência eleitoral, é muito revelador da posição ocupada pela mulher no espaço público da sociedade.” (PINTO, 2010, p. 18). Para Francisco Bittencourt, apenas isto não basta. “O que é isso, Heloneida?”, estampado na primeira página do jornal – seção *Opinião* – expressa a insatisfação do jornalista frente a representação popular exercida pela deputada. Argumenta: “É a isso que se chama de representação popular

[...]: ‘Delegação de poderes conferidos pelo povo, por meio de votos, a certas pessoas, a fim de que exerçam em nome dele as funções próprias dos órgãos eletivos da administração pública’.” (LAMPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, n. 20, p. 02). Nas palavras dele, a deputada que recebera seu voto estaria longe de representar seu eleitorado.

Uma amiga minha chegou a dizer que jamais votaria em Heloneida Studart, porque via nela o protótipo da mulher machista, lutando para galgar posições masculinas, [...] uma “feminista” entre aspas, dessas que querem se equiparar aos homens e não combater a raiz e as causas dessa sociedade machista que coloca a mulher em situação inferior e a obriga a tornar-se um macho disfarçado para poder conseguir algumas posições desprezíveis, porque parte de uma estrutura autoritária e patriarcal. [...] Hoje estou certo de que os que diziam ser Heloneida Studart uma “machista disfarçada” eram os que tinham razão. (LAMPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, n. 20, p. 02).

A colocação de que muitas feministas, à época, estariam reproduzindo o jogo do poder – que é autoritário desde as bases – sem questionar as estruturas que o sustentam foi perceptível em muitas das publicações aqui analisadas, em especial as que reportavam sobre os Congressos feministas. No entanto, esta publicação atesta essa reprodução em uma personalidade conhecida no cenário feminista e político do período. Participar dos processos eleitorais não foi uma decisão unânime dentro do movimento feminista. Pinto (2003, p. 68) coloca que “com o processo de redemocratização mais avançado, surgia uma nova divisão entre as feministas: de um lado ficavam as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação.” Certamente Bittencourt estaria ao lado das que acreditavam em uma cooptação pela esquerda partidária, que tirava de cena os ideais fundamentais de cada movimento. E acabou acusando a deputada Heloneida de tal prática ao citar aquilo que refletiu o real arrependimento pelo voto.

Em mais de uma ocasião tive oportunidade de constatar que a minha deputada expressava publicamente ideias com as quais eu não concordava, sempre procurando tirar de foco os problemas específicos de grupos marginalizados, que foram certamente os que a elegeram, para forçar a barra com as palavras de ordem partidárias que de tão repetidas tornaram-se vazias e sem sentido, e isso em reuniões específicas de minorias [...]. Ora, era justamente nessas ocasiões que eu queria ver a minha deputada falando em defesa dos assuntos que me interessam. Não só nunca vi como nunca li no “Pasquim”, jornal em que colabora, qualquer referência a esses problemas, a não ser para ironias finas [...]. Resolvi não votar mais em você para qualquer cargo eletivo. Pode contar com esse voto a menos. E olhe que faço isso com pena, porque simpatizo com você. (LAMPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, n. 20, p. 02).

Para Bittencourt, mesmo sendo uma minoria, a deputada decepcionou justamente por deixar para trás as lutas que são fundamentais para estes sujeitos que a elegeram. A respeito da

presença de mulheres em cargos eletivos, Celi Pinto (2010) faz algumas reflexões importantes. Para ela, é compreensível que uma candidata comprometida com a causa das mulheres acabe levando vantagem dentro do eleitorado feminista, assim como acontece com outros movimentos sociais, onde a preferência pelo voto se dê a representantes que tragam em suas plataformas a militância pela causa. É esperado que a conquista dos direitos das mulheres, por exemplo, venha através de uma candidata declarada feminista. A partir daí, é possível explicar a relação construída entre o eleitor Francisco Bittencourt e a deputada Heloneida Studart. Ele esperava dela ações que representassem ele enquanto minoria, que representassem as mulheres feministas, visto que a deputada era uma figura reconhecida pelo feminismo durante a campanha. Ela teria caminhado justamente pelos trilhos que ele condenou muitas vezes, que era os do discurso partidário da esquerda sempre na defesa dos trabalhadores, unicamente, sem margem para os demais grupos oprimidos.

O desejo de um candidato que realmente fizesse jus às causas das minorias permanece em Bittencourt quando este afirma: “Se a democracia a que temos direito é essa que está aí, proponho que façamos uso dela totalmente [...]. Se nos unirmos e trabalharmos em conjunto, faremos algumas surpresas aos que nos combatem, e jogando o jogo deles.” (LAMPÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, n. 20, p. 02). Se o futuro eleitoral e representativo se mostrava incerto naquele momento, Bittencourt mantinha uma convicção: Heloneida, não mais!

Francisco Bittencourt não foi o único a construir reputação de crítico das práticas do feminismo. Na edição número 19, de setembro de 1979, Aguinaldo Silva também enquadrou as feministas em nota intitulada “Angela, Regina... E as feministas, onde estão?”

O jornal já havia publicado reportagem em seu número 17, noticiando o assassinato de Maria Regina Resende que, por ser prostituta, não comoveu ninguém além das próprias colegas de trabalho. Apontou o assassino como alguém capaz de conseguir a liberdade por conta de seu status social. Filho de empresário, estudante de medicina veterinária e sócio de uma clínica, Dan Martin Blum, nas palavras de *Lampião da Esquina*, certamente conseguiria um atestado de insanidade mental para sair impune do assassinato brutal que cometera. Parece que o jornal profetizou o futuro do jovem que “foi considerado inimputável, isto é, indivíduo incapaz de entender o caráter criminoso do fato, em consequência de doença mental – epilepsia – segundo laudo elaborado por dois peritos criminais do Instituto Médico Legal.” (LAMPÃO DA ESQUINA, setembro de 1979, n. 19, p. 13).

Nada de novo sob a guarda do sistema, lembra *Lampião*, afinal, se no caso Ângela Diniz, uma senhora da alta sociedade, isso também foi possível, que tratamento esperar da justiça a uma prostituta? Acontece que quando Doca Street – assassino da socialite Ângela Diniz – foi

absolvido, pipocavam nas redações da imprensa manifestos escritos pelas feministas brasileiras, compadecidas com o desfecho do caso. “A gente esperava muito mais que lamentações sobre o cadáver sempre insepulto de Ângela Diniz” (*Idem*, p. 13). Mas e agora? Questiona Aguinaldo Silva, quem vai lamentar por Regina?

Na edição em que noticiou a morte de Regina, o jornal lembrou que, além da imprensa ceder espaço unicamente para a versão do assassino, também somente as prostitutas protestaram em nome de Regina. Mais uma vez o jornal vem a tocar no assunto. E as feministas, onde estão?

A marcação que diferencia as identidades é construída, em muitas vezes, a partir da exclusão social (WOODWARD, 2000). Aguinaldo Silva indaga o que diferencia Ângela Diniz de Regina, apostando que as prostitutas estariam excluídas do feminismo ao qual se refere. As prostitutas e travestis que protestaram à época do crime “mostravam estar anos adiante de um movimento feminista que não se manifestou até hoje sobre o caso.” (LAMPÃO DA ESQUINA, setembro de 1979, n. 19, p. 13). O jornalista encaminha o recado:

O caso de Maria Regina talvez seja uma boa ocasião para repensar tudo: menos palavras, talvez, e mais ação? Não sou eu quem vai dizer qual é o caminho. Mas que tal, meninas, vocês se manifestarem a respeito? O espaço está aberto: LAMPÃO está aqui para isso mesmo. Aproximem-se. (*Idem*, p. 13)

Percebemos no texto de Aguinaldo não apenas uma contundente crítica às feministas que, mesmo tendo meios para atuar, preferiram o silêncio, mas o enunciado de que o jornal se constitui como o espaço próprio para a discussão. Com isso, busca reafirmar seu compromisso real com todas as minorias e deixa um recado bastante claro: se é para se posicionar e protestar em nome das mulheres, que seja de todas elas.

As críticas apresentadas às feministas nas publicações mencionadas aqui comportam, certamente, a visão dos editores. Ao publicizar, o jornal como um veículo próprio assume, também, esse posicionamento. Apesar de homossexuais e mulheres constituírem-se enquanto minorias e estarem caminhando juntos na luta contra a discriminação, as divergências a respeito de determinados aspectos são visíveis e não merecem ficar encobertas. Apesar de, também, demonstrar certa autenticidade ao apontar o erro “entre os seus”, a ideia transmitida pelas leituras é que tais críticas surgem mais em um nível de diálogo e busca de soluções do que em ataques proferidos diretamente. Mesmo quando há o anúncio de práticas condenáveis, o jornal traz para si o título de redutor de um debate que interessa a todos os grupos discriminados. Considerando que as percepções apreendidas do social também produzem estratégias

(CHARTIER, 1990), é plausível afirmar que, ao apontar o dedo, os jornalistas estariam se esforçando para uma aproximação? Talvez, sim.

A escrita deste capítulo permitiu inúmeras percepções a respeito das relações construídas entre o jornal *Lampião da Esquina* e as mulheres. A extensão deste texto denuncia o vasto conjunto de documentos que o impresso construiu e que permitiu elucidar a problemática suscitada durante o projeto de pesquisa. A questão mulheres esteve presente em um espaço significativo de grande parte das edições, sejam elas como protagonistas e autoras dos textos publicados pelo jornal, sejam como objeto da abordagem jornalística dos homens.

A temática se desdobrou em inúmeros assuntos, alguns mais vezes, outros em menor quantidade, mas todos igualmente importantes para compreender as lutas encampadas pelo movimento feminista no período. Em defesa das causas feministas, o impresso realizou todas as denúncias que pôde, assumindo, inclusive, posicionamentos contrários às ações das próprias mulheres como observado em muitas das abordagens. Ao mesmo tempo que se mostrou solidário às lutas que emergiam em diferentes espaços, *Lampião* teceu duras críticas à condução de um feminismo atormentado pelas lideranças de esquerda e pela defesa incontestável de uma luta maior. Nesse sentido, os jornalistas homens focaram nos tensionamentos existentes através das percepções colhidas nas próprias coberturas de eventos que realizaram. Pode-se dizer, por tudo o que foi publicado sobre, que as críticas apresentadas estavam postas com um intuito de sugerir uma direção ao movimento. Uma direção que dialogasse e se apresentasse em consonância com as causas dos outros grupos minoritários, identificando a questão das minorias como uma luta necessária, urgente e de todos. Ou seja, o jornal chamou atenção para a importância do protagonismo dos próprios sujeitos no encaminhamento das lutas políticas. Ao mesmo tempo, cobrou representatividade dos que se encontravam invisibilizados – caso das prostitutas, por exemplo – e denunciou a reprodução de comportamentos que, na essência do movimento feminista, esperava-se combater.

De um modo geral, ao ocuparem espaço, as mulheres falaram sobre suas experiências, a partir da posição social que ocupavam, enquanto sujeitos lutando por liberdade. Para isso, denunciaram aquilo que presenciavam como uma reprodução histórica na sociedade e que, de algum modo, violentava a todas as mulheres. Elas tocaram em temas polêmicos e contraditórios como aborto, prostituição e masturbação, por exemplo, e, com isso, conduziram o jornal a tomar um posicionamento político em defesa da liberdade do corpo, algo tão caro ao próprio conselho editorial.

Em sua totalidade, o jornal estampou homens e mulheres construindo representações em defesa das mulheres e do feminismo, ao mesmo tempo que reportou as contradições

vivenciadas em diferentes arenas. De todas as afirmações possíveis através dos dados, uma é, sem dúvida, evidentemente verdadeira: *Lampião da Esquina* combateu, à sua forma, o machismo que sedimentava o pensamento e as práticas cotidianas e denunciou que esse machismo ganhava forma tanto à esquerda quanto à direita dos posicionamentos políticos.

3. LAMPIÃO DA ESQUINA E AS MINORIAS ÉTNICO-RACIAIS

A construção deste capítulo foge, em medida, àquilo já investigado anteriormente no que diz respeito às discussões suscitadas no jornal *Lampião da Esquina*. A opção por esta análise veio, também, em decorrência desta (in)existência, considerando que grande parte dos trabalhos acadêmicos direcionou o foco à questão das sexualidades, como já dito anteriormente. Questões raciais tiveram uma aparição significativa no interior do tabloide, talvez não tanto como as temáticas relacionadas às mulheres e ao feminismo, mas igualmente passíveis de uma investigação que suscite quais eram os assuntos recorrentes, como se apresentavam as formas de luta e organização dessas populações, a autoria dos textos etc. Ou seja, como *Lampião da Esquina*, um espaço destinado às representações de um mundo social diverso e conflituoso, trouxe a seus leitores aspectos históricos e cotidianos das populações negras e indígenas. Representativo das minorias, como se intitulava, buscou descrever esses grupos como injustamente discriminados em decorrência do racismo sempre vivo no país. Um racismo com origens históricas bastante arraigadas, como escreveu brilhantemente Eduardo Galeano:

A certeza de que alguns povos nascem para ser livres e outros para ser escravos guiou os passos de todos os impérios que existiram no mundo. Mas foi a partir do Renascimento e da conquista da América que o racismo se articulou como um sistema de absolvição moral a serviço da voracidade europeia. Desde então, o racismo impera: no mundo colonizado, deprecia as maiorias; no mundo colonizador, marginaliza as minorias. A era colonial necessitou do racismo tanto quanto da pólvora, e de Roma os papas caluniavam Deus, atribuindo-lhe a ordem de arrasamento. O direito internacional nasceu para dar valor legal à invasão e ao saque, ao mesmo tempo em que o racismo outorgava salvo-condutos às atrocidades militares e dava justificativas à impiedosa exploração dos povos e das terras submetidas. (GALEANO, 1999, p. 46)

Mesmo elaborando diferentes retóricas para reforçar o contrário, um país fundado na linguagem da escravidão está longe de ser um país cordial e tolerante, como afirma Lília Schwarcz (2019). O fato de uma pessoa tornar-se propriedade de outra já é absolutamente execrável ao longo da história da humanidade, entretanto, quando isso se materializa em números infinitamente grandes, o preço a se pagar é de igual proporção. A escravidão mercantil transatlântica a partir do século XVI nos deixou uma ferida que, apesar do tempo, permanece aberta. Ainda de acordo com a autora, a colônia portuguesa recebeu cerca da metade da população negra africana escravizada que desembarcou nas Américas, um saldo de quase 5 milhões de pessoas. Articulado a partir de diferentes discursos – político, econômico, religioso e científico – o racismo sobreviveu a diferentes modelos político-administrativos. Colônia, Império e República, em suas várias fases e faces, acompanharam a situação do negro no Brasil a partir de um olhar racializado, hierarquizado culturalmente, onde o modelo hegemônico que

prescrevia os modos de ser e estar no mundo era importado de uma Europa branca e “civilizada”. Ao mesmo tempo em que foi o último país do Ocidente a pôr fim à escravidão moderna, o Brasil não deu conta de integrar essas populações a políticas públicas de justiça social. A abolição veio através de uma lei “curta e conservadora”, como apontam alguns historiadores, e, por mais significativa que seja no campo da história, não possibilitou o fim de visões e posturas racistas cunhadas séculos antes.

Desde o final da escravidão, os rumos daquele racismo institucionalizado no país percorreram diferentes discursos e práticas. Se não houve no Brasil uma segregação legalizada como o *Jim Crow* no sul dos Estados Unidos ou o *Apartheid* na África do Sul, não significa que ela aqui atuasse com menos força. Talvez aconteça em níveis até mais agressivos, porque velada e, daí, difícil de combater. Termos como mestiçagem e democracia racial não sinalizam na prática aquilo que pretenderam descrever e os dados são fartos para contar como a sociedade brasileira lida com essa chaga herdada da escravidão. Questões essenciais à vida e à dignidade humana como trabalho, moradia, alimentação, acesso à saúde e a tratamento sanitário apresentam-se com defasagem à população negra ou, por vezes, simplesmente não existe. A violência obstétrica e a violência policial recaem com muito mais força sobre essas pessoas e não existe outra palavra para definir tais comportamentos a não ser racismo. E, mesmo com todos os números postos à mesa, o país insiste em negá-lo.

Se sobre a população negra ressoa os diferentes matizes da desigualdade, em relação aos povos indígenas não há muito o que comemorar. Desde o início da colonização essas populações sofreram a violência em suas diversificadas atuações. Perseguição, doenças, escravidão, perda de território, tentativa de assimilação, entre tantos outros modos de operacionalizar o racismo contra os índios, contribuíram para um verdadeiro genocídio em solo brasileiro. As populações da costa foram praticamente extintas com a chegada dos europeus e as cruzadas bandeirantes Brasil adentro não merecem ser lembradas pelo desbravar das florestas, mas pelo extermínio em massa dos índios. Se em determinado momento a Igreja determinou que a escravização indígena deveria ser abolida, em localidades interioranas onde a presença de africanos não chegava, a mão de obra indígena foi amplamente utilizada. E junto com a escravização, todos os efeitos destrutivos que essas relações trazem junto de si. Grupos inteiros foram dizimados sob o pretexto de uma civilização necessária nos trópicos. Suas culturas, interpretadas pelos colonizadores como atrasadas e avessas ao progresso, foram representadas ao longo dos séculos a partir de uma visão absolutamente etnocêntrica, o que contribuiu ainda mais para uma real eliminação.

Passaram-se mais de 500 anos desde Cabral e o tempo não foi capaz de romper com o pensamento discriminatório relacionado aos nossos povos tradicionais. Eles compõem o cenário da desigualdade, permanecendo na base da pirâmide social e submetidos a investidas diretas, seja do Estado ou da sociedade, sobre suas terras, seus modos de vida e suas lutas políticas. Todas essas relações exercem violência e fazem das populações indígenas sujeitos minoritários. São minoria em números quantitativos, pois, embora tenha ocorrido um crescimento populacional desses povos nos últimos anos, é um número diminuto se comparado com as populações habitantes no século XVI, e igualmente minoria em termos de participação política nos espaços onde se decide o poder.

Mesmo que, numericamente, a população negra concentre a maioria dos brasileiros, negros e indígenas constituem-se enquanto minorias no sentido “sociológico, quando se refere a grupos oprimidos, marginalizados ou estigmatizados.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 12). São essas “minorias raciais” apresentadas por *Lampião da Esquina* em muitas oportunidades que merecem a atenção neste capítulo.

Como discutido no capítulo anterior, a década de 1970 foi a década da explosão do movimento feminista, mas não só. Importante considerar que, também, os movimentos indígena e negro se organizaram politicamente e trouxeram a público as denúncias de uma herança secular, escancarando que um país colonial é um país racista (FANON, 2011). *Lampião da Esquina*, em muitos números, denunciou o racismo presente de diferentes formas e em diferentes espaços e buscou a interlocução com o Movimento Negro Unificado para as publicações no jornal. Tentou, do mesmo modo, abarcar as discussões que circulavam em torno das populações indígenas e, mesmo em menor número, alguns exemplares contribuíram para este debate. Resta entender como tudo isso foi apresentado pelo jornal e como se deu a relação do mesmo com as causas étnico-raciais, importantes para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Para a elaboração do texto, recorro à mesma metodologia utilizada para analisar as relações construídas entre o jornal e as mulheres. A saber: selecionei os textos publicados nas seções *Opinião*, *Esquina*, *Ensaio* e *Reportagem*, como mostram as tabelas em anexo – anexos B e C, compreendendo ser as seções de maior visibilidade e com as discussões mais densas no interior do impresso. As representações construídas a respeito destas populações adquirem uma função simbólica (CHARTIER, 1990) ao passo que informam ao público uma das apreensões do real e, certamente, pela postura e identidade construída por *Lampião*, é também uma apresentação focada na luta contra a discriminação. No conjunto de prioridades, diálogos, confrontos, presença ou ausência, é imprescindível compreender quais são as discussões mais

recorrentes e os posicionamentos adotados. É neste capítulo, ainda, que aponto alguns dos textos publicados pelo jornal em que se apresentam elementos em perspectiva interseccional, principalmente quando se pensou a situação da mulher negra, como anunciado no capítulo 1.

3.1 NEGROS: UMA MINORIA MAIORITÁRIA

Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior: Nós o tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite. (NELSON RODRIGUES)

Se a tônica da violência do machismo era um ponto de união entre as mulheres e os homossexuais, ou entre o jornal *Lampião da Esquina* e os movimentos feministas, o mesmo não é possível afirmar na relação construída com os negros. Mesmo que afirmasse em muitas oportunidades a necessária coalizão entre todas as minorias, sexuais e raciais, é perceptível que este impresso estabeleceu um diálogo bem mais avançado com as mulheres e com o feminismo. Fato que é possível confirmar no número de publicações a respeito de cada um dos temas e, também, no número de vezes que os próprios integrantes do conselho editorial publicaram sobre. Duas considerações podem explicar tal desproporção. Primeiro, o jornal transitava em sua essência pelos campos da sexualidade e da luta contra as discriminações sexuais. Com isso, as mulheres poderiam se tornar grandes aliadas na causa e, talvez nesse sentido, tenham contribuído em maior número. Ao mesmo tempo, os conselheiros e colaboradores homossexuais puderam falar com certa propriedade sobre o machismo e as violências arraigadas em uma cultura patriarcal que os colocavam, também, à margem da igualdade imaginada pelas mulheres. Em segundo lugar, uma questão a ser observada é a força que pode adquirir a representatividade nos espaços de representação. Dos onze conselheiros editoriais fundadores do jornal e responsáveis pelas publicações, apenas um deles era negro, o jornalista Adão Acosta. Um é melhor que nenhum, diriam os otimistas. Porém, mesmo com a presença de Adão Acosta, das matérias encontradas sobre os negros e sobre o racismo, apenas uma delas é assinada por ele. Não podemos sinalizar sua atuação dentro do conselho; indiretamente ele poderia ter influenciado tanto na escolha das temáticas levantadas quanto na escolha dos colaboradores a fazê-las. No entanto, a ausência de seu nome nelas, recebe uma explicação plausível pelas palavras do jornalista João Carlos Rodrigues que, em entrevista ao Documentário *Lampião da Esquina*, afirma:

O Adão Acosta era o único negro. Mas digamos que eu era, assim, mais radical nas posições políticas, algumas, e ele menos. Mas não é que ele fosse a favor de entrar em acordo com os racistas, não era isso, mas ele achava que a luta podia ser feita de uma maneira menos politizada, digamos assim. E, também, que o lado show business, também era uma forma de luta. E é também, eu acho. Já achava na época e hoje eu acho mais ainda. (RODRIGUES, 2016).

Mesmo que não houvesse, portanto, dentro do Conselho uma representatividade atuante da causa negra, *Lampião* não se furtou a este debate, nem desconsiderou importantes acontecimentos ocorridos durante sua militância jornalística. Pôde, assim, mostrar ao público leitor seu compromisso, um tanto de vezes ressaltado, com todos os grupos oprimidos.

A luta da população negra caminha lado a lado com a história do país. Mesmo na condição de escravizados, inúmeros afrodescendentes visibilizaram sua agência enquanto sujeitos históricos empreendendo lutas para enfrentar um sistema repressivo. Por aqui, lembra Schwarcz (2019, p. 29),

escravizados e escravizadas reagiram mais, mataram seus senhores e feitores, se aquilombaram, suicidaram-se, abortaram, fugiram, promoveram insurreições de todo tipo e revoltas dos mais diferentes formatos. Também negociaram seu lugar e condição, lutando para conseguir horas de lazer, recriar seus costumes em terras estranhas, cultivar seus deuses e realizar suas práticas, cuidar de suas lavouras, e trataram de preservar suas famílias e filhos.

A resistência que determinou a vida de muita gente durante a Colônia e o Império precisou continuar mesmo com o fim do regime escravocrata. Não foi a Lei Áurea responsável por apagar o racismo imprimido no imaginário coletivo brasileiro, nem significou o fim da desigualdade no acesso a direitos e dignidade. Pouco mais de um ano após a proclamação da Lei, em 1889, a República mostrava suas caras, mas sem grandes perspectivas de mudança às vidas que carregavam na pele o estigma da cor. As teorias científicas deterministas que apelavam a um “Darwinismo Racial”, justificaram um branqueamento forçado da população através da política de imigração branca. Mais a frente no tempo, na década de 1940, criou-se ou difundiu-se o que hoje os cientistas sociais denominam “mito da democracia racial”, impondo a visão de um país sem conflitos entre as raças, porque teria a escravidão administrada pelos portugueses sido mais branda que em outras colônias escravocratas, como nos Estados Unidos, por exemplo, e a mestiçagem – fruto dessas relações “harmônicas” – teria sido uma contribuição positiva à cultura e às relações sociais dos brasileiros. Ativistas negros como Lélia Gonzalez (1982; 2019) e Abdias Nascimento (1978) tecem duras críticas ao “desserviço” que

tal pensamento prestou à comunidade negra no Brasil, mascarando o racismo estrutural que avança de todos os lados sobre essas pessoas.

Todas essas questões aparecem no jornal e serão pontuadas neste capítulo. Cito-as para lembrar que, desde sempre, para as pessoas negras foi preciso resistir. Petrônio Domingues (2007) traz “alguns apontamentos históricos” sobre o Movimento Negro no Brasil, lembrando que durante a República foram instrumentalizadas diferentes formas de atuação cultural e/ou política. Centros, associações, grupos de discussão, “imprensa negra” e a consolidação de um movimento unificado formaram um conjunto de mobilizações que denunciaram o racismo e atuaram em diferentes frentes pela conquista de direitos. Um movimento que, segundo ele, “vem se caracterizando pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta a favor da integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira.” (DOMINGUES, 2007, p. 122).

O ano de 1978, início de *Lampião da Esquina*, foi o ano em que se consolidou o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que mais tarde se tornaria Movimento Negro Unificado (MNU)³³. Um fato histórico para a trajetória do Movimento Negro no Brasil, sua criação foi recebida com entusiasmo pelo jornal que buscava, naquele momento, estabelecer contato e divulgar as lutas políticas travadas pelos negros a partir desta organização.

A despolitização do conselheiro Adão Acosta, citada por Rodrigues, foi, assim, preenchida por outros nomes igualmente importantes e com fecunda capacidade analítica. O jornalista, teatrólogo e ativista negro Rubem Confete³⁴ assinou grande parte das publicações realizando potentes análises a respeito da causa negra. João Carlos Rodrigues que, apesar de branco era “radical nas posições políticas”, contribuiu com o debate de modo significativo e o próprio Movimento Negro Unificado que teve textos publicados nas páginas do jornal.

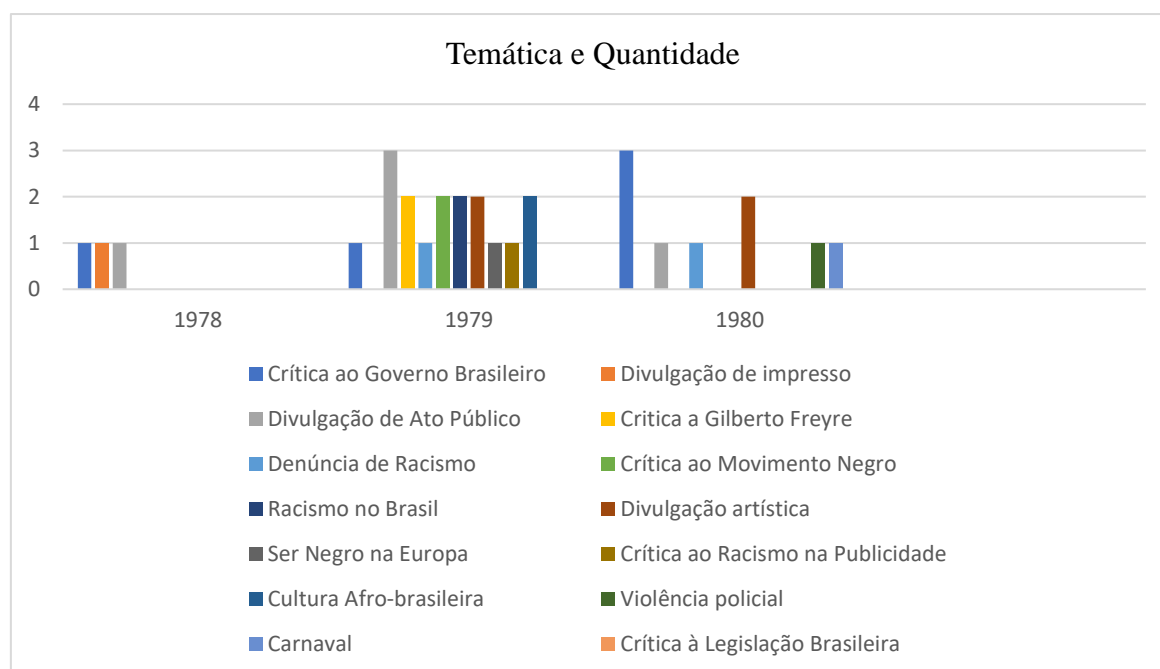
³³ A criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) ocorreu em julho de 1978 através do ato público na cidade de São Paulo. No mesmo mês, acrescentou-se a palavra negro ao nome do movimento, tornando-se Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e no ano seguinte, em 1979, reduziu-se a Movimento Negro Unificado (MNU), como aponta Pereira (2010). Para o autor, a formação do Movimento “parece ter sido responsável pela difusão da noção de ‘movimento negro’ como designação genérica para diversas entidades e ações construídas a partir daquele momento.” (PEREIRA, 2010, p. 165). A escritora Lélia Gonzalez (1982) afirma que não existe um movimento negro, mas vários, porque abrangem múltiplas variantes e complexidades. No entanto, lembra ela, se fala em Movimento Negro “exatamente porque está apontando para aquilo que o diferencia de todos os outros movimentos, ou seja, a sua especificidade.” (GONZALEZ, 1982, p. 19).

³⁴ Mais sobre o autor, ver: Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/rubem-confete/biografia>>.

A cantora Lecy Brandão talvez tenha sido a pessoa negra mais visibilizada por *Lampião*, e isso se dá, em grande parte, pelo fato de Lecy ser homossexual e representante da “Música Popular Entendida” (LAMPIÃO DA ESQUINA, novembro de 1978, n. 06, p. 10). Essa é a questão que mais parece interessar aos editores quando entrevistam a cantora ou quando escrevem sobre ela. Porém, mesmo que a questão negra não fosse o foco na maioria das publicações sobre Lecy, ela aparece imbricada no interior das discussões. Lecy lembra o quanto foi difícil aparecer nas páginas do jornal. À época, compositora da Mangueira, foi duramente criticada por pessoas que levaram *Lampião* aos dirigentes da escola de samba cobrando explicações pelo fato de ela ter concedido entrevista a um jornal que “era discriminado”. “Você dar entrevista para o Lampião era um negócio que era muito complicado.” (BRANDÃO, 2016).

Entre diálogos e permissões, *Lampião da Esquina* foi aos poucos aderindo às questões raciais, direcionando um outro olhar para a população negra diferente daquele estigmatizado através de uma discriminação histórica. Nas edições em que a temática negra surgiu, ela é apresentada a partir de diferentes abordagens, mas todas, sem exceção, tocam de alguma forma no racismo como um mal a ser combatido. O gráfico abaixo está sustentado com os dados obtidos na tabela – anexo B – e pontua a partir de qual ponto cada publicação traçou suas considerações.

Gráfico 3 – Quando os negros aparecem



“A dor de aprender que não podemos controlar nossas imagens, como nos vemos [...] ou como somos vistos, é tão intensa que isso nos esotraalha. Isso destrói e arreventa as costuras de nossos esforços de construir o ser e de nos reconhecer.” (HOOKS, 2019, p. 35). Ao encontro das considerações da escritora estadunidense está a luta para reinventar as formas como as pessoas negras são representadas em diferentes espaços. Teria *Lampião da Esquina* conseguido romper com esse fio condutor da representação ao abordar a questão negra em suas páginas? As análises que seguem tentam dar uma resposta a esta indagação.

3.1.1 Um começo tímido não deixa de ser um começo

O desejo de, também, construir uma relação com a minoria negra fica evidente desde a primeira edição de *Lampião da Esquina*, quando fala dos grupos oprimidos que encontrariam espaço no jornal. No entanto, diferente do que aconteceu com as mulheres, por exemplo, esse contato não foi estabelecido logo na chegada, o que não significa que o jornal tenha deixado de falar sobre o assunto num primeiro momento. Mesmo que timidamente, aconteceu a manifestação.

Em maio de 1978, a edição número 01 iniciou um caminho que seria trilhado com afincos mais a frente quando, de fato, as discussões a respeito do racismo, principalmente, tomariam fôlego em várias edições. Em uma pequena nota na seção *Esquina*, Aguinaldo Silva constata que “Gente negra é puro folclore”. A justificativa está amparada pelas “comemorações” aos 90 anos da abolição da escravatura em que ele se pergunta qual será o espaço encontrado na grande imprensa para tal lembrança, visto que há um ano os grandes jornais haviam publicado inúmeros materiais “para destacar as comemorações em torno dos aniversários das colonizações italiana e alemã no Sul do país; a imigração japonesa também já mereceu um espaço grande.” (LAMPÃO DA ESQUINA, maio de 1978, n. 01, p. 08). Mais do que simplesmente “alfinetar” a grande imprensa por suas posições reacionárias, uma de suas características mais evidentes, Aguinaldo Silva lembra do espaço reservado aos negros na esfera estatal: “no Rio, o Ministério da Educação só encontrou um meio de lembrar a data: realizando um seminário sobre a ‘Contribuição do Negro ao Folclore Brasileiro’. [...] Após 90 anos de liberdade oficial, o negro continua a ser um incidente puramente folclórico na formação étnica-nacional.” (*Idem*, p. 08).

As culturas africanas e afro-brasileiras sempre sofreram retaliações em solo brasileiro. Com forte influência católica, as manifestações religiosas, artísticas e culturais vindas com as populações escravizadas foram em grande parte associadas à inferioridade, a atos de rebeldia e insurreições, tornando políticas de Estado seus silenciamentos através da imposição. Com isso,

relações de poder foram assimetricamente marcadas e difundidas em toda a sociedade. A folclorização da cultura negra a que Aguinaldo Silva se refere ao citar o evento promovido pelo Ministério da Educação encontra uma explicação na análise de Abdias Nascimento (1978, pp. 114-122). O Autor lembra o quanto de “desprezo e desdém” é direcionado à cultura de matriz africana pelas elites intelectuais brancas que buscam na arte clássica europeia justificativas a um racismo alimentado ao som desses discursos. No entanto, lembra ele, o mesmo racismo impregnado nestas avaliações faz com que o comércio de uma folclorização inventada devolva rentabilidade a seus propagadores. Ao citar as obras literárias consagradas do escritor Jorge Amado e a representação da cultura negra através de personagens caricaturizadas, Abdias Nascimento argumenta:

A redução da cultura africana ao *status* de vazio folclore não revela somente o desprezo ao negro da sociedade vigente, branca como também exibe a avareza com que essa sociedade explora o afro-brasileiro e sua cultura com intuítos lucrativos. Pois embora a religião e a arte sejam tão ridicularizadas e folclorizadas, elas constituem valiosas e rentáveis mercadorias no comércio turístico. Nesse caminho as manifestações religiosas negras tornam-se "curiosidades" para entreter visitantes brancos. A folclorização dá um passo em frente ao desenvolver outra etapa do tratamento dispensado à cultura afro-brasileira pela sociedade dominante: a sua *comercialização*. (NASCIMENTO, 1978, p. 118).

Essa visão absolutamente europeizada do que é cultura e suas produções foram, implicitamente, apontadas no texto de Aguinaldo Silva. Com crítica à grande imprensa e ao Estado brasileiro pelo silenciamento imputado à questão negra, *Lampião da Esquina* deu o pontapé inicial, tímido, mas importante para o que viria.

Na história da República brasileira, o processo de luta contra o racismo atuou através de diferentes espaços e formatos. A “imprensa negra” muito contribuiu com a difusão de valores políticos e culturais, participando e divulgando importantes debates que certamente auxiliaram na conscientização sobre a discriminação racial no país. Para Domingues (2007, pp. 14-15), nos primeiros tempos republicanos tal imprensa teve capacidade concreta de “reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o “preconceito de cor”, como se dizia na época. [...]tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo.” Acontece que, ainda segundo o autor, o século XX no Brasil foi preenchido pela escalada de governos autoritários – Getúlio Vargas com o Estado Novo e os militares com a ditadura militar implementada a partir de 1964 – que, por consequência da repressão, desmobilizaram a organização de grupos e atores políticos com causas consideradas

contraventoras. O silenciamento forçado impediu que a imprensa negra, por exemplo, conquistasse um espaço de atuação contínua ao longo desse período. (DOMINGUES, 2007). No entanto, o respiro vindo com promessa da redemocratização no país na década de 1970, de alguma forma, chegou até a comunidade negra que começava mais uma vez sua (re)organização.

Em junho de 1978 *Lampião da Esquina* divulgou a existência de um impresso negro, o *Tição* de Porto Alegre (RS), noticiando que “os negros já falam”. Em texto curto, Adão Acosta conseguiu reunir muitas informações a respeito não apenas do impresso, mas dos “avanços” que o mês de maio e os 90 anos da abolição trouxeram à questão racial no Brasil.

1978 parece ser um ano muito promissor para a realidade brasileira, ao menos ao que diz respeito especificamente ao negro. Exatamente 90 anos depois da Abolição parece que a conscientização do problema do negro na nossa sociedade está começando a merecer maior atenção. [...] a grande imprensa publicou muitos artigos abordando esta problemática, destacando-se as reportagens das revistas *Isto É* e *Veja*. E por incrível que pareça o jornal *New York Times* [...] publicou reportagem a respeito da posição do negro no Brasil [...] com o título: Muitos Negros são expulsos do “Paraíso” Racial do Brasil. (LAMPIÃO DA ESQUINA, junho 1978, n. 02, p. 05).

O ano de 1978 era fatalmente sacudido por uma agitação política. Na edição anterior, a de maio, Aguinaldo Silva indagava qual seria a cobertura da grande imprensa à data (13 de maio). Teriam os grandes veículos lido a nota e, de alguma forma, tentado responder? É possível que sim, visto que o jornal já surgiu fazendo “sucesso” e sendo lido por muita gente “importante” como lembram os editores em entrevista ao documentário *Lampião da Esquina* (2016). Se o jornal pedia justiça às minorias, é esperado que ele a fizesse quando solicitada, daí as palavras de Adão Acosta referindo-se às publicações feitas pelas revistas brasileiras, notoriamente em um tom de reconhecimento.

A criação da Revista *Tição*, “a qual se dedica totalmente ao negro do Rio Grande do Sul procurando dar voz a essa minoria” (LAMPIÃO DA ESQUINA, junho de 1978, n. 02, p. 05), é anunciada em tom de contentamento por Acosta que resolve repostar parte do texto que compõe a revista, obtido em entrevista concedida por Gerardina à *Tição*:

[...] uma educação dirigida apenas ao negro, criaríamos um problema muito sério de isolamento. [...] O negro tem que viver, ser educado com a mesma liberdade do brasileiro. Ele não vai crescer como negro, mas como brasileiro. Um dos motivos pelos quais o negro não se desenvolve é ele mesmo, não podemos botar as culpas só

no branco. O negro assim que melhora de vida, deixa de cumprimentar o próprio irmão. (*Idem*, p. 05).

Sem nenhuma crítica, a transcrição das palavras da entrevistada certamente foram propositais. Da tal culpabilidade negra poderíamos remeter ao pensamento de Frantz Fanon sobre a identificação do dominado com o dominador quando pontua que, por não existir uma outra solução, “o grupo social racializado tenta imitar o opressor e com isso desracializar-se.” (FANON, 2011, p. 279). Entretanto, no conjunto da fala transcrita fica implícita uma exposição das possíveis construções conjuntas para além da fronteira da cor: “não podemos tratar do negro com exclusividade, temos que falar de brasileiros” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, junho de 1978, n. 02, p. 05) parece estar muito mais direcionado à compreensão que *Lampião da Esquina* possuía a respeito da urgência do diálogo entre os grupos discriminados, o reconhecimento das gaiolas que aprisionam comumente, lembrado em edição anterior, do que à subestimação da existência do racismo. O jornal estaria, assim, apresentando implicitamente sua abertura ao diálogo e à participação negra nas publicações, como aconteceu com as mulheres.

Passados dois meses, Aguinaldo Silva e João Silvério Trevisan voltam à temática negra na edição número 04 cobrindo um acontecimento importante para a comunidade negra. “A praça é dos negros” ocupa a *Esquina* com uma entrevista concedida pelo sociólogo Clóvis Moura, à época, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), conversando sobre o ato público que se consagrou como a nascença de um Movimento Negro Unificado. “Cerca de três mil pessoas participaram do ato público nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, agosto e setembro de 1978, n. 04, p 06).

Ao jornal, Clovis Moura explica os precedentes do ato convocado por diferentes entidades negras que, mesmo com posicionamento opostos, tinham naquele momento uma motivação para tal: “a discriminação de quatro atletas negros no Clube Tietê e o assassinio de Robson Teixeira da Luz (numa dependência policial).” E “o fato fundamental que determinou essas arbitrariedades foi o racismo, a discriminação.” (*Idem*, p. 06). A manifestação teria sido decidida em assembleia onde, também, decidiu-se pela continuação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial.

A tomada de uma decisão como essa, de ir a público protestar naquele contexto, não foi uma tarefa fácil. Mas o medo da repressão policial e as divergências internas sobre a necessidade ou não de manifestação pública cederam espaço à mobilização onde o negro “perdeu o medo” e “descobriu que podia ir à praça pública.” (*Idem*). Sobre este ato “inaugural”,

a ativista Lélia Gonzalez (1982, p. 48) escreveu: “faltava esse 7 de julho, garantia simbólica de um movimento negro de caráter universal.”

Clovis Moura responde a muitas perguntas feitas por Trevisan e Aguinaldo Silva, aparentemente com muita tranquilidade. Em uma delas Aguinaldo questiona como foi resolvido o problema das “rivalidades” para a criação do Movimento. Com objetividade, Clovis argumenta ter sido a prática e a “conclusão de que as entidades não poderiam protestar isoladamente, talvez até por receio. A gente sentiu a necessidade de fazer a unificação, para que se pudesse encaminhar o protesto. [...] agora todas trabalham de acordo com um programa comum.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, agosto e setembro de 1978, n. 04, p. 06).

A importância que adquire a formação de um grupo unificado na representação das lutas sociais e políticas a serem travadas é inegável. Vai ao encontro das proposições de Pierre Bourdieu quando afirma tratar-se de “um signo que fala, que, enquanto porta voz, pode dizer o que é, o que faz, o que representa, o que imagina representar.” (BOURDIEU, 2004, p. 191). De acordo com Clovis, foi preciso deixar de lado as divergências e unificar em prol de um objetivo comum e, quando questionado por Trevisan do porquê “só agora”, explica:

Bom, o problema do negro não está diversificado dos problemas da sociedade brasileira no seu conjunto. Nós vemos que o problema do negro está também ligado ao problema da democracia e dos direitos do ser humano. No Brasil nunca o negro – e nenhum segmento reprimido – teve liberdade; e também nunca houve democracia, já que esta existia apenas para alguns. [...] Porque na medida em que não há democracia a opressão sobre determinados grupos se manifesta de maneira ainda mais violenta, e o racismo começou a se manifestar violentamente. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, agosto e setembro de 1978, n. 04, p. 06).

Clovis ainda lembra o desenvolvimento nas cidades e a criação de uma pequena burguesia negra urbana que, mesmo em pequeno número, entra nas universidades e lá toma consciência do lugar ocupado na sociedade. Todo esse cenário, lembra ele “ajudou a fazer o negro despertar para o seu problema.” (*Idem*, p. 06).

Junto àquilo que emergia no ambiente nacional, o contexto internacional dispôs certa influência para as lutas que se erguiam por aqui. Petrônio Domingues recorre aos fatores externos que obtiveram forte repercussão entre a militância negra brasileira para explicar o processo de politização. A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos com a projeção de lideranças como Martin Luther King, Malcon X e os Panteras Negras e a descolonização de países africanos, especialmente os de língua portuguesa (Guiné Bissau, Moçambique e Angola) ecoavam entre os negros brasileiros. Tudo isso contribuiu “para o Movimento Negro Unificado

ter assumido um discurso radicalizado contra a discriminação racial.” (DOMINGUES, 2007, p. 112).

O ato ocorrido nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo contou com a leitura de uma carta aberta à população, citada por Lélia Gonzalez. A carta “Contra o racismo” emocionou os presentes por denunciar a situação do negro no Brasil e afirmar a luta antirracista como uma prática urgente.

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia!
Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra.
Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro!
[...] O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. Este Movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo. (MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL apud GONZALEZ, 1982, pp. 48-49).

Lampião da Esquina trouxe para seus leitores a divulgação de um ato estritamente político para a comunidade negra brasileira. A partir de 07 de julho de 1978, os negros puderam presenciar diferentes ações na defesa de seus direitos organizadas por um movimento que, segundo Gonzalez, não teve em sua fundação “a participação de nenhuma grande personalidade, mas resultou do esforço de uma negrada anônima, dessas novas lideranças forjadas sob o regime ditatorial militar.” (GONZALEZ, 1982, p. 42). Estava, naquele momento, consolidado o que logo depois foi batizado de Movimento Negro Unificado (MNU).

Durante as cinco primeiras edições, de alguma forma, o jornal *Lampião* dedicou espaço à temática negra. No entanto, depois daí, houve um hiato de tempo para que se recuperasse novamente a questão nas discussões promovidas pelo impresso. Apenas quase um ano após o ato considerado fundador do Movimento Negro Unificado é que o jornal busca, novamente, motivos para solicitar a presença negra em suas páginas. Uma mistura de intimação e constrangimento retomaria o assunto em junho de 1979, na edição número 13.

3.1.2 Abdias Nascimento: um acontecimento

Durante os últimos anos muitos teóricos e teóricas negras da história do país têm sido lembrados tanto pela militância dos movimentos quanto pelas próprias universidades que formam a intelectualidade. Isso se deve, entre outras coisas, à obrigatoriedade do ensino da

história e da cultura africana e afro-brasileira no âmbito da educação básica, “políticas que promovem o orgulho e a compreensão de uma história mais plural.” (SCHWARCZ, 2019, p. 38). Ao revisitar o passado e, também, passeando pelo presente, percebe-se que o Brasil tem acúmulo de debates pensados e escritos por intelectuais negros que, ao sentir na pele, perceberam e denunciaram o racismo estrutural neste país. Entre tantos grandes nomes, Abdias Nascimento (1914-2011) certamente é um dos mais reconhecidos e estudados no campo das relações étnico-raciais. Teatrólogo, professor, escritor e ativista pelos direitos da população negra, Abdias Nascimento caminhou com a luta antirracista em praticamente todo o século XX brasileiro. Com o cerceamento das liberdades promovido pela ditadura militar, o escritor precisou exilar-se nos EUA onde teve contato com importantes personalidades do ativismo negro norte-americano e, também, acabou conhecendo e participando do movimento pan-africanista³⁵. Seu currículo de militância fazia dele uma liderança admirada dentro da comunidade negra, como lembra Gonzalez (1982, p. 30):

Sem nunca abandonar sua militância, ele iria enriquecê-la no exterior, continuando sua denúncia do racismo brasileiro (nesse sentido, vale não esquecer que suas acaloradas discussões com exilados brasileiros muito contribuíram para que estes, além de outras experiências vividas lá fora, retornassem ao Brasil com um novo entendimento da questão negra).

O prestígio de Abdias chegou até a redação de *Lampião da Esquina* como um divisor de águas na atuação do jornal ao pautar a questão negra em suas publicações. Em agosto de 1979, Abdias Nascimento ocupou grande parte do número, visibilidade já exposta na capa que apresentava a edição número 15.

³⁵ Informações recolhidas do site *Museu Afro Brasil*.

Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/12/10/abdias-nascimento>. Acesso em: 24 de abril de 2020.

Figura 10: Capa do Jornal *Lamplão da Esquina*, edição nº 15.



Fonte: Jornal *Lamplão da Esquina*, agosto de 1979.

A presença de Abdias Nascimento no jornal não surge ocasionalmente, é preciso entender o porquê da concessão da entrevista. Antes de acontecer esse encontro, *Lamplão da Esquina* cobrava: por onde andariam os negros que não apareciam para jornal?

“E o negro é ‘beautiful’?” perguntava em reportagem João Carlos Rodrigues no mês de julho daquele ano. O motivo estava posto: “a forma de luta adequada ainda não surgiu.” (LAMPÃO DA ESQUINA, julho de 1979, n. 14, p. 08). Com apontamentos sobre o histórico da cultura negra e da atuação negra no país ao longo dos anos, ele questiona a falta de um movimento de massas naquele momento histórico.

As formas mais recentes de afirmação do negro brasileiro não têm logrado entusiasmar as massas. Todas, sem exceção, não ultrapassaram elites diminutas. [...] Mesmo essas associações de elite não se entendem entre si. [...] Isso só faz atravancar o combate aos preconceitos. [...] Esse contato deve ser estabelecido de baixo para cima ou teremos apenas mais um efêmero movimento de classe média – só que dessa vez negra.

Em geral, quando uma minoria quer ser aceita pela maioria, termina adotando a moral vigente. Algo como “olhai, nós também somos cidadãos respeitáveis’... (Idem, p. 08).

Após a crítica, Rodrigues lança a isca com a tentativa de estabelecer a união entre os dois grupos: “Talvez seja esse rancor moralista e obsoleto que até o momento tenha mantido os negros longe de Lâmpião, jornal aberto a todas as minorias. [...] estamos aí! Que não se encolham por falta de convite. Sem chauvinismos.” (Idem, p. 08). Agressivas e, ao mesmo tempo objetivas, as palavras surtiram efeito; a próxima edição traria Abdias sentado ao lado dos editores³⁶.

Figura 11: Fotografia publicada em reportagem. *Lâmpião da Esquina*, edição nº 15.



Fonte: Jornal *Lâmpião da Esquina*, agosto de 1979, p. 10.

João Carlos Rodrigues e Silvério Trevisan explicam a importância de uma entrevista com Abdias para o jornal *Lâmpião da Esquina*. Rodrigues expõe as razões:

O Abdias como um líder muito radical e muito influente, se o Abdias não quisesse ou se o Abdias não desse o aval, digamos assim, iria prejudicar muito a aproximação entre os lados. O Abdias foi um ato de inteligência política não só do Lâmpião quanto do Abdias. Ele não teve nenhum problema, não mostrou o menor preconceito, entendeu? Foi uma entrevista. (LÂMPIÃO, 2016).

³⁶ Para Pierre Nora (1995, p. 83), “no interior de sua categoria bem marcada, o acontecimento se faz assinalar por sua importância, a novidade da mensagem, tanto menos indiscreto quanto menos banal.” Ao descrever a presença de Abdias Nascimento em reportagem como um “acontecimento”, refiro-me ao modo como o encontro foi apresentado pelo conselho editorial do jornal. O que, para alguns, poderia significar uma simples entrevista, o espaço ocupado e as referências elaboradas sobre fato compõem uma publicidade que dá forma à produção desse acontecimento, tornando-o histórico porque, através do jornal, conhecido (NORA, 1995).

E Trevisan complementa afirmando que “era muito importante, [...] levava a uma discussão política semelhante à questão da homossexualidade” (LAMPIÃO, 2016).

A apresentação que o jornal faz da reportagem (entrevista) detalha os precedentes deste encontro. “Esta foi a mais catimbada de todas as entrevistas que nós fizemos.” (LAMPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 10). O Instituto de Pesquisas da Cultura Negra teria decidido procurar o jornal após a leitura do artigo “E o negro é beautiful?”. O próprio autor do texto, João Carlos Rodrigues era amigo de Abdias e “procurou-o para falar do LAMPIÃO e de nossa intenção de abrir espaço para todos os ‘grupos estigmatizados’.” (*Idem*, p. 10). Caracterizando o ativista como visionário, o jornal lembra que durante três horas e, mesmo com gripe fortíssima, o criador do Teatro Experimental Negro³⁷ respondeu a todas as perguntas. Suas respostas renderam transcrição para três páginas completas do tabloide³⁸.

Antes de elencar as percepções de Abdias Nascimento acerca da questão negra no Brasil gostaria de, brevemente, voltar à capa do jornal e à escolha de um dos títulos chamando à leitura: “Democracia racial é o governo da minoria branca”. O conceito de democracia racial acompanha tanto as publicações do jornal, desse número em diante, como as discussões de teóricos que surgem como referencial nesta pesquisa, por isso é importante compreendê-lo como uma construção datada. Nas páginas seguintes me deterei a este assunto para, mais a frente, no mesmo tópico retornar à entrevista .

É de Guimarães (1995, p. 31) a prerrogativa de que “toda e qualquer hierarquia social [...] faz apelo a uma ordem natural que a justifique.” A partir dela, podemos compreender como se deu/dá a construção do racismo, essa existência que modela profundamente a constelação social (FANON, 2011). O debate sobre o conceito de “raça” acompanhou a história da modernidade. Ao buscar justificativas biológicas para a hierarquização das relações sociais entre as pessoas, inúmeros estudiosos, a partir do século XVIII, apontavam traços físicos característicos às diferentes populações, os quais determinariam sua relação com o meio. Tais teorias, também denominadas de “darwinistas- raciais”, atribuíam ao biotipo humano “distintas capacidades físicas, intelectuais e morais” (SCHWARCZ, 2019, p. 30), ou seja, teorias que presas à biologia ditavam o social. O professor Kabengele Munanga explica o significado de tal cientificismo para a população negra:

³⁷ No livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (1978), Abdias Nascimento discorre sobre a criação Teatro Negro Experimental (TEN) e a importância do mesmo na luta antirracista.

³⁸ A entrevista completa de Abdias Nascimento para a edição de número 15 do jornal pode ser acessada diretamente através do link: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/19-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-15-AGOSTO-1979.pdf>>.

O maior problema não está nem na classificação como tal, nem na inoperacionalidade científica do conceito de raça. Se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico

Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e consequentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e consequentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2003, s/p.).

Embora, ainda segundo Munanga, com o tempo tais estudos perdessem a capacidade de responder às injustas relações sociais a partir de critérios biológicos, o imaginário construído foi bastante sólido, a ponto de serem recuperados mais a frente por nacionalismos nascentes como o nazismo alemão de Adolf Hitler. Constatado “nada ter de biológico”, raça “é um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação” (*Idem*). É no caldo de tais discussões, sobre a existência das raças, que surgiu no Brasil o conceito “democracia racial”, difundindo o pensamento de que por aqui as raças branca (europeia), negra (africana) e amarela (indígena) conviviam sem grandes conflitos, num processo de mestiçagem pacífica e em compadrias relações.

Lília Schwarcz (2019, pp. 16-17) escreve sobre a difusão do conceito e suas aplicações. Vários autores, lembra a historiadora, escreviam desde o final do século XIX sobre os três povos formadores do país, sobre a mistura das três raças que assinavam a identidade da brasilidade. Porém, teria sido o sociólogo Gilberto Freyre o responsável por consolidar e difundir tal interpretação a partir dos clássicos *Casa Grande e Senzala* (1933) e *O mundo que o português criou* (1940). Assim, “se foi o antropólogo Artur Ramos (1903-49) quem cunhou o termo ‘democracia racial’ e o endereçou ao Brasil, coube a Freyre o papel de grande divulgador da expressão, até mesmo para além de nossas fronteiras.”

As obras de Gilberto Freyre serviram de base substancial para que a Unesco financiasse estudos a fim de corroborar com a ideia de um Brasil amistoso, porque fruto da mestiçagem. O resultado de tal estudo liderado por Florestan Fernandes comprovou exatamente o contrário. “Para o sociólogo paulista, o maior legado do sistema escravocrata, aqui vigente por mais de

três séculos, não seria uma mestiçagem a unificar a nação, mas antes a consolidação de uma profunda e entranhada desigualdade social.” (SCHWARCZ, 2019, pp. 17-18).

Guimarães (1995, p. 26) aponta como o conceito se enraizou na cultura brasileira, lembrando que “de fato, os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto/comparação com outras nações, como prova incontestada de nosso *status* de povo civilizado.” No entanto, a militância do movimento negro sempre rechaçou tal conceito e seu difusor Gilberto Freyre, alegando que tal propagação muito mais silencia e justifica o racismo do que o combate. O próprio Abdias foi um dos grandes nomes que denunciaram a falácia do termo:

Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem permanecido unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da "democracia racial". Uma "democracia" cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de "democracia racial?" (NASCIMENTO, 1978, p. 46).

Na contramão das críticas, encontramos autores que condenam essa culpabilização destinada a Freyre por sua responsabilidade no endosso de uma “democracia racial”. Caso de Kamel (2006, pp. 18-19) que argumenta:

Jamais edulcorou a escravidão. *Casa grande e senzala*, a obra prima de Freyre, dedica páginas e mais páginas ao relato das atrocidades que se fizeram contra os escravos. Está tudo ali, todos os sofrimentos impostos [...]: o trabalho desumano nas lavouras, as meninas menores de 14 anos, virgens, violadas na crença de que o estupro curaria a sífilis, as mucamas que tinham os olhos furados e os peitos dilacerados apenas por despertar os ciúmes das senhoras de engenho. Freyre não omite nada; expõe.

Embora com alguns contrapontos como o exposto acima, o conceito “democracia racial” no Brasil foi e ainda é atribuído a Gilberto Freyre, tanto pelos ativistas negros como por estudiosos das ciências humanas e sociais. Como consequência, as críticas surgem de todos os lados e *Lampião da Esquina* presenciou-as quando publicou dois textos em ataque direto ao sociólogo pernambucano.

O primeiro dos textos veio em junho de 1979, na seção *Esquina*, com enunciado em formato de pergunta: “E se Gilberto Freyre também fosse negro?”. Nele, Jorge Schwartz lembra um artigo do sociólogo ao jornal *Folha de São Paulo* publicado no mês anterior. Freyre teria menosprezado a organização do movimento negro brasileiro, “considerando-a mera imitação

do modelo americano” (LAMPÃO DA ESQUINA, junho de 1979, n. 13, p. 02), prática que recupera, segundo Schwartz, sua sociologia de negação ao racismo no país:

[...] para a olímpica e cândida visão de um componente da aristocracia rural pernambucana, poucos momentos podem ter-lhe servido como experiência vivida de preconceito racial. Isto é um possível resultado de ter escrito a respeito de racismo no Brasil dentro da “Casa” e não dentro da “Senzala”. Sustentaria as mesmas teorias o nosso conceituado sociólogo caso ele fosse negro? (*Idem*, p. 02)

O segundo apareceu na mesma edição em que a entrevista de Abdias Nascimento foi publicada. Aliás, acompanhando a principal temática do número, uma série de textos a respeito foram divulgados com diferentes assinaturas. Entre eles, um curto artigo enviado pelo garçom Ivan Santos, cujo título intencionalmente pelas “aspas” desmerecia o prestígio de Freyre: “Um garçom escreve ao “Dr. Gilberto Freyre”. (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto 1979, n. 15 p. 13).

Ivan admite sentir o racismo quando, ao procurar emprego de garçom ou “commis”, tudo lhe é negado. Não existe oportunidades para negros e “nos restaurantes se pode até apalpar o preconceito”, pois parece inadmissível os negros ocuparem esses espaços (*Idem*, p. 13). Com seu texto, mais uma vez, o jornal recorda o artigo escrito por Freyre à *Folha* e sua posição social:

E daí se nós negros nos organizamos em movimentos semelhantes aos dos americanos? Não somos mesmo dominados? [...] Tenho certeza que se nós não nos organizarmos e não lutarmos, não será o senhor que sairá do conforto de sua casa grande para lutar e dar condições a milhões de negros de serem pelo menos tratados como seres humanos.
[...] Harmonia? Só dá mesmo pra rimar com hipocrisia.
[...] saia de sua exuberante casa grande e venha até a minha senzala, provar-me a harmonia racial brasileira. Obs.: Não vá me fazer rir, porque me dói o calo! Chorei... (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto 1979, n. 15 p. 13).

Esses dois artigos compuseram o ataque direto do jornal a Gilberto Freyre, no entanto, o nome do sociólogo aparece em algumas outras oportunidades, em especial, quando, dentro dos textos, se levanta a questão da “democracia racial”, esse “mito brasileiro” que durante muito tempo bloqueou o debate sobre o racismo e sobre as políticas de ação afirmativa no país. (MUNANGA, 2003). Foi na análise de tal conceito e suas implicações reais que Abdias Nascimento elaborou muitas das considerações expostas ao jornal *Lampião*. Afirmou, inclusive, que, se não foi Gilberto Freyre o responsável por criar o racismo no país, de certa forma acabou dando base para sua propagação quando colocou o racismo em “termos de ciência.” (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 12).

Durante a entrevista, Abdias passeou por diferentes assuntos, alguns polêmicos. Explicou suas posições a respeito do paternalismo vestido pela Igreja Católica e pelos partidos de esquerda que buscam, em muitas situações, apagar o protagonismo negro. A insatisfação do jornal com as esquerdas sempre foi muito visível e, diante de um líder como Abdias Nascimento, Aguinaldo Silva entrega a faca e o queijo na espera de que seja cortado. Felizmente, a resposta do entrevistado ao questionamento sobre a participação das esquerdas na opressão às minorias vai ao encontro do posicionamento adotado pelo próprio jornal. Diz Abdias Nascimento:

As forças progressistas no Brasil, para o negro, sempre foram muito direitistas. [...] a maioria da esquerda também está identificada com as forças mais reacionárias em matéria de coisa negra. E nela o preconceito é mais difícil de combater, porque tem sempre esse charme de que são progressistas, etc... (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 11)

Falou do livro que escrevia naquele momento e que sairia em breve, “Quilombismo: um novo conceito científico histórico-social”, cuja proposta visava mostrar a possibilidade de um novo Estado Democrático cuja “maioria é negra [...] portanto, é um Estado negro.” (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 10). Ao ser questionado sobre a decisão estatal de abolir do censo as amostragens por raça³⁹, ele é enfático: “aqui todas as instituições procuram erradicar o negro de qualquer maneira. [...] não se pode melhorar este país sem antes conhecê-lo; e para conhecê-lo, é preciso aceitar o fato de que nele existe uma maioria negra.” (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 10).

O escritor recorreu a situações práticas do cotidiano brasileiro para exemplificar como as discriminações raciais são bastante visíveis e, com isso, possibilitou aos leitores um entendimento preciso do racismo frente aos olhos.

[...] é uma pequena minoria branca que manipula a maioria negra, igualzinho à África do Sul; apenas não existem leis, mas está nas instituições, nas leis consuetudinárias, nos costumes, na prática diária: a mesma discriminação, o mesmo apartheid. [...] Os mecanismos aqui são mais sutis: não existe uma lei dizendo que você só pode morar no morro; mas de fato, o negro só pode morar nas favelas, nos alagados, nestes lugares horrorosos. Sempre se acha um horror, aqui, quando se diz que na África do Sul, os africanos têm que ter um passe para andar de um lugar para outro; ora, no Brasil é a mesma coisa: você pode ver que as cadeias estão cheias de negros, simplesmente porque não tem carteira profissional assinada. Portanto, só muda a aparência; mas, na essência, é igual ao apartheid. (*Idem*, p. 10).

³⁹ Sobre o censo, abordarei a questão mais à frente com as discussões a respeito do racismo de Estado.

Os mesmos exemplos citados por Abdias são utilizados por Gonzalez (1982) quando enumera os elementos formadores da “divisão racial do espaço” que naturalizaram a inferioridade do negro na sociedade. Essas relações nada têm de natural, mas fortemente pensadas para determinar o lugar de cada um no seio social. A violência policial, lembra a autora, impede através do medo e da violência psicológica qualquer forma de unidade entre o grupo dominado.

O jornal explora de Abdias Nascimento quais seriam as formas para atingir uma conscientização do negro na sociedade brasileira. Ele lembra a importância de um movimento autêntico, preocupado única e exclusivamente com a questão, sem estar subordinado a outras correntes como o marxismo ou o trabalhismo, visto que “eles estão sempre falando no problema do negro, mas de um negro subordinado; nunca reconhecem a legitimidade da nossa luta.” (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 11). Com isso, Abdias acredita que a questão racial deve ser assumida por todos os negros para que haja uma politização a respeito do racismo em todas as camadas sociais. O sentido desta aproximação está posto, também, nos estudos de Bourdieu (1989). Ao afirmar que a capacidade de união depende de uma maior aproximação no espaço social, o autor pontua que pode “a solidariedade étnica produzir o efeito de assegurar uma forma de mobilidade coletiva.” (BOURDIEU, 1989, p. 136). A partir daquele momento histórico, o sucesso do Movimento Negro Unificado, de acordo com essa visão, dependeria de sua organicidade coletiva para que as ações avançassem em direção à conquista de direitos. Tal situação foi, de certa forma, consolidada na década seguinte com algumas conquistas legais a partir da Constituição Federal de 1988⁴⁰.

A disponibilidade de Abdias foi explorada, também, para que opinasse sobre um assunto caro ao jornal *Lampião da Esquina*: a luta de todas as minorias e, a luta dos homossexuais, principalmente. João Carlos Rodrigues pergunta: “devem agir juntos?” e Abdias completa: “Claro! Às vezes os objetivos não coincidem. Mas no geral, no sentido da repressão, sim. E então o ideal é que trabalhem juntos contra ela.” (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 12). Com isso, um certo alívio entre os entrevistadores, estava ali o aval a que Rodrigues (2016) se referia. Abdias era um líder conhecido e respeitado, logo, uma relação entre ele e os homossexuais do jornal seria um grande avanço para as abordagens sobre a questão negra no impresso. No entanto, um certo desconforto parece ter tomado conta dos

⁴⁰ Com a Constituição Federal de 1988, o racismo tornou-se crime imprescritível e inafiançável e as comunidades quilombolas tiveram suas terras reconhecidas como propriedades definitivas. Ver Legislação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 de abril de 2020.

momentos finais da entrevista e o jornal não deixou de referenciá-lo. Obviamente, no sentido de evidenciar, também, o preconceito contra os homossexuais, *Lampião da Esquina* descreve a entrada de Eliane Guerreiro, nora de Abdias, na sala:

Eliane declara-se profundamente chocada ao saber que um grupo de “hom...homosex...” está ali entrevistando Abdias. O pessoal do LAMPIÃO atira-se sobre ela como um bando de panteras.

Francisco: Diga a palavra; por que você não a pronuncia: não consegue?

Eliane: Eu acho que não tem nada a ver. Vocês não são discriminados como os negros, por exemplo.

Aguinaldo: O problema, meu bem, é que a discriminação contra nós é bem mais sutil. Ela se revela, por exemplo, quando pessoas, como você, não conseguem sequer pronunciar a palavra que, ao mesmo tempo, nos designa e nos estigmatiza.

(Mal-estar geral. Todo mundo olhando para Eliane, que fica se sentindo agente do preconceito, infiltrada em nossa reunião libertária. É Henrique Cristóvão, seu marido, quem a tira desta situação chatíssima.)

Henrique: Pois olha, eu acho que a atuação de vocês, neste jornal, é a mais guerrilheira de todas; porque vocês ao mesmo tempo em que atuam como parte da minoria homossexual, são, igualmente, membros de outros grupos – mulheres, negros etc. –, junto aos quais funcionam como espécie de ponte de ligação para uma luta comum.

Sorrisos felizes de todo o Grupo LAMPIÃO. E fim de papo. (LAMPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 12)

Mesmo com constrangimento, o fim da entrevista parece ter selado, se não uma união declarada, ao menos um diálogo. Após a entrevista de Abdias publicada, criou-se uma sequência de edições com discussões a respeito do “lugar” do negro na sociedade brasileira e além. Inúmeras publicações trouxeram a cultura afro-brasileira ao conhecimento, noticiaram atos públicos e denunciaram o Estado por racismo evidente em muitas ações. Por tudo isso, o jornalista João Carlos Rodrigues (2016) foi assertivo em sua declaração, a edição número 15 foi, de fato, um “ato de inteligência política”.

3.1.3 A praça é dos negros

Petrônio Domingues (2007) estabeleceu algumas características das diferentes fases do movimento negro no Brasil. A terceira delas, a partir de 1978, relacionada à criação do Movimento Negro Unificado e à adoção de um discurso racial mais “contundente”, foi um “Movimento social de vanguarda” cujas estratégias de luta se consolidavam, entre outras ações, em “manifestações públicas e formação de comitês de base.” (DOMINGUES, 2007, p. 118).

Se para as mulheres não era uma investida fácil declarar-se feminista ou participar de discussões a respeito do feminismo, para os negros a repressão talvez pesasse ainda com mais força. Não se trata de hierarquizar quem sofreu mais ou quem foi mais perseguido, temos farta historiografia provando que em um estado de exceção qualquer pessoa pode sofrer as

consequências ao tornar-se oposição. Porém, o marcador da “raça” deve ser considerado como um atenuante para a violência pela qual passam as pessoas ao se mobilizarem pela garantia de direitos. “Qualquer aglomeração de negros sempre é encarada como caso de polícia” (GONZALEZ, 1982, p. 22), e a autora, membro ativo do Movimento Negro Unificado, à época, justifica tal afirmação com exemplos vivenciados pelo próprio Movimento. Ao citar o depoimento de um dos companheiros, Lélia Gonzalez escreve sobre a assembleia nacional realizada em Salvador, em novembro de 1978, quando a Polícia Federal tentava de toda forma impedir a reunião. Ou ainda, quando os membros do movimento, por medo da repressão, não participavam de protestos públicos, confirmando a tese de que o negro brasileiro também pode ser considerado prisioneiro político “na medida em que é colocado sob suspeita e preso pelo simples fato de ser negro.” (GONZALEZ, 1982, p. 60). No entanto, ainda que sob visíveis riscos, a organização do MNU conseguiu elaborar várias ações de denúncia e enfrentamento ao racismo. Ações que, segundo a autora, trouxeram aspectos positivos (divulgação na imprensa, participação em eventos nacionais etc.), quanto negativos (a esquerda acusava o movimento de divisionista e a ditadura acusava por subversão).

Foi através das manifestações que, em algumas edições, a causa negra chegou até o jornal *Lampião*. As discussões não foram tão numerosas como ocorreu em relação aos eventos feministas, no entanto aconteceram.

A primeira menção a protestos ocorreu em agosto de 1978, logo após o ato que inauguraria o Movimento Negro Unificado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, como já lembrado neste texto. Porém, alguns outros momentos de ação coletiva foram mencionados pelo jornal que, de alguma forma, se posicionava ao lado da população negra contra o racismo e contra a opressão de Estado.

“Um dia de luta contra o racismo” ocupou reportagem em agosto de 1979. Em referência ao ato ocorrido em 07 de julho daquele ano em São Paulo, um ano após a inauguração do Movimento Unificado, o jornal lembrou do dia tornado oficialmente o Dia Nacional da Luta Contra o Racismo (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 13). O ato com centenas de pessoas contou com muitas falas de representantes de entidades negras. Em meio aos discursos, um branco pede a palavra: “João Silvério Trevisan, que lá esteve em nome de LAMPÃO.” (*Idem*, p. 13). As palavras do jornalista foram transcritas na reportagem: “Não acredito que haja um só branco que não seja racista, mas o fato de haver brancos no auditório, hoje, significa que há alguns brancos tentando ser menos racistas e, para tanto, dispostos a aprender com os negros.” (*Idem*, p. 13).

O deslocamento de um membro do jornal até o local comprova o compromisso que o jornal dispensou não só à divulgação do ato como ao próprio ato. Assumir o racismo como uma verdade absoluta e reconhecer os esforços que caminham na contramão da discriminação, falam muito sobre o posicionamento de Trevisan a respeito do assunto. Atitudes políticas como o reconhecimento do racismo são necessárias para que se caminhe em direção à igualdade, como bem lembra Gonzalez (2019, p. 223):

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial.

Na mesma reportagem referida, o jornal publicou, na íntegra, o manifesto lido durante o ato que, entre outras coisas, condenava a violência policial, as relações comerciais do país com a Rodésia e a África do Sul, o desemprego e o subemprego da população negra, a inexistência de liberdade de expressão e a discriminação racial explícita: “Nós negros brasileiros, entidades democráticas e os participantes neste Dia Nacional de Luta Contra o Racismo, lançamos o nosso protesto e chamamos a comunidade negra, as demais entidades democráticas e a população em geral a unir-se a nós e lutar.” (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 13). O manifesto recebeu, entre outras, a assinatura do jornal *Lampião da Esquina*.

João Silvério Trevisan também foi o jornalista responsável pela cobertura do ato público realizado em 17 de outubro de 1979 por “quase 500 homens e mulheres do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial.” (LAMPÃO DA ESQUINA, novembro de 1979, n. 18, p. 02). Desta vez o protesto tinha um alvo específico: a Instituição Judicial que havia recusado encaminhar um processo por discriminação racial baseado na Lei Afonso Arinos.

A Lei 1390/51, de julho de 1951, ficou conhecida pelo nome do deputado federal que a propôs, Afonso Arinos de Melo Franco. Considerada a primeira lei antirracista no Brasil, ela tornava em contravenção penal a discriminação racial: “pela primeira vez o preconceito foi objeto de penalização no país através de lei específica.” (GRIN; MAIO, 2013, p. 34). Embora reconhecida por muitos como um avanço importante para a luta antirracista, ela também foi duramente criticada por ter em sua constituição um esvaziamento político, deslocando o racismo para o plano da moral. O Movimento Negro, à época, através de diferentes lideranças, mostrava-se cético em relação ao alcance que a lei teria. Por mais que propusesse uma criminalização do preconceito racial, ela não incidiria, contudo, “sobre a estrutura social

marcada pela desigualdade na qual se encontram os negros no Brasil.” (GRIN; MAIO, 2013, p. 37)⁴¹.

A manifestação de outubro de 1979 evocou a lei justamente para que pudesse enterrá-la em um ato simbólico. A advogada negra Nair Silveira havia sido impedida de entrar em um edifício, obrigada a dirigir-se pela porta dos fundos. Tal atitude, de acordo com *Lampião*, remete a tantas empregadas domésticas, em sua maioria negra, quando enfrentam o racismo cotidianamente. Com o conhecimento de que o processo movido pela advogada não teve o encaminhamento, o protesto foi organizado.

A passeata abriu com as pessoas carregando caixão (ardidamente branco) onde se lia: LEI AFONSO ARINOS. Tratava-se do enterro simbólico dessa lei “protetora” que, por paternalista e inoperante, acaba legitimando o racismo no Brasil. Nas escadarias do Palácio da Justiça, cujas janelas os funcionários apressaram-se em fechar, foi depositado o caixão. Discursaram negros de várias partes do Brasil. (LÂMPIÃO DA ESQUINA, novembro de 1979, n. 18, p. 02).

Aqui, junto à descrição do ato, é tão importante, também, citar a observação pessoal de Trevisan sobre as atitudes referentes ao protesto, as quais pôde presenciar. Ouvira da boca de um homem que comentava sobre a presença dos negros naquele espaço público: “Preto não passa de mentiroso; se dependesse de mim mandava fuzilar a raça inteira, não deixava um pra semente.” (*Idem*, p. 02). Disto, o jornalista indica que algumas pessoas podem afirmar que tal fala se restringe a “São Paulo”, no entanto, sua conclusão é outra: “Não sei não. Acho melhor perguntar aos negros. Deixem os negros contarem. Eles conhecem muitas histórias que nenhum Jorge Amado publicou.” (*Idem*, p. 02).

Talvez, prova maior não há sobre a inoperância da Lei Afonso Arinos. Em ato cuja proposta é, justamente, denunciar tal inoperância, um comentário como esse ouve-se ao lado, em tom de normalidade entre pessoas comuns. Lília Schwarcz é precisa quando sentencia que se o racismo não é mais aceito como uma teoria científica, “ele continua plenamente atuante, enquanto ideologia social na poderosa ‘teoria do senso comum’, aquela que age perversamente no silêncio e na convivência do dia a dia.” (SCHWARCZ, 2019, p. 35). Às vezes, nem tão silencioso assim, o racismo grita porque está impregnado nas mentalidades pela força de tal “senso comum”. Basta ouvir os negros, como pede Trevisan. E sobre esta fala, em específico, não deixa de ser promissor um jornalista, branco, com total acesso ao jornal (editor e

⁴¹ O *Lampião da Esquina*, através de seus colaboradores, foi um crítico feroz da Lei Afonso Arinos e de sua ineficácia, assunto que será abordado no próximo tópico ao tratar do racismo de Estado.

colaborador) pedir escuta às pessoas negras. Afinal, se é pra falar de dor, que se manifeste aquele que apanhou.

“E o 13 de maio?” esse é o título escolhido por Lenny de Oliveira, do MNU-SP, para escrever sobre as reivindicações apresentadas neste dia em 1980. Considerado o Dia Nacional da denúncia Contra o Racismo, a data contou com ato público em São Paulo, no Largo do Paissandú, onde representantes de diversas entidades participaram da discussão. “O manifesto [...], lido em voz alta pelos presentes, denunciou a violência policial como meio de manter a população sob rigoroso controle, impedindo a reação à exploração.” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, junho de 1980, n. 25, p. 15).

No documento, lia-se, ainda, sobre a violência do sistema de justiça e sobre a discriminação contra os negros em vagas de emprego. Ambas ações, em combinação, “leva milhares de negros às prisões por furtos na tentativa de sobrevivência.” (*Idem*, p. 15). O texto também lembrou a organização de um programa especial em Campinas – SP pelo Movimento Negro Unificado, “onde 150 pessoas discutiram sobre as consequências da falsa libertação, a marginalização do negro, a questão do preso comum e a exploração da mulher negra.” (*Idem*, p. 15). Essa “falsa libertação”, em referência ao 13 de maio e à Lei Áurea, explana uma contradição entre o significado atribuído à data e o que ela, de fato, significa para a Comunidade Negra. Foi graças ao Movimento Negro Unificado que o 13 de maio cedeu espaço político ao 20 de novembro, onde passou-se a comemorar o “Dia Nacional da Consciência Negra”, fato lembrado, inclusive por *Lampião da Esquina* neste mesmo número. João Carlos Rodrigues afirma:

Os negros militantes do Brasil não cultuam a data de 13 de Maio, dia da Abolição da Escravatura, que consideram uma dádiva do poder concedida apenas para evitar a falência do Império. Preferem o 20 de novembro, morte do Zumbi dos Palmares. Acontece que mal ou bem, o 13 de Maio existe e nesta data as entidades negras costumam manifestar-se. (*Idem*, p. 15).

Para Lélia Gonzalez (1982, p. 57), o 20 de novembro e a lembrança de Zumbi transformou-se, junto ao MNU, em um ato político, visto que “Palmares foi o autêntico berço da nacionalidade brasileira, ao se constituir como efetiva democracia racial e Zumbi o símbolo vivo da luta contra todas as formas de exploração.” Com entusiasmo, a autora lembra que a partir de novembro de 1978, as entidades negras mobilizavam-se em torno da “data magna” e o 13 de maio ficava, cada vez mais, restrito aos órgãos governamentais “como papo de branco.” (*Idem*, p. 58). Devido às lutas travadas por negros e negras naquele período foi que, mais tarde, em 1997, ocorreu o reconhecimento oficial de Zumbi dos Palmares como herói nacional. E o

20 de novembro, data já reconhecida pelo Movimento Negro, “quebra a branquitude” dos demais homenageados do país, tornando-se, oficialmente, o Dia da Consciência Negra. (SCHWARCZ, 2019).

A atuação em espaços públicos foi muito importante para o movimento negro, assim como foi para as mulheres no mesmo contexto e para o movimento LGBT anos depois. Como lembra Gonzalez (1982, p. 53), “era bonito de ver aquela negada tão cheia de vida, tão ardorosa, mesmo que discordante, empenhando-se inteira naquela assembleia”, referindo-se ao evento que ela mesma participou em setembro de 1978, no Rio de Janeiro. Entre leituras emotivas, denúncias e construção de objetivos em comum, as manifestações negras foram acompanhadas pelo jornal homossexual que, a cada texto escrito a respeito do tema, mostrava solidariedade com a causa e declarava apoio abertamente.

3.1.4 O Estado é racista

Num folheto distribuído tempos atrás pelo Itamarati no exterior, se dizia ser o Brasil um país de população branca, com pequena porcentagem de mestiços, e tradição e cultura de origem europeia. Daí se conclui que o Brasil se envergonha de seu sangue negro e índio. Esse é somente um dos exemplos de uma política oficial mentirosa que tenta esconder, através do mito da democracia racial, um racismo institucionalizado. (LAMPÍÃO DA ESQUINA, fevereiro de 1980, n. 21, p. 10).

Frantz Fanon (2011, p. 280) foi preciso ao afirmar que não existem “graus de racismo”, pois “uma sociedade é racista ou não o é.” E a sociedade, em muitas situações, acompanha as políticas e os valores emanados pelo Estado. Daí, podemos concluir que, se o Brasil é racista em toda sua trajetória, é, também, porque acompanhou o Estado e suas ações. Sabemos que desde o início da escravidão houve políticas governamentais que justificaram o racismo explícito e que suas consequências reverberam no presente.

Das críticas que o jornal teceu ao racismo, o Estado foi um dos mais, se não o mais responsabilizado. Atitudes vindas do próprio governo que corroboravam com uma cultura de discriminação foram percebidas nas páginas do alternativo e, direta ou indiretamente, o governo foi apontado como racista.

Práticas de Estado repetidas historicamente por ação ou omissão estruturaram uma sociedade desigual com índices brutais de discriminação e violação de direitos. E muitas dessas práticas foram mascaradas através de legislações que, na prática, pouco ou nada representavam. Durante o Império tivemos duas apontadas como controversas e, em muito, ineficazes: Lei do Ventre Livre (1871) e Lei dos Sexagenários (1885). Durante o período republicano, ao menos

até a década de 1980, o exemplo se encontra na Lei Afonso Arinos, mencionada no tópico anterior.

“Uma lei branca”, escreve Antônio Carlos Moreira para a edição número 28 de *Lampião*. A aparição da discussão tem um propósito objetivo e de conhecimento público, também descrito pelo colaborador no mesmo número: “Lecy Brandão vai à luta contra o racismo” (LAMPIÃO DA ESQUINA, setembro de 1980, n. 28, p. 05). Segundo o jornal, a cantora brasileira teria sido impedida, junto com sua mãe, de subir ao apartamento de uma amiga através da entrada social do prédio em que esta residia, no Rio de Janeiro. Confundidas com duas empregadas domésticas, ambas começaram uma discussão “que resultou em tapas e palavrões, terminando na 19ª Delegacia de Polícia com a autuação de Arlindo.” (*Idem*, p. 05). Arlindo, o porteiro que impedira Lecy e sua mãe de subirem, foi “enquadrado no art. 146 da Lei das Convenções Penais, que prevê punição para quem obriga uma pessoa a fazer o que não quer, mediante violência ou grave ameaça.” (*Idem*, p. 05). O motivo de o porteiro não ter sido enquadrado na Lei Afonso Arinos é porque ela “não prevê punições para discriminação racial em condomínios” (*Idem*, p. 05), fato que leva a própria cantora a opinar sobre a lei e sua ineficácia:

Acho que a Lei Afonso Arinos tem de ser reformulada, e não ser aplicada apenas nos casos de racismo em locais públicos. Aconteceu comigo que sou conhecida, aconteceu com uma Glória Maria e eu pergunto: E a pessoas que são desconhecidas e que sofrem discriminação a todo instante? Ninguém resolve nada e a coisa morre. (LAMPIÃO DA ESQUINA, setembro de 1980, n. 28, p. 05)

A Lei Afonso Arinos foi uma legislação bastante criticada pelo movimento negro justamente porque aparecia como uma máscara para cobrir reais crimes de racismo sem, de fato, combatê-los. Ela “não é cumprida, nem executada. É puramente simbólica”, argumenta Abdias Nascimento (1978, p. 82).

As considerações de Antônio Carlos Moreira caminham nesse sentido, o de expor tal inoperância, mesmo que diante de situações explícitas de racismo como, por exemplo, a vivenciada por Lecy. Diz ele:

Em termos técnicos e jurídico, ela pode ser considerada como uma das piores leis do Código Penal Brasileiro, pois não garante efetivamente a punição dos que nela são enquadrados e omite vários pontos onde a discriminação possa ser detectada. [...]. [Sua criação] tinha objetivos ideológicos bem definidos [...]: Esvaziar as reivindicações da população negra que [...] havia decidido lutar por uma legislação contra as discriminações raciais [...]; freiar o crescente Movimento Negro e extrair proveitos políticos e eleitoreiros. (LAMPIÃO DA ESQUINA, setembro de 1980, n. 28, p. 05)

Moreira ainda analisou alguns pontos da lei que, em sua opinião, é para ter ataques de riso ou ficar bestificado com a quantidade de absurdos encontrados. E propôs algumas estratégias na luta antirracista, entre elas, a de que “as manobras históricas de uma Lei Áurea ou de uma Afonso Arinos têm de ser desmascaradas e postas abaixo.” (*Idem*, p. 05). A elaboração de leis para “punir” atitudes racistas transmitem a ideia de um esforço por parte do Estado para garantir a igualdade dos seus cidadãos. No entanto, como argumenta Guimarães (1995, p. 42), se não existe uma discriminação institucionalizada, o racismo “se reproduz pelo jogo contraditório entre, por um lado, uma cidadania definida de modo amplo e garantida por direitos formais, mas, por outro lado, largamente ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência policial cotidiana.”

As relações sociais construídas a partir de uma estrutura que é racista materializam a violência em muitas e diferentes oportunidades. A negação do racismo ou a elaboração de uma lei com caráter punitivo para caso ele aconteça transmitem a falsa ideia de uma sociedade sem conflitos raciais, amparada na sólida construção do mito de democracia racial (NASCIMENTO, 1978). E é a própria negação que revela o caráter da violência. Lélia Gonzalez transcreve discursos que, pela negação, reforçam o racismo:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Considerações como estas mostram que casos como o vivenciado por Lecy Brandão seriam apenas a ponta de um iceberg gigante cuja base de sustentação se encontra velada. Sobre isso, *Lampião da Esquina* contou com um texto escrito por Januário Garcia Filho, do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em outubro de 1979. Entre várias considerações a respeito do negro na publicidade, Januário pontuou o seguinte:

As situações de um negro ser impedido de entrar em hotéis, boates e edifícios ou mesmo clubes, nada representam neste contexto. Mais importante é sabermos que nossa cultura está cada vez mais sendo sonogada, e as humilhações por nós sofridas, escondidas. Quando a sociedade brasileira levantou sua voz para protestar contra as torturas destes últimos 15 anos da vida brasileira, em nenhum momento ocorreu que nós, os negros brasileiros, estamos sendo torturados por ela há 450 anos, que fomos deliberadamente empurrados para as favelas, os cortiços e palafitas onde fomos marginalizados das decisões da comunidade, e somos até hoje tratados como marginais, vagabundos, e nossas mulheres, em sua maioria, são vistas como prostitutas. Em qualquer atuação de repressão policial nós somos as vítimas

preferidas. Tudo isto é muito pior do que ser barrado ou impedido de entrar em qualquer local. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, outubro de 1979, n. 17, p. 03).

O texto de Januário explica, em muito do que fala, por onde o jornal *Lampião da Esquina* caminhou para denunciar o racismo de Estado. Por mais que não fossem objeto direto de análise, situações como a marginalização da população negra e a violência sofrida pelos negros quando visados pelos aparelhos repressivos policiais são temas que saltam dos textos publicados pelo impresso, como a charge abaixo, publicada em maio de 1980.

Figura 12: Charge publicada no jornal *Lampião da Esquina*, edição nº. 24.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, maio de 1980, p. 11.

O conteúdo da charge denuncia não apenas a falta de oportunidades para a população negra, por mais que ela se esforce, mas o persistente enquadramento dessas pessoas pela polícia. O assunto foi tema de debate três meses antes no jornal, quando o mesmo discutiu amplamente a questão da “prisão cautelar”, proposta apresentada pelo governo para combater a violência nos grandes centros urbanos (LAMPPIÃO DA ESQUINA, fevereiro de 1980, n. 21, p. 8). Entre as falas divergentes das autoridades sobre a implementação ou não do projeto, *Lampião* aproveitou para esclarecer vários pontos a respeito do mesmo, cuja execução atacaria assustadoramente as minorias: “Tudo nos leva a crer que esta lei servirá muito mais ao arbítrio

do que ao combate ao crime. Será talvez o maior retrocesso jurídico da história do Brasil.” (*Idem*, p. 08). E, explicando os trâmites por que percorreriam os suspeitos, João Carlos Rodrigues citou a parte que cabia aos sujeitos minoritários:

Por avaliação subjetiva, poderá ser preso não apenas qualquer viado, como qualquer negro, qualquer pobre ou qualquer indivíduo que não consiga provar vínculo empregatício. Ué, mas isso já não acontece? Acontece- mas é ilegal. E se for legalizado, perderemos então qualquer possibilidade de luta. (*Idem*, p. 08)

A mesma edição dedicou um espaço significativo às opiniões da militância negra sobre o projeto de lei e suas consequências diretas. Além da fala do ativista Abdias Nascimento que fora consultado, o jornal publicou dois textos expondo as considerações do Movimento Negro Unificado - Rio de Janeiro e do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN). Obviamente, em uma sociedade onde a violência policial é sentida com muito mais força pela população negra (GONZALEZ, 1982; NASCIMENTO, 1978; GUIMARÃES, 1995), o posicionamento de tais organizações só poderia se dar através da denúncia e do claro repúdio, como é possível perceber nas considerações do MNU do Rio de Janeiro:

O projeto de prisão cautelar [...] pretende dar poderes à polícia para prender um determinado tempo aqueles que ela julgar “perturbadores da ordem” sem direito a Habeas Corpus. É a legitimação do abuso de poder da autoridade, principalmente quando se sabe que esta medida vai recair, mais uma vez, sobre este povo já tão oprimido. (LAMPÃO DA ESQUINA, fevereiro de 1980, n. 21, p. 10).

A fala do IPCN, através de Jorge Cândido, é de que tais medidas “apenas permitirão que se mate qualquer trabalhador, e ainda, que se possa rotulá-lo de assassino, ladrão, assaltante etc. A prisão cautelar significa dar à repressão uma ‘abertura total’.” (*Idem*, p. 10). Esses posicionamentos recolhidos e publicados pelo jornal se somam a um artigo escrito pelo notável ativista da causa negra Rubem Confete, que ocupou uma página inteira do jornal, na seção Violência – equivalente à reportagem –, sob o título “Negros: as vítimas da vadiagem”. (LAMPÃO DA ESQUINA, fevereiro de 1980, n. 21, p. 11). Entre tantas análises sofisticadas, Confete se dedica a um histórico da perseguição às pessoas negras em diferentes contextos históricos, sempre deslocadas à margem e acusadas criminalmente por um racismo travestido de moralidade. É uma história que “se perpetua” e que pouco importam os nomes dados. “Vadiagem, prisão cautelar ou detenção acautelatória [...]. O negro continuará sendo a principal vítima de um país onde nunca pediu para nascer, mas de que se tornou o principal construtor.” (LAMPÃO DA ESQUINA, fevereiro de 1980, n. 21, p. 11).

As críticas às ações estatais se deram, pelas páginas do jornal *Lampião*, em algumas frentes. Até aqui, pudemos perceber as considerações elaboradas sobre a inoperância da Lei Afonso Arinos, que de antirracista não tinha nada; e da atuação da força policial, cuja presença não seria para proteger, mas para reprimir e violentar (GONZALEZ, 1984). Outro ponto que surgiu com fôlego no seio das temáticas negras foi a exclusão da categoria cor no censo demográfico brasileiro naquele período. O assunto já havia sido questionado na entrevista com Abdias Nascimento em agosto de 1979. No entanto, volta a ocupar destaque em capa e reportagem da edição número 20, o censo do IBGE e o “Golpe nos negros”. (LAMPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, n. 20, p. 16).

O fator raça foi omitido dos censos desde 1950, como aponta Nascimento (1978). O mesmo modelo seria aplicado em 1980, mas as mobilizações das entidades culturais negras pressionaram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para que a autodeclaração da cor fosse consultada na elaboração da estatística. Pressionado pelas reivindicações, o Instituto resolveu aplicar um apêndice – sobre cor – ao questionário geral para cobrir apenas 25 % das residências, ou seja, uma resposta capenga e propositalmente subnotificada. É sobre isso que Rubem Confete dedica seu texto em reportagem, denunciando, mais uma vez, o caráter racista do estado brasileiro. Argumenta ele:

Excluir a cor seria similar à supressão de características demográficas como sexo, idade e nacionalidade. Em todos os casos, as justificativas podem ser tidas por perfeitamente absurdas. Mais escondem do que revelam as verdadeiras razões para a exclusão do quesito cor, as quais permanecem não esclarecidas. [...]
Ignoram e escamoteiam o dado racial da imensa parcela da população, que vem ao longo de quatro séculos construindo com o seu braço, seu sangue e sua vida esta nação, sem dela nada receber, senão migalhas. (LAMPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, n. 20, p. 16).

Nas palavras do autor, a decisão obedece a uma estratégia de negar a existência do negro na sociedade que, em paradoxo, ocupa a maior parte da população. Questionado, Abdias Nascimento já havia lembrado, no próprio jornal, que por aqui procuram erradicar o negro de qualquer maneira, sua inexistência no censo é certamente uma política de estado. Em *O genocídio do negro brasileiro*, Nascimento (1978) pontua que são subtraídos do negro os meios de identificação racial e, por consequência, é negada a autodefinição e o direito legal da autodefesa a partir daquilo pelo qual ele é atacado: a raça. Toda e qualquer discussão ou mobilização é vista como agressão retaliativa e perigosa à segurança nacional. É essa a avaliação de Confete no tocante às políticas governamentais para a elaboração das estatísticas censitárias. Sobre a retificação no questionário e a incorporação do quesito cor em apenas 25

% dos domicílios consultados, o jornalista conclui que tal atitude representa um “golpe no negro e na consciência nacional, concedendo uma revisão que não passa de uma jogada para acalmar os insubordinados. Mais uma vez os políticos e as autoridades acadêmicas desconhecem o negro.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1980, n. 20, p. 16).

O processo de redemocratização, assim como ocorreu com outras minorias, trouxe para algumas plataformas políticas a questão do negro e do racismo. Lélia Gonzalez (1982) discorre sobre como os candidatos cooptaram referências à causa negra em seus discursos eleitorais, porém, na prática esqueciam do “voto racial” recebido e nada passava de “belos discursos”. Tal situação nos remete a Pierre Bourdieu (2004, p. 190) que se refere aos representantes da seguinte maneira: “os mandantes adoram sua própria criatura” e esquecem dos agentes sociais que lhes conferem o poder da representação. De fato, a atuação dos representantes é sempre um território de areia movediça, a projeção que se faz a respeito de determinados mandatários nem sempre condiz com a realidade operada, a qual depende de inúmeros fatores.

As contribuições do jornal *Lampião da Esquina* para o debate sobre o racismo impregnado no Estado enquanto instituição foram muito ricas, pois denunciou abertamente as práticas que condenava e que confirmavam sua percepção. Pensando a atuação do Estado, através das publicações podemos notar que, em muitos aspectos, continuamos marchando a passos lentos rumo à igualdade. A partir disso, é possível reafirmar a proposição de Schwarcz (2019, p. 39) para quem “enquanto persistir o racismo, não podemos falar em democracia consolidada.”

3.1.5 Cultura negra não é apenas folclore

A população negra teve, no Brasil, sua história e cultura sufocada, amordaçada e, na maioria das vezes, negada. A verdade histórica, lembra Nascimento (1978, p. 101) é que “não é exagero afirmar-se que desde os inícios da colonização, as culturas africanas, chegadas nos navios negreiros, foram mantidas num verdadeiro estado de sítio.” A utilização de diferentes estratégias para a negação da existência negra, a tirada de cena através do discurso da miscigenação e, conseqüentemente, do endosso à democracia racial (HASENBALG, 1982) têm um objetivo bastante evidente que é a negação do próprio racismo e os debates que dele podem surgir. Há, desde sempre, toda uma estrutura, uma organização capaz de silenciar ou marginalizar aquilo que faz referência aos negros e à africanidade presente no Brasil. Abdias Nascimento questiona o mito da democracia racial justamente lembrando seus esforços para o apagamento do negro brasileiro enquanto negro.

Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de "democracia racial? (NASCIMENTO, 1978, p. 46).

Se durante o período escravocrata as tentativas de aculturação aconteciam de forma sistemática pela violência explícita, com o fim da escravidão tais processos não foram juntamente abolidos. Pelo contrário, talvez tenham ganhado requintes de sofisticação através de diferentes políticas. Nascimento (1978, p. 71) ainda recorda que “desde o fim do século XIX, o objetivo estabelecido pela política imigratória foi o desaparecimento do negro através da “salvação” do sangue europeu, e este alvo permaneceu como ponto central da política nacional durante o século XX.”

Através deste reconhecimento, o de que a história e as manifestações culturais vindas do continente africano sofreram/sofrem desde o período colonial retaliações no país, o jornal *Lampião da Esquina* elaborou algumas matérias com intuito de trazer ao conhecimento do leitor características importantes da cultura afro-brasileira, bem como a necessidade de conhecê-la e de valorizá-la. Aliás, a primeira publicação do jornal sobre os negros foi nesse sentido. Aguinaldo Silva criticou o governo por restringir apenas ao folclore a presença e a contribuição destas populações. Em alguns outros textos, o jornal expôs e divulgou, através de seus colaboradores, a arte negra e sua importância na construção cultural do país. E, mais do que isso, lembrou dos silenciamentos impostos através do racismo e, também, das manifestações que, mesmo sob a miríade da violência, permaneciam vivas e contribuindo com a diversidade brasileira.

Antes de trazer as publicações em que a cultura afro-brasileira foi protagonista, é importante lembrar que o movimento negro que emergiu a partir de 1978 possuía algumas características próprias que explicam muito do que há nesses textos. Entre elas, o reconhecimento e enaltecimento da cultura negra e de seus significados. Na luta pelo antirracismo, é necessário, antes de tudo, “a admissão de sua ‘raça’, isto é, a percepção racializada de si mesmo e dos outros. Isso significa a reconstrução da negritude a partir da rica herança africana.” (GUIMARÃES, 1995, p. 43).

Há, portanto, em manifestações diversas da causa negra, um retorno a África e suas riquezas culturais que atravessaram o atlântico e acompanham, mesmo que de forma implícita, todos os brasileiros há séculos. A raça é sempre o fator determinante na organização dos negros em torno de um projeto comum (DOMINGUES, 2007), logo, retornar à “raça negra” e suas características, agora revisitadas e positivadas, é um movimento extremamente significativo

para a luta antirracista. Para bell hooks (2019), há uma promessa por parte da supremacia branca de que se as pessoas negras negarem o valor da negritude poderão um dia alcançar o mesmo sucesso conquistado pelo dominador. No entanto, a autora propõe exatamente o contrário da negação quando afirma: “amar a negritude como resistência política transforma nossas formas de ver e ser e, portanto, cria condições necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação e morte que tomam as vidas negras.” (HOOKS, 2019, p. 63). É o valor da negritude e da cultura que ela produz que encontramos nos textos do *Lampião*, o que nos fornece a amplitude dos debates assumidos publicamente pelo jornal.

Em *Ensaio* publicado na edição número 19, Rubem Confete pergunta “Quanto vale o negro brasileiro?” (LAMPÃO DA ESQUINA, dezembro de 1979, n. 19, p. 10) e faz uma análise da política brasileira e o contato estabelecido com a população: “Desde o estabelecimento do regime ditatorial militarista em 1964, seguindo ordens externas, o governo brasileiro aumentou a força anulatória dos valores culturais, políticos e sociais do negro brasileiro.” (*Idem*, p. 10). É exatamente nesse sentido que Lélia Gonzalez (1982) lembra as consequências do regime militar para a grande massa negra da população. Aponta ela, principalmente, para as desigualdades sociais acentuadas no período e a violência repressiva travestida de pacificação.

Em seu ensaio, Confete citou as várias frentes que buscavam naquele momento apoio negro para compor suas bases de sustentação e as condenou por contribuírem historicamente com o racismo. Igreja Católica, Poder Público através do presidente da república, Sociedade pelo Progresso da Ciência e líderes como Leonel Brizola representavam, na visão do jornalista, uma minoria dominante que

busca na comunidade negra o apoio necessário para a sua manutenção na posse das riquezas, e acúmulo de novos lucros, para sua participação na camada decisória e para usufruir dos benefícios nacionais e internacionais que advêm do domínio. Setenta e oito por cento da população brasileira é constituída por negros e mestiços, sem nenhuma representatividade nas tendências políticas e religiosas apontadas no parágrafo acima. (LAMPÃO DA ESQUINA, dezembro de 1979, n. 19, p. 10)

Confete transitou durante a escrita por muitos dos problemas enfrentados pela população negra lembrando situações cotidianas de discriminação. Em razão do valor investido ao negro na sociedade brasileira, o jornalista escolheu os trechos do Manifesto Nacional a Zumbi lido pelos negros no dia 20 de novembro, na Cinelândia, para dar um fechamento ao seu texto. As lembranças da luta negra no Brasil remontam, para os manifestantes, à figura de Zumbi dos Palmares, “o grande símbolo” da luta pela libertação e, portanto, naquele momento afirmavam

com orgulho ser o dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, o Dia Nacional da Consciência Negra (*Idem*).

É absolutamente impossível falar de manifestação cultural negra no Brasil sem mencionar a questão da religião, ou melhor, das religiões. As populações africanas que desembarcaram no país trouxeram consigo suas raízes de cultos, simbologias e espiritualidades distintas, mas que aqui tiveram rumos dificultados. Como estratégia política de coerção, as religiões de matriz africana foram proibidas e, conseqüentemente, suas práticas castigadas, punidas. Não única, mas talvez a maior representação religiosa africana, o Candomblé se configurou na história de muitos homens e mulheres como um símbolo de resistência. O processo de sincretismo religioso, atribuído às combinações entre elementos da fé católica e elementos das religiões vindas com africanos escravizados, nada mais foi do que um processo violento, onde a população negra se viu obrigada a acenar ao catolicismo para manter vivas suas crenças e concepções religiosas, como bem sinaliza Nascimento (1978). Para o autor:

As religiões africanas efetivamente postas fora da lei pelo Brasil oficial, só puderam ser preservadas através do recurso da sincretização. O catolicismo, como a religião oficial do Estado, mantinha o monopólio da prática religiosa. Os escravos se viram assim forçados a cultuar, aparentemente, os deuses estranhos, mas sob o nome dos santos católicos guardaram, no coração aquecido pelo fogo de Xangô, suas verdadeiras divindades: os Orixás. (NASCIMENTO, 1978, p. 108).

Muitas foram as formas de resistir ao modelo escravocrata, este modelo que no país se converteu em uma linguagem com graves conseqüências (SCHWARCZ, 2019). Entre as resistências, o mantimento da fé e da espiritualidade ancestral foi um recurso que, mesmo perseguido, atravessou os séculos acompanhando negros e negras que por aqui sofriam as conseqüências diretas do racismo. Lembrar a cultura negra, dentro do processo de posituação daquilo que representa a negritude, é lembrar da religião, matriz cultural de imenso significado na história dos povos. Nesse sentido, o Movimento Negro Unificado trouxe para o centro das discussões a importância do Candomblé para a preservação e perpetuação dos valores culturais negros. Ou seja, de acordo com Domingues (2007, p. 116), um processo revisionista: “impôs-se a cobrança moral para que a nova geração de ativistas assumisse as religiões de matriz africana, particularmente o candomblé, tomado como principal guardião da fé ancestral.” Foi a partir de tais percepções e posicionamentos que a questão da fé apareceu no jornal *Lampião*. Alguns textos, ao tratarem da cultura afro-brasileira, tocaram na religião e discutiram seus significados.

Em um longo ensaio para a edição número 18, em novembro de 1979, Rubem Confete elaborou uma crítica contundente ao Estado brasileiro e à Yalorixá Olga de Alaketo. Na concepção do jornalista, a “mãe de santo” estaria sendo usada como “objeto de consumo do poder”. (LAMPIÃO DA ESQUINA, novembro de 1979, n. 18, p. 09). Antes de falar propriamente de Olga, ele é preciso no panorama histórico por onde traça as consequências do tráfico mercantil e lembra os povos Iorubá e a sua religião Candomblé:

Sem dúvida, das diversas organizações religiosas da África que chegaram ao Brasil, a Yorubana se apresentava mais completa. Não, não se trata de comparações e medidas de valores entre as religiões das etnias escravizadas. Aqui se trata da etnia que teve possibilidade de manter sua religião com mais fidelidade. Tal fato aconteceu por ter os Yorubanos chegado nas últimas levas de escravos. (*Idem*, p. 09).

Apesar do apanhado histórico, o objetivo do autor é falar sobre a subserviência a que estava submetida Olga de Alaketo, figura conhecida à época. E dispara: “nestes quinze anos de regime, foi usada pelo Poder para marcar a tão decantada democracia racial brasileira.” (*Idem*, p. 09).

Essa conclusão originou-se quando Confete começou a observar o destaque da mãe de santo no Itamarati e as funções atribuídas a ela em relações diplomáticas entre o Brasil e os países africanos. Uma delas foi “preparar um banquete” de comida afro-brasileira evidenciando o conceito da raça negra para o corpo diplomático do Itamarati: ser “bons serviçais”. No entanto, sobre cobranças internacionais a respeito do negro na sociedade brasileira, o governo que, em seus quadros, não possuía nenhuma representatividade negra, transformou a Yalorixá na “máxima depositária dos conhecimentos culturais negros” (LAMPIÃO DA ESQUINA, novembro de 1979, n. 18, p. 09). Com tal “delegação”, Olga de Alaketo havia se tornado o elemento negro que mais acompanhou o governo em missão cultural pelo mundo. A crítica de Confete se estende ao uso proposital que é feito da Yalorixá pelo Poder, onde o general Geisel falava em democracia racial na presença de Olga e ela, em nenhum momento, contestou o mito e a discriminação que sofrem os negros no país. “Pena que a vaidade de Olga tenha sufocado o grito de revolta de que ela se fazia portadora naquele momento” (*Idem*, p. 09), escreve o autor com evidente indignação. Na defesa da riqueza cultural que representa o candomblé e suas práticas, ele vai além e culpa Olga de Alaketo por “deslumbramento” e “submissão” ao se tornar “objeto de gozação pejorativa da raça negra.” (*Idem*, p. 09).

Tal posicionamento se reforça nas ideias de Nascimento, para quem “a manifestação cultural de origem africana, na integridade dos seus valores, na dignidade de suas formas e expressões, nunca tiveram reconhecimento no Brasil.” (1978, p. 94). A escrita de Rubem

Confete mostra seu desejo pessoal, enquanto negro, de que a importância que a Yalorixá adquiriu ao longo de sua vida religiosa fosse utilizada a favor da causa negra e não a favor de um governo que nega seus valores e subverte a cultura negra para compor um simples quadro e limpar a barra com pressões internacionais. Ele lembrou, ainda, que “Olga de Alaketo e toda a raça negra [...] precisam, urgentemente, sair dos quadros de objetos de ‘usos e frutos’, e ser reconhecida em toda sua grandiosidade humana.” (LAMPÃO DA ESQUINA, novembro de 1979, n. 18, p. 09).

A religiosidade afro-brasileira também foi tema de um outro ensaio, na edição número 19, em dezembro de 1979. A jornalista e espiritualista Mirna Grzych escreveu sobre a simbologia expressa em rituais de passagem de ano, onde a lembrança aos orixás africanos são recorrentes. O título de seu texto foi uma alusão à praia e ao culto a Iemanjá: “Dia 31, todo o mundo na praia: Axé!” (LAMPÃO DA ESQUINA, dezembro de 1979, n. 19, p. 12). Desta vez, o jornal não se atentou ao uso indevido da cultura afro-brasileira pelo Estado como fez Confete ao citar a Yalorixá Olga de Alaketo. O objetivo do texto de Mirna é, justamente, mostrar como a religiosidade negra está impregnada em todo o país, sendo a base de todas as religiões.

Uma revolução silenciosa, de baixo para cima, pelo inconsciente, de dentro pra fora, já que os cultos afro-brasileiros, apesar de não aceitos pela cultura oficial, apesar de serem folclorizados e “sincretizados” pelo sistema dominante, branco, europeu e ocidental (cheinho de culpa e medo), vão devorando, triturando, digerindo esse mesmo sistema dominante e suas manifestações cristãs, kardecistas, orientalistas, caboclas, podendo-se dizer hoje que uma religião brasileira seria o somatório de todas essas tendências, com uma base africana. (LAMPÃO DA ESQUINA, dezembro de 1979, n. 19, p. 12).

A autora lembrou da religião como resistência cultural, pontuando inúmeros elementos, rituais, simbologias, personagens etc. encontrados em África antes do tráfico transatlântico e que se mantiveram vivos nas Américas através dos cultos negros. E, em nome do *Lampião*, convidou a todos para estarem na praia no dia 31 de dezembro de 1979, em despedida à “década obscurantista onde reinou a repressão, o medo, a deduração, a ansiedade e a angústia. Mas que fez com que todos tomássemos consciência da nossa condição de oprimidos – nós mulheres, negros e homossexuais.” (Idem). Ao final, Mirna escreveu um pequeno glossário com os significados de palavras utilizadas no texto, mas que faziam parte da linguagem brasileira, graças à rica contribuição africana como, por exemplo, o “Axé: força que assegura a existência dinâmica, que permite acontecer o devir.” (Idem, p. 12).

A visão aqui exposta é a de que a cultura negra, após séculos, persistiu com vivacidade entre a sociedade brasileira. Porém, como lembra Nascimento (1978), essa expansão cultural em vários setores não significa que tenha ocorrido na forma de concessões, respeito ou reconhecimento. Ela precisou enfrentar o silenciamento imposto e violências diversificadas para constituir-se como resistência.

Constituindo a fonte e a principal trincheira da resistência cultural do africano, e o ventre gerador da arte afro-brasileira, o candomblé teve de procurar refúgio em lugares ocultos, de difícil acesso, a fim de suavizar sua longa história de sofrimentos às mãos da polícia. Seus *terreiros* (templos) localizados no interior das matas ou disfarçados nas encostas de morros distantes, nas frequentes invasões da polícia, tinham confiscados esculturas rituais, objetos do culto, vestimentas litúrgicas, assim como eram encarcerados sacerdotes, sacerdotisas e praticantes do culto. (NASCIMENTO, 1978, p. 103).

Ao tocar na cultura, as publicações do jornal não ficaram restritas apenas à religião. Rubem Confete escreveu mais um ensaio para a edição número 17, descrevendo a trajetória do samba e dos sambistas e exaltando a importância dos “quilombos” para a sobrevivência da música. Ao mesmo tempo, celebrou a criação da escola de samba Quilombo em dezembro de 1976 e denunciou a realidade vivida pelos negros “sambistas” nas favelas onde a miséria e a violência policial formam o cotidiano: “No momento político em que se dá a anistia, o favelado ainda é o grande ausente deste benefício. [...] o Quilombo alerta que está inteiramente consciente da realidade do samba e dos sambistas.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, outubro de 1979, n. 17, p. 15).

A politização da escola de samba Quilombo, apontada pelo jornalista Rubem Confete, conversa com as proposições de Lélia Gonzalez (1982), quando lembra da importância das entidades culturais de massa, como o carnaval, para o exercício de práticas políticas que possibilitaram o advento dos movimentos negros de caráter ideológico. A mesma autora, quando fala das políticas de repressão da ditadura e seus efeitos sobre a população negra, adverte que “é o negro da cidade, que mais exposto às pressões do sistema dominante, aprofunda sua consciência racial. (GONZALEZ, 1982, p. 23). Nesse sentido, pelos textos publicados no jornal *Lampião*, percebemos a valorização da cultura negra através de diferentes abordagens. Uma delas foi, justamente, esta consciência racial exposta em eventos artísticos divulgados e comentados pelo impresso.

O jornalista João Carlos Rodrigues foi o responsável por dois textos cuja temática principal voltava-se à arte negra. Para a seção *Reportagem* da edição número 15, de agosto de 1979, ele escreveu sobre “A noite da palavra negra”, evento ocorrido em uma livraria de

Ipanema. Apesar de não ter cobertura da imprensa, exceto da Rede Globo, o lançamento de vários livros de autores negros foi um sucesso e contou com a presença de inúmeras personalidades, entre elas, o ator Milton Gonçalves e o ativista Abdias Nascimento. “Politicamente, foi o primeiro ato público badalado da comunidade negra carioca.” (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 13).

Em junho de 1980, Rodrigues voltou a escrever sobre “A arte dos negros” na seção *Esquina* da edição 25. Em referência ao 13 de maio, onde a luta antirracista também se concentrava – ao lado do 20 de novembro –, o autor pontuou algumas manifestações com propósitos de denunciar o racismo e promover a igualdade. Entre atividades diversas, uma especial no Rio de Janeiro

O Instituto de Pesquisas de Culturas Negras (IPCN), o Movimento Negro Unificado, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) e mais a Fundação patrocinaram o I PAN (Panorama da Arte Negra) entre os dias 9 e 17 de maio. Apesar da pouca divulgação nos meios tradicionais de comunicação, a afluência foi maciça em todas as atividades que comparei. (LAMPÃO DA ESQUINA, junho de 1980, n. 25, p. 15).

Após o trecho com a descrição geral do evento, Rodrigues elencou uma a uma as atividades artísticas presentes. Músicas dos mais diferentes estilos, discussões políticas diversas, lançamentos de livros, o papel do negro no cinema brasileiro etc. foram alguns dos tópicos abordados durante o evento e noticiados pelo jornal. Assim, *Lampião* noticiou que “a grande revelação do I PAN foi exatamente o alto nível político dos espectadores.” ((LAMPÃO DA ESQUINA, junho de 1980, n. 25, p. 15).

Munanga (2003) escreve que para o racista a raça “é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence.” A escrita sobre a cultura negra nas páginas do *Lampião da Esquina* traz, justamente, a percepção de que estes traços atribuídos a raça negra são exatamente a fortaleza de sua resistência e compõem a riqueza de um país multirracial. Em todas as publicações, percebe-se a positividade dessa cultura e induz os leitores à compreensão de que, mesmo sob políticas históricas de silenciamento, ela se manteve presente em todos os espaços de um território cuja língua é o “pretuguês” (GONZALEZ, 1984).

A aparição de questões negras no tabloide homossexual obedeceu aos seus objetivos iniciais de compor um espaço de representação da minoria negra, também. As publicações escancararam o racismo histórico no Brasil, denunciaram atitudes de discriminação em

diferentes esferas e, de alguma forma, elaboraram uma representação que positivou a cultura negra em todas suas manifestações, como pode ser percebido nos textos aqui citados.

A respeito da causa dos negros e as relações construídas com o jornal existem considerações relevantes para pensarmos no jornal como espaço de representação das pautas minoritárias. A primeira delas é que, dentro das abordagens sobre as questões étnico-raciais, os negros ocuparam um espaço visivelmente maior que os indígenas, por exemplo, como será discutido no próximo item. Em segundo lugar, a relação estabelecida com o Movimento Negro Unificado que, em algumas edições, assume a autoria dos textos, também fica patente. A terceira consideração tem a ver com o posicionamento assumido pelo conselho editorial. Ao contrário do que aconteceu com os textos abordando as mulheres e o feminismo, em relação aos negros os editores são praticamente invisíveis. A absoluta maioria das publicações foram escritas por colaboradores externos, em sua maioria negros, com algum vínculo com o Movimento Negro Unificado. As autorias dos textos mostram, talvez, a preocupação do conselho com o fato de que os sujeitos devem assumir seu próprio discurso, assim como aconteceu em relação às mulheres. No entanto, em números, os conselheiros falaram muito mais sobre feminismo do que sobre raça e racismo.

O fato é que, ao estabelecer diálogos com certas lideranças negras, *Lampião da Esquina* contribuiu com um debate importante durante o período de redemocratização. Essa “identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída, num processo dialético realmente muito rico” (Gonzalez, 2019, p. 224) pôde contar com elementos e representações bastante ricos no sentido de desconstruir estereótipos racistas e reconstruir novos olhares sobre ser negro no Brasil.

3.2 INDÍGENAS: QUEM FALA POR ELES?

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. [...] nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais, ambos, hoje também comungaram. (PERO VAZ DE CAMINHA, 1500)

As palavras transcritas acima refletem o pensamento do colonizador português a respeito das populações ameríndias encontradas no ano de 1500 em território brasileiro. Ideias que partiram de uma postura etnocêntrica e europeizada a respeito dos significados de civilização e cultura e que contribuíram para que o tratamento dispensado aos indígenas fosse,

também, um ato de violência. Embora a carta de Caminha quisesse transmitir a ideia de uma conquista pacífica, harmoniosa e unificando a todos “num mesmo coração e religião”, fundando um “mito” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 30), a realidade se mostrou o avesso de tal ilusão. Ao desconhecido nativo obrigou-se a imposição de um modo de ser e estar no mundo, a assimilação àquilo que o colonizador considerava o modelo a ser seguido, ou seja, a cultura branca cristã europeia. A assimilação também corresponde à eliminação e, nesse sentido, a história carrega farta comprovação sobre as atrocidades advindas deste contato. “Guerras da Conquista”, assim chamado este primeiro encontro no conjunto de documentários *Guerras do Brasil.doc* (2018), onde os vestígios dão conta do genocídio contra os índios; um choque entre dois mundos com consequências que reverberam ainda hoje em nosso presente.

Assim como a carta de Caminha, as expedições às terras brasílicas, por suas escrituras, deixavam evidente a preocupação com a cristianização dos “silvícolas”. O cronista português Pero de Magalhães Gandavo, em 1570, escrevia em carta sobre a ausência das letras F, L e R na língua indígena. Portanto, nem fé, nem lei e nem rei, mas desordem. (CUNHA, 1990). E assim se formavam, desde o início, as expedições evangelizadoras jesuíticas em direção ao Brasil; salvar a alma desse povo era uma tarefa urgente. A atuação da Igreja Católica que, com uma cruz e uma bíblia, estabelecia as regras religiosas nos trópicos, pode ser percebida em outra carta, desta vez escrita pelo padre jesuíta João de Azpilcueta Navarro na Bahia de 1550:

Já não fazem mais o que lhes dizem os feiticeiros, e ao contrario, quando se vêm enfermos, recorrem a nós para que façamos orações e digamos as palavras de Deus. Agora está se acabando uma igreja perto d’elles, onde hei de lhes dizer a missa e ensinal-os na língua d’elles, para a qual traduzi a criação do mundo e a encarnação e os demais artigos da Fé e mandamentos da Lei e ainda outras orações, especialmente o Padre Nosso, as quaes orações de continuo lhes ensino em sua língua e na nossa, principalmente aos meninos que tão bem exhorto a rezal-as pelos enfermos, e com efeito, por esse meio vão melhorando. (AZPICUELTA NAVARRO, 1988 (1550), s.p.)

Embora o contato tenha se dado em diferentes contextos e épocas com os, também diferentes, povos indígenas, o tratamento a esses povos e suas culturas acumulam um histórico de apagamento. Colônia, Império e República no Brasil, através de diversos mecanismos, violentaram e exterminaram grupos inteiros. Com isso, se modificou as relações sociais destes e com estes povos, ocasionando desintegração, medo e, também, resistência. Ainda hoje fazem parte da trajetória desses povos a fome, a violência, o preconceito, o desemprego, a falta de direitos mínimos e as inúmeras questões envolvendo suas terras. Situações que têm raízes bem demarcadas no processo de conquista e colonização e nas políticas indigenistas praticadas pelo Estado ao longo dos séculos. (DE JESUS, 2011).

Daniel Munduruku (2012) traça um panorama sobre as diferentes políticas oficiais para os povos indígenas ao longo da história. Ele lembra dos paradigmas exterminacionista (destruição em massa) e integracionista (integrar os índios à cultura ocidental). O autor disserta, também, sobre a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, em 1910 e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em 1967 e suas implicações concretas para as populações indígenas que viviam, por estes órgãos, sob a tutela do Estado. No entanto, o protagonismo indígena, percebido a partir da década de 1970, desencadeou uma mudança de paradigma em uma conquista histórica: o reconhecimento da autonomia desses povos.

No ano de 1988, o Congresso Nacional com ampla participação popular redigiu uma nova Constituição Federal que trouxe consigo inúmeros debates a partir de diferentes contribuições. Considerada Constituição “cidadã”, nossa carta magna estabeleceu direitos importantes para diversos setores da sociedade e grupos sociais específicos, como a criminalização do racismo já citada aqui. Entre as conquistas da ordem social, os Artigos 231 e 232 estabeleceram os direitos assegurados aos povos indígenas. Respeito aos seus modos de vida, reconhecimento de suas culturas e o direito originário às suas terras, “competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1990, p. 91) são algumas das conquistas, agora redigidas em lei. Também, ficou pautada a autonomia dos povos quando o texto afirma que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses.” (BRASIL, 1990, p. 91). A partir da elaboração desta legislação

deu-se início a uma nova era de interação entre os povos indígenas e o Estado brasileiro, agora em situação de igualdade, de horizontalidade, norteadas pelo respeito à diversidade, por meio do reconhecimento da pluralidade de culturas e da garantia de proteção social às minorias indígenas. (MUNDURUKU, 2012, p. 36).

Essa conquista de direitos, ao menos no campo legal, deve-se a diferentes fatores, entre eles, a organização de um movimento indígena reivindicando reparações históricas por tudo aquilo que o processo colonial representou a estes povos. Ao longo de toda a história, o Brasil presenciou diferentes modos de lutas e resistências indígenas frente ao processo colonizador, no entanto, é a partir de meados de 1970 que surge uma consciência coletiva que toma consistência de um movimento social organizado, como escreve Bicalho (2011). A autora lembra que não se trata de negar todo o histórico de luta quando o foco é deslocado para a organização contemporânea a partir dos anos 1970, ao contrário, “ressaltou-se a importância do mesmo para formação da consciência para a luta social que, sistematicamente, se estabeleceu a

partir desta década.” (BICALHO, 2011, p. 02). É nesta década, ao lado de outros diferentes movimentos sociais (movimento feminista, movimento negro, movimento ambientalista), que o movimento indígena toma corpo e alcança certo protagonismo e vai, aos poucos, conquistando espaço no debate público.

A década que propiciou inúmeras manifestações por direitos individuais e coletivos fez com que os indígenas ressignificassem o termo “índio” para um “uso político”, ao mesmo tempo que uma visão “pan-indígena” tomava conta das discussões, ou seja, naquele momento começava o entendimento de que aquilo que afetava uma comunidade também afetava todas as outras. Ou ainda,

A “descoberta” da identidade pan-indígena e o consequente emprego político do termo *índio* acontecem no exato momento em que os líderes indígenas se percebem – a si e aos demais – sujeitos de direitos. Ou seja, tomam consciência de que são pessoas e povos com direitos, capazes de se organizar e reivindicar benefícios sociais para si e para todos. (MUNDURUKU, 2012, p. 48).

Historicamente, o aparecimento do movimento indígena, seu marco inicial, é apontado a partir das Assembleias Indígenas ocorridas com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CAVALCANTE, 1996). A primeira delas ocorreu em 1974, reunindo 17 líderes de diferentes regiões do país e foi, através dessas assembleias, que se aguçou “o protagonismo indígena, fazendo esse povo abandonar uma atitude passiva ou defensiva e tornando-o mobilizador da consciência na defesa dos seus direitos.” (MUNDURUKU, 2012, p. 52). Com o tempo, as mobilizações alcançaram diferentes espaços e conquistaram direitos fundamentais como as próprias garantias constitucionais em 1988, revelando, assim, nas palavras de Daniel Munduruku, o “caráter educativo” do movimento indígena.

Alguns desses apontamentos históricos são importantes para compreender e discutir como que a causa indígena apareceu no jornal *Lampião da Esquina*. A escolha do subtítulo “quem fala por eles?” pretende sinalizar de antemão que as vozes expressas nas publicações não são dos próprios indígenas, mas de seus “representantes”. Explico.

Quando o jornal noticiou os debates na USP a respeito das minorias, lembrou dos representados e dos representantes, relações tão bem analisadas por Pierre Bourdieu (1989; 2004). Dizia a nota de apresentação da reportagem: “os índios, infelizmente ausentes, foram representados pelos seus procuradores habituais – os antropólogos da boa escola.” (LAMPÃO DA ESQUINA, março de 1979, n. 10, p. 09). Não houve nos textos referentes ao encontro nenhuma crítica à ausência indígena. Ao contrário, houve uma espécie de comemoração ao

atestar que “as minorias não estão mais a fim de continuar sendo o último vagão desse enorme comboio denominado ‘luta maior’.” (*Idem*, p. 10). Acontece que, se as minorias homossexuais, negros e mulheres puderam presenciar e falar por eles mesmos durante o evento, os indígenas nem sequer chegaram ao espaço. E o mesmo aconteceu com a visibilidade indígena nas páginas do jornal *Lampião da Esquina*, nenhuma das publicações tem autoria de algum desses sujeitos.

Não é minha intenção desacreditar o trabalho dos antropólogos. Na realidade, a ideia é justamente o oposto, visto que são esses antropólogos que, muitas vezes, atuam na linha de frente em defesa dos índios. Graças aos estudos da antropologia enquanto ciência que muitos dos direitos indígenas foram e são reivindicados e, muitas vezes, conquistados. A demarcação de terras, as TIs, a partir dos laudos antropológicos é um dos exemplos mais significativos da atuação destes estudiosos. O que as fontes nos possibilitam relatar é, entre outras questões, o silenciamento destinado a estas populações no que diz respeito às suas próprias vozes. De todas as minorias presentes no jornal e mencionadas como sujeitos “injustamente discriminados”, são os índios os que menos surgem nos debates e os que não participam da escritura dos textos. Das 37 edições do jornal, apenas duas contemplam a temática indígena, como mostra a tabela nº 03 – anexo C, e todos os textos que viabilizaram as discussões a respeito da causa partiram de antropólogos e estudiosos não indígenas⁴². Mas o que esses “estudiosos do assunto” escreveram? Entre muitas possibilidades, a escolha se pautou em questões pontuais e afins à identidade própria do jornal.

A edição número 08 trouxe como manchete principal a questão indígena. Apresentada em um espaço significativo da capa, a temática foi exposta em três páginas completas, numa edição de 16 páginas.

⁴² Sobre as publicações relacionadas aos povos indígenas, julgamos não ser necessária a elaboração de um gráfico como os apresentados para mapear as referências às mulheres e aos negros. Por se tratar de abordagens realizadas em duas edições, apenas, e com poucos textos, as temáticas levantadas estão expressas somente na tabela número 03, em anexo. Ambas foram escritas no ano de 1979, por isso, um gráfico sistematizando as publicações em cada ano perde o sentido.

Figura 13: Capa do jornal *Lampião da Esquina*, edição nº. 08.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, janeiro de 1979.

A reportagem denominada “Como aprender com os índios” recebeu uma breve apresentação sobre o porquê de estar sendo escrita naquele momento. Evidencia o compromisso assumido na edição de estreia e a responsabilidade em abordar, também, a temática indígena.

LAMPIÃO da esquina, que desde o número zero apresentou-se como um jornal de minorias e destacou os índios como uma das minorias a ser prioritariamente defendidas, dá, neste número, sua contribuição à luta geral em favor da sobrevivência do índio brasileiro; mas acha que deve fazer à sua maneira, lembrando mesmo aos que se declaram partidários desta luta deve ser apresentado não como um ser mítico, o senhor da floresta, mas como um povo que tem sua cultura própria. Uma cultura cuja base principal é a harmonia com a natureza, uma harmonia tão completa que abrange o sexo: entre eles, este é fonte de alegria e prazer em todas as suas formas. (LAMPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1979, n. 08, p. 05)

Nesta apresentação, subentende-se o foco das abordagens presentes na sequência: o sexo “alegre e prazeroso” como simbologia da harmonia cultural indígena. E essa fala, a meu ver, vai na contramão da proposta lembrada palavras antes. A descrição de uma harmonia “completa” pode remeter a um “ser mítico”, avesso a qualquer contradição nas relações com os

indivíduos e com a natureza. Embora a intenção seja, de certo modo, admirável, porque pressupõe uma outra representação dos indígenas que não aquela ligada à violência e comumente apresentada nos meios de comunicação (MELO, 2003), os textos partem desse princípio: há uma cultura que é própria, harmoniosa, onde o sexo é prazeroso. É, basicamente, nesses pilares que se concentram a maior parte de publicações deste número. Três delas, de cinco, costuram esses temas.

O jornal frisa que relações homossexuais entre os índios são encaradas naturalmente e apresentam-se como uma prática com bastante vestígios históricos. Luiz Mott, antropólogo brasileiro reconhecido por suas diferentes contribuições à história da sexualidade no país e ativista pelos direitos LGBTs, escreveu um pequeno artigo revelando “Notícias do amor-mentira” (LAMPILÃO DA ESQUINA, janeiro de 1979, n. 08, p. 07). Para noticiar tal amor, ele recorre aos estudos do, também antropólogo, Levi-Strauss, para quem “entre os Nhambiquara o homossexualismo é chamado poeticamente de ‘amor-mentira’, sendo que tais relações ocorrem com uma publicidade bem maior que a das relações normais.” (*Idem*, p. 07). Tais percepções, colhidas na “atualidade” apenas fazem parte de um histórico de “práticas homossexuais” entre os indígenas, como lembra Mott no jornal:

Podemos afirmar, sem medo de erro, que o homossexualismo no Brasil é mais antigo que o próprio Brasil: quando os europeus aqui chegaram, pasmaram-se e lançaram anátemas contra os índios Tupinambá, por serem “muito afeiçoados aos pecados nefandos”. Pecado nefando, torpeza nefanda sodomia eram os termos usados antigamente para se descrever as relações homossexuais e mais precisamente a cópula anal. (*Idem*, p. 07)

Luiz Mott é autor de inúmeros trabalhos que descrevem e analisam a “homossexualidade” entre os indígenas brasileiros em diferentes contextos e épocas, daí sua contribuição. No tocante ao tema é necessário que se faça uma ressalva. O termo homossexualidade surge em um contexto datado histórica e socialmente que é a Europa moderna e burguesa. Portanto, trazê-lo como suporte para compreender as relações entre os povos indígenas leva a um risco duplo que é partir de uma visão eurocêntrica e, ao mesmo tempo, anacrônica. (FERNANDES, 2017). O próprio Luiz Mott chamou atenção à questão em alguns dos seus trabalhos quando, por exemplo, observou que as “práticas homófilas” são anteriores à colonização indagando-se “até que ponto o conceito de homossexualidade pode ser usado com propriedade heurística para descrever e interpretar as relações unissexuais do mundo extra-europeu.” (MOTT, 1998, s.p.). Fernandes (2017, p. 640) recorda que, para fins analíticos, a expressão pode servir como um guarda-chuva para dar conta das diversas práticas sexuais que

não se encaixam no padrão heteronormativo estabelecido pelo colonizador. Tais relações, lembra o autor, estão situadas em contextos específicos e são sempre lembradas pelos cronistas e etnólogos como “‘pecado nefando’, ‘sodomia’, ‘pederastia’ e ‘hermafroditismo’, por exemplo.”

Em outro texto na mesma reportagem, João Silvério Trevisan, traduziu “trechos do livro ‘*Keep the river on your right*’, do pintor americano Tobias Schneebaum, que viveu algum tempo numa tribo de índios da selva peruana. [...] esses nativos tinham costumes sexuais que pareciam ‘estranhos’ aos brancos.” (LAMPÃO DA ESQUINA, janeiro de 1979, n. 08, p. 06). Dos trechos selecionados para a publicação, costumes estranhos como os ritos do parto e o canibalismo são abordados como exemplo de uma cultura “própria”. E é nessa cultura tribal peruana que, também, a “prática homossexual” está presente, sem nenhum julgamento: “Michii [...] virou Darinimbiak de costas e levantou seus quadris de tal modo a deixa-lo de quatro. Enquanto ambos grunhiam e cantarolavam “Mayaarii-há, Mayaarii-há, Michii deitou-se sobre as costas de Darinimbiak e penetrou dentro dele.” (*Idem*, p. 06).

Relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram práticas comuns não só na América pré-colombiana e no período colonial (MOTT, 1998), como ainda é uma realidade entre os indígenas brasileiros, embora muitas vezes silenciada, lembra Fernandes (2016). Para este autor, havia e ainda há certa visão entre os povos ameríndios que estabelece ligação entre tais relações e um “potencial sagrado”. No entanto, ele ressalta que as visões elaboradas por cronistas e missionários refletem uma perspectiva preconceituosa e objetivando justificar a conversão dos índios, “quase sempre pelo uso do medo”.

O entendimento “sacro” das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo é percebido, também, entre os Guaraní, como pontua a indígena Jerá Giselda (2010, p. 06) que busca no mito de criação a explicação para tal existência. Lembra ela, ao se referir a presença de um estudioso homossexual em sua aldeia:

Ele é guaxu, como nós chamamos a homossexualidade. Em nenhum momento ele quis esconder isso. E foi acolhido mesmo entre os homens. Ele gosta muito de um mito Guaraní: quando Nhanderu criou o mundo, fez os homens primeiro. E aí um dia disse para os filhos: “vai lá na terra ver como o povo está.” E aí o filho de Nhanderu veio e viu que os homens estavam namorando. E tinha um homem grávido. Aí ele volta para o pai e relata o que está acontecendo. E aí o pai diz: “volta lá e cria um parceiro para esses homens, uma mulher lá na terra.” E aí ele veio e gerou a mulher. E o homem grávido falou assim: “e eu? E agora?” “Não. Você não vai ter o seu filho aqui Nhanderu fez uma morada sagrada para você ficar lá.” E aí ele aceitou. E até hoje ele está lá, em uma morada sagrada. E aí eu digo brincando para o gringo: “está vendo! Gay também existe no mundo dos Guaranis desde que o mundo é mundo! Tem um até grávido!”

Obviamente, essa é apenas uma das visões e não deve corresponder à totalidade dos povos. É importante pontuar a diversidade de populações indígenas existentes no continente americano. Assim já era quando da colonização. Porém, em muitas das culturas, as práticas “homossexuais” eram vistas, documentadas e rechaçadas pelos cronistas e evangelizadores católicos. E com propósitos bastante evidentes para o silenciamento dessas práticas, os colonizadores “catequizaram” os índios dos mais diferentes modos. Eduardo Galeano lembra o caso panamenho:

Os guerreiros que conquistaram a América deram algumas contribuições dignas de consideração à tecnologia das mortes exemplares. Em 1513, dois dias antes daquilo que chama *descobrimento do Oceano Pacífico*, o capitão Vasco Núñez de Balboa *aperreou* cinquenta índios que ofendiam a Deus praticando *abominável pecado contra natura*. Em vez de queimá-los vivos, lançou-os aos cães viciados em devorar carne humana. O espetáculo teve lugar no Panamá, à luz das fogueiras. O cão de Balboa, *Leoncico*, que recebia soldo de alferes, destacou-se entre os demais com sua mestria na arte de destripar. (GALEANO, 1999, p. 68).

O jornal *Lampião* lembrou da violência imposta à sexualidade dos índios que “transavam numa boa” até chegar o homem branco. A capa do impresso anunciou o foco que seria colocado sobre a questão indígena naquela edição. Em mais um artigo, desta vez construído a partir de excertos do trabalho do antropólogo Darcy Ribeiro em publicação ao CIMI, o jornal publicou sobre as relações construídas a partir da não repressão e lembrou da serenidade e respeito com que agem alguns indígenas diante de situações inusitadas, como o incêndio proposital de uma casa por uma criança no Xingu. (LÂMPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1979, n. 08, p. 07). Mais do que não repreender o “incendiariozinho”, o respeito com os índios Kadiwéu homossexuais é algo a ser lembrado pelo antropólogo e, propositalmente, pelo jornal:

Eles chamam o homossexual de Kudina. O kudina é um homem-mulher, ou um homem que decidiu ser mulher. Ele se veste como mulher, pinta o corpo como uma mulher – e menstrua.

Entre os índios a mulher menstruada – flechada pela lua na linguagem deles – está em estado de impureza, pelo que é intocável e perigosa. Então, para maior segurança dos homens, ela se retira para um ranchinho isolado durante a menstruação. O ranchinho vira um ninho de fofocas, e por isso os Kudinas resolvem menstruar também e ficam uns dias lá, numa boa, fofocando o dia inteiro.

Mas o Kudina é uma figura absolutamente aceita, integrada no grupo. Significa apenas uma possibilidade de condição humana que a tribo incorporou e institucionalizou. (*Idem*, p. 07).

A presença destes textos sinaliza uma escolha. A saber: a explanação das sexualidades nativas, ou melhor, da homossexualidade como uma realidade entre os povos indígenas, sem que isso seja encarado como “pecado” ou motivo de punição. Aliás, estas percepções foram e

são expostas pela colonização e suas práticas repressoras, como tenta informar os artigos no jornal. Ao escrever sobre o “índio na mídia” e a formação dos discursos e representações, Patrícia Bandeira Melo (2003, p. 03) argumenta que “a escolha do que se diz está marcada histórica, ideológica e estruturalmente, não sendo um ato de total liberdade, mas dependente do repertório do autor e de sua inscrição social.” Por este pensamento, é possível localizar a identidade central do jornal, através de seus conselheiros, quando opta pelo foco nesta temática: as relações homossexuais indígenas. Com os textos evidencia-se a “normalidade” com que essas relações são enfrentadas ao longo da história por essas populações, levando o leitor a uma outra visão cultural que não a punitiva e castradora da lógica colonial nas Américas.

Apesar da temática homossexual perpassar os textos publicados pelo jornal, é necessário que se faça justiça às outras abordagens também feitas pelo mesmo. Em um contexto histórico onde a luta das minorias, em geral, se fazia evidente, a luta dos povos indígenas – organizados em movimento a partir daquela década -, embora não tenha sido o principal mote das discussões, também esteve presente nas páginas do *Lampião*. O texto de abertura da reportagem já citada, “Terra Papagalorum”, escrito por Katie Van Scherpenberg, artista plástica e estudiosa da cultura indígena⁴³, pontuou importantes informações sobre a diversidade indígena no país, as políticas indigenistas perpetradas pelo Estado e a urgência em respeitar suas culturas. “Na época do Descobrimento, avalia-se em aproximadamente 1 milhão o número de índios existentes no Brasil. Hoje existe pouco mais de 180 mil” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, janeiro de 1979, n. 08, p. 05), diz ela, recordando o extermínio causado pelos diferentes processos de colonização ao longo dos anos.

Na sequência, a autora escreveu sobre o indigenismo a partir do SPI e da Funai, órgãos governamentais criados para a proteção dessas populações, mas que na prática estabeleceram uma relação bastante contestada entre Estado e povos indígenas. Mesmo com a criação da Funai, durante o regime militar “não se chegaria nunca a uma solução adequada, pois a terra prometida aos indígenas vale cada dia mais num sistema econômico ao qual culturalmente é impossível para eles a adaptação.” (*Idem*, p. 05).

A luta pela terra sempre foi uma questão primordial aos povos indígenas, visto que o entendimento que possuem sobre ela está ligado ao seu uso para manutenção de seus modos de vida, suas cosmovisões. Como afirma Gohn (2010), a maioria de suas demandas estão ligadas à terra, porque é uma relação construída no mundo simbólico, sagrado. Enfim, a terra simboliza a existência de suas culturas em todos os aspectos (sociais, econômicos, religiosos etc.).

⁴³ Apresentação feita pelo próprio jornal a respeito dos autores que compunham a reportagem sobre os índios na edição de número 08, em janeiro de 1979.

Durante o regime militar, mesmo com a criação da Funai - órgão com políticas integracionistas e atitudes de paternalismo e assistencialismo (MUNDURUKU, 2012), os recursos financeiros e humanos se tornaram insuficientes para que a proteção aos índios se consolidasse. Bicalho (2011, p. 09) aponta para os projetos desenvolvimentistas do governo ditatorial que “convergiram diretamente para as terras indígenas, tornando esses povos mais vulneráveis à política integracionista do Estado.”

Sobre a questão fundiária e a demarcação, *Lampião* trouxe um posicionamento político bem claro. Na edição número 12, de maio de 1979, o jornal estampou uma fotografia do índio Aritana, cuja trajetória em defesa da terra foi explanada em texto ao lado da imagem.

Figura 14: Fotografia do chefe indígena Aritana. Jornal *Lampião da Esquina*, edição nº 12.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, maio de 1979, p. 06.

A representação de Aritana, feita através de sua fotografia, indica uma postura de altivez e capacidade de enfrentamento. Destoa da imagem do índio pacífico, ingênuo, o “bom selvagem” defendido por Rousseau (SCHWARCZ; STARLING, 2015) e o aproxima àquele disposto a lutar pela garantia de direitos, como bem explica o jornal:

Este é Aritana: não o da novela, mas o verdadeiro, um dos chefes índios [...] que travam uma luta desesperada, no Parque Nacional do Xingu, para manter a identidade cultural do seu povo, ameaçada por todo o tipo de interesses excusos. [...] imagine-se o que enfrentam Aritana, Raoni, Juruna e outros em sua batalha para preservar o que ainda resta do seu povo. A campanha pela demarcação das terras dos índios, iniciada de modo bastante tímido, cresceu muito nas últimas semanas. [...] LAMPIÃO, um jornal de minorias, reafirma, aqui, sua posição nesta campanha: que se cumpram os acordos e promessas, garantindo a terra dos índios brasileiros. (LAMPIÃO DA ESQUINA, maio de 1979, n. 12, p. 06).

Com a nota é possível perceber outra visão em relação à causa indígena. O jornal desvia da abordagem romantizada sobre as vivências sexuais e aponta para uma luta urgente que é a demarcação das Terras Indígenas. Ainda, cita importantes lideranças, como os Caciques Raoni e Mário Juruna e seus enfrentamentos às políticas de invasão e sufocamento de suas culturas locais. A escrita deste texto, por mais sucinto que seja, revela um protagonismo indígena através das batalhas travadas no campo político e um posicionamento contundente do jornal pela garantia da terra a esses povos.

A mesma edição, em texto assinado por Beatriz Medina, denunciou a violência orquestrada em diferentes frentes contra os índios Caxinauás, no estado do Acre. A maior parte dos enfrentamentos estavam relacionados, também, à Terra e seus usos. Ao buscarem denunciar os abusos sofridos à FUNAI, foram impedidos pelo órgão de levar as denúncias à população e à imprensa. No entanto, segundo a autora, os indígenas conseguiram recursos e viajaram ao Rio de Janeiro “para dizer a todo mundo que suas terras são invadidas, depredadas e despojadas de suas riquezas; que suas roças, suas casas, são destruídas” (LAMPIÃO DA ESQUINA, maio de 1979, n. 12, p. 06), entre outras formas de violação de direitos. Mesmo com a determinação indígena de denunciar no Rio de Janeiro – em ato público organizado pela Comissão Pró-Índio em comemoração ao Dia do Índio – as atrocidades encontradas no norte, não foi possível. A repressão policial impediu que tal atitude fosse tomada. Lembra Beatriz Medina: “Como o terrorismo de cá não deixou que eles falassem do terrorismo de lá, que ao menos sua história seja lida e contada, e espalhada por todos, pois é a história comum dos trabalhadores rurais que fazem a tão decantada ‘riqueza do Brasil’.” (*Idem*, p. 06).

Melo apontou, através de uma investigação, como a imprensa, de modo geral, lida com a questão indígena a partir do que ela chama de “concessões” aos excluídos, e por que ele se torna notícia. Nas palavras da autora:

O indígena figura na imprensa quando o assunto é violência porque, sendo vítima, não é qualquer um que é agredido, mas aquele que integra um grupo em extinção, ignorante e ingênuo; quando é autor da violência, entra na pauta pelo inesperado, pois mesmo que a maldade lhe ocorra, a civilização branca o transformou no "bom selvagem", catequizado, de quem não se espera mais uma atitude agressiva. Ou, mesmo, para justificar seu extermínio, se a civilização não conseguiu amansá-lo, então exterminá-lo é o meio para se garantir o fim da violência que lhe é peculiar. (MELO, 2003, p. 06).

Ou ainda, podemos nos amparar nas considerações de Zeneide Rios de Jesus, para quem a grande imprensa se restringe a “reforçar a imagem dos indígenas como seres violentos, sujos, preguiçosos, improdutivos. Limita-se a guiar o olhar preconceituoso com que cada vez mais um número maior de pessoas enxerga as sociedades indígenas.” (DE JESUS, 2011, p. 09). Se essa é a regra geral, é imperativo dizer que *Lampião da Esquina* rompeu com este paradigma ao trazer discussões que vão além da violência, embora cruzem por ela. Não apenas a questão da sexualidade, mas um modo diferente de enxergar a diversidade cultural foi transmitido através dos poucos textos que o jornal dedicou ao assunto. Entretanto, mesmo que dispunha de boa intenção, também alguns contrapontos são importantes.

Não se trata aqui de crucificar o jornal pela ausência indígena na autoria dos textos ou pelas informações reduzidas que o conselho editorial dispunha para representar essas minorias ao longo das edições – não houve nenhum texto que abordasse o Movimento Indígena em organização naquele momento, por exemplo. Porém, é necessário mostrar que, mesmo um jornal alternativo que tentou ser “porta-voz de todas as minorias” não conseguiu alcançar os índios com a mesma velocidade e capacidade que fez às mulheres e aos negros.

A declaração do jornal *Lampião da Esquina* em ser um “jornal homossexual” responde a que – ou a quem – ele, propositalmente, pretendia representar enquanto espaço de comunicação. Sua identidade lhe conferia a responsabilidade de falar sobre os homossexuais, sejam eles homens ou mulheres, e assim o fez de modo bastante talentoso, como mostram os diferentes trabalhos de investigação (principalmente nas áreas da história e da comunicação) a respeito do ineditismo e compromisso assumido durante suas publicações. Cito isto para que não haja condenações a respeito da pouca visibilidade indígena se analisadas as 37 edições do jornal. Seu principal combustível era a homossexualidade e, talvez, por isso, por não dispor de contatos necessários para que houvesse uma interlocução com representantes indígenas, o

conselho optou por tratar, em parte significativa das poucas publicações, sobre as sexualidades indígenas, cruzando os dados obtidos em estudos antropológicos com a principal abordagem do jornal. Se as rotas traçadas com as mulheres e com os negros foram melhor alicerçadas, em relação aos índios é notável a ausência do diálogo para que eles mesmos publicassem textos como protagonistas diretos e não como resultados de estudos antropológicos.

Mal perceptível em nosso país, desde o achamento em 1500, a invisibilidade indígena merece atenção não apenas no jornal *Lampião*, mas em todos os espaços. Cabe à História enquanto ciência retirar desta invisibilidade tantos sujeitos com trajetórias e culturas próprias, tão ricas como qualquer outro personagem da história do país, movimento que já vem sendo feito nos últimos anos (DE JESUS, 2011). Desde o período em que *Lampião da Esquina* foi publicado, o Movimento Indígena cresceu em organização e conquistas. Frutificou direitos fundamentais e a população indígena alcançou um aumento populacional significativo nos últimos anos, como mostram os dados do IBGE⁴⁴. No entanto, os povos indígenas continuam sendo vítimas de preconceitos, discriminações, violências e muito desconhecimento. É imprescindível que, assim como tentou o jornal *Lampião*, também lembremos deles, suas trajetórias e suas organizações em luta através de um movimento que surgiu “da vontade de sobreviver ao genocídio programado, com data para acabar com os índios preconizada pelos ministros do Governo, em discursos públicos.” (KRENAK, 2012, p. 81). As palavras de Ailton Krenak explicam a importância histórica de se organizar em plena ditadura militar em oposição ao projeto genocida que a mesma representava e, a partir daquele momento, permanecer sempre com o punho cerrado pela garantia de direitos. Porque, mesmo que tenhamos reconquistado a democracia, os projetos e políticas públicas direcionados aos índios não nos fornecem no tempo presente motivos para comemoração, muito pelo contrário.

3.3 QUANDO *LAMPIÃO DA ESQUINA* INTERSECCIONOU OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

Desde do início do meu envolvimento com o movimento de mulheres fiquei incomodada pela insistência das mulheres brancas liberacionistas que a raça e o sexo eram duas questões separadas. A minha experiência de vida mostrou-me que as duas questões são inseparáveis, que no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher. [...] a luta para acabar com o racismo e a luta para acabar com o sexismo estão naturalmente entrelaçadas e fazê-las separar era negar uma verdade básica da nossa existência, que

⁴⁴ Segundo o Censo IBGE 2010, no Brasil vivem mais de 305 povos indígenas, somando quase 900 mil pessoas. Informação retirada do Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F. Acesso em: 23 de maio de 2020.

a raça e o sexo são ambos faces imutáveis da identidade humana. (HOOKS, 2014, p. 12).

Não há, nesse texto, a elaboração de dados quantitativos prontos, construídos em tabelas ou gráficos como o realizado nas outras análises que acompanham essa dissertação. As considerações elaboradas aqui não dão conta de tudo o que pode ser percebido no jornal se o mesmo for analisado, em sua totalidade, cuidadosamente através de uma metodologia amparada com exclusividade pela perspectiva interseccional. O que menciono são as percepções obtidas através dos textos que ampararam as análises dos capítulos 2 e 3 e que, pelo intercruzamento dos marcadores de sexo, raça, classe e sexualidade, por exemplo, merecem ser lembrados por isso, logo, em outra discussão: a da interseccionalidade.

Perceptível na própria identidade construída pelo jornal, a intersecção entre gênero e sexualidade foi amplamente debatida quando trouxe para os leitores a situação das mulheres lésbicas, por exemplo. No entanto, em outras oportunidades aparecem distintos marcadores em intersecção dando visibilidade às opressões cruzadas, como mostram os estudos da interseccionalidade. É o caso das considerações de Cynthia Sarti em abril de 1980 analisando o II Congresso da Mulher Paulista. Mesmo defendendo um feminismo livre da intervenção sistemática das esquerdas e suas bandeiras em prol das mulheres trabalhadoras, a autora reconhece os enfrentamentos a mais que determinadas mulheres precisam realizar. Afirma ela o seguinte: “a situação da mulher no Brasil é abominável. Ela é discriminada no trabalho, pelo marido, pai, filho, irmão, etc. Quanto mais pobre ela for, pior; se for negra ou homossexual a barra pesa ainda mais” (LAMPÃO DA ESQUINA, abril de 1980, n. 23, p. 08). Paradoxalmente, embora cite esses marcadores que são geradores de opressões diferentes em uma mesma mulher, Sarti defende um feminismo que se atente para as questões da mulher em si e não das diferenças que surgem através de uma análise interseccional, como já mostrado no item 2.4.2. Seu argumento é de que quando se prioriza a questão da classe, por exemplo, “o resultado é que a gente acaba deixando de falar do que nos interessa, em nome do que é mais premente para quem é mais oprimido. Isso é redenção” (*Idem*, p. 08). Como, também, já discutido, o texto defende os interesses de sua identidade de mulher branca e com condições sociais satisfatórias, ou seja, a brancura do feminismo, como menciona Akotirene (2019).

Se observado cuidadosamente, é possível identificar já na edição número 01 uma análise interseccional publicada pelo jornal. Na seção *Esquina* o texto “Feministas com a palavra” trouxe parte da resposta da socióloga Heleieth Saffioti ao jornal *Movimento*. O jornal referido havia realizado uma entrevista com o sociólogo José de Souza Martins onde ele afirmava que a mulher não era explorada pelo marido, mas pelo patrão do marido. Logicamente, a leitura

marxista realizada pelo sociólogo não considerou a perspectiva de gênero como importante no tecido das desigualdades, é por isso que a resposta de Saffioti foi escolhida por *Lampião* por ser “a mais segura” das respostas entre todas as feministas que escreveram criticando o sociólogo (LAMPIÃO DA ESQUINA, maio e junho de 1978, n. 01, p. 08). A socióloga feminista não descartou a classe, mas lembrou igualmente do peso que é ser mulher, mesmo entre as mentes socialistas:

A libertação à qual aspiro só é possível no seio do socialismo. Mas, atenção, não acredito em automatismos do tipo: eliminadas as classes, estabelecer-se-á a equidade entre os sexos. Este raciocínio primário responde pela inferioridade social da mulher em muitos países que se pretendem socialistas.
[...] Se eu dependesse de meu feminismo para viver, seguramente não estaria viva para escrever esta carta. Ao contrário, meu feminismo provoca, em mentes pouco esclarecidas, a insegurança e, por conseguinte, a ira (*Idem*, p. 08).

Discussões como as apresentadas por Saffioti são lembradas em Biroli e Miguel (2015), para quem a primeira frente a articular estes marcadores aconteceu através do feminismo marxista. O que se percebe na escrita de Saffioti, repostada por *Lampião da Esquina*, é uma articulação entre gênero e classe, enfatizando que a abolição de um dos marcadores (a classe social) não exclui a opressão causada através do outro (ser mulher).

Em outro momento, as variáveis orientação sexual e raça também se inter cruzaram, o que pode ser observado na edição número 13, de junho de 1979. Com prioridade à denúncia de racismo, a carta enviada ao conselho relatava o impedimento de quatro jovens homossexuais e negros de entrarem em um bar em São Paulo. Sob o pretexto de que o espaço estaria lotado, os jovens ficaram de fora assistindo pessoas brancas com livre acesso ao local. Após detalhar o acontecido, os jovens lembram a raça como o marcador responsável pela discriminação:

Nós alegamos que a maneira em que fomos recebidos pelo 266 West foi por sermos negros. Aproveitamos a ocasião para acrescentar que o homossexual brasileiro nunca deve se queixar dos preconceitos existentes na nossa sociedade enquanto ele mesmo mantiver determinadas restrições para com o seu próximo de cor (LAMPIÃO DA ESQUINA, junho de 1979, n. 13, p. 02).

Não existe hierarquia de opressão (AKOTIRENE, 2019, p. 46), não podemos sinalizar quem entre todos os discriminados sofre mais. Porém, através da denúncia realizada pelos jovens através do jornal, é possível identificar que, embora os homossexuais possam ser identificados como sujeitos discriminados socialmente, o marcador da raça interferiu, naquele momento, para uma discriminação entre eles mesmos. No bar referido, a presença de homossexuais era a realidade do espaço, no entanto, quando a presença homossexual negra se

aproxima, há uma barreira impedindo o trânsito. São as matrizes de opressão que, em intersecção, potencializam a exclusão.

Para Akotirene (2019), a matriz da interseccionalidade é o pensamento feminista negro. Mesmo sem utilizar nomenclaturas como interseccionalidade ou feminismo negro, no final da década de 1970 o jornal *Lampião* lembrava seus leitores que a intersecção entre sexo e raça resultava na produção de desigualdades além daquelas já vivenciadas pelas mulheres brancas e pelos homens negros. Assim, alguns textos discutiam a realidade da mulher negra no Brasil, em especial dentro dos movimentos negro e feminista.

Tal observação pode ser feita quando o ativista negro Abdias Nascimento foi entrevistado. Em uma das questões, o jornalista Aguinaldo Silva questionou “qual seria o papel da mulher negra dentro deste movimento” (LAMPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 12), lembrando que o machismo deveria ser igualmente combatido. Em resposta, Nascimento concorda com o jornalista ao revelar que, para ele, “a mulher negra é o elemento revolucionário mais importante neste país, porque é o que mais sofreu, o que mais foi oprimido, destituído, humilhado.” (*Idem*, p. 12).

Em outra oportunidade, com críticas à composição dos movimentos feministas, o jornalista Francisco Bittencourt, após realizar a cobertura do I Encontro Nacional de Mulheres, em março de 1979 no Rio de Janeiro, escrevia sobre o “Perfil de uma feminista brasileira” (LAMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 10). Ele não cita a “cor” ou a “raça”, mas suas palavras nos dirigem à dedução:

Na casa dos 30 anos. Alta, bonita, bem vestida, educação superior. De sua classe privilegiada ela procura esquecer os mitos, a linguagem e as idiossincrasias para poder participar de uma luta que acredita estar começando agora, junto com o desabrochar de sua consciência. [...] – Compreendi que a mulher, na ideologia burguesa, é antes esvaziada de qualquer especificidade para depois receber as rédeas da casa. A “rainha do lar” (LAMPIÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 10).

Se os ideais burgueses de opressão às mulheres incomodavam a “feminista brasileira”, a realidade vivenciada pelas mulheres negras estava historicamente distante da condecoração “rainha do lar”. A aparente liberdade prometida pelo fim do sistema escravocrata não alcançou essas mulheres, visto “a desesperadora situação econômica das mulheres negras” que desde a escravidão “realizam o pior de todos os trabalhos e são ignoradas” (DAVIS, 2016, p. 105). Se para a feminista burguesa a possibilidade de trabalhar fora de casa era entendida como um direito a ser conquistado, há muito as mulheres negras já estavam no mercado de trabalho, quase sempre em posições de subalternidade. Ângela Davis (2016) lembra das mulheres negras

trabalhadoras domésticas, às quais compõem a maioria nesse quadro e recebem salários menores do que os das mulheres brancas: “Nos programas das feministas ‘de classe média’ do passado e do presente, a conveniente omissão dos problemas dessas trabalhadoras em geral se mostrava uma justificativa velada [...] para a exploração de suas próprias empregadas” (DAVIS, 2016, p. 104). No Brasil, a professora Ângela Figueiredo, que realizou pesquisa entre trabalhadoras domésticas nas cidades de Brasília e Salvador, argumenta que à negação de diferentes direitos, soma-se à vida das trabalhadoras domésticas “a pertença étnico-racial da maior parte das trabalhadoras domésticas e as representações sobre os corpos das mulheres negras, sempre associados ao servir” (FIGUEIREDO, 2014, p. 292).

A ação de Francisco Bittencourt, mesmo sem mencionar, foi transcrever o caráter elitista e privilegiado das feministas no Brasil. Pela discussão realizada no capítulo 2 sabemos como a representação das mulheres e do feminismo foi construída nas edições do jornal. Houve críticas, debates, diálogos e a marcação das diferenças entre essas mulheres. Quando o jornal noticiava as movimentações feministas, uma imagem acompanhava o canto superior esquerdo das páginas. Se a “marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições da identidade” (WOODWRAD, 2000, p. 39), essa imagem mostra muito sobre a identidade feminista interpretada pelo jornal. Como no texto de Bittencourt, a feminista da fotografia é bonita, bem vestida e se apresenta como pertencente a uma determinada classe social: a burguesa. Ela é branca e se faz notar pelo som de um instrumento de sopro.

Figura 15: Imagem ilustrativa do feminismo. *Lampião da Esquina*, edição nº 11.



Fonte: Jornal *Lampião da Esquina*, abril de 1979, p. 09.

É neste mesmo número que o jornal aposta em um contraponto a essa identidade. Longe dos debates feministas brancos, a mulher negra protagonizou uma reportagem de *Lampião da Esquina* através de um extenso texto escrito pela ativista Lélia Gonzalez. “Mulher negra: um retrato” descreveu a vida de uma brasileira, representativa que é de tantas outras. Por sua ampla capacidade de leitura social, por se tratar de um texto escrito por uma escritora negra e publicado em um jornal que atuava na defesa das minorias em um período difícil da política brasileira, decidi anexá-lo a este trabalho⁴⁵. Suas palavras mostram um Brasil anônimo, muitas vezes desconhecido. Mas real e de violências estrondosas, mesmo que os sons não toquem nossos ouvidos. Nele, é perceptível a intersecção das variáveis gênero, raça e, também, a classe em um mesmo sujeito, cujo produto afetado pelo sexismo, pelo racismo e pela desigualdade social revela a base de uma pirâmide social (BIROLI, MIGUEL, 2015) e atesta, como disse Ângela Davis (2017), que quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.

Na concepção de Akotirene (2019, p. 63), a interseccionalidade pode ser compreendida como “uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais”,

⁴⁵ Anexo D, página nº 229.

lançando luz sobre “como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos.” A escrita de Lélia Gonzalez, que apresenta em detalhes tal interação, nos fornece um fértil material para uma análise sob a ótica da interseccionalidade. Nele é perceptível as estruturas do sexismo e do racismo encontrando-se na realidade social de uma determinada mulher e cujas matrizes de opressão significam a experiência de uma violência constante. A mulher apresentada pela antropóloga é tecida por vários fios, demonstrando, de acordo com Biroli e Miguel (2015, p. 51) que “as pessoas vivenciam uma condição que não é a de mulher/homem ou a de branca/negra ou a de trabalhador/proprietário, ou melhor dizendo, não é a vivência de um componente da sua identidade, mas de como um conjunto cruzado de privilégios e desvantagens organiza sua trajetória.”

No “retrato” da mulher negra nota-se inúmeros elementos, apesar de, aparentemente, ser uma só imagem. Nele, há a identificação de uma realidade em contraste o tempo todo com outra que é branca e rica. Migração forçada em busca de oportunidades melhores; a criação dos filhos sem a presença do pai; a realidade de uma habitação totalmente precária – aquilo que a própria Lélia Gonzales (1984, p. 232) classificou como “divisão racial do espaço”; a sistematização da violência através da força policial; a impossibilidade de estudar; a abolição da infância em detrimento do trabalho; a regra do emprego doméstico – sem direitos trabalhistas; assédio sexual; violência doméstica; descaso durante atendimento médico são algumas das produções da interação das estruturas que podem ser lidas no texto e que são forjadas pela combinação entre gênero, raça e classe.

Enquanto algumas feministas escreviam sobre a discriminação no acesso ao mercado do trabalho ou sobre as prescrições machistas que relegavam a mulher aos cuidados do lar e dos filhos – reivindicações legítimas certamente, *Lampião da Esquina* escolheu uma escritora negra que pensava a sociedade e as relações de gênero a partir da combinação com outros marcadores para realizar um contraponto entre o pensamento feminista majoritário naquele momento e as outras possibilidades invisibilizadas. Abdias Nascimento, na edição número 15, lembrou a importância de Lélia Gonzales para a denúncia deste contraste: “É bom lembrar que estes movimentos feministas que andam atuando por aqui estão sendo feitos às custas das mulheres negras, que estão lá, trabalhando nas cozinhas, enquanto suas patroas vão para a rua reivindicar” (LAMPÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 12).

A escrita de Lélia pode ser interpretada como uma análise através da matriz interseccional, pois permite compreender que os sistemas de dominação são múltiplos e é isso que a interseccionalidade propõe (BIROLI; MIGUEL, 2015). Se Ângela Davis e bell hooks,

entre outras, são mencionadas pelos estudos pioneiros a respeito da temática nos Estados Unidos, no Brasil Gonzales articulava os eixos identitários e denunciava as consequências das estruturas opressivas. Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira* a autora lembrou deste mesmo retrato publicado em *Lampião* ao dizer que

é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (GONZALEZ, 1984, p. 231).

O texto de Lélia Gonzalez foi, sem sombra de dúvidas, o mais emblemático e articulado a respeito da mulher negra e seu lugar na sociedade. Embora em outras matérias a questão fosse mencionada quando faladas as mulheres e o feminismo, nenhuma conseguiu ser tão sofisticada quanto a leitura realizada pela autora. Entretanto, essa não foi a única aparição da antropóloga nas páginas do jornal. Em agosto de 1980, uma curta entrevista com ela foi publicada por Leila Miccolis, lembrando a presença de Lélia Gonzalez em Copenhague. Na “Conferência Mundial da Década do Ano Internacional da Mulher, organizada pela ONU”, Lélia representaria o Brasil no “comitê de organização do Fórum, que vai coordenar, inclusive, o painel sobre racismo, sexismo e apartheid” (LAMPÍÃO DA ESQUINA, agosto de 1980, n. 27, p. 12). Os elogios e o reconhecimento à presença da mulher negra Lélia Gonzales encerraram o texto publicado na seção *Esquina*:

Só nos restou desejar boa sorte à nossa companheira Lélia Gonzalez, que, inclusive, foi escolhida como patrona da Turma de História da IFICS da UFRJ [...]. Bom se frisar que é a primeira vez num sistema universitário racista que acontece fato deste tipo com uma mulher negra, homenagem aliás merecidíssima, diga-se de passagem... (LAMPÍÃO DA ESQUINA, agosto de 1980, n. 27, p. 12).

As referências aqui citadas demonstram uma particularidade da fonte que, certamente, sempre tem algo a mais a revelar. O que busquei com estas breves considerações foi atestar que em algumas das publicações houve construções textuais que se orientaram metodologicamente pela noção daquilo que hoje conhecemos como interseccionalidade. Tais construções, estrategicamente, revelaram ao público leitor “que uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados (CRENSHAW, 2002, p. 178).

Lampião da Esquina foi, em grande escala, um espaço de representação dos grupos que ele mesmo classificou como injustamente discriminados e por isso pode ser compreendido como um espaço político que atuou na defesa de direitos civis, pelo respeito à dignidade humana e pela aceitação das diferenças. As minorias encontraram espaços dentro do jornal, mas a presença de determinado sujeito minoritário não significa que ele fosse representativo do universo plural que compõe um mesmo grupo. Por tudo que se apresentava, não é possível falar em mulher, mas mulheres. Do mesmo modo que não podemos pensar o movimento negro, por exemplo, como uma espécie de guarda-chuva atendendo às múltiplas identidades que nele se apresentam e que dele resultam. Há sempre que enxergar o “a mais”, aquilo que marca a diferença dentro do próprio grupo. É por isso que a contribuição de Lélia Gonzalez, em especial, é importante demais, não só para demonstrar o avanço nas discussões propostas pelo jornal, mas porque através dela se materializa, de fato, a interseccionalidade em suas páginas. Como observado ao longo de todo este trabalho, o jornal condenou o machismo e o racismo, mas soube chamar a atenção para o fato de que essas discriminações podem aparecer interligadas em um mesmo corpo, cujo retrato se consolida na “própria solidão”, como bem lembrou a autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação é concluída diante de um cenário político conturbado e um tanto assustador. Já se passaram mais de 40 anos desde que a primeira edição do *Lampião* era distribuída na Cinelândia, Rio de Janeiro, e o nosso presente continua a se orientar por princípios que muito se assemelham àqueles que impulsionaram o grupo que editou o jornal. Durante todo esse tempo, a história brasileira presenciou conquistas importantes. Para que se reconquistasse a democracia em um país autoritário por excelência como o Brasil, muitas vidas e sonhos foram ceifados, deixados para trás. Se o fim da ditadura militar em 1985, com a eleição do primeiro presidente civil após 21 anos, anunciava novos rumos à política e a sociedade brasileira, é verdade também que esse passado nunca deixou de assombrar, insepulto que é.

“Cala a boca!” Essa foi a frase que ecoou pelo Brasil no dia 05 de maio de 2020, evidenciando os vestígios desse passado através dos arroubos autoritários manifestados pelo presidente da República⁴⁶. A imprensa que, em uma democracia, cumpre o papel de mediação entre o poder público e a sociedade, vem sendo desmoralizada diuturnamente pelo presidente e seus aliados, da mesma forma que foi *Lampião da Esquina* ao ser processado por expor aquilo que a ditadura militar gostaria que ficasse preso ao silenciamento. Tais reminiscências mostram que “nosso presente anda, mesmo, cheio de passado, e a história não serve como prêmio de consolação” (SCHWARCZ, 2019, p. 24).

Qualquer sinal de orientação parece inválido diante do presente, onde inúmeros são os exemplos de discursos violentos que reforçam a discriminação histórica contra determinados grupos sociais. Homossexuais, mulheres, negros, indígenas – os sujeitos de *Lampião* – vivem um presente carregado de ecos e ações de um passado que, por justiça histórica, já deveria ter sido enterrado. Mesmo assim, a escrita deste texto procurou cumprir um papel que, entre outras possibilidades e atribuições, é também social. Trazer ao conhecimento da História que a luta por direitos é uma constante quando se fala em minoria. E, mesmo diante dos cenários mais obscuros que se desenham diante de nós, é preciso criar mecanismos para que nossas vozes ecoem, senão em todos, ao menos em algum lugar.

A presença do jornal *Lampião* no Brasil da abertura política certamente imprimiu uma marca ímpar entre os veículos de comunicação do período, tanto pelas temáticas que abordou

⁴⁶ No dia 05 de maio de 2020, em entrevista aos repórteres que o questionavam em frente ao Palácio do Alvorada, o presidente da República, Jair Bolsonaro, desmoralizou o jornalismo brasileiro e pediu, em tom de agressão, que os jornalistas calassem a boca. O episódio foi amplamente divulgado pela imprensa que repudiava as atitudes do presidente. Informações disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-manda-reporteres-calarem-a-boca-ataca-a-folha-e-nega-interferencia-na-pf.shtml>.

em suas coloridas páginas como pelo espaço que conseguiu alcançar. Suas 37 edições exibiram um Brasil que não era falado, não daquele modo e, portanto, qualquer que seja a pesquisa realizada com base nos seus textos tem sempre algo a revelar. O objetivo principal deste trabalho foi compreender como a minoria homossexual que editou *Lampião da Esquina* estabeleceu diálogos com outras minorias para que o jornal também pudesse falar sobre elas. Assim, as representações construídas a respeito das mulheres, dos negros e dos indígenas estão relacionadas à pretensão de “dar voz a todas as minorias”, algo que parece ter orientado parte significativa das edições que circularam entre 1978 e 1981. Obviamente, por se tratar de uma pesquisa extensa e com uma quantidade volumosa de materiais consultados – como mostram as tabelas 1, 2 e 3, os resultados que dela se apresentam fornecem informações importantes e indicam sempre outras possibilidades.

O capítulo 1 objetivou preparar o leitor ou leitora para as análises específicas que compõem os capítulos 2 e 3. Por isso, nele disserto sobre o contexto histórico e político em que estava inserido o jornal e qual foi o principal motivo para ele ter sido editado. Com isso, temos a construção de sua própria identidade como um jornal homossexual, prometendo dar visibilidade, também, a outros sujeitos “injustamente discriminados”. As abordagens que o impresso empreendeu foram visivelmente diversas e suas construções textuais mostravam se destoar dos outros veículos de comunicação do período. *Lampião da Esquina* apresentava-se como insatisfeito com as representações construídas sobre as minorias, denunciando que até mesmo os impressos alternativos reproduziam estereótipos e preconceitos e endossavam um discurso de violência contra esses sujeitos, especialmente contra os homossexuais. É no capítulo 1 que também está apresentado o entendimento que o jornal, através de seus conselheiros, tinha e reproduzia nos textos a respeito do que significava ser minoria. Para *Lampião*, o conceito “sociológico” minoria respondia pelos sujeitos “oprimidos, marginalizados ou estigmatizados” (LAMPIÃO DA ESQUINA, agosto de 1979, n. 15, p. 12), representados em suas páginas pelos homossexuais, mulheres, negros e indígenas, principalmente. O tema foi inclusive motivo de contradições quando o jornal denunciava que, quantitativamente, mulheres e negros representavam a maioria do povo brasileiro e, por isso, suas vozes deveriam ser ouvidas e seus anseios atendidos. Neste capítulo, busquei esboçar alguns dos pressupostos teóricos e metodológicos que circunscrevem o conceito de interseccionalidade, inscrevendo-o no interior do texto como uma chave de leitura possível para algumas publicações. Embora o termo não fosse utilizado pelo jornal, a interseccionalidade surgiu através dele durante a pesquisa como uma leitura capaz de denunciar que os sujeitos, mesmo as minorias, não são universais. Existem marcadores sociais como sexo, raça, classe social e sexualidade, por exemplo, que se

intercruzam, atravessando uma mesma pessoa e potencializando situações de privilégios ou vulnerabilidades.

Durante o capítulo 2, as mulheres saem das páginas do *Lampião* para se mostrarem presentes nesta dissertação. Preocupação desde o primeiro número, a ausência de mulheres entre os colaboradores foi solucionada ao longo das edições. Escrevendo ou sendo (d)escritas, como sugere o título do capítulo, elas estiveram presentes em grandes debates. A divisão entre as autorias – escrita delas e escrita deles – visou solucionar uma das questões que foram surgindo durante a escrita do texto, era importante identificar qual o interesse de cada grupo com os textos publicados. O feminismo brasileiro que emergia fortemente nos debates públicos durante a redemocratização apresentava interesses que nem sempre convergiam em uma mesma direção. Pelas publicações das mulheres, é possível observar que as tensões existentes entre elas explicitam a diversidade de sujeitos que o movimento pode (e deve) abarcar. Fala-se das múltiplas mulheres, da prostituta à intelectual de classe média alta. Se a questão da sexualidade foi um assunto recorrente através das autoras mulheres, isso conversa, de certa forma, com a identidade do próprio jornal. Havia espaço para isso, espaço para denunciar que o controle das sexualidades é um exercício que acompanha o machismo em muitas frentes, inclusive entre as consideradas “progressistas”. Nesse sentido, os homens do *Lampião* mostraram-se incomodados com os rumos do movimento feminista, muito pelas interferências feitas pelos partidos de esquerda. Esses partidos, para os jornalistas, cooptavam uma luta legítima para desmoralizá-la e transformá-la em uma luta desnecessária, menos importante, assim como eram compreendidas por esses partidos e grupos as reivindicações dos homossexuais e também dos negros. Para *Lampião da Esquina* não existia “luta menor”, as lutas das minorias eram tão necessárias quanto à luta pela retomada da democracia. Para justificar as críticas, os jornalistas atacaram, muitas vezes, as próprias mulheres que, de alguma forma, permitiam ou compactuavam com a ausência de um protagonismo verdadeiramente feminista. Entretanto, no conjunto dos textos, fossem publicados pelas mulheres ou pelos homens, fica a evidência de um árduo combate ao machismo que se apresentava em tantos lugares. De todas as minorias, além dos homossexuais – principal grupo presente no jornal –, as mulheres foram as que mais tiveram visibilidade.

No último capítulo, observa-se como as minorias raciais também ocuparam espaço entre os homossexuais e as mulheres. Se durante as primeiras edições houve um silenciamento em relação aos negros, o artigo do jornalista João Carlos Rodrigues (LAMPÃO DA ESQUINA, julho de 1979, n. 14, p. 08) foi praticamente uma convocação para que eles se aproximassem do jornal e contribuíssem com o debate. A entrevista de Abdias Nascimento, em agosto de 1979,

se apresenta como uma linha que divide a participação negra no jornal. Há, após a entrevista e o “aval” do ativista, um aumento promissor no número de publicações sobre essa população, inclusive com textos escritos por integrantes do Movimento Negro Unificado, como mostra a tabela 2. A denúncia de episódios racistas, inclusive perpetrados pelo próprio Estado, e a difusão dos valores culturais afro-brasileiros como integrantes históricos da sociedade brasileira parecem ter mobilizado grande parte das discussões. De Lecy Brandão ao negro anônimo das periferias, *Lampião* escancarou que a democracia racial no Brasil é realmente um mito.

Com todos os contrapontos que podem ser observados, as mulheres e os negros marcaram protagonismo nas páginas do jornal. Foram assunto em muitas edições e puderam escrever sobre si próprios. O mesmo não aconteceu com os indígenas, como procurei mostrar no capítulo 3, também. Houve um esforço em trazer a discussão indígena como grupo discriminado social e politicamente, portanto, minoria a ser representada. No entanto, ela só aparece em duas edições e a partir da abordagem antropológica, especialmente. Havia, durante o período, o início do Movimento Indígena contemporâneo onde lideranças se reuniam para pensar políticas e estratégias comuns a todos os grupos, mas nem mesmo as principais lideranças conseguiram emplacar autoria entre os textos. Mesmo diante de um jornal considerado peça chave para pensar a voz das minorias, a causa dos índios fica a serviço dos estudiosos, dos “antropólogos da boa escola”, como o ocorrido nos debates da USP (LAMPPIÃO DA ESQUINA, março de 1979, n. 10, p. 09). Acontece que a boa escola parece ter sido ouvida quase que exclusivamente naquilo que interessava ao conselho editorial do jornal, pois parte considerável das abordagens estabeleceu uma ligação entre indígenas e homossexualidade na tentativa de creditar as relações homossexuais como naturais e prazerosas. O mesmo não ocorreu com os negros, por exemplo.

Por mais que a ideia central do jornal *Lampião* fosse a condução das discussões sobre homossexualidades, como desenvolvido ao longo deste trabalho, a pergunta que fica é: por que negros e mulheres atuaram como protagonistas em muitas das discussões a respeito de suas identidades e os índios não? O silenciamento também diz muito. Como bem lembrou o texto assinado por “Mariza”, para a edição número 01 do jornal, a luta das minorias “tem nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala, mas também que os sujeitos variam ao longo deste processo” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, maio de 1978, n. 01, p. 02).

Na última parte do capítulo 3 estão apresentados alguns dos textos que, durante a investigação, exigiram uma outra leitura: a análise da abordagem interseccional pela qual foram construídos. Nela, trago algumas referências presentes no jornal para compreendermos como

aconteceu a junção de dois ou mais marcadores sociais da diferença na ótica daqueles que escreveram. Não há dados quantitativos que evidenciem todos os textos em que é possível perceber a interseccionalidade presente em suas construções. O que busquei foi apenas trazer ao leitor que alguns dos materiais possibilitam uma outra compreensão sobre a visão daqueles que escrevem e, também, sobre a própria identidade do jornal e sua leitura social. O texto que, de fato, materializa a relação entre o jornal e a interseccionalidade fala de uma mulher negra, sujeito atravessado pelos dois marcadores anteriormente discutidos como produtores de desigualdades – o sexo e a raça (LAMPPIÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 12). Há, de certo, uma quantidade maior de documentos no interior de suas páginas que, se analisados minuciosamente por essa perspectiva, renderiam um outro trabalho, mais específico e mais completo. Basta, na concepção de Prost (2008), que haja uma “questão” a colocar sobre esse material.

Durante o texto foi possível perceber o espaço significativo ocupado pelas fontes. Por mais que, em alguns momentos, buscasse diminuir as citações do jornal, os conteúdos por elas apresentados acabaram se tornando imprescindíveis para a compreensão do todo. Em muitas análises se fez necessário que os materiais consultados adquirissem maior visibilidade, pois eles evidenciam a riqueza documental produzida em um período histórico de grandes desafios. Fazer *Lampião* certamente não foi uma tarefa fácil. Das páginas do jornal surgem inúmeras questões e, por mais que ele já tenha sustentado tantas pesquisas, o passado que surge através dele “está sujeito a permanente reelaboração de sua inteligibilidade a partir das questões que lhe são formuladas a partir das preocupações das condições históricas do presente em que é interrogado, estudado, analisado, ensinado.” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 30). Voltar ao *Lampião* é ler o presente.

Nosso presente, depois de 40 anos, não parece fornecer muitas esperanças. Por mais que tenhamos conquistado alguns avanços políticos e sociais de lá para cá, muitas das discussões elaboradas entre abril de 1978 e julho de 1981 podem ser lidas na atualidade em muitas ocasiões. As minorias continuam experimentando as consequências da desigualdade, entre elas mesmas, inclusive. E, por mais que a grande mídia tenha se apoderado de grande parte das discussões, ainda há muito o que se falar, o que se fazer. Engana-se o historiador ao pensar ser capaz de prever o futuro, lembra Chartier, mas diante de tudo que, sem nenhuma máscara, surge entre nós, creio que precisaremos de muitos Lampiões acesos, hoje e depois.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. Em: MARTINS, Ana Luiza, e LUCA, Tania Regina de. (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. (231-247)
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história?. GONÇALVES, Márcia. In: **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2012.
- ALBUQUERQUE JR, Durval M de. Verbete: Masculino/Masculinidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro (orgs.) **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: UFGD, 2015.
- ALVES, Carlos Jordan Lapa. **Lampião da Esquina: discursos, homossexualidade, interesses e poder**. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2017.
- ALVES, Jéssica Santana de Assis. A interseccionalidade como aparato teórico e metodológico para a história das mulheres. Revista **Dia-Logos**, v. 12, n. 2, p. 104-117, jul.-dez. 2018.
- AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. **Representação do corpo masculino: relações de imagem, identidade e cultura sobre o corpo masculino no jornal Lampião da Esquina e na revista Junior**. 2013. 193 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2013.
- ANTUNES, Ricardo; RIDE NTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007.
- AZPICUELTA NAVARRO e outros. **Cartas avulsas (1550-1568)**. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1988.
- BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? Trabalho enviado para o NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Comunicação, acontecimento e memória. PUC-RS. 2004.
- BARBOSA, Marialva. Imprensa e ditadura: do esquecimento à lembrança em imagens síntese. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** – vol. 03, n. 02, jul. – dez. 2014.
- BARBOSA, Marialva. Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.41, n.2, p.21-36, mai./ago. 2018
- BARROS, Patrícia Marcondes de. A imprensa alternativa brasileira nos “anos de chumbo”. **Akrópolis**, Umuarama, v. 11, n. 02, abr./jun., 2003.
- BERNSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 29-46.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**. Londrina, v. 20 n. 2, p. 27- 55, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer** - 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação & Realidade**. Vol. 20, n. 2. Pp. 133-184. Jul/dez 1995.

BRANDÃO, Lecy. [Entrevista concedida a] **LAMPIÃO** da Esquina. Direção de Lívia Perez. Brasil: Doctela, 2016. DVD (85min), colorido.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Editora Ática S. A., 1990.

BRASIL. Ditaduras e homossexualidades. In:_____ **Comissão Nacional da Verdade**, Vol. II, 2014.

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. **O lampião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)**. 2016. 137 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CANABARRO, Ronaldo Pires. **Fazendo travestis - Identidades transviadas no Jornal Lampião da Esquina (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História), UPF, 2015.

CASTRO, Sílvio. **A carta de Pero Vaz Caminha** (o descobrimento do Brasil). Porto Alegre: LP&M, 1985.

CAVALCANTE, Olendina de Carvalho. Movimento Indígena: notas para uma discussão. In: **Revista Textos e Debates**. Ano 2, nº2. Boa Vista: UFRR, 1996. p.20-26.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. [ed. orig.: 1975]

CHARTIER, Roger. 1990. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**. Vol. 13, n. 24. 2011.

CHAVES, L. G. Minorias e seu Estudo no Brasil. **Revista Ciências Sociais**, vol. 2, n. 01, 1971.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, Ideologia e “Subversão” no Regime Militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (Org.) **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

COELHO, Fabiano. O conceito de representação e sua contribuição à análise do *Jornal Sem Terra*. **Fronteiras & Debates**. Macapá, vol. 1, n. 2, jul./dez. 2014.

CORRÊA, Mariza. **Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais**. 1975. 307 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279502>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Santa Catarina, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Manuela C. da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. **Estudos Avançados**. Vol. 04, n. 10. São Paulo, set./dez. 1990.

CURI, Celso. [Entrevista concedida a] **LAMPIÃO** da Esquina. Direção de Lívia Perez. Brasil: Doctela, 2016. DVD (85min), colorido.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE JESUS, Zeneide Rios. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Versão *online*.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência & Saúde Coletiva**. 15 (Supl. 1): 959-966, 2010.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011. Pp. 273-285.

FÁVERI, M. DE. “O mundo é das mulheres” - Heloneida Studart e o feminismo na revista Manchete. **Revista Ártemis**, v. 18, n. 1, 3 jan. 2015.

FERNANDES, Estevão Rafael. Ser índio e ser *gay*: tecendo uma tese sobre homossexualidade indígena no Brasil. **Revista Etnográfica**. Outubro de 2017, Vol. 21, n. 3. Pp. 639-647.

FERNANDES, Estevão Rafael. Entrevista a: MENEZES, Cynara. **Como a Igreja arruinou a vida sexual das Américas com pecado, culpa e preconceito**. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/como-igreja-arruinou-vida-sexual-das-americas-com-pecado-culpa-e-preconceito/#ixzz4Ibij40pP>. Acesso em: abril 2020.

FERREIRA, Marieta de M. Demandas sociais e História do Tempo Presente. In: VARELLA, Flávia Florentino et al. (Orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2012.

FIGUEIREDO, Angela. Pec ou a lei áurea dos tempos modernos? Relações de gênero e cidadania tardia para as trabalhadoras domésticas. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo (org.). *Entrelugares e mobilidades: desafios feministas*. vol. 3, Tubarão, Santa Catarina, Copiart, 2014, pp. 289-319

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 3ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo - Ed. 34, 2006.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pra o ar**: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 1999. 386 p.

GIMENEZ, Mariana Quadros. **“Saindo do armário”, porque é tempo de abertura: memória, identidades e representações por meio do Lampião da Esquina (1978-1981)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados.

GISELDA, Jerá. **Entre dois mundos**. Entrevista concedida à Revista Traulito, n. 02, julho de 2010. Pp: 3-6.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Editora Loyola. 2ª ed. 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: uma militância. Entrevista à **Revista Seaf - Arte & Ensaios**, n. 38, julho 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James N. O Grupo Somos, a Esquerda e a Resistência à Ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (Org.) **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (Org.) **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

GRIN, Monica; MAIO, Marcos Chor. O antirracismo da ordem no pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco. **Revista Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 33-45.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Revista Novos Estudos**, N. 43. Novembro de 1995, pp. 26-44.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

hooks, bell. **Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo**. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro de 2014.

JOFFILY, Olivia R. **Esperança equilibrada: resistência feminista à ditadura militar no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2016.

JUNIOR, Atilio Butturi. O discurso homoerótico na imprensa alternativa da década de setenta: uma análise do “Lampião da Esquina”. **Fórum Linguístico**. Vol.9. 2012. pp.95-106.

JUNIOR, Paulo Roberto Souto Maior. Escrever para inscrever-se: epistolografia homossexual nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981). **Tempo & Argumento**. Vol. 8, nº 19. 2016.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KRENAK, Ailton. Entrevista concedida a: MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: no tempo da imprensa alternativa**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

LAMPIÃO da Esquina. Direção de Livia Perez. Brasil: Doctela, 2016. DVD (85min), colorido.

LIMA, Lana Lage da Gama. Cultura do Estupro, Representações de Gênero e Direito. **Linguagem e Direito**, Vol. 4(2), 2017, p. 7-18.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**. Vol. 19, n. 2(56) -mai/ago. 2008

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MACRAE, EDWARD. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018. 377 p.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. 2015. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MATOGROSSO, Ney. [Entrevista concedida a] **LAMPIÃO** da Esquina. Direção de Livia Perez. Brasil: Doctela, 2016. DVD (85min), colorido.

MAUAD, Ana Maria. O olho da história: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo, In: NEVES, Lucia; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A Editoria/Faperj, 2006, p. 365-385.

MELLO, Celso de. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO 26 DISTRITO FEDERAL**. Fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADO26votoMCM.pdf>. Acesso em: junho de 2020.

MELO, Patrícia Bandeira. **O índio na mídia: discurso e representação social**. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271909917_O_INDIO_NA_MIDIA_DISCURSO_E_REPRESENTACAO_SOCIAL.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

MONTERO, Rosa. **História de mulheres**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

MOTT, Luiz. Etno-história da homossexualidade na América Latina. **História em Revista**. Vol. 04, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12016/7631>.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, etnia e identidade** – Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ. Dez. 2003.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: NORA; P; Jacques, LÊ GOFF. **Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. Pp. 179-193.

OLIVEIRA, João Manuel de. **Desobediências de gênero**. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. São Paulo. v. 24. n. 1. p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de segunda onda: corpo prazer e trabalho. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. Org. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro – 1 edição. São Paulo: Contexto, 2013. Pp 238-259.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. Vol. 26, n. 52. Dez. 2006.

PEREIRA, Amilcar A. **"O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2010.

PEREIRA, Ronielyssom Cezar Souza. **"Gay-macho", "travesti" ou "bicha pintosa"? - A produção discursiva sobre representações homoeróticas no Jornal Lâmpião da Esquina (1978-1981)**. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PINHEIRO, Alceste. [Entrevista concedida a] **LÂMPIÃO** da Esquina. Direção de Livia Perez. Brasil: Doctela, 2016. DVD (85min), colorido.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, Jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Simone Rodrigues. Direito à Memória e à Verdade: Comissões de Verdade na América Latina. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 128-143, jan.-jun. 2010.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli: **Para uma história cultural**, Lisboa, Estampa, 1998. Pp. 123 – 137.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth. Modernizar para conservar: relações de gênero em São Paulo nas décadas iniciais do século vinte. **Cadernos Pagu**. 1998: pp.419-427.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 112 páginas, 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Carla Estela dos Santos; ARAÚJO, Eronides Câmara de. Leis Civis e penais machistas do século XX e a obra Homens Traídos. **Revista A Barriguda**. Campina Grande. Mai-Ago 2016. Pp. 277-296.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, João Carlos. [Entrevista concedida a] **LAMPIÃO** da Esquina. Direção de Livia Perez. Brasil: Doctela, 2016. DVD (85min), colorido.

RODRIGUES, Jorge C. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (Org.) **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Tradução de Fernando Coelho, Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cad. Pesq.**, São Paulo (64): 38-47, fev. 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Aguinaldo. [Entrevista concedida a] **LAMPIÃO** da Esquina. Direção de Livia Perez. Brasil: Doctela, 2016. DVD (85min), colorido.

SILVA, Daniel Henrique de Oliveira. **Lampião da esquina**: lutas feministas nas páginas do "Jornal Gay", luzes em tempos sombrios (Brasil, 1978-1981). 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Matilde. Hoje discutido abertamente, orgasmo era palavra "proibida" até década de 70. **Jornal O Globo**. Agosto de 2018. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/hoje-discutido-abertamente-orgasmo-era-palavra-proibida-ate-decada-de-70-22932598>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. Org. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

TREVISAN, João Silvério. [Entrevista concedida a] **LAMPIÃO** da Esquina. Direção de Livia Perez. Brasil: Doctela, 2016. DVD (85min), colorido.

WANDERLEY, Sonia. História e TV: produção e difusão do saber – a televisão como cenário de representação política. In: NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T M. B. C. (Org.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

WOITOWICZ, Karina Janz (Org.). 2009. **Recortes da mídia alternativa**: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Fontes consultadas:

Jornal *Lampião da Esquina* – 37 edições publicadas entre abril de 1979 e julho de 1981.

ANEXOS

ANEXO A: TABELA 1 – PUBLICAÇÕES SOBRE AS MULHERES

Número da Edição	Data: mês/ano	Seção onde o texto foi publicado	Título da publicação	Principal temática abordada	Autoria
Nº 01	Maio e junho de 1978	Opinião	Nossas gaiolas comuns	Lutas em comum entre as minorias sexuais	Mariza
		Esquina	Feministas com a palavra	Estudos feministas	Sem autoria
Nº 03	Julho e agosto de 1978	Capa	Mulheres na Redação: Lúcia Rito & Zsu Zsu Vieira		
		Opinião	A doença infantil do machismo	Machismo	Zsu Zsu Vieira
			Do Regina Coeli às coisas da vida	Prostituição	Lúcia Rito
		Reportagem	Esta Zona vai acabar	Prostituição	Lúcia Rito
Nº 04	Agosto e setembro de 1978	Esquina	Quando as mulheres respondem	Opiniões de feministas	Leila Miccolis
		Ensaio	Um texto clássico do feminismo americano: “Mulheres: o mito do prazer”	Sexualidade	Anne Koedt Tradução de João Silvério Trevisan
Nº 05	Outubro de 1978	Capa	Violação: um estudo dedicado às mulheres		
		Esquina	Minorias e a política	Reivindicações	João Silvério Trevisan
		Reportagem	Violação: ato de sexo ou de poder?	Estupro	Aguinaldo Silva
Nº 07	Dezembro de 1978	Esquina	Machismo às avessas	Feminismo	Francisco Bittencourt
Nº 09	Fevereiro de 1979	Ensaio Populares	Mulheres do mundo inteiro...	Sexualidade	Rita Foster-Brother
Nº 10	Março de 1979	Capa	Minorias exigem em São Paulo: Felicidade deve ser ampla e irrestrita		
		Reportagem	Negros, mulheres, homossexuais e índios nos debates da USP	Cobertura e análise de evento	Eduardo Dantas
			Quem tem medo das minorias?	Cobertura e análise de evento	João Silvério Trevisan
			Mulheres: política deve começar dentro de casa	Feminismo	Cynthia Sarti
Nº 11	Abril de 1979	Capa	Lesbianismo, Machismo, Aborto,		

			Discriminação: são as mulheres fazendo política		
		Reportagem	No Rio e São Paulo, mulheres em assembleia contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho	Cobertura e análise de evento	Francisco Bittencourt
			Perfil de uma feminista brasileira	Feminismo	Francisco Bittencourt
			Em vez de praia, discussão	Sexualidade	Leila Miccolis
			Quando o machismo fica no porão	Machismo	João Silvério Trevisan
			Nós mulheres e nosso corpo	Sexualidade	Maria Luiza Heilborn
			Mulher negra: um retrato	A condição da mulher negra na sociedade machista e racista	Lélia Gonzales
			Paulistas elegem os objetivos da luta	Reivindicações	Inês Castilho
Nº 12	Maio de 1979	Reportagem	Badalo: da Colômbia para o mundo	Divulgação de imprensa feminista	Aguinaldo Silva
Nº 13	Junho de 1979	Reportagem	Um protesto contra a rotina de bolinação “Mulher não é maçaneta: tira a mão daí”	Denúncia	Isa Cambará
			A ironia de um certo humor	Denúncia	Janice Caiafa
Nº 14	Julho de 1979	Esquina	Maria Brasileira, a Casadoira	Cobertura e análise de evento	Francisco Bittencourt
			Nova mensagem para a mulher: Conforme-se	Crítica a um programa de televisão	Susan Besse
Nº 17	Outubro de 1979	Capa	Bichas, Mulheres e negros no açougue do Marketing		
		Esquina	Anistia para as mulheres	Reivindicações	Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro
			Feminismo em POA	Divulgação de Grupo Feminista	Grupo de Mulheres de Porto Alegre
		Reportagem	Bichas, Mulheres e Negros no açougue do Marketing	Cobertura e análise de evento	Antônio Chrysóstomo
			Estão matando mulheres	Denúncia	Paula Tiné, Mané Peres e Jurema

Nº 19	Dezembro de 1979	Nota na reportagem	Ângela, Regina... E as feministas, onde estão?	Crítica às feministas	Aguinaldo Silva
Nº 20	Janeiro de 1980	Opinião	O que é isso, Heloneida?	Críticas à feminista Heloneida Studart	Francisco Bittencourt
		Violência	Nós estupradores	Estupro	João Silvério Trevisan
			Caso Marisa Nunes	Estupro	Sem autoria
			São Paulo: Mulheres dizem “basta!”	Denúncia	Várias entidades
			Rio: a violência como convém	Denúncia	Comissão Violência Contra a Mulher
Nº 21	Fevereiro de 1980	Esquina	A vida é fácil?	Prostituição	João Silvério Trevisan
Nº 22	Março de 1980	Esquina	Mulher, discurso minoritário e atuação revolucionária	Machismo	Janice Caiafa
Nº 23	Abril de 1980	Capa	Esquerda joga bosta nas feministas		
		Reportagem	Congresso das Genis: Esquerda joga bosta nas feministas	Cobertura e análise de evento	João Silvério Trevisan
			Não sou mais aquela	Feminismo	Cynthia Sarti
Nº 24	Maio de 1980	Capa	Feministas viram a mesa		
		Reportagem	Feministas viram a mesa: mulheres não se envergonham de assumir a sua “luta menor”	Feminismo	João Silvério Trevisan entrevista
Nº 25	Junho de 1980	Opinião	O aborto segundo Pasolini	Aborto	Resumo de João Carlos Rodrigues
			A palavra das mulheres	Aborto	Mary Garcia Castro
Nº 26	Julho de 1980	Reportagem	Mulheres encontram mulheres: 1º Congresso da Mulher Fluminense	Cobertura e análise de evento	Leila Miccolis
Nº 27	Agosto de 1980	Esquina	Nossas companheiras em Copenhague	Reivindicações	Leila Miccolis
Nº 28	Setembro de 1980	Capa	Crioulo não é gente, bicha e mulher tem mais é que morrer		
		Reportagem	Mulheres assassinadas: a história de sempre	Violência	Aguinaldo Silva

Nº 29	Outubro de 1980	Ensaio	Aborto: corpo livre	Aborto	Janice Caiafa
Nº 30	Novembro de 1980	Reportagem	Mulheres e bichas contra a violência	Cobertura e análise de evento	Dolores Rodrigues
Nº 31	Dezembro de 1980	Reportagem	Para as mulheres, apenas mais um tabu	Sexualidade	Leila Miccolis
Nº 35	Abril de 1981	Ativismo	A hora da porrada	Cobertura e análise de evento	Zezé Melgar e Emanuel Freitas
			Um congresso bem-pensante?	Opiniões de feministas	Entrevista conduzida por Zezé Melgar e João Silvério Trevisan
			Bilhete de olho no futuro	Cobertura e análise de evento	João Silvério Trevisan

ANEXO B – TABELA 2: PUBLICAÇÕES SOBRE OS NEGROS

Número da Edição	Data: mês/ano	Seção onde o texto foi publicado	Título da publicação	Principal temática abordada	Autoria
01	Maio de 1978	Esquina	Gente negra é puro folclore	Crítica ao governo	Aguinaldo Silva
02	Junho de 1978	Esquina	Tição: os negros já falam	Divulgação de impresso	Adão Acosta
04	Agosto de 1978	Capa	Negros protestam em São Paulo		
		Esquina	A praça é dos negros	Divulgação de ato público	Entrevista com Clovis Moreira (IBEA)
13	Junho de 1979	Esquina	E se Gilberto Freyre também fosse negro?	Crítica a Gilberto Freyre	Jorge Schwartz
			A palavra dos ofendidos	Denúncia de racismo	Carta enviada por 4 jovens
14	Julho de 1979	Reportagem	E o negro, é “beautiful”?	Crítica ao Movimento Negro	João Carlos Rodrigues
15	Agosto de 1979	Capa	Negros: qual é o lugar deles? Abdias Nascimento: “Democracia racial é o governo da minoria branca		
		Reportagem	Nessa democracia quem governa é a minoria branca	Racismo no Brasil	Entrevista com Abdias Nascimento
			Qual é o lugar deles? Um garçom escreve ao “Dr. Gilberto Freyre”	Crítica a Gilberto Freyre	Ivan Santos
			Um dia de luta contra o racismo	Divulgação de ato público	Movimento Negro Unificado
			A noite da palavra negra	Divulgação artística	João Carlos Rodrigues
			Longe daqui, aqui mesmo: um negro escreve de Paris	Ser negro na Europa	Celestino
17	Outubro de 1979	Capa	Bichas, mulheres e negros no açougue do Marketing		
			Samba do quilombo é pra valer		
		Esquina	Movimentos negros	Crítica ao Movimento Negro	João Carlos Rodrigues

		Reportagem	Contra a discriminação	Crítica ao racismo na publicidade	Januário Garcia Filho (MNUCDR)
		Ensaio	No quilombo o samba é pra valer	Cultura afro-brasileira	Rubem Confete
18	Novembro de 1979	Esquina	Os negros vão ao Paraíso	Divulgação de ato público	João Silvério Trevisan
		Ensaio	Olga de Araketo: objeto de consumo do poder	Crítica ao governo	Rubem Confete
		Reportagem	Arte negra em Paris	Divulgação artística	Celestino
19	Dezembro de 1979	Capa	Quanto vale o negro brasileiro?		
		Ensaio	Consciência negra sai às ruas, em todo o Brasil	Divulgação de ato público	Baba Barrinhos
			Quanto vale o negro brasileiro?	Racismo no Brasil	Rubem Confete
			Dia 31, todo mundo na praia: Axé!	Cultura afro-brasileira	Mirna Grzych
20	Janeiro de 1980	Capa	IBGE dá golpe nos negros		
		Reportagem	IBGE dá golpe nos negros	Crítica ao governo	Rubem Confete
21	Fevereiro de 1980	Violência	Fala o MNU	Crítica ao governo	MNU-RJ
			Fala o pessoal do IPCN	Crítica ao governo	IPCN
			Negros: as vítimas da vadiagem	Violência policial	Rubem Confete
23	Abril de 1980	Ensaio	O samba do governador doido	Carnaval	Rubem Confete
25	Junho de 1980	Capa Esquina	Negros contra o 13 de maio		
			E o 13 de maio?	Divulgação de ato público	Lenni de Oliveira (MNU-SP)
			A arte dos negros	Divulgação artística	João Carlos Rodrigues
28	Setembro de 1980	Capa	Crioulo não é gente, Bicha e Mulher tem mais é que morrer		
		Reportagem	Lecy Brandão vai à luta contra o racismo	Denúncia de racismo	Antônio Carlos Moreira
			Uma lei branca	Crítica à legislação brasileira	Antônio Carlos Moreira
			Um carnaval negro no Havre	Divulgação artística	Celestino

ANEXO C - TABELA 3: PUBLICAÇÕES SOBRE OS INDÍGENAS

Número da Edição	Data: mês/ano	Seção onde o texto foi publicado	Título da publicação	Principal temática abordada	Autoria
Nº. 08	Janeiro de 1979	Capa	Índios: eles eram puros, saudáveis e transavam numa boa, aí chegou o homem branco e então...		
		Reportagem	Como aprender com os índios	Apresentação da reportagem que contou com cinco artigos	
			“Terra Papagalorum”	Histórico da política indigenista no país	Katie Van Scherpenberg
			Nas raízes da tragédia	As graves consequências da “emancipação indígena”	Sílvio Coelho dos Santos
			Na Selva Peruana	Traços culturais de uma comunidade indígena peruana	Tobias Schneebaum Tradução de João Silvério Trevisan
			Notícias do amor-mentira	Homossexualidade entre indígenas	Luís Mott
			Repressão: essa ninguém transa	As distintas relações de afeto indígenas	Darcy Ribeiro
Nº. 12	Maio de 1979	Esquina	Vozes do fundo do seringal	Repressão contra os índios Caxinauás no Acre	Beatriz Medina

ANEXO D - TEXTO “MULHER NEGRA: UM RETRATO” (LÉLIA GONZALEZ)

Veio de Minas, ainda menina que gostava de brincar, de correr pelos espaços amplos e livres da fazenda do interior. Veio com a mãe e os irmãos. Seu pai? Ficara por lá mesmo, com a esposa legal e os filhos idem. Rio de Janeiro, cidade grande onde a gente pode ganhar dinheiro e viver bem. Assim dissera sua mãe, cansada de trabalhar na fazenda e cansada daquele homem que lhe fizera três filhos, mas que nunca vivera com ela na mesma casa. Mas como chamar de casa aquilo onde moravam? Se era de sopapo, de pau a pique, de chão de terra batida, de telhado de sapê? No Rio eles teriam uma casa de verdade, pois ninguém ali tinha medo de trabalho; as crianças já estavam acostumadas ao trabalho na roça.

Além disso, a menina já estava com dez anos, ficando mocinha. Muito trabalhadeira, sabe? Daquele tamaninho, ela trepava num banquinho para mexer doces naqueles taxos [sic] grandes, na cozinha da fazenda. Desde cedo já sabia lavar, passar, cozinhar e varrer o terreiro quem nem um brinco. Tinha lá suas manias de correr que nem uma cabritinha no meio das outras; coisa de criança, né? Escola não. Era muito longe, quase meio dia de viagem a pé; e mesmo o trabalho na roça, na cozinha da fazenda, as miudezas pra fazer em casa não deixavam não. Se a gente tem saúde pra trabalhar, não precisa de mais nada. Deus ajuda a gente. De vez em quando chegava uma carta da prima, contando tanta coisa bonita do Rio que dava vontade de conhecer, de viver, de ter casa de verdade...

Foram morar numa favela que disseram que tinha sido um quilombo. A vista lá de cima é linda. Dá pra ver o mar, o Cristo, as casas grã-finas das madames lá de baixo e também quando o camburão vem pra dar uma blitz no morro. Primeiro a gente fica com medo, mas depois se acostuma. Quê que se pode fazer, né? Triste foi quando houve aquele tiroteio e mataram o filho da vizinha ali de cima. Só tinha dezoito anos. Custaram pra levar pro necrotério e ele ficou ali, caído, uma porção de moscas em cima. Marginal, sabe? Coitada da mãe, tanto sacrifício pra nada. A irmã dela, que mora naquele barraco perto do barranco, o marido está preso há uns cinco anos e tem mais uns dez pela frente. A coitada dá um duro danado pra sustentar os filhos. Trabalha de cozinheira num botequim lá perto da Central, carteira assinada e tudo. O emprego é bom porque sempre dá pra trazer umas coisinhas pras crianças comerem.

E a prima, muito animada, ia contando como era a vida ali. Parecia conhecer todo mundo. Trabalhava de arrumadeira numa das mansões do bairro aristocrático em que se situa a favela. Tinha quatro filhos e o marido trabalhava como servente de pedreiro numa obra também próxima. Graças a ela, os recém-chegados conseguiram trabalho sem maiores

dificuldades. A mãe como passadeira, um dos meninos com o marido da prima, o outro como entregador numa lojinha de ferragens e a menina como babá.

Quase tão criança quanto as crianças de quem cuidava, seu primeiro emprego foi uma aventura deliciosa. A madame era muito boa e suas crianças tão alegrinhas que dava gosto brincar com elas. Não era nem tomar conta. Dar banho, comida na boca, lavar e passar umas pecinhas era a coisa mais fácil do mundo, perto do trabalho na fazenda. Além disso, agora morava numa casa tão bonita que nem tinha saudade das correrias, das frutas tiradas do pé das mangueiras, jaboticabeiras, romanzeiras da fazenda. É certo que, uma vez por mês, tinha folga pra visitar a família. Mas o barraco de madeira, com chão de terra batida, nem dava pra se sentir incomodada com ele, pois sua casa era outra e a alegria de rever a mãe e os irmãos compensava o desconforto. Se só voltaria ali no mês seguinte, por que se aborrecer?

Mas um dia, tempos depois, teve de voltar pra valer. Tinha treze anos já e se tornara demasiado saudável e atraente para os olhos do irmão mais moço da madame, que tentou agarrá-la. Quando a viu assustada, chorando e contando o ocorrido, a patroa olhou-a desconfiada, pegou suas roupas e a devolveu à mãe. Não conseguia entender porque a madame ficara tão zangada com ela. Que foi que fizera demais para ser chamada de assanhada? Ah, essas madames são mesmo complicadas...

O novo emprego era muito bom porque muito próximo de casa. O trabalho de arrumadeira dava tempo até para assistir a novela das oito na televisão bonita que o doutor comprara para os empregados da casa. Aos sábados eram as festas ou os bailes junto com as colegas. E a vida corria gostosa que nem o riacho no qual se banhava lá na fazenda. Ficou melhor ainda quando, naquele baile em Niterói, conheceu aquele moço de terno branco e que dançava tão bem. O namoro começou naquele dia mesmo. O problema era a mãe dele, sabe? Tinha um salão de alisar cabelos lá pros lados de Realengo. Ela se achava dona do filho e dizia que ele tinha que ajudar em casa, que era muito moço pra se amarrar com a primeira que aparecesse.

Nem chegaram a se casar: ela se perdeu com ele. Sua mãe e seus irmãos encararam com naturalidade o crescimento daquele ventre jovem e bonito. A criança nasceu e o pai a registrou de boa vontade. Mas o mesmo não aconteceu com quando o segundo filho nasceu, pois ele se enrabichara por outra, com quem fora morar, deixando-a com a responsabilidade total de duas crianças. Mas a gente nunca tá sozinha se tem uma família que apoia e se tem bons patrões. Eles eram tão bons pras crianças que nem valia a pena pensar que nunca se ofereceram para assinar carteira. Também, de que adianta? Ela nem sabia ler. Como é que iria reclamar de alguém pra assinar uma carteira que ela nem sabia como ou onde tirar?

Mas criança muda tanto a vida da gente, né? O tempo dos bailes e das festas assim como veio, se foi. A gente muda tanto que começa a pensar no futuro, a ficar preocupada com uma porção de coisas. Não conseguia entender porque a mãe e os irmãos passaram a beber daquele jeito. O mais velho, que tinha até se casado direitinho com uma moça muito boa e trabalhadeira, seu ordenado mal dava pra beber tanto. Está certo que ele nunca conseguiu emprego melhor do que em obra, mas a mulher trabalhava, ajudava ele pra sustentar a casa. A mulher acabou se cansando de tanto ir buscar ele na birosca lá de baixo, caindo de porre. Foi embora de vez. Aí ele deixou de comer, pra beber o tempo todo. Ainda se lembra do dia em que, já doente, ele foi tomar aquela injeção na farmácia do seu Antônio. Teimou em beber depois da injeção tomada. Deu complicação e ele mal teve tempo de chegar em casa pra morrer. Tão moço ainda...

Graças a Deus que o mais novo não tinha se enrabixado por ninguém, pois estava no mesmo caminho do outro. A mãe, passava um bom tempo sem tomar uma gota, mas de vez em quando dava o seu desconto e sumia por uma semana. Ia lá pra casa da irmã, naquela favela que fica mais pra cima daqui. Nessas horas a vizinha do barraco do lado quebrava o galho, tomando conta das crianças enquanto ela ia pro trabalho. Agora as crianças já eram três. O pai da última é um rapaz que trabalha de gari. Responsável, deu seu nome não só para o seu filho como também para outra criança que, até então, não tinha sido registrada. Viver junto não dá não, sabe? A gente briga que nem cão e gato por causa da mãe da gente. A mãe dele parece até com a mãe do outro.

É pior até. Faz tudo que pode pra ver a gente separado. Parece que o filho é só dela. Minha mãe, também, vive implicando com ele. Às vezes a gente fica um tempão sem se falar, sabe? É muito ciumento. Principalmente quando bebe. Aí a gente briga e fica sem se falar.

Graças a Deus não é igual ao marido daquela prima que é mãe de oito filhos. Quando ele toma suas canas, bate nela pra valer. Às vezes sobra até pras crianças. A sorte dela é que o filho mais velho, aquele pequenininho (nem parece ter doze anos), já está trabalhando de entregador na farmácia. Meio expediente, sabe? De manhã ele vai pra escola e de tarde trabalha na farmácia; nas férias é que trabalha o dia inteiro. É muito caprichoso, sabe? Guardou do seu ordenadinho durante o ano inteiro e quando começaram as aulas ele comprou uniforme, caderno e lápis pros irmãos menores. Dá gosto de ver. A menina que vem abaixo dele, cuida da casa que nem gente grande. Lava, passa, cozinha, cuida dos irmãos menores e ainda vai pra escola. Está um pouco atrasadinha, pois não sai do segundo ano; mas também quem é que aguenta? Esse negócio de escola puxa muito pela cabeça da gente.

A minha mais velha também não gosta muito não. A professora vive reclamando que ela não presta atenção, que faz bagunça e que não vai passar. Disse até que vai mandar ela pra (como é que se diz mesmo?) psicóloga, que ela tem problemas. Mas burra ela não é não, sabe? Ninguém engana ela no troco quando vai comprar as coisas pra casa. Pode ser é preguiçosa, isso sim. Tanto que não quis saber de aprender a música de natal que a professora ensinou e ficou de bagunça perturbando a aula. Agora, pede pra ela cantar o samba do bloco daqui do morro que ela canta direitinho a primeira e a segunda parte. Se o samba que é grande ela aprendeu logo, como é que não ia aprender uma musiquinha desse tamaninho? Só de preguiça, né? E olha que não é por falta da gente ensinar em casa.

A gente que é pobre tem de estudar pra ver se melhora de vida. A gente vê pelos filhos dos patrões da gente. Todo mundo estuda e vira doutor. Por que então que a gente não ia querer que os filhos da gente estudem? Ao menos o primário completo, né? Aí já dá pra conseguir um empreguinto melhor, ganhar o salário, carteira assinada e até fazer o ginásio depois. Tem muita gente que estuda de noite e trabalha de dia. Aqui mesmo no morro, tem muita gente que faz isso. Eu até que tentei também. Mas não deu não. Já estou muito velha pra aprender essas coisas de escola; vou fazer vinte e sete anos. Criança é que tem cabeça fresca pra isso.

Acorda cedinho todos os dias. Põe a lata na fila da bica, adianta o almoço, prepara o café, acorda as crianças, lava a roupa mais pesada e desce pra ir pro emprego. Antes, deixa as crianças na escola. Quando é preciso levar as crianças ao médico, acorda de madrugada. Se a gente chega no posto às sete, a fila já está enorme, a gente pega número alto e só é atendida lá pro meio-dia. Então tem que ir bem cedo, né? E olha que aquela gente lá já não trata a gente muito direito não, sabe? Trata que nem cachorro. Só porque a gente é preto e pobre. Noutro dia, levei a minha mais nova lá porque estava tossindo muito, com febre e sem querer comer. A doutora nem pôs a mão nela pra examinar. Ficou de longe, perguntando uma porção de coisas e sem tocar na criança. Fiquei com tanta raiva que disse pra ela que minha filha não era leprosa não. Será que a gente tem culpa de ter nascido assim?

Até aqui no morro a gente vê dessas coisas. Noutro dia meu garoto saiu no braço com o filho da dona Maricota. Coisa de criança que briga agora pra estar brincando depois. Mas ela tomou as dores do filho e veio reclamar dizendo que não gostava de preto por causa disso. Disse pra ela que quando precisasse de uma caneca de açúcar ou de uns dentinhos de alho, que não viesse pedir emprestado em casa de preto não. Que quando ela precisa, a gente é vizinha pra lá vizinha pra cá; que quando não precisa mais a gente vira negra suja, piranha e

por aí afora. A sorte dela foi que o marido chegou e puxou ela pra casa. Numa hora dessas a gente pode perder a cabeça, né?

E ficou ali pensando no irmão que ficara desempregado há um ano, passado a viver de biscates e bebendo cada vez mais; na mãe idosa que de tarde tomava conta das crianças quando voltavam da escola, enquanto ela estava no emprego; na patroa bonita e cheirosa indo pra faculdade no carro novinho que o marido lhe dera; no barraco com uma parede caída desde a última chuva e em como arranjar dinheiro pra comprar umas madeiras naquela demolição lá de baixo.

E ainda chamam a gente de orgulhosa só porque a gente traz os filhos limpinhos, não vive por aí mostrando os dentes pra qualquer um e não pede nada a ninguém. Só porque a gente vive do trabalho da gente, sem homem pra ajudar nem nada e tendo que sustentar mãe e três filhos. Só porque a gente se dá com um vizinho ou outro, afora os parentes, chamam a gente de besta. Só porque a gente não se mete na casa dos outros pra bisbilhotar. Só porque a gente não fuma e nem bebe, a gente é orgulhosa? Como é que a gente pode ir pros ensaios do bloco se a gente vem tão cansada do trabalho e nem lembra mais o que é dançar? Ainda mais agora, com aquela quadra fora do morro, cheia de gente bacana que nunca soube o que é vida de favela, pra que é que gente vai lá? As crianças bem que gostam, mas são crianças. Pra elas tudo é motivo de brinquedo. Mas a gente que tem reponsabilidade de cuidar delas, a gente não pode ficar aí igual quando a gente era mocinha.

E sentada na porta do barraco, continuou mergulhada naqueles pensamentos, perguntando pelo por que de tantas coisas. Quem a visse de longe talvez se perguntasse sobre o que aquela figura trágica lembraria. E a resposta não era difícil de ser encontrada: a mulher-sentada-na-porta-do-barraco era a própria Solidão.” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, abril de 1979, n. 11, p. 12).